SETEMBRO 2010

Extractos da imprensa *Angolana* sobre questões sociais e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development *Workshop*
Luanda - *Angola*

Centro de Documentação e Informação CEDOC Development Workshop - Angola Extractos da Imprensa

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvol-vimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. Redução da Pobreza e Economia
2. Microfinanças
3. Mercado Informal
4. OGE investimens públicos e transparência
5. Governação descentralização e cidadania
6. Urbanismo e habitação
7. Terra
8. Serviços básicos
9. Género e Violência
10. Ambiente

As fontes monitoradas são:
- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos servi-ços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação
Helga Silveira

Conselho de Ediçao
Allan Cain, Joyce Jose,
Jose Tiago, Gelson Gaspar
e Massomba Dominique

Editado por
Development Workshop – Angola

Endereço
Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone
+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email
cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de
NORAD, Embaixada da Noruega
e LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda)

INDÍCE

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

2 MICROFINANÇAS

3 MERCADO INFORMAL

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 Nascem empresas todos os dias

Semanário Económico
2 De Setembro de 2010

Mais de 10 mil empresas nasceram desde que foi criado o Guiché Único da Empresa (GUE) em 2004. No total, de acordo com os dados fornecidos pela directora – geral do GUE, Isabel Tormenta dos Santos, foram constituídas 10.517 empresas, das quais quase 300 em nome individual.
Os ramos mais solicitados estão ligados à agricultura, construção civil, comércio, indústria e prestação de serviços. Segundo Isabel Tormenta, todos os dias pessoas que queiram investir em qualquer parte do país acorrem ao GUE para constituir as suas empresas desde sociedades por cotas até a firmas a título individual.
Só no ano de 2004, portanto, no primeiro ano do GUE, foram criadas 146 empresas, sobretudo ligadas ao comércio, construção civil, indústria e transportes. E as províncias mais activas foram as de Benguela e Bengo.
No ano seguinte, em 2005, registou-se um aumento nas solicitações, atingindo as 311 novas empresas, nas mesmas áreas, mas com o interesse a alargar-se, alem de Benguela e do Bengo, ao Kwanza-Sul. Um ano depois, os números voltaram a subir: 404 novas empresas. Neste ano, as províncias de Benguela, Zaire e Cabinda foram as que mais procuraram os serviços do GUE e as actividades mais procuradas variaram entre comércio e a agro-pecuária.
Em 2007, houve outro crescimento considerável, saltando para as 1.460 empresas, com destaque para as áreas de comércio geral, construção civil, hotelaria, turismo e imobiliária. As províncias de Benguela, Zaire e Bengo lideram o ranking das que mais cresceram.
Em 2008, o GUE constituiu cerca de 2.764 empresas em todo à país e com destaque para Benguela, Zaire, Huambo e Uíje. Os sectores da construção civil, comércio geral, imobiliários, indústria e telecomunicações foram as áreas mais solicitadas.
O ano passado, o GUE autorizou a criação de 3.385 empresas a nível nacional, em que se destacaram as actividades ligadas à construção civil, comércio, indústria transformadora e, por último, imobiliário.
Além de Luanda, destacaram-se ainda as províncias de Benguela; Bengo, Zaire e Huambo.
Até ao primeiro trimestre deste ano, em 2010, o GUE já tinha constituído mais de duas mil empresas em sociedades e em nomes individuais.
A construção civil, comércio, imobiliária, hotelaria e turismo, agro – pecuária e pescas continuam a ser as áreas mais activas, enquanto as opções preferenciais recaem nas províncias de Benguela, Zaire, Kwanza-Sul e Huambo.

Homens lideram em 60 por cento

A maior parte dos investidores que procura os serviços do GUE tem entre os 28 e os 55 anos. Apesar de se registar um grande número de mulheres (40%) no ramo empresarial, os homens ainda continuam a liderar o mercado. As mulheres têm optado pela abertura de lojas de flores, brindes, decorações e salões de beleza.
"Apesar de aparecerem em todo tipo de sociedades, por vezes, o seu lado feminino acaba por falar mais alto. As pequenas empresárias, que procuram criar uma empresa, preferem sempre negócios que tenham a ver com a natureza feminina", justifica a directora-geral do GUE.
Das novas empresas, constituídas nos últimos seis anos, 80% pertence unicamente a investidores angolanos, apesar de aparecerem também estrangeiros, como são os casos de portugueses, brasileiros e chineses, que já procuram o GUE para constituir as suas empresas. Até ao final do ano, a direcção do GUE tem intenções de expandir os seus serviços a Benguela, Malange, Huíla, Zaire e Cabinda, porque é para estas províncias que há "maior interesse" em que os serviços sejam implementados, justificou Isabel Tormenta.

1.2 Mercado Projecta espiral de preços altistas e custos de produção

Semanário Angolense
4 de Setembro de 2010

O aumento do preço dos combustíveis decretado pelo Governo e que passou a vigorar na quarta-feira foi recebido com a iminência de um aumento das tarifas dos transportes colectivos, como primeira reacção do mercado à decisão governamental.
Este jornal obteve informações da probabilidade de certas rotas de táxi poderem vir a reger-se por tarifas que já na Quarta-feira atingiram os 200 kwanzas nos horários mais concorridos, uma reacção parcialmente defendida pelo presidente da Associação de Taxistas de Luanda (ATL).
Manuel Faustino anunciou numa estação televisiva uma concertação que deveria ocorrer numa reunião entre taxista para decidir que tarifa adoptar nos próximos tempos, mas desencorajou os filiados a enveredarem pelo o caminho da especulação.
No entanto estudiosos como o economista Galvão Branco, falou a Semanário Angolense, ou o também economista José Cerqueira, citado na mídia, apesar de terem aplaudido a medida, estimaram que ela resulte também num imediato aumento dos custos da activi-

dade dos sectores da Indústria e da Agricultura.
Galvão Branco e José Cerqueira convergiram em que a medida peca apenas por tardia, ao passo que automobilistas e outros populares sondados pelo Semanário Angolense manifestaram-se apreensivos quanto aos resultados do aumento sobre os orçamentos familiares.
Em declarações ao Semanário Angolense, Galvão Branco insistiu na perspectiva como a questão dos combustíveis sempre foi encarada em Angola para defender a medida decretada pelo Governo.
<<Vender um litro de gasóleo a 30 cêntimos de dólar é uma questão de manobra política", afirmou o economista, precisando que o preço desejável seja para tal quantidade desse carburante seria de um dólar.
Logo, notou, vender combustível a preços subvencionados só pode ser feito "com base num grande apelo aos fundos públicos", quando, adoptar uma atitude realista face aos preços dos carburantes permite "libertar disponibilidades para empreender em prol do bem-estar das pessoas",
Ao dizê-lo, Galvão Branco tinha em vista que os quatro mil milhões de dólares anuais consagrados à subvenção dos preços dos combustíveis, representam algo como 20 por cento do volume de orçamento anual do Governo, mas também "equivale ao preço de uma barragem hidroeléctrica", Isso levanta a questão da virtuosidade do orçamento. Segundo Galvão Branco, países com políticas públicos que estimulam o desenvolvimento consagram a maior percentagem do orçamento a despesas de capital.
O economista reconheceu que o aumento agora decretado pode ter alguma interferência no orçamento das famílias, que considerou que nos termos em ocorreu", "nem sequer foi significativo".
A subida do preço da gasolina de 40 para 60 kwanzas constitui um aumento de algo como 50 por cento do preço desse carburante, enquanto que o incremento do preço do gasóleo de 29 para 40 kwanzas representa apenas um pouco mais do que 38 por cento.
Galvão Branco admite uma subvenção inteligente dos combustíveis desde que se resuma a sectores da actividade económica necessitados de competitividade, como é a Agricultura, mas também reconhece que a complexidade de uma decisão dessas poderia impedir, à partida, qualquer veleidade nesse sentido.
Para já, disse, se o preço desejável da gasolina se situa em um dólar por litro, a medida na semana que hoje termina decretada pelo Governo significa apenas que, ainda que de forma gradual, devem ser esperados novos aumentos.
Na Quarta-feira, o Governo decidiu decretar um aumento do preço dos preços dos combustíveis, em antecipação ao que poderá ser a liberalização do sector da distribuição de carburantes em Angola.
Há alguns anos, o Governo angolano concedeu à Sonangol, o concessionário nacional de hidrocarbonetos, autorização para legislar sobre os preços dos carburantes, até ao ponto em que se constituíssem competitivos face à oferta das companhias congéneres.
O facto de ter sido o Ministério da Economia a decretar este aumento pode indicar que aquela autorização foi retirada a companhia petrolífera sem que alguma vez tenha feito uso dela, mas também que as questões perseguidas pela medida são de maior monta.
Sabe-se que o estado pretende cortar subsídios anuais ao consumo de combustíveis, actualmente cifrados nuns 440 mil milhões de kwanzas (4,8 biliões de dólares), o que representa uma média de 20 por cento do orçamento anual do Estado, de acordo com o Ministério da Economia. O dinheiro economizado será usado para melhorar os padrões de vida em Angola.
Eu acho um absurdo. Não sei se é devido ao aumento do salário da Função Pública que automaticamente tiveram que aumentar o preço do combustível, porque nem deviam ter feito isto. Primeiramente, deviam preocupar-se antes com outros assuntos do que aumentar o preço dos combustíveis que, ao que me parece, apenas vai beneficiar a uns poucos e prejudicar as camadas mais pobres da população. É mais um motivo de angústia e de sofrimento para os próximos tempos e para todos os angolanos e principalmente para os luandenses, uma vez que Luanda tornou-se a cidade mais cara do mundo. Nós ganhamos mal e vêm aumentar mais os preços das coisas. Deviam é subir os salários e manter os preços. Pelo menos daqui até quando tudo ficar mais calmo.
Benedito Fonseca, 28 anos motorista de uma empresa privada
No meu parecer, é uma subida um pouco reprovável, porque muito de nós estaremos prejudicados, principalmente os taxistas que abastecem duas vezes por dia, uma vez que, com 1000 kwanzas, só temos direito à 25 litros, enquanto que antes eram 34 litros de gasolina. Sabemos que todos os preços irão subir provavelmente, porque quando se mexe no preço do petróleo ou dos derivados de petróleo tudo torna-se mais caro. É claro que, futuramente, a população irá arranjar novos métodos de ganhar dinheiro, além do salário, para cobrir assim as despesas que vão aumentando cada dia que passa.•
Waldemar Valente AmbrÍz, 28 anos, taxista
Do meu ponto de vista, a subida do preço dos combustíveis não devia ser feita ainda nesta altura. Deviam dar mais tempo porque, senão. vai provocar muitas dificuldades à população em conseguirem estabilizar a sua situação económica e não só. O estado fez subir os salários sem quatro por cento e automaticamente faz subir o preço dos combustíveis. Isso, provavelmente, vai causar um grande transtorno, um défice nos orçamentos familiares e todos nós ficaremos afectados em pelo menos 50 por cento do rendimento mensal. O que será do povo daqui prá frente? Antes dessa subida, o Governo devia

equilibrar os, preços do mercado, minimizar os problemas, como por exemplo, tinha que aumentar o número de autocarros na via pública. Neste caso, estou a falar do défice de transportes públicos. Deviam preocupar-se mais com a distribuição dos produtos do campo, etc. Tudo isto faz parte do desenvolvimento económico.
Alberto António, 49 anos, Professor
Apesar da subida do preço dos combustíveis, não haverá qualquer alteração quanto ao preço do táxi. Embora seja uma diferença abismal, muitos de nós manteremos o preço actual. Já houve algum alarido quanto a isto, mas o preço vai-se manter. Tenho a certeza que inicialmente teremos perdas de produção. Eu, por exemplo, apresento. Determinada quantia durante o dia. Caso contrário, terei problemas com o patrão. Sinceramente, podemos até manter o preço, mas não o fluxo de clientes ou o rendimento anterior.
Osvaldo Muhongo - taxista

1.3 Bispo exorta participação de católicos no combate a fome e a pobreza nos pais

Jornal de Angola
6 de Setembro de 2010

O bispo da Diocese do Sumbe, D. Benedito Roberto, apelou, ontem, na vila da Muxima, município da Quissama, aos peregrinos que participem activamente nos esforços do Executivo na luta contra a fome e a pobreza.
Falando durante a missa solene que marcou o fim das festividades da Nossa Senhora da Conceição da Muxima, o prelado exortou os fiéis a pedirem a intercessão de Maria Santíssima para ajudar nas acções de reconstrução nacional e pacificação dos espíritos.
O bispo Benedito Roberto recomendou aos peregrinos da Mamã Muxima e a todo o povo angolano para que orem cada vez mais pelas famílias, a fim de que elas cresçam e vivam na base do perdão, da solidariedade e do amor.
a prelado condenou a infidelidade nos casais e as práticas de injustiças tribais contra viúvas, que, depois de uma longa vida dedicada aos maridos, são lançadas à miséria e à mendicidade na rua, tão logo perdem os esposos.
Aquele pastor católico repudiou a sociedade sobre as centenas de casos de acusações de práticas de feitiçaria contra crianças inocentes. Por isso, disse ser preciso pedir à Maria para que liberte as famílias destas práticas desastrosas.
D. Roberto, que orou para que a Mamã Muxima guarde e abençoe as futuras mães, lamentou a forma como os jovens e não só seguem cegamente a moda, esquecendo--a se da sua cultura e dos valores morais e cívicos.
Numa missa eucarística celebrada por D. Joaquim Ferreira Lopes, bispo da diocese de Viana, e assistida pelo governador do Bengo,João Bernardo de Miranda, e por milhares de peregrinos, o bispo do Sumbe salientou que Maria Virgem está pronta para interceder junto de Deus às súplicas que lhes são feitas pelos seus filhos.
Mas, para isso, é preciso que a devoção que se tem pela Mamã Muxima não consista apenas em sentimentalismos falsos, mas sim na imitação das suas virtudes no sentido de se perpetuar o sacrifício da cruz feito por Cristo.
Os cristãos, segundo o bispo, devem seguir com fé ardente e qual idades inabaláveis de Maria para que os pedidos feitos ao Santuário da Muxima sejam atendidos pelo Pai Celestial.
Apesar do poder que a intercessão da santa tem entre os fiéis católicos, D. Benedito disse que os cristãos nunca devem antepor Maria a Jesus, ou seja, considerá-la uma deusa, facto que entristeceria a própria Mamã Muxima.
O bispo disse que Maria, apesar de ser a mãe de Deus, preferiu ser considerada a escrava do Senhor. “Esta mulher sempre viveu da humildade, descendo ao mais baixo nível de considerações para ser chamada a Serva”, exemplificou.
Para o prelado, os gestos vividos por Maria são indispensáveis para mudar o país para melhor, pois a humildade, a solidariedade e o amor deveriam ser características sublimes dos cristãos.
D. Benedito recordou ainda a coragem de Maria, que, prometida de que teria um filho Salvador do mundo, assistiu Cristo a morrer na I cruz, mas não se sentiu traída por aquilo que lhe foi anunciado pelo anjo Gabriel. Fortificou as suas esperanças de que as Escrituras seriam cumpridas e o seu Jesus ressuscitou da morte no terceiro dia.
O prelado buscou palavras do Papa Bento XVI para considerar que “a maternidade de Maria transcende o espaço e o tempo, pelo facto de a Virgem ter dado à luz o menino que veio a ser o Salvador do mundo e de todas as gerações”, rematou o bispo, que é o convidado especial das festividades da Mamã Muxima edição 2010.
Nesta cerimónia, os bispos do Sumbe e de Vial)a foram auxiliados por 37 sacerdotes, provenientes das províncias de Luanda, Kwanza-Norte, Uíge, Malange e por dois diáconos.

1.4 Criados mais de 320 mil empregos em Angola

Angolense
De 11 à 18 de Set. de 2010

Economia angolana criou, no ano passado, mais de 320 mil novos empregos, ultrapassando a meta anual prevista pelo executivo, de acordo com dados prestados pelo ministro de Estado responsável pela Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, na conferência de imprensa de balanço dos últimos 100 primeiros dias de governação sob a liderança do Presidente da República,

José Eduardo dos Santos.
De boas notícias não foi tudo, pois, o ministro revelou que a economia registou um crescimento de 2,7% em 2009. Importa realçar que tal acontece numa altura em que as economias mais poderosas do mundo enfrentam uma forte crise económica, pela qual Angola tem passado com menos abalo. Contudo, as receitas do país continuam a ter um peso grande do sector petrolífero. Entretanto, Manuel Nunes Júnior informou que o sector agrícola cresceu 29% e o da construção 23,8%.
Seguindo a política traçada, acrescentou o ministro que coordena o sector económico do país, o Governo angolano está a construir canais de irrigação, através de investimentos públicos, e a reparar as estradas para apoiar os agricultores no transporte dos produtos para áreas de comércio. Ao mesmo tempo, o executivo promete uma linha de crédito especial para o sector. A dívida do Estado angolano continua a ser saldada, garantiram os membros do executivo presentes. Nesta altura estão a ser pagos aqueles que têm a receber até 10 milhões de dólares e mais tarde será a vez dos que esperam a choruda quantia de 30 milhões. Quem tem a receber mais terá que esperar, sem que tenham apontado a data concreta para efectuar tais pagamentos.
O Ministro de Estado Carlos Feijó frisou que o Governo está a fazer o esforço de pagar as dívidas para dar algum fôlego aos grupos económicos que enfrentam problemas de tesouraria. As reservas internacionais líquidas do país atingiram os 14 milhões de dólares nos primeiros três meses do ano, segundo o governador do Banco Nacional de Angola, Abraão Gourgel, que também marcou presença na conferência de imprensa sobre os últimos 100 dias de governação do Governo angolano.
Quanto ao rombo no Banco Nacional de Angola, de onde foi roubada uma quantia avaliada em 130 milhões de dólares, Abraão Gourgel informou que dos 130 milhões retirados indevidamente, 98 milhões foram recuperados de imediato e outros 20 milhões de dólares estão congelados em bancos portugueses. Na ocasião, o gestor informou que estão em curso medidas tendentes a reforçar a segurança no BNA. Na ocasião, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Carlos Feijó, anunciou ainda a construção de infra-estruturas de geração de energia para colmatar o défice existente no país. O investimento será de 18 biliões de dólares norte americanos e será implementado até 2016.

1.5 Os rostos da pobreza

Angolense
De 11 à 18 de Set. de 2010

Nossa equipa de reportagem tirou o dia 07 do corrente mês, terça-feira, para ver de perto como vivem as famílias consideradas de baixa renda, no interior de Luanda. O município elegido foi o Sambizanga, nos dirigimos ao bairro Operário, uma zona encravada entre bairros habitados por famílias abastadas como o Miramar e o Kinaxixi. Entrevistamos várias mulheres, com histórias vida diferentes, mas com um problema comum, o estilo de vida. Famílias que olham para o futuro sem apreço, porque simplesmente não significa nada para elas. Esperam apenas ter o que comer, o que vestir e um lugar para dormir, quanto ao resto é simplesmente isso mesmo, "o resto".
Natália dos Santos, viúva, mãe de três filhos mas que tem com ela também as seis crianças de suas duas irmãs já falecidas, refugiada do Huambo, explicou-nos que o marido foi antigo combatente e foi morto na guerra de 1992. Por não ter nenhuma forma legal de comprovar que foi mulher de um soldado que morreu em combate lhe foi negada a ajuda da parte do Fundo de Pensões das Forças Armadas Angolanas (FM). Natália conta que é uma luta diária colocar a comida sobre a mesa e que multas vezes perde batalhas. "Temos amarrado a barriga, o que vendo não é o suficiente para nos aguentar o dia inteiro. Comemos de manhã e esperamos comer de noite, não podemos nos dar o luxo de almoçar porque será o jantar a ser sacrificado".
A cidadã disse nunca ter recebido apoio quer do governo, como de uma organização não governamental. Só, tem lutado para a sua subsistência e a dos filhos. Quando questionada sobre qual tem sido a alimentação habitual, com um sorriso despedaçado, respondeu-nos: "Sempre comemos arroz com feijão e, quando calha, comemos funge, mas esses dias estamos sem comida, então, só nos alimentamos mesmo de sardinha".
Já a peixeira Natália disse que, por vezes, fruto do negócio que faz, chega a lucrar no máximo 2.000 kwanzas,
o que é "quase nada", num país como Angola em que o custo de vida é muito alto. O seu filho mais novo tem 9 anos e o mais velho 17. Algumas crianças estudam mas outras não, como é o caso do seu filho mais velho, de 17 anos, que teve que suspender a frequência a escola porque a família não tem como comprar livros, a bata escolar e outros encargos.
Para Natália é muito difícil viver na situação em que se encontra. "Somos dezassete num pequeníssimo quarto, temos apenas uma cama. O resto do pessoal dorme ao chão, estendem o lençol e dormem assim mesmo", lamentou a senhora. Como se tanto sofrimento não bastasse, a família sente-se excluída do convívio social, porque as crianças pobres não podem brincar com as

outras crianças da rua, cujas famílias têm um pouco mais, porque são apelidados como

1.6 Nível de vida precário desestabiliza famílias angolanas

Semanário Factual
De 12 à 19 de Set. de 2010

A afirmação é do sociólogo Paulo Teka, professor do Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED), de Luanda.
De acordo com a fonte, entrevistada pelo Factual, estes fenómenos e factos sociais podem desembocar na aversão da socialização que se pretende construir e da boa convivência familiar dos angolanos, cuja maioria sobrevive dos mercados informais e empregos temporários.
Para o sociólogo, "Luanda constitui o baluarte supostamente solúvel dos inúmeros problemas socioeconómicos tidos como empecilhos da actual estrutura familiar em continuar a decepcionar diferentes grupos de indivíduos a partir do interior do país".
"O meio rural não acomoda actualmente os indivíduos do século XXI. As pessoas acorrem aos centros urbanos, como Luanda, dado o seu perfil urbanístico em concentrar as principais infra-estruturas e mediatizar os interesses de muitas famílias desfavorecidas", asseverou.
O tipo padrão de famílias actuais em Angola não foge da realidade tipicamente africana, em geral, que se debate com a insuficiência alimentar e a incapacidade financeira, considerou.
"Estas famílias alargadas acabam por atrair no seu meio dissidências relacionais que redundam em discrepâncias, em conflitos manifestos e, finalmente, na sua desestruturação, ao ponto dos país se ilibar das suas funções e os filhos andarem à deriva", explicou Paulo Teka.

O também professor universitário afirmou que o aumento de preços anualmente tem subido para os bolsos dos cidadãos que se apresentam como os mais lesados, dificultando deste modo a rota diária associada à falta de emprego e às demissões compulsivas nas empresas estrangeiras.
"Estes episódios podem desestabilizar a harmonia e a convivência social em Angola devido às despesas avultadas que estas famílias terão de suportar", cimentou.
Como consequência das demissões, dos descontos de salários, da insuficiência de espaços para iniciativas de pequenos negócios, o universitário apontou a fome, a prostituição e o roubo suportado pela delinquência generalizada, fruto da reacção por parte de quem nada tem para suprir as suas necessidades.
"Se existem motivos para que os bens condicionantes da vida dos cidadãos sofram alterações. Logo, devem-se tomar medidas preventivas pelas autoridades para controlar qualquer reacção negativa a fim de apaziguar o descontentamento generalizado que possa eventualmente surgir a partir da capital", aconselhou.
"A igreja como a escola e outros aparelhos ideológicos podem ajudar a dirimir a anomia (ausência de lei ou de organização) social antes do Estado usar os seus aparelhos repressivos para evitar a instabilidade social que possa derivar das famílias mais lesadas na capital e nas províncias com potencial económico estável", considerou.
O sociólogo Paulo Teka explicou que a tarefa do Estado angolano não consiste em dar tudo mas criar oportunidades de emprego, cuja aderência deve ser por intermédio da capacidade individual, consoante as necessidades das áreas de trabalho. "Os cidadãos não devem esperar o céu do Estado", exortou.
"As famílias alargadas em Angola devem experimentar outros mercados alternativos quando Luanda não satisfazer os seus interesses socioeconómicos e culturais. Se não encontrarmos a paz de espírito nos centros urbanos, como Luanda, o retorno às tradições pára o cultivo da terra pode ser uma outra saída tão valorizada desde os nossos antepassados. Não existe um mundo somente urbano", garantiu Paulo Teka.

1.7 Situação de pobreza na Chibia e Gambos

Novo Jornal
De 17 de Set. de 2010

A SITUAÇÃO É DE EXTREMA pobreza em algumas comunidades localizadas nos municípios de Chibia e Gambos no sul da HuI1a, segundo retrato trazido em relatório lançado no Lubango pela Associação Construindo Comunidades (ACC), na sequência de um estudo independente encomendado para o efeito.
As dificuldades de acesso aos serviços sociais como de água, saúde e educação bem como a falta de alimentos são algumas das realidades constatadas entre as populações nos sectores de Dongue e Chibemba, comuna da Quihita, município da Chibia, e Pocolo sede, embala dos Gambos, sector dos Gambos.
Os casos de trabalho infantil em fazendas e o facto de as empresas de extracção mineiras pouco fazerem em prol das comunidades nas quais desenvolvem a sua actividade são outros aspectos realçados pelo relatório produzido em 46 páginas.
O responsável pelo documento, Aniceto do Rosário, que revelou ter sido um trabalho aturado, não teve dúvidas em afirmar que as populações das comunidades em referência vivem em situação de extrema pobreza que segundo ele configura clara violação dos direitos humanos.

Para o presidente da Associação Construindo Comunidades, o padre Jacinto Pio Wakussanga, a situação de pobreza retratado no relatório, deve servir de alerta ao executivo na elaboração das políticas de combate à pobreza, pois no seu entender, "este processo deve envolver o pobre sobretudo na valorização do que ele já possui," disse o sacerdote para referir que só a participação das camadas pobres nas políticas públicas poderá contribuir para a inversão desta realidade.

A ACC, disse o padre, prevê no futuro breve realizar estudos semelhantes com maior abrangência para a região sul, caso se consigam financiamentos para suportar projectos do género.

Os autores do estudo assentam a iniciativa da necessidade de contribuir para a prevenção e resolução de conflitos sobre o acesso aos recursos locais, com ênfase para o acesso à titularidade da terra, numa base de diálogo e entendimento entre as comunidades rurais.

O estudo desenvolvido no âmbito do projecto, Ofika-Terra e Desenvolvimento que teve à testa a ACC com financiamento da Open Society, envolveu mais de quatrocentas pessoas de comunas e aldeias para além de instituições estatais que operam nos municípios alvos.

1.8 A pobreza sai muito caro

Folha 8
18 De Setembro de 2010

A pobreza sai muito caro. Ser pobre custa muito dinheiro. Os motins da semana passada comprovam este paradoxo. Jovens sem presente agrediram o seu próprio futuro. Os tumultos não tinham uma senha, uma organização, uma palavra de ordem. Apenas a desesperada esperança de poder reverter a decisão de aumento de preços".

Cercado por uma espécie de guerra, refém de um sentimento de impotência, escuto tiros a uma centena de metros. Fumo escuro reforça o sentimento de cerco. Esse fumo não escurece apenas o horizonte imediato da minha janela. Escurece o futuro. Estamo-nos suicidando em fumo?

Ironia triste: o pneu que foi feito para vencer a estrada está, em chamas, consumindo a estrada. Essa estrada é aquela que nos levaria a uma condição melhor.

E de novo, uma certa orfandade atinge-me. Eu, como todos os cidadãos de Maputo, necessitaríamos de uma palavra de orientação, de um esclarecimento sobre o que se passa e como devo actuar. Não há voz, não rosto de nenhuma autoridade.

Ligo rádio, ligo televisão. Estão passando novelas, música, de costas voltadas para a realidade. Alguém virá dizer-nos alguma coisa, diz um dos meus filhos. Ninguém, excepto uma cadeia de televisão, dá conta do que se está passando.

A pobreza sai muito caro. Ser pobre custa muito dinheiro. Os motins da semana passada comprovam este paradoxo. Jovens sem presente agrediram o seu próprio futuro. Os tumultos não tinham uma senha, Lima organização, uma palavra de ordem. Apenas a desesperada esperança de poder reverter a decisão de aumento de preços. Sem enquadramento organizativo os tumultos, rapidamente, foram apropriados pelo oportunismo da violência, do saque, do vandalismo.

Esta luta desesperada é o corolário de uma vida de desespero. Sem sindicatos, sem partidos políticos, a violência usada nos motins vitimiza sobretudo quem já é pobre.

Grave será contentarmo-nos com condenações moralistas e explicações redutores e simplificadoras. A intensidade e a extensão dos tumultos devem obrigar a um repensar de caminhos, sobretudo por parte de quem assume a direcção política do país. Na verdade, os motins não eram legais, mas eram legítimos. Para os que não estavam nas ruas, mesmo para os que condenavam a forma dos protestos, havia razão e fundamento para esta rebelião. Um grupo de trabalhadores que observava, junto comigo, os revoltosos, comentava: são os nossos soldados. E o resto, os excessos, seriam danos colaterais. Os que não tinham voz diziam agora o que outros pretendiam dizer. Os que mais estão privados de poder fizeram estremecer a cidade, experimentaram a vertigem do poder. Eles não estavam sugerindo alternativas, propostas de solução. Estavam mostrando indignação. Estavam pedindo essa solução a "quem de direito". Implícito estava que, apesar de tudo, os revoltosos olhavam como legítimas as autoridades de quem esperavam aquilo que chamavam "uma resposta". Essa resposta não veio. Ou veio em absoluta negação daquilo que seria a expectativa.

Poderia ser outra essa ausência de resposta. Ou tudo o que havia para falar teria que ser dito antes, como sucede com esses casais que querem, num último diálogo, recuperar tudo o que nunca falaram. Um modo de ser pobre é não aprender. E não retirar lições dos acontecimentos. As presentes manifestações são já um resultado dessa incapacidade. Para que, mais uma vez, não seja um dos acontecimento, um não evento. Porque são muitos os "não eventos" da nossa história recente. Um deles é a chamada "guerra civil". O próprio nome será, talvez, inadequado. Aceitemos, no entanto, a designação. Pois essa guerra cercou-nos no horizonte e no tempo. Será que hoje retiramos desse drama que durou 16 anos? Não creio. Entre esquecimentos que produzam outras possibilidades de futuro.

Vivemos de slogans e estereótipos. A figura emblemática dos "bandos armados" esfumou-se num aperto de mão entre compatriotas. Subsiste a ideia feita de que somos um povo ordeiro e pacífico. Como se a violência da chamada guerra civil tivesse sido feita por alienígenas. Algumas desatenções devem ser questionadas. No momento quente do esclarecimento, argumentar que os jovens da cidade devem olhar para os "maravilho-

sos" avanços nos distritos é deitar gasolina sobre o fogo. O discurso oficial insiste em adjectivar para apelar à auto-estima. Insistir que o nosso povo é "maravilhoso", que o nosso país é "belo". Mas todos os povos do mundo são "maravilhosos", todos os países são "belos". A luta contra a pobreza absoluta exige um discurso mais rico. Mais que discurso exige um pensamento mais próximo da realidade, mais atento à sensibilidade das pessoas, sobretudo dessas que suportam o peso real da pobreza.

1.9 A pobreza está a aumentar

Semanário Angolense
De 18 de Set. de 2010

Este texto é a última parte da grande entrevista que este ex-candidato independente às eleições presidenciais concedeu ao Semanário Angolense e cuja primeira parte publicamos na edição passada. Acompanhe a última parte da conversa, embora agora num estilo diferente.

Instado a pronunciar-se sobre os níveis da pobreza em Angola, afirmou que este mal social está a aumentar. "Há mais pobres, mais mendigos, a prostituição, a violência, os assaltos e as doenças aumentaram", afirmou. Assegurou que Angola tem "muito, muito dinheiro mesmo" e que anualmente, rende "qualquer coisa como" 70 mil milhões de dólares, tirando os custos de produção do petróleo, para além dos diamantes, peixe, etc.,

O país tem recursos suficientes, para uma população que é muito pequena, menos de 20 milhões de habitantes, que pode resolver os problemas de cada família neste.

Recordou que ainda recentemente, o Ministério do Planeamento publicou um relatório em que consta uma estatística que estimava que até quase 80 por cento dos angolanos estavam desempregados ou a pobreza estava interligada com o desemprego e a miséria no país.

Ele é de opinião que, à volta de a 90% de cidadãos estão num estado de miséria, por falta de políticas concretas com melhores programas de distribuição das riquezas que o actua).

"Acho que a sociedade está mal servida", lamentou, referindo-se ao facto de a região de Quicabo, no Bengo, estar assolada por uma estiagem. "Nem o Governo central nem o governo provincial distribuem água potável a essa gente. Temos os mesmos problemas de cheias no Cunene; temos problemas de desemprego e falta de actividade económica nas Lundas.

Em Luanda, prosseguiu, há muita gente, em particular a juventude, desempregada, incluindo chefes de famílias que não conseguem trabalho fixo para sustentá-las. Acha que as estatísticas neste momento são irreais, não reflectindo a realidade. Citou as famílias que vivem com menos de um dólar e cidadãos na rua à procura de um dólar para ao fim do dia alimentarem as famílias.

Disse que um dólar não chega para a cesta básica dos angolanos, que poderiam ter de tudo um pouco, "desde a fuba, um bocadinho de peixe, um bocadinho de carne, óleo e tudo mais para que as pessoas tivessem uma dieta razoável".

Considerou que os angolanos estão numa penúria extrema, porque não há uma política como, por exemplo, a que existe no Brasil, onde há o programa "Fome zero". O Governo de Lula faz questão de que o cidadão tenha uma cesta básica, "que os angolanos não têm".

Afirma que as crianças vão à escola com fome, pois a merenda escolar é esporádica e não consistente. Para Kambowela, a economia não está a crescer no sentido da criação de empregos na indústria, porque não se apostou muito mais na produção agrícola para que sustentasse a indústria a fim de transformar os produtos brutos, que abundam no campo.

"Sempre tivemos grandes potencialidades agrícolas e exportámos, mas hoje, somos um país que importamos em quase 90%", lamentou.

O político considera que as elites que governam o país não têm nenhum programa claro para a Saúde e a Educação, recordando que, no passado, ele sugeriu que se garantisse que os cidadãos tivessem acesso à saúde através duma fórmula, mesmo que os cidadãos pagassem trimestralmente alguma contribuição para o programa de acesso à saúde na sua universalidade de saúde, de emergência ou mesmo de especialidade.

Propõe que se acabe com a transferência que o Estado faz de milhões e milhões de dólares para fora destinados à junta médica, recursos que poderiam ser aplicados para construir-se hospitais de envergadura e, se necessário for, empregar-se especialistas expatriados para que os angolanos melhorassem as suas grandes capacidades.

Isso visaria dotar o país de especialistas em vez de se estar a enviar doentes para fora, "onde, muitas vezes, acabam por falecer". Considera que há falta de visão e de interesse de se constituir cá as bases fundamentais para dotar o país de hospitais e clínicas em condições para que cidadãos de outros países venham também a Angola para tratamento, em vez de constantemente se enviar angolanos para a Namíbia, África do Sul, Londres, França, Brasil, etc.

João Kambowela disse que existem vastas áreas do país onde se pode construir grandes hospitais de especialidade para resolver-se problemas pontuais e outros mais complicados. "Então perguntamos: se gastamos tanto dinheiro assim em juntas médicas, porquê que não criamos as capacidades aqui?", questionou.

Desse modo, qualquer cidadão angolano teria acesso aos hospitais de emergência sem se lhe perguntar como é que ele vai pagar, "as perguntas viriam depois." O cidadão mostraria o seu cartão que confirmava que ele paga e está registado através dos seguros ou de outra fórmula. Desembolsaria qualquer coisa como o equivalente a cem dólares por trimestre, porque "nós temos conta petróleo e outros recursos que podem pagar a saúde dos cidadãos angolanos".

1.11 À espera dos sonhos adiados

A Capital
De 18 à 25 de Setembro de 2010

Se é verdade que estes anos de paz não poderiam ser suficientes para sarar tanto o tecido económico como o social, a realidade que desfila diante dos olhos do cidadão comum não convida a grandes celebrações, num país onde apesar das imensas riquezas naturais e dos dividendos da exploração do petróleo entre outros factores, o fosso social entre os muito ricos e os desapossados persiste e se agrava mesmo.
Tudo isso não seria tão preocupante se as tendências que se desenham nos sectores sociais, tais como a educação, saúde e habitação, não fossem de molde a agravar as diferenças muito acentuadas entre os muito ricos e os pobres, colocando obstáculos contínuos em matéria de oportunidades de emprego, acesso à educação e ensino, acesso à terra e habitação.
Os tempos hodiernos e há muitos exemplos que o demonstram marcados pela velocidade induzida por poderosos meios de comunicação e pela globalização, já não se compadecem com discursos eleitoralistas, que atiram as esperanças daquelas maiorias uma e outra vez para as calendas gregas.
O MPLA como partido do Governo saberá seguramente que apesar do formato constitucional da ma República lhe conferir algum timing de avanço na disputa política e eleitoral, esta situação não se prolongará indefinidamente.
O tempo de que "o país está sempre a subir", onde os erros políticos são atribuídos invariavelmente aos inimigos ou adversários reais ou imaginários, não é eterno. Até que um dia os eleitores se decidam a não ouvir sempre a estrofe da canção onde "os amanhãs já cantam".
E a liderança do partido dos camaradas, também não poderá manter a opinião pública sem saber como a sucessão política vai ou não ser realizada, até porque é o tabu que alimenta as especulações e as profecias.
Por isso mesmo, a opinião pública aguarda o conteúdo do discurso que o Presidente da República deverá fazer à nação em meados do próximo mês de Outubro, segundo anunciou o chefe da casa Civil da Presidência e ministro de Estado, Carlos Feijó. Discurso marcado pelo longe do consulado de Eduardo dos Santos e por esse contexto muito particular onde as expectativas de melhorias sociais geradas pela paz ainda não se confirmaram.
A opinião pública quer também conferir se a tolerância zero contra corrupção, a lei da probidade e outras promessas políticas feitas lei vão conhecer dias melhores, isto é, dias de concretização.
De resto, vários anos depois de estabeleci da a paz, a voz dos falcões convive com dificuldade com o contraditório político uma preocupação que afecta a classe política e não só, a opinião pública em geral.
Trinta e cinco anos depois da Independência de Angola o país continua a enfrentar os grandes desafios de consolidação de uma transição democrática inconsequente, de eliminação de disparidades sociais gritantes e verdadeiro progresso económico sustentado.
Algumas razões para celebrar, muitas desilusões – motivos mais que suficientes para sugerir urna contenção no anunciado orçamento de dez milhões de dólares norte-americanos para as comemorações.

1.12 George Chicoty na Assembleia-geral

Jornal de Angola
De 19 de Set. de 2010

O secretário de Estado das Relações Exteriores, George Chicoty, está desde sexta à noite em Nova Iorque, onde vai chefiar a delegação angolana na 65ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, que inicia quinta-feira.
A Assembleia-Geral vai ser antecedida de uma reunião de Alto Nível sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM), a decorrer de 20 a 22 de Setembro.
O encontro vai contar com a participação de vários Chefes de Estado e de Governo, sendo dedicado a análise do cumprimento das metas preconizadas até ao ano 2015.

Promoção e desenvolvimento os grandes temas em agenda

A Assembleia-Geral contempla vários temas, entre os quais a Promoção do Desenvolvimento Sustentável, Desarmamento, Desenvolvimento em Angola, Promoção dos Direitos Humanos, Manutenção da Paz e Segurança Internacional, Combate ao Terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Paralelamente aos debates da Assembleia-Geral, estão igualmente agendados outros eventos, tais como a Reunião de Alto Nível sobre a Biodiversidade, da Aliança dos Líderes Africanos sobre a Malária.
A Assembleia-geral, onde todos os Estados estão representados, tem sido descrita como a instituição de um parlamento das nações e apresenta-se como uma forma única de "diplomacia parlamentar". Todos os problemas do mundo são ali apresentados e o voto da Assembleia-geral constitui um barómetro da opinião mundial.
Na Assembleia-geral, todos os países podem debater as suas divergências e alcançar acordos sobre como resolver os problemas mais importantes.

Contribuição financeira

As decisões, embora constituam recomendações a que os Estados membros não estão juridicamente vinculados, representam a autoridade moral da comunidade das nações.
A carta da Organização das Nações Unidas (ONU) estabelece que um país pode perder direito de voto na Assembleia-geral se o atraso da sua contribuição finan-

ceira à Organização igualar ou superar a soma dos dois anos anteriores.
A Assembleia-geral, porém, pode permitir que o país vote se ficar provado que a falta de pagamento deve-se às circunstâncias alheias à sua vontade.

1.13 "Longe de se Concretizar até 2015"

Semanário Novo Jornal
24 De Setembro de 2010

A ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas (ONU) realizou, esta semana, em Nova York a sua 65a assembleia-geral para debater as metas preconizadas para os objectivos do Milénio. O secretário de Estado para as Relações Exteriores, Jorge Chicoty, que representou Angola no evento, disse que o país no espaço de três anos tem a possibilidade de alcançar no essencial as metas estabelecidas. Em sentido contrário vai a avaliação das organizações não governamentais Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e Observatório Político Social de Angola (OPSA).
Para o coordenador da OPSA. Femando Pacheco, Angola "não vai cumprir" até 2015 os Objectivos do Milénio, porque, segundo ele, é tempo "muito curto" para tal. "De um modo geral. Angola não vai cumprir com nenhum dos objectivos do milénio, porque 2015 é já amanhã", ironizou acrescentando que faltam apenas cinco anos.
Quanto à erradicação da pobreza, Femando Pacheco considera que o primeiro obstáculo está relacionado com o número de pessoas que venhem para Angola. "Não temos dados concretos de quantos somos. A situação que se vive em Angola não permite pensar que isto seja possível. São evidente e questionável a questão dos números. Nós, em Angola, temos problemas de estatísticas", justificou. Femando Pacheco deixa claro que não acredita na erradicação da fome e da pobreza até 2015. ''Há pessoas que acreditam que daqui a 100 anos a gente consiga alcançar este objectivo. No meu caso, acho que não vai ser possível porque eu não vejo no país dinâmica suficiente para o combate à pobreza. Na altura em que foram definidos os objectivos do milénio não tínhamos dados estatísticos e é extremamente difícil concluirmos afinal quantas pessoas vão deixar de ser pobres até 2015", precisou.

IMPOSSIVEL

No ensino a panorâmica traçada pelo líder do OPSA não é muito diferente. "Não acho que todas as crianças até 2015 consigam completar o ensino primário. Estou a olhar para as aldeias concretas do país, onde vejo crianças que não tiveram a possibilidade de entrar para o ensino primário tão cedo, quanto mais terminar a escolaridade até 2015 ", notou Fernado Pacheco, acrescentando que a igualdade no género e a autonomia das mulheres "não pode ser eliminada" até 2015. '1sto é uma meta praticamente impossível por causa das questões culturais e religiosas", explicou. Questionado se concorda com as declarações do secretário de Estado das e Relações Exteriores, Jorge Chicoty, na cimeira que davam conta de um crescimento de 76 por cento na educação no ensino básico universal, o dirigente da OPSA deixou bem claro que não.
"Não concordo que Angola, em termos de erradicação do analfabetismo conseguiu dar passos positivos, porque não são esses dados que o Ministério da Educação tem difundido. Quer o Ministério da Educação, quer os outros órgãos continuam a referir o número elevado de crianças fora do ensino escolar, portanto, não parece que seja certo o secretário de Estado dizer que o número de crianças fora do ensino escolar reduziu", afirmou, acrescentando que são poucas as províncias onde as crianças estão inseridas no ensino escolar. "O ensino primário agora é até à 6a classe, se as crianças entrarem para o ensino em 2011, significa que até 2015 não estará concluído e todos nós sabemos que há muitas crianças fora da escola, basta andar pelo país". Femando Pacheco acredita que Angola pode vir alcançar a primeira (erradicação da pobreza extrema e fome), segunda (ensino básico universal) e a sexta meta (combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças) "se houver um esforço por parte do executivo angolano".

PROGRESSO LENTOS

Para o director geral da Acção para o Desenvolvimento Rural (ADRA), Sérgio Calundungo, é impossível que o Governo angolano consiga cumprir com as metas dos Objectivos de Desenvolvimento do MJ.1énio, porque faltam apenas cinco anos e até agora "poucas" coisas foram feitas. "Nu_ ma altura em que faltam cinco anos para o final do prazo estabelecido para obtenção dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e com progressos lentos na maioria dos objectivos, parece-me actualmente improvável que estes possam ser atingidos dentro dos prazos previsto", precisou, acrescentando que considera que o executivo angolano deve intensificar os progressos com o apoio de diferentes actores sociais, económicos e p0líticos que actuam em Angola. '1gualmente temos de ter em conta constrangimentos, como a crise financeira mundial, as capacidades dos recursos humanos disponíveis, a fragilidade das nossas instituições, a má qualidade de muitos serviços públicos actualmente postos à disposição dos cidadãos", sublinhou Sérgio Calundungo, defendendo que o executivo deveria de forma realista escolher entre atingir todos os objectivos na data prevista ou atingir algumas metas que considera de maior importância para o seu desenvolvimento a longo-prazo".
Quanto à avaliação do secretário para as Relações Exteriores, Jorge Clúcoty, que acredita ser possível que, no espaço de três anos, seja erradicada a pobreza e a fome

extrema e que, até 2015, as crianças de ambos os sexos tenham a oportunidade de completar o ensino primário, o dirigente da ADRA não vê qualquer possibilidade de sucesso nesta previsão.

POUCO REALISTA

"Embora enquanto cidadão angolano deseje que isto aconteça o mais rapidamente possível, considero pouco realista, tendo em: conta o actual contexto, pensar-se que em três anos Angola venha a conseguir alcançar estas metas", frisou, acrescentando que não vai ser fácil reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de população cujo rendimento é inferior a um dólar por dia, reduzir para metade a proporção de população afectada pela fome, garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, tenham a oportunidade de completar a escolaridade primária e erradicar a propagação do HIV/ Sida.

"Quem conhece os ODM sabe que não é realista alcançar estas metas em cinco anos, embora devamos fazer progressos nesta linha, caso existam medidas concretas para o efeito", rematou.

O nosso entrevistado acredita que se o governo de Angola apostar em aposta em politicas certas continuar a trabalhar em parceria com diferentes actores, incluindo a sociedade civil, para mitigar os efeitos de uma série de medidas pouco adequadas ao contexto actual do pais, "Angola consegue erradicar a fome e a pobreza, já que esta ameaçam as conquistas e realizações dos últimos anos no que diz respeita ao aumento do crescimento e à redução da pobreza", disse. Sérgio Calundungo exemplificou com "as medidas que visam impedir a actuação das pessoas cujo meio de vida assenta no exercício de actividades informais, como as Kinguilas e Zungueiras, situações que desembocam na perda de direitos de acesso, utilização e posse de terras e outros direitos, quer no meio rural, quer nas zonas urbanas".

EDUCAÇÃO A POSITIVO

Quanto ao compromisso assumido há 10 anos, Sérgio Calundungo faz um balanço positivo, porque, segundo ele, o país tem vind6 a/registar "ritmos acelerados de crescimento financeiro económico que, aliados a outros investimentos decorrentes do processo de reconstrução nacional, têm contribuído para significativos progressos em relação aos ODM". O dirigente nota que, "tal como tem acontecido noutros países, o ritmo de crescimento económico não significou automaticamente e, por si só, uma melhor distribuição da riqueza, tendo como opção preferencial as pessoas mais pobres".

"Olhando para uma série de documentos que reportam a situação do país em relação aos ODM, embora considere que se fizeram importantes progressos, fico com a sensação de que se pode e deve fazer muito mais.

A educação é um dos ODM cujo desempenho angolano destaca como positivo, reconhecendo que se deram importantes passos com vista a alcançar a educação primária. Universal. "A taxa líquida de escolarização no ensino básico aumentou em quase todas as províncias, pelo que é previsível que com mais esforços, o país no seu todo atinja ou registará progressos importantes em relação à meta de escolarização".

Sérgio Calungundo espera que com a realização da cimeira de Nova York surjam medidas concretas e declarações retóricas, mas que "não são acompanhadas" de medidas concretas. "Ainda assim quero ser optimista e que esta cimeira possa sensibilizar os actores políticos no sentido de que é inaceitável os progressos até aqui verificados quando faltam cinco anos para o fim do prazo a que há 10 anos se comprometeram".

As metas estabelecidas pela Organização das Nações Unidas são a erradicação da extrema pobreza e a Fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e autonomia da mulher, reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saú1 – de materna, combater o HIV /SIDA, malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimentos.

1.14 Baixou a Taxa de Mortalidade Infantil em Angola

Jornal de Angola
26 De Setembro de 2010

O Ministro da Assistência e Reinserção Social, João Baptista Kussumua, anunciou, ontem, no Cacuaco, que a taxa de mortalidade infantil em menores de cincos anos baixou de 250 para 195 por mil nados vivos relativamente ao período de 2008 a 2009.

João Baptista Kussumua disse que a redução é fruto do esforço do Executivo angolano, em especial pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, visando o bem-estar da população angolana. "O Executivo angolano, em especial Presidente da República, José Eduardo dos Santos, tem desenvolvido um grande esforço para a p reabilitação da rede sanitária, e construindo unidades danificadas e construindo novas, de acordo com d os assentamentos populacionais.

O ministro falava em representação do vice-presidente da República de Angola, Femando da Piedade Dias dos Santos, no acto central do A Dia do Trabalhador da Saúde, assina lado ontem no mercado do Panguila, município do Cacuaco, sob o lema "Atendimento humanizado, profissionais responsáveis e valorizados rumo à municipalização dos Serviços de Saúde".

Redução da pobreza

o ministro referiu que o Inquérito ao Bem-Estar d"a População de Angola demonstra que a taxa de mortalidade em menores de um ano baixou de 160 para 116, enquanto a taxa de menores de cinco anos baixou de 250 para 195 POI; mil nascidos vivos, no mesmo período.

No que diz respeito à taxa de mortalidade materna, que se situava em tomo da 1.400, ela é agora estimada em 660 por 100.000 nascidos vivos.

Outros progressos constatados no mesmo período são a redução da percentagem de pessoas vivendo em pobreza de 60 para 38 por cento, de crianças com baixo peso de 31 para 16 por cento, das mortes causadas por malária de 35 para 23 por cento. A prevalência do vírus nos Hospitais, criou o Instituto Nacional de Emergência Médica e os fez a revisão da carreira de Efermagem como forma de estancar o êxodo e aumentar o grau de satisfação dos profissionais de enfermagem", frisou mo ministro João Baptista Kussumua estima pelos técnicos de saúde.

O ministro salientou que, para os 5, profissionais de Saúde, o Executivo oferece ainda cursos técnicos na área da saúde nos Institutos Politécnicos, abertos em todas as províncias, no âmbito da expansão Universitária.

As pessoas têm a possibilidade de progredir formando-se em áreas ligadas às próprias profissões. Foi lançada a campanha para a redução acelerada da mortalidade materna e infantil. Este esforço visa o também a redução da pobreza, a melhoria de educação e dos serviços de Saúde. Estas conquistas só são possíveis e sustentáveis por causa do esforço conjunto do Executivo e de todos os trabalhadores de saúde, qualquer que seja o posto de trabalho, sublinhou o Ministro.

Sindicato quer formação

O Secretário-Geral do Sindicato Nacional Independente dos Trabalhadores da Saúde e Função Pública, Luís João, recomendou atenção aos profissionais da saúde, investindo cada vez mais na sua formação e de maneira multifacetada, melhorando as condições de trabalho em todo território nacional e permitindo que exerçam com zelo e abnegação as suas responsabilidades.

O dia 25 de Setembro representa para os angolanos e particularmente os profissionais da saúde uma data de suma importância. E uma homenagem ao doutor Américo Alberto de Barros e Assis Boavida, que foi um dos primeiros médicos de raça negra a formar-se em Medicina em Angola e que se entregou à luta armada de libertação nacional contra o colonialismo português.

O ministro da saúde, José Vieira Dias Van – Dúnem, disse que o Executivo pretende resolver o problema da saúde em todo território nacional e melhorar as condições d (trabalho dos profissionais deste ramo de actividade.

"Vamos procurar resolver o problema da saúde em todo país, começando pelas administrações municipais, porque estão mais próximas das populações. Vamos transferir os recursos da saúde para que possam resolver os problemas que a comunidade enfrenta. Podemos ter também uma intervenção multissectorial mais abrangente, para as questões ligadas à água, ao estado nutricional da população e ao controle de vacinação das crianças disse José Van – Dunem.

Uma das metas do Executivo consiste na desconcertação da saúde, que melhor permite elevar as condições de saúde. Estamos a lançar o programa para a humanização da atenção. Queremos que os Profissionais sintam que o seu trabalho e respeitado. Os nossos utentes têm de se sentir bem tratados. Este esforço vai contribuir claramente para a auto-estima dos profissionais, realçou o Ministro.

2 MICROFINANÇAS

2.1 Camponeses recebem credito

Jornal de Angola
De 3 de Setembro de 2010

O director provincial da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas do Kwanza-Norte, Fernando Mesquita, garantiu, ontem, que camponesas e pequenos agricultores vão receber crédito de campanha sem juros na segunda fase da campanha agrícola, num total de cinco mil dólares.
Femando Mesquita deu a conhecer que o programa já atingiu todos os municípios da província, nos quais foram constituídos comités que terão a missão de avaliar as solicitações das pessoas interessadas na obtenção de créditos.
Segundo ele, para agilizar o processo uma equipa do comité nacional de crédito, composta por técnicos dos ministérios das Finanças e Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, vai realizar um seminário destinado aos comités de pilotagem, durante o qual os prelectores vão informar sobre as modalidades para receber o empréstimo.
A responsável acredita que o programa de concessão do crédito vai ser uma alavanca importante para o desenvolvimento das famílias camponesas e dos pequenos agricultores e vai possibilitá-los comprar meios para aumentar a produção.
Femando Mesquita considerou que o programa visa aumentar os níveis de produção de bens alimentares e, neste momento, está projectada a preparação e mecanização de cinco mil hectares de terra. A distribuição de instrumentos de trabalho, sementes, fertilizantes e a participação do maior número possível de famílias camponesas na produção agrícola são os objectivos que o programa de concessão de créditos pretende atingir.
O técnico disse ainda que o sector da agricultura, no quadro da campanha agrícola que se avizinha, vai melhorar os métodos de produção, com a criação de sistemas de irrigação, no sentido de manter a produção permanente nas áreas que dependem somente das chuvas.
Considerou positiva a campanha agrícola 2009/20 1 O, na qual foram recolhidos aproximadamente 998 mil toneladas de produtos diversos, particularmente amendoim, milho, feijão, mandioca e banana.
Acrescentou que os produtos foram produzidos por 464 associações, com 76.806 associados, 100 cooperativas que trabalharam uma extensão de 84919 hectares.

2.2 Credito de campanha para camponeses

Jornal de Angola
4 De Setembro de 2010

O director-geral adjunto para a área técnica do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), Miguel Pereira, assegurou ontem, em Luanda, haver dinheiro para o sucesso da campanha agrícola 201 0-2011.
Miguel Pereira referiu, em conferência de imprensa, que foi atribuído aos bancos operadores (BPC, BCI, BAI Micro-Finanças e Banco Sol) um montante de 150 milhões de dólares para o crédito agrícola de campanha, virado essencialmente para pequenos agricultores, realçando que o programa ajuda indirectamente um universo de 17 mil famílias.
Nas províncias do Huambo e Benguela, 3.500 camponeses organizados em cooperativas já beneficiaram de créditos no valor de cinco milhões de dólares.
O também membro da comissão técnica de acompanhamento do crédito agrícola referiu que foram constituídos 134 comités locais de pilotagem, que realizam todo o trabalho de localidades e são os responsáveis pela validação dos projectos, já estando a operar em 15 províncias, com excepção do Cunene, Namibe e Zaire.
Os interessados, segundo explicou, devem expor as suas necessidades ao grupo técnico, que por seu turno as encaminha para o comité local de pilotagem (coordenado pelo administrador municipal) que tem a prerrogativa de dar último aval ao financiamento.
O responsável elogiou o trabalho de base desenvolvido nas localidades pelos técnicos das Estações de Desenvolvimento Agrário, da UNAC, bancos comerciais, ONO e sociedade civil, incluindo igrejas.

Divulgação do crédito
Ainda para passar a mensagem sobre os procedimentos do processo de concessão do crédito, acrescentou, decorrem seminários pelo país. Os encontros visam recolher contribuições para tomar o crédito uma arma para combater a fome e a pobreza no país.
O Crédito Agrícola de Campanha é reembolsado em 10 meses, com uma taxa de juros de cinco por cento, tendo anunciado, ainda para este ano, o lançamento do crédito de investimento, ao qual se espera avançar um pacote na ordem dos 200 milhões de dólares.

Facilidades na obtenção
Com o Crédito Agrícola de Campanha as cooperativas podem receber até cinco mil dólares, enquanto no de investimento, virado para médios e grandes agricultores, o valor vai até 500 mil dólares.
O director geral adjunto do IDA reconhece, porém, que o Crédito Agrícola de Campanha, cujo lançamento oficial aconteceu em Junho último, no Moxico, não vai por si só resolver todos problemas do meio rural.

No ano passado, o Conselho de Ministros aprovou um montante de 350 milhões de dólares para impulsionar as actividades agrícolas no país. O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) é o principal dinamizador.

2.3 Crédito agrícola traz benefícios

Jornal de Angola
05 De Setembro de 2010

O crédito agrícola de campanha, lançado pelo Governo, vai ser determinante no agrário que começa este mês em todo o país, afirmou, na sexta-feira, em Luanda, um elemento da Comissão Técnica de Acompanhamento do Crédito Agrícola.
"O crédito vai permitir com que os camponeses tenham acesso aos instrumentos básicos de trabalho para diversificarem as culturas", disse Miguel Pereira, numa conferência de imprensa em que foi divulgado o programa de crédito agrícola do Governo.
N este momento, declarou, estão criadas as condições para começar crédito agrícola de campanha.
Neste âmbito, referiu, 3.500 pessoas das províncias do Huambo e de Benguela, organizadas em associações, receberam já, em kwanzas, o equivalente a cinco mil dólares, para darem início aos projectos.
"O crédito surge para fortalecer o desenvolvimento e serve de suporte para as famílias passarem da agricultura de subsistência."

2.4 Tantos lugares sem vendedores e tanta gente sem lugar

Folha 8
18 De Setembro de 2010

Segundo interlocutores, o vazio das bancadas (falta de vendedores) deve-se à escassez de clientes naquele mercado, levando-os a preferirem a venda ambulante noutros mercados, com destaque para o do Kicolo, tido o mais frequentado, depois do extinto Roque Santeiro.
Durante uma visita àquele mercado, a equipa do F8 verificou um vazio nas secções do comércio interno, imobiliário, electrodomésticos e cigarros. A fuga de vendedores, reconhecida pela Administração do Mercado do Panguila, é apontada como a situação que durará por mais tempo, face a vários factores, um dos quais a pouca venda a grosso e outros citados, ao contrário do Roque Santeiro, e isto leva os comerciantes a fugirem.
"Estou aqui todos os dias a gastar o meu dinheiro de candongueiro, mas de cliente não vejo nada", disse Juliana Tunga, ao acrescentar que a falta de venda a grosso é um dos principais motivos que concorrem para a fuga de clientes. Segundo vendedores, a situação agrava-se, por todos os dias fazerem gastos de transporte, de alimentação e, agora, de taxa mensal.
Juliana Tunga sugere, igualmente, a Administração do Mercado do Panguila viabilizar a existência de armazéns grossistas junto do mesmo, para que este sirva de ponto de reencontro, quer para os vendedores, quer para os compradores, vindos de vários pontos do país.

Vendedores sem lugar
Outra situação verificada à entrada do mercado é a enchente na porta da administração local, onde ex-vendedores do Roque Santeiro e populares do Panguila se reúnem, todos os dias, para reclamar do cumprimento da promessa feita, segundo a qual, com a transferência, ninguém ficaria prejudicado ou sem lugar.
Os descontentes afirmam estar desiludidos com a Administração do Mercado, por esta não ter cumprido, até agora, com a promessa de lhes ceder lugares.
Recentemente, a administração prometeu à imprensa resolver, esta semana, o problema dos outros vendedores, com a inserção de mais um número acima de mil.
Dionísia da Paz, 35 anos, revelou ser cozinheira e não ter sido contemplada com um lugar nos 48 restaurantes possíveis, disponíveis no mercado. Segundo ela, encontram-se pessoas na mesma condição.
Neste momento, circulam informações entre os vendedores, segundo as quais alguns deles possuem duas ou mais bancad2s, enquanto muitos ainda estão na corrida para um lugar, o que os deixa desapontados.
A Administração do Mercado prometeu resolver a questão à luz da tolerância zero, quando questionada a 7 do mês em curso por este jornal.

Vendedores pagarão 4 mil por mês
Depois de muita hesitação à volta da questão, a Administração do Mercado do Panguila chegou, finalmente, a estipular o valor da taxa a pagar por mês. Assim, cada vendedor irá depositar 4 mil Kwanzas na dependência do banco BIC, localizada na respectiva feira.
Em contrapartida, no Roque Santeiro, o valor da taxa não era o mesmo para todos. Os produtos comercializados por cima das viaturas, por exemplo, com os proprietários vindos maioritariamente do Congo Democrático, Mali, Líbia, pagavam a partir de 500 Kwanzas, ao contrário de muitos cuja taxa variava de 100 a 150, diariamente.
A equipa do F8 tentou ao mesmo tempo, ouvira Administração do Mercado, mas em sucesso. Isto contrariou, assim, o que o administrador, Vitorino Kitocolo, tinha assegurado, segundo o qual estaria disponível para esclarecer a razão dos novos cenários naquele estabelecimento comercial.

2.5 Disponibiliza verba para apoiar camponeses

Jornal de Angola
20 De Setembro de 2010

Mais de 400 famílias camponesas do Huambo, Caála e Ecunha vão beneficiar de um crédito agrícola de 336 milhões de kwanzas financiados pelos BPC, BAI Micro Finanças, BCI e Banco Sol, anunciou, ontem, o director provincial da Agricultura.

Joaquim António disse que o crédito agrícola de campanha foi disponibilizado há um mês pelas instituição do Estado e que o seu pelouro que trabalha com os bancos comerciais t sedeados na província na das melhores soluções para a sua execução.

"Grande parte dos beneficiários estão já identificados", declarou acrescentando que, com o valor disponibilizado, os beneficiários podem adquirir cerca de mil toneladas de fertilizantes, 700 de sulfato de amónio e cinco de sementes a hortícolas, além de algumas juntas de gado para tracção". O processo, referiu, é contínuo e, futuramente, pode vir a beneficiar outras famílias camponesas localizadas nos outros municípios que compõe conscrição administrativa do Huambo.

Reabilitação de estradas

Pelo menos 58 milhões de kwanzas serão aplicados, este ano, pelo governo da província do Huambo na reabilitação da estrada das Ombalas de Chiquengue e Upunda, numa extensão de 62 quilómetros, a partir da sede municipal de Catchiungo.

Em declarações à Angop, o administrador do município de Catchiungo, José Manuel dos Santos, revelou que os trabalhos terão·início dentro de alguns dias e a obra já foi adjudicada à empresa nacional de pontes.

De acordo com o administrador, a reabilitação das estradas consta do programa do executivo, que visa fazer com melhor em 2011 se melhore os 210 quilómetros da rede varia do Município de Catchiungo adiantou que para este ano consta na prioridade a construção de um posto medico e uma escola com quatro salas de aulas, obras orçadas em 30 milhões de kwanzas, bem como pontos de agua no Ombala de Upunda.

A Ombala de Upunda dista cerca de 62 quilómetros a Leste da sede municipal de Catchiungo. A sua população dedica – se principalmente a agricultura, privilegiando a produção do milho, feijão, trigo, batata rena e doce, bem como hortícolas diversa.

2.6 Crédito agrícola beneficia camponeses

Jornal de Angola
24 De Setembro de 2010

O crédito agrícola de campanha constitui um instrumento para o desenvolvimento e relançamento da agricultura e vai facilitar a aquisição de insonso agrícolas e meios de trabalho por parte dos camponeses, afirmou ontem, em Ndalatando, o vice-governador do Kwanza – Norte para a Esfera Económica e Social, Manuel Abreu da Silva.

O crédito tem por objectivo financiar as despesas do ciclo produtivo de culturas alimentares, esclareceu o vice-governador. Cada beneficiário receberá em kwanzas o equivalente a cinco mil dólares norte americanos, com uma taxa de juros cifrada em cinco por cento, cobrindo o Estado uma taxa adicional de 16 por cento de bonificação.

O Estado comparticipa igualmente do risco ao crédito, assumindo 80 por cento do capital que venha a ser considerado recuperável no âmbito dos procedimentos estabelecidos por um fundo de garantia financiado pelo Governo.

A acção visa dar resposta aos desafios de combate e redução da pobreza que se consubstanciam no apoio efectivo aos camponeses, na sua actividade agrícola, aumentando o rendimento familiar para melhorar a qualidade de vida no meio rural, acrescentou Manuel Abreu da Silva. O financiamento vai beneficiar camponeses organizados em associações e cooperativas agrícolas.

Para a implementação do programa, de acordo com o regulamento do crédito, foram criadas, a nível da província, órgãos denominados "Comités locais de pilotagem do crédito agrícola", constituídos por representantes das associações de camponeses e da Unaca, apoiados pelos grupos técnicos de acompanhamento local.

2.7 BPC pretende aumentar o crédito

Jornal de Angola
23 De Setembro de 2010

O Banco de Poupança e Crédito (BPC) pretende disponibilizar empréstimos superiores a 500 mil dólares norte-americanos a agricultores e criadores de gado familiares, na medida que os mesmos derem maiores garantias de rentabilizarem o crédito, afirmou ontem a administradora para a área da contabilidade, Fátima Silveira.

"O BPC está disponível a emprestar valores mais altos ao camponês e criador de gado, organizado em associação e cooperativa agrícola e que souber igualmente expandir sua actividade", sublinhou. A gestora explicou que, actualmente, o BPC concede na maior parte micro-crédito às famílias camponesas, em função de todo

o financiamento bancário a nível mundial obedecer sempre ao cumprimento de determinados princípios.
"Devemos ter presente de que uma pessoa que nem sequer tem noção de como implantar o seu projecto não poderá ter acesso a elevadas quantias, para não correr o risco de ficar impossibilitado de efectuar o reembolso", esclareceu.
O Banco de Poupança e Crédito tem de capital social 320 milhões de dólares norte-americanos, teve um resultado líquido em 2009 de 140 milhões de dólares, 216 pontos de atendimento e fundos próprios avaliados em 500 milhões de dólares norte-americanos.
Fátima Silveira disse que a instituição disponibilizou 20 por cento.
Os agricultores poderão beneficiar do aumento do montante de financiamento concedido pelo Banco de Poupança e Crédito (BPC) da sua carteira de crédito para o fomento da actividade agro-pecuária no país.
Em declarações à Angop, sobre o fomento da actividade agro-pecuária, a gestora referiu que o banco disponibilizou 20 por cento da sua carteira de crédito, estimada em 3,8 mil milhões de dólares norte-americanos, ao sector agrário, pelo facto do país ser potencialmente agrícola, com vista ao estímulo dos agricultores e o desenvolvimento da agricultura nacional.
"Sendo o país potencialmente agrícola, nós não podíamos estar alheios a esta grande missão, que é o fomento da produção agro-pecuária", justificou Fátima Silveira.
Para o fomento do sector agro-pecuário angolano, a responsável realço) que o BPC criou, para o efeito, uma direcção de miero-finanças, cujo objecto se prende somente com a concessão e acompanhamento do crédito para o sector agrário.
Face à dimensão do país e a participação de pelo menos três milhões de camponeses angolanos nas campanhas agrícolas, a administradora informou que o banco, em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) e o Ministério das Finanças, desenvolve uma campanha de promoção do fomento agro-pecuário nacional.

2.8 Credito agrícola em Malange

Semanário Novo jornal
24 De Setembro de 2010

Os Camponeses e pequenos produtores agrícolas dos municípios de Cacuso, Caculama e deCalandula, na província de Malanje, começam no final deste mês a ter acesso ao crédito agrícola. Segundo a coordenadora regional.
Norte do Banco Sol, Grp.ça dos Santos Pedro, esta instituição bancária tem disponíveis cerca de três milhões de dólares para financiar os produtores, na compra de tractores, sementes, fertilizantes e outros instrumentos de trabalho.
A gestora bancária acrescentou que perto de 200 potenciais beneficiados estão já registados em Cacuso, enquanto processo idêntico decorre em Caculama e Calandula.
O Crédito agrícola de campanha conta com um período de carência de dez meses e o seu reembolso é determinante para o sucesso do programa. O Bancos BPC, BCI, Sol e BAI Micro -Finanças (BMF) integram o projecto com base num acordo com o governo que envolve urna verba total de 150 milhões de dólares norte-americanos.
As províncias de Malanje, Huambo, Bié, HUl1a, Benguela, KwanzaSul, Benguela e Moxico serão contempladas na primeira fase do empréstimo, aprovado ao abrigo do decreto executivo conjunto 18/10 de 14 de Abril, que privilegia pequenos e Médios camponeses.
Os mentores oficiais deste programa de micro-crédito dizem que ele é uma resposta ao 11 compromisso do Governo angolano de combater a fome e a pobreza, de aumentar as áreas de cultivo, de crescer a produtividade e de diversificar a produção. O Banco Sol tem um balcão na cidade de Malanje (prevê abrir mais um) e outro na vila de Cacuso.

2.2 Pequenos Agricultores no Kwanza-Norte recebem Créditos com Juros Bonificados

Jornal de Angola
25 De Setembro de 2010

Camponeses e pequenos agricultores na província do Kwanza-Norte vão, a partir da segunda época da campanha agrícola 2010/2011, receber crédito de campanha na ordem dos cinco mil dólares, convertidos em kwanzas, com uma taxa de juros de cinco por cento, avançou terça-feira em Ndalatando o vice-governador para a Área Económica, Manuel de Abreu Pereira da Silva.
O responsável, que falava durante a abertura do seminário de capacitação relacionado com os mecanismos de concessão de crédito agrícola, disse que o Estado vai cobrir este processo com uma taxa adicional de 16 por cento em unificação de juros, facto que vai impulsionar a concessão do crédito e o engajamento de todas as potencialidades para o desenvolvimento da agricultura e pecuária.
Segundo o vice-governador, o Estado comparticipará igualmente no risco ao crédito, assumindo 80 por cento do capital, considerando inquebrável no âmbito dos procedimentos já estabelecidos para estes fundos garantidos.
O Governo do Kwanza-Norte, de acordo com o regulamento do crédito agrícola, constituiu a nível.
Municipais órgãos da comunidade local, denominados de comités cais de pilotagens do crédito agrícola, apoiado pelos grupos técnicos de acompanhamento.
Para o governante, o crédito de campanha agrícola constitui um instrumento para o desenvolvimento e relançamento da agricultura, onde os pequenos agricultores

e, poderão, com isso, adquirir os instrumentos de trabalho para preparação mecanizada da terra. O vice-governador disse que, para a redução do índice da fome e pobreza, o Governo criou importantes instrumentos jurídicos relacionados com v: o decreto executivo conjunto e o, regulamento do crédito agrícola, II que terá como objectivo financiar II as despesas do ciclo produtivo e culturas alimentares.
De acordo com o director provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Fernando Humberto Mesquita, quando falava à emissora local da Rádio Nacional de Angola, o programa visa aumentar os níveis de produção de bens alimentares e neste momento projecta-se a preparação de cinco mil hectares de terra mecanizadas, aumento de instrumento de trabalho, sementes, fertilizantes e a participação do maior número possível de famílias camponesas.
O técnico disse ainda que o sector da agricultura vai, para a campanha que se avizinha, melhorar os métodos de produção, com a criação de sistemas de irrigação no sentido de manter a produção permanente nas áreas que dependem somente das chuvas.
Considerou também de positiva a campanha agrícola 2009/20 10, tendo obtido nas duas épocas aproximadamente 998 mil toneladas de produtos diversos, dos quais amendoim, milho, feijão, mandioca e banana.
Acrescentou que estes produtos foram produzidos por 464 associações com 76 mil 806 associados, um leque de 100 cooperativas, com um total de 84 mil 91 S hectares de terras preparadas, 8 mil e 879 lavradas manualmente (mil e 50 mecanicamente).

2.9 BAI/Microfinanças aumenta balcões

Jornal de Angola
29 De Setembro de 2010

No âmbito do processo de crescimento e expansão da sua rede, O Banco BAI Micro Finanças (BMF) conta com mais cinco agências bancárias para atendimento ao público.
Tratam-se das agências do Panguila, no mercado com mesmo nome, da Funda e Kikolo em Luanda, da Quissala no Huambo e de Caxito localizado nas instalações do SIAC-Bengo.
Em declarações ao Jornal deAngola, na terça-feira, Lelika Santos, directora do Gabinete de Marketing e Imagem do BAI Micro Finanças (BMF), estas agências vão assegurar uma maior capacidade de atendimento aos clientes, bem como a população de maneira mais rápida e eficiente, oferecendo variados serviços bancários, desde depósitos, transferências por Westem Union e um conjunto de produtos micro-crédito. A directora do Gabinete de Marketing e Imagem disse que, com a entrada em funcionamento das cinco agências, o) BMF, passa a contar com 13 agências ao nível do país e controla mais de 50 mil clientes.
Temos Luanda com 8 agências, Benguela com duas, Malange, Bengo e Huambo todos com uma agência respectivamente", disse Lelika Santos.
A responsável disse que o banco não exige nenhum requisito para ser cliente do banco. Acrescentou que qualquer indivíduo pode se tornar cliente desde que apresenta a sua identificação pessoal.
"O cumprimento no pagamento das prestações por parte dos clientes está na ordem de 90 por cento", disse.
A título de exemplo, Lelika Santos disse que no micro--crédito as garantias dos clientes, são mais de carácter sociais.
Algumas delas tem a ver com os bens que elas se oferecerem. Questionado a cá do valor que o BMF atribui ao cliente, a responsável responsável que tudo depende da capacidade endividamento do cliente.
Lelika Santos referiu que o Banco concede créditos que vão dos até 50 mil dólares tudo depende da viabilidade do negócio, da capacidade endividamento, os rendimentos e as garantias a dar ao banco.
"Nós atendemos desde a pequena na quitandeira que vende em frente da casa até ao pequeno empresário que tem pequeno estabelecimento que comercial diversos produtos", disse. A directora do gabinete de Marketing e Imagem BMF disse que agência do Panguila vai dar continuidade ao trabalho realizado na agência Nduma devido à transferência mercado do Roque Santeiro par zona do Panguila.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 O Roque Santeiro

Jornal de Angola
1 De Setembro de 2010

Tudo o que é para o bem do povo é sempre bem-vindo". Estas palavras, proferidas por um comerciante do Roque Santeiro que aplaude a decisão do Executivo de transferir os vendedores deste mercado para o Panguila, são partilhadas por outros milhares de pessoas que compreenderam, e bem, que era necessário criar melhores condições para aqueles que no "Roque" vendiam bens e serviços a muitos milhares de compradores.
A transferência dos vendedores do Roque Santeiro, considerado o maior mercado de Angola a céu aberto, para o mercado municipal do Panguila, constitui uma evolução, em termos de condições para os comerciantes, que passam a ganhar um espaço em que poderão realizar a sua actividade com dignidade.
As autoridades, ao realizarem essa transferência, iniciada ontem, não pretendem prejudicar ninguém, e tudo fizeram para que todos os vendedores pudessem continuar a trabalhar em melhores condições.
As mudanças causam sempre algum receio, porque as pessoas têm, geralmente, essas circunstâncias aquilo a que se chama "medo do desconhecido". E normal.
Mas o futuro vai provar que a opção do Executivo de transferir os vendedores para o Panguila foi a melhor. Os receios não se justificam, até porque as autoridades trataram deste processo de transferência com muita ponderação, acautelando direitos e interesses legítimos dos vendedores. O Executivo trabalha para promover o bem-estar de todos e a justiça social.
O Roque Santeiro era um espaço – e isso, muitos vendedores que ali trabalharam reconhecem – que apresentava já problemas de vária ordem.
Rosa Amélia, ex-vendedora do Roque Santeiro, disse ao Jornal de Angola que as condições neste mercado diferem das que existiam no Roque Santeiro. "Eu estive no Panguila e vi que de facto é um grande mercado. 14 Apresenta condições que nunca o Roque Santeiro teve", afirmou.
O Roque vai ser encerrado brevemente e para atrás fica uma longa história de um mercado, criado em 1986, e que constitui uma referência incontornável, não só pela sua dimensão mas também pela diversidade de bens e serviços que lá eram transaccionados.
O Roque Santeiro, pela sua dimensã9, era não só muito conhecido em Angola, mas também no estrangeiro. E que além do extenso espaço que ocupava, o mercado era um local em que, como já tivemos noutras ocasiões de escrever, se transaccionavam muitos milhões de dólares anualmente, tomando-se num dos maiores mercados informais de África.
O Roque foi fonte de rendimentos de muitas famílias ao longo de mais de duas décadas, sobretudo nos anos 90, quando começaram a concentrar-se em Luanda, devido à guerra, muitos milhares de pessoas, que precisavam de ter uma ocupação qualquer para sobreviver.
O êxodo para Luanda de milhares de pessoas contribuiu significativamente para o crescimento do Roque Santeiro que era então uma das principais fontes de abastecimento de mercadorias diversas a preços suportáveis, o que atraía muitos compradores de diferentes pontos do nosso país.
Com o surgimento do mercado do Panguila, teremos os produtos melhor acondicionados, mais organização, melhores condições de higiene, e o Estado terá a possibilidade de tributar a actividade comercial exercida pelos milhares de vendedores, uma actividade que passará agora a ser formal e não informal.
E a tributação dessa actividade comercial significará a entrada nos cofres do Estado de mais receitas, que, por sua vez, poderão servir, quem sabe, para a construção de outras infra-estruturas para albergar mais cidadãos que queiram realizar actividades comerciais.
O Roque Santeiro vai ser encerrado, mas a vida não termina. A vida vai continuar, tem de continuar. Temos de ser optimistas e acreditar que, com trabalho, podemos todos construir progressivamente um país bom para se viver. Nem tudo pode ser resolvido ao mesmo tempo. E certo que há ainda muitos problemas por ultrapassar. Mas cremos que os problemas hão-de ser superados. O importante é que reconstruamos o nosso país, com ordem, organização, disciplina e respeito. Um país não se reconstrói de um dia para outro, em particular o nosso, que tem de edificar quase tudo, por razões que todos nós conhecemos. E justo neste momento, em que milhares vendedores, compatriotas nossos, de diferentes regiões do país, se transferem do Roque Santeiro para o Panguila, prestar-lhes homenagem pelo seu exemplo de dedicação, enquanto trabalhadores que, durante muitos anos e no meio de dificuldades várias, nunca desistiram de, honestamente, se entregarem a uma actividade, que, além de sustentar as suas famílias.

3.3 Ocupação de lugar no Panguila decorre de forma participativa

Jornal de Angola
2 de Setembro de 2010

Depois de um início tímido ontem, o segundo dia destinado ao processo de transferência dos vendedores do mercado Roque Santeiro para o novo mercado do Panguila, a afluência de pessoas aumentou significativamente.
Durante o período da manhã, mais de quatro mil vendedores de diverso tipo de produtos, entre os quais alimentos, bebidas, calçado e mobiliário, estiveram no

Mercado Municipal do Panguila para oficializar o seu lugar. A chegada, o vendedor é identificado e, em função do sector em que está registado, é, lhe atribuído um lugar ou bancada.
O administrador do mercado Vitorino Kitokolo, explicou que o enquadramento decorre de modo faseado e gradual e em conformidade com o cronograma do Governo da Província de Luanda (GPL), que prevê acomodar 8.327 vendedores.
Ao contrário do primeiro dia, em que atenderam apenas 300 pessoas, referiu que o trabalho tem vindo a superar as expectativas. Vitorino Kitokolo estimou que, até ontem, a maior parte dos vendedores tinha confirmado o seu lugar ou bancada de venda. "Existe uma adesão massiva das pessoas, mas estamos a atender todos porque temos um aparato preparado", assegurou.
No interior do Panguila, a agitação que é comum aos mercados de Luanda ganha corpo. Compenetrada no ambiente, encontramos a vendedora Esperança Gaspar, que não esconde a satisfação pela mudança. Vende de ira há mais de 15 anos, tem consciência dos benefícios que representa para a saúde pública o fim do Roque Santeiro e, por isso, elogia a organização e higiene que encontrou no novo posto de venda.
Esperança Gaspar apenas se queixa dos 22 quilómetros de distância que separam o novo mercado do centro da cidade e os atrasos para a conclusão da estrada que liga Luanda à cidade de Caxito.

Espaço para todos
As opiniões em termos de espaço entre vendedores e administração do mercado são divergentes.
Para José Dias, é bem vinda a transferência. Ao Jornal de Angola confirmou que já tem garantido o seu lugar, mas receia que muitos fiquem de fora. Pacientemente, aguarde do o dia de abertura do mercado. E, À semelhança do seu colega de actividade, Adriana Silva, 46 anos, to disse à nossa reportagem que leva dois anos de venda de cabelos, roupas e sapatos, no Roque Santeiro, 5 – local que admite não possuir as mínimas condições de higiene. Ela IS diz que o hábito faz lei, e receia que a transferência traga transtornos por considerar o espaço do mercado do Panguila escasso. "Estamos tristes, porque acredito que não há espaço suficiente para acomodar todos os vendedores", disse.
O administrador do mercado desmente. "Eu garanto que existe lugar para todos os ocupantes do Roque Santeiro, porque temos quatro naves adjacentes que não estavam no projecto inicial de acomodação dos vendedores e ainda mais de 15 mil metros quadrados que é quase metade do mercado".
Vitorino Kitokolo inclui também os 200 armazéns, 36 frigoríficos, 144 lojas, 48 restaurantes, 15 balneários, 13 bebedouros, três bancos comerciais, dois parques de estacionamento, Um posto médico, um posto da Polícia Nacional, uma central eléctrica, uma área administrativa e um parque infantil entre as características do espaço que comporta uma área de 26 hectares, portanto maior que o Roque Santeiro.

Mudança no Roque Santeiro
A transferência dos vendedores do mercado do Roque Santeiro continua. Hoje, terceiro dia desde que começou o processo, serão retirados os vendedores dos sectores dos produtos típicos e calçado. Até agora tudo corre bem.
Manuel Rafael vai hoje para o Panguila. Desde foi criado o novo mercado ainda não esteve no local, mas aguarda ansioso pela positiva. "Somente hoje vou constatar a realidade do Panguila", disse Manuel Rafael.
O comerciante de sapatos espera que em pouco tempo o mercado do Panguila comece a receber clientes. "Espero que com esta mudança as pessoas continuem a visitar-nos", frisou.
Quem também se desloca hoje para o Panguila é Bernardo Baptista, vendedor de roupas. Ele, que acompanhou o surgimento do mercado Roque Santeiro, em 1986, sente-se privilegiado por fazer parte do novo processo de transferência. "Ainda me lembro da pracinha das corridas no São Paulo, antes de nos mudarmos para o Sambizanga", lembrou.
No Roque Santeiro, Bernardo partilha o espaço com mais quatro amigos. Já no Panguila, conta que há possibilidades para cada um deles ter o seu próprio lugar. "Se o processo acontecer como foi planificado, acredito que tenhamos cada um o nosso próprio lugar", disse.
João Kalunga está preocupado com a situação da estrada. "Onde o Governo achar que devemos estar é aí que estaremos. Mas é importante que se melhorem as condições das vias de acesso ao mercado", reforço Laurinda Marques também quer ver melhoradas as estradas para facilitar não só a circulação dos comerciantes como dos próprios clientes. "Se o Governo melhorar as vias de acesso, acredito que todo a gente vai continuar a procurar os nossos produtos", assegurou.
Manuel Quintas é alfaiate e espera que a mudança do Roque Santeiro para o Panguila e outros marcados traga melhoria para os vendedores. Quer que haja uma área em que possam agrupar todos os alfaiates.
"Nós aqui temos a colaboração. E sempre que somos chamados para trabalhos grandes, acabamos por levar outros colegas", disse Manuel Quintas.

3.3 Roque Santeiro "fecha as portas"

Novo Jornal
3 De Setembro de 2010

Depois de muitos falsos alarmes, no dia 30 do mês findo o Governo Provincial de Luanda ganhou coragem e divulgou por comunicado que o maior mercado a

céu aberto do país seria encerrado definitivamente e que na terça-feira, 31, se iniciaria a transferência dos vendedores de forma faseada, por sectores. Domingo, o Roque Santeiro "fecha portas", apesar das reclamações de muitos que ao longo dos anos tiveram no local o seu ganha-pão ou a sua praça. Luxuosos projectos imobiliários são avançados para aquela zona de localização privilegiada com vista para o mar.

O início do fim do Roque gerou um enorme pânico entre 6s vendedores e a administração do mercado, com troca de acusações. Por um lado os comerciantes diziam que a administração não foi cautelosa e que nas poucas reuniões que mantinha com eles não especificava qual seria o último dia, de tal maneira que alguns disseram que foram apanhados de surpresa e com muito negócio para despachar.

"Meu filho não sei o que vou fazer, querem nos tirar do Roque tudo bem, mas tinham que nos avisar com antecedência qual seria dia da transferência. Não é brincarem com as nossas caras. Nos falaram que seria em Julho, em Julho não foi, depois porque no meio de Agosto, também não aconteceu, os fiscais nos falavam que essa transferência está a gerar muita polémica e que por isso só em Janeiro podíamos sair, ficamos mais calmas e agora de pé para mão começa a mudança. Como vai ficar o nosso negócio?" relatava Maria Fernandes, com as lágrimas a correrem-lhe pelo rosto e sem saber qual rumo daria à sua vida, já que a mesma fez questão de frisar que no Panguila não tinha como ir vender as caixas de carne.

Quarta-feira, dia 1, apesar de ser o segundo dia de transferência dos vendedores do Roque Santeiro para o mercado do Panguila, ainda se registava um número elevado de comerciantes no Roque que procuravam despachar o negócio que tinham nos famosos "processos," local onde guardava as mercadorias, até aqueles que os seus sectores já tinham sido transferidos ainda se encontravam no mercado do Sambizanga que a sua contagem regressiva está a decorrer de forma mais rápida, como' disse feirante Muhongo. "Até parece que os dias estão a correr mais rápidos, esse governo não quer nos ver aqui".

Um comerciante que não se quis identificar disse que vai vender os seus produtos na porta da sua casa, e se a polícia lhe proibir irá vender na zunga. O mesmo diz não se ver estar no Panguila a vender os seus discos, uma vez que vive no Sambizanga e o táxi para o mercado de Cacuaco ser quatrocentos kwanzas e que pode vir a aumentar já que o combustível também subiu. Na segunda-feira a administração conversou connosco sobre a transferência, um trabalhador da administração nos disse que na praça do Panguila tem jardim, mas estou a ir vender ou ver plantas?" interrogou-se.

"Por essa transferência que já começou estou a sentir-me muito mal não contava com essa situação, todos os vendedores do mercado estão muito sentidos com o momento que estamos a viver. Se algumas pessoas não falam não é porque não sabem, mas porque estão muito chocadas com a situação, e encontram-se sem palavras para poder expressar os seus sentimentos," desabafava Nazaré Fernandes, vendedora grossista de peixe, que vê a possibilidade do seu negócio ir à falência. Com os nervos à flor da pele, era fácil detectar a insatisfação da vendedora que está no mercado há mais de 15 quilos, e que agora está a ser convidada a abandonar o recinto.

Nazaré disse que ao verificar que a administração do mercado nada explicava sobre a transferência, foi contactar o vice-governador adjunto de Luanda e pediu para que a mudança fosse apenas em Janeiro mas o seu pedido não fui aceite nem negado, segundo ela. A verdade é que faltam dois dias para o fim da praça".

"Aproveitei a ocasião para lhe pedir que a transferência fosse em Janeiro do próximo ano, porque nós os vendedores de frescos, abastecemos os supermercados e mercados da capital do país. Nós diariamente vendemos 5 mil caixas de peixe, e se formos agora ao Panguila como vai ser, uma vez que as estradas que dão acesso ao mercado não estão em condições?"

"Quase todas as vendedoras grossistas pedem empréstimo· nos bancos, e normalmente os empréstimos rondam entre 300 e 200 mil dólares, e para garantir o retorno do dinheiro nesses bancos damos como garantia as nossas residências e outros bens. Tenho certeza que muita gente que é grossista terá problema para pager o dinheiro do banco, tenho certeza que ficarão sem as casas e os outros bens. A verdade é que vamos ficar sem casa sem bens e sem emprego", diz pouco conformada.

Nazaré reconheceu que o mercado do panguila tem todas as condições que um mercado moderno requer, e que no Roque não há condições de trabalho, mas diz que e lá que muitos vendedores estão a garantir a formação dos seus filhos. "A verdade é que o Roque é um' bicho-de-sete-cabeças para muitos governantes com interesse no espaço, mas que antes disso essas pessoas deviam pensar um pouco no povo, ainda mais nesta altura em que o litro de combustível subiu e de certeza que o táxi tomará o mesmo caminho".

3.4 Trabalhar a todo o terreno

Jornal de Angola
4 de Setembro de 2010

A maior parte dos vendedores do Roque Santeiro foi terça-feira ao mercado do Panguila para ver o seu novo local de trabalho e as bancadas onde doravante vão passar a comercializar os seus produtos. Foi um momento de entusiasmo e sobretudo de reconhecimento das novas condições postas à disposição pelo Governo.

Alguns dos novos utentes do Panguila reclamaram dos acessos rodoviários mas a garantia de que o Governo está a trabalhar para os melhorar está patente nas vias

por onde transitaram para chegar ao novo mercado. Muitos puderam ver máquinas e empresas de construção a trabalhar para que as estradas estejam em condições de facilitar a circulação a quem queira dar um pulo ao Panguila e, além de fazer compras, poder desfrutar da paisagem exótica que o local oferece.
Uma pequena parte dos antigos vendedores do Roque preferiu ir para o km 30, porque considera que o Panguila fica muito a leste para as suas pretensões. O km 30 ainda não tem condições para albergar os que aí pretendem instalar-se, mas o Governo está atento a tudo e essas preocupações estão certamente na sua agenda de tarefas a resolver. Nem tudo pode ser feito de um dia para o outro e, por isso mesmo, as soluções vão ser encontradas pelas respectivas autoridades municipais em parceria com o Governo central. O Roque Santeiro oferecia emprego a milhares de pessoas e a ideia é continuar a ter essas mesmas pessoas ocupadas, a desenvolver actividade social útil e em condições dignas. Temos conhecimento de que as administrações municipais estão orientadas para dialogar com os munícipes e equacionarem os problemas que afligem as comunidades, aqueles que são comuns a todos e necessitam de soluções e que estas possam reflectir um salto qualitativo. Porque Angola tem de melhorar em todos os aspectos: no comércio, no ensino, na saúde, na hotelaria e turismo, na agricultura, nas estradas. Enfim, tem de haver qualidade na oferta de bens e serviços à população que consome esses produtos, porque agir assim também é preservar a sua saúde e evitar a propagação de várias doenças, como as que podem ser originadas por produtos em mau estado de conservação, e bem sabemos que no mercado Roque Santeiro muitos foram os clientes que compraram gato por lebre.
O Governo arregaçou as mangas e o lema é trabalhar no sentido de mudar para melhor. O mercado do Panguila não é e não será o único do género no país. Da mesma forma que foram erguidos vários supermercados “Nosso Super” do Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (PRESILD) e várias lojas pedagógicas “Poupa Lá”, outros mercados idênticos ao Panguila vão seguramente surgir. O Governo está atento ao potencial que o comércio informal representa em termos de negócios para a economia e em particular para dar emprego a milhares de pessoas, e por isso mesmo sabe que tem de contar com esse sector para fazer crescer o país, para movimentar mercadorias e fazê-las chegar à grande massa de consumidores que delas precisam.
A construção do mercado do Panguila não pode ser vista apenas como tendo como intenção única acabar com o Roque Santeiro. Oferecer melhores condições de trabalho e dignidade às pessoas foi um dos objectivos, mas o seu surgimento também se enquadra no amplo programa de requalificação urbana que o Governo está a levar a cabo. Um programa que já tocou vários pontos da cidade de Luanda e no qual estão incluídos municípios como o Cazenga, Sambizanga e Kilamba Kiaxi. Quem tem estado a acompanhar todo este movimento urbanístico de construção de novas centralidades facilmente vai se dar conta de que há um plano integrado com vista a oferecer aos luandenses uma melhor qualidade de vida. E nisso o Governo está empenhado e a trabalhar a todo o terreno. O país está a mudar e imagens como a do mercado Roque Santeiro, que na devida altura cumpriu o seu papel, vão ficar para o passado e dar lugar a projectos melhor concebidos, melhor estruturados, melhor inseridos no tecido económico e social e assim todos sairemos a ganhar.

3.5 “O capitalismo Angolano”

Semanário Angolense
4 de Setembtro de 2010

O Roque que tem de tudo a que Pepetela se refere é o Roque Santeiro, principal mercado de Luanda, capital de Angola. Nào é um mercado qualquer. O nome grandioso foi inspirado no assunto que dominava as~ todas de conversa dessa capital na época da sua fundaçao, a telenovela brasileira Roque Santeiro. É um apelido que pegou, ninguém sabe exactamente porquê.
Ao atravessar as suas vielas, fica claro que Pepetela tem razao. O Roque tem de tudo. É o melhor retrato de uma harmonia caótica e bem resolvida. Em seu auge, na década de 1990, era considerado o maior entreposto a céu aberto da África, com 7 mil barracas registradas na administraçào do mercado e outras tantas mais fora dos registros e funcionando a plenos pulmões.
Nessas vielas, encontra-se de tudo o que existe e pode ser comercializado: parafusos, sexo, cigarros, bicicletas, (aparelhos) electrónicos, dólares, euros, filmes, CDs e DVDs piratas, perfumes franceses, uísque escocês, ternos italianos, peças para carros do mundo inteiro, caixões feitos ali mesmo, legumes e verduras directos da horta, peixe fresco recém-pescado do Atlântico, carne de boi, de porco, de caça, de frango, material (d)esportivo, roupas do Brasil com a última moda da novela das 9, mo delitos fashion da Europa e dos Estados Unidos, livros didácticos e remédios e medicamentos doados por governos estrangeiros para serem distribuídos de graça, material de construção, apliques de cabelo e o que mais se imaginar ou precisar. É uma infinidade de produtos e serviços à disposição do freguês. À pronta entrega, de forma a fazer inveja a qualquer loja de departamentos do mundo, mesmo virtual. E, se você não encontrar o que procura aqui no Roque, pode estar certo que é porque não existe…

Sufoco
Numa sociedade sufocada por um Estado repressor e uma burocracia soviética, o Roque é um raro local em Angola em que o empreendedorismo é premiado e as oportunidades estão disponíveis a todos. Mercado livre é uma expressão que se aplica ao Roque como a outros poucos lugares do mundo. Irónico num país que ainda traz uma foice e um martelo em sua bandeira.
"Não vim parar aqui por opção, mas por (uma) questão de sobrevivência", explica o "rasta" Luís, que vende camisolas com o ícone do reggae Bob Marley, enquanto sonha com a sua própria carreira de músico. Marinheiro em um navio pesqueiro de bandeira coreana, um trabalho árduo e com poucos direitos a seu favor, há seis anos Luís sofreu um acidente no qual morreram dois de seus colegas de tripulação. "Mamãe não queria que eu fosse mais para o mar", recorda-se, sem chegar a lamentar pelo seu destino. O mercado foi o caminho natural a ser escolhido no leque de opções que ele tinha à disposição. De lá, Luís tira o seu sustento, ali tem os seus amigos. "Aqui não tem patrão; a gente faz um dinheiro e consegue sobreviver.
Localizado no Sambizanga, hoje um dos bairros mais populosos e violentos de Luanda, o mercado espalha-se por 1 quilómetro quadrado, com vista privilegiada a para o porto e a baía de Luanda.
Caminhar por ele requer agilidade, capacidade de driblar sujei protuberâncias em várias alturas carregadores com os seus carrinhos de mão abarrotados, candongueiros enlouquecidos e compradores apressados que sabem seus caminhos e não estão muito dispostos a se desviar deles. Um mergulho mais profundo também requer aguçada sensibilidade de para, sob uma superfície harmónica e frequentemente festi1 enxergar mal resolvidas tensões étnicas, políticas e regionais que permeiam a sociedade angolana da qual o mercado é um incha, microcosmo. Ali é um lugar coabitação, não de integração.

Visão intimidadora
A primeira visão do Roque intimidadora. Ele. é imponen em sua dimensão, e a sua reptação faz com que os sentid, de alerta fiquem mais sensível principalmente a visão e o c facto. O nariz é o órgão humano que mais intensamente vivência mercado- nem sempre com prazer. Deixar pela primeira vez estrada principal que o margeia e que faz a ligação com o centro de Luanda, a meros 5 quilómetros dali, e entrar no emaranhado de vielas comerciais que ficam um pouco abaixo da pista, é como mergulhar em um novo mundo. Logo que se chega, a sensação é de caos absoluto, uma mistura frenética de gente, sons, odores, poeira e lama fluindo sem trégua entre um labirinto de barracas que parecem prestes a desabar com o menor esbarrão. Circulando pelas vielas, porém, aos poucos o lugar vai apresentando uma lógica própria, e o receio inicial dá lugar a uma sensação de acolhimento. Descobre-se logo que as barracas são agrupadas por sectores em que se concentra a venda de determinados produtos. Nas extremidades ficam aquelas que oferecem comida, cada uma especializada na culinária de alguma região ou etnia angolana. No meio estão os improvisados cinemas, com sessões ininterruptas de filmes de acção ou clips de kuduro, espécie de funk angolano que é a trilha sonora dos musseques, como são chamadas as favelas de lá. Jornalista Brasileiro. O texto "ilustra" uma reportagem publicada em 2007 pelo National Geografic (Br

3.6 Em hora de Komba do Roque Santeiro

Semanário Angolense
4 de Setembro de 2010

1. Como era previsível, o encerramento do Mercado Roque Santeiro tornou-se um facto demasiado converso. De um lado, colocam-se todos aqueles que o julgavam um cancro incrustado nos arredores da nossa cidade - não reconhecendo, pois, qualquer razão para a sua manutenção. Do outro lado, estão os que o olhavam tão-somente como a fonte de subsistência de inúmeras famílias dando, assim, menor importância às restantes dimensões que o problema envolve.

2. Porém, o Roque Santeiro é comummente conhecido pela precariedade das instalações; pela falta de higiene do meio; pela gritante imagem de degradação; pelo tipo de comércio que alimentou (convivendo lado a lado o comércio legal com o comércio ilegal); pelos riscos de assalto que corriam quer os vendedores, quer os compradores; pela disseminação de certas práticas imorais que lhe emprestaram uma conotação negativa.

3. Durante a sua existência de cerca de 20 anos, o Roque Santeiro foi também muito referenciado pela incapacidade de se controlar a qualidade dos bens lá vendidos e de alguns serviços lá prestados. Enfim, podemos dizer que o Roque Santeiro foi uma amálgama de várias coisas, nem todas muito boas. Tornouse, por isso, uma má referência da nossa cidade, mas, igualmente, um espelho da capacidade de sobrevivência dos angolanos, sempre preparados para acharem soluções expeditas, quando confrontados com as adversidades.

4. O Roque Santeiro nasceu como uma consequência da guerra, uma guerra que lançou milhões na busca de novas e mais seguras paragens. Todos nós nos lembramos da forma desordenada como se encheram as cidades, com gente fugida do interior, gente desenraizada, sem capacidade de sobrivivenecia, a capacidade de sobrivivencia, a não ser por meio da venda informal, ou da prestacao de serviço de baixa complexidade.

5. Sem soluções alternativas porque confrontados com outras prioridades - as autoridades políticas e administrativas deixaram que aquele verdadeiro polvo crescesse sem controlo. Tornouse, assim, o Roque Santeiro no maior mercado informal a céu aberto que se conhece no nosso continente. Em consequência, transformou-se também num "local de peregrinação" para visitantes e para os jornalistas estrangeiros mais ávidos de uma reportagem exótica, mesmo que degradante, em busca de imagens capazes de ilustrar os engenhosos esquemas de sobrevivência de que o nosso povo se foi socorrendo nos momentos de grande aflição.

6. Mas houve também quem tivesse visto o Mercado Roque Santeiro com outros olhos, numa perspectiva mais benevolente: como um espaço de convivência multi-étnica e multirácica. Para esses, a dimensão comercial foi relegada para segundo plano. Aos seus olhos, tornou-se mais evidente a vertente sociológica, matizada pela nossa capacidade integradora.

7. Nos últimos anos, até chineses, vietnamitas, senegaleses, marroquinos, libaneses, e gentes das mais longínquas proveniências lá se fixaram como comerciantes, como prestadores de serviços, falando as suas línguas maternas, arranhado o português … O mercado Roque Santeiro ganhou, assim um estatuto internacional e multicultural. Tornou-se simbólico, mesmo referencial –quer no bem quer no mal.

8. O Governo Provincial de Luanda anunciou que, finalmente, chegou o seu fim definitivo. A maioria dos seus vendedores está a ser encaminhado para o Mercado Municipal do Panguila. Outros poderão ir para as praças de bairro que existem. O Governo Provincial de Luanda disse ainda que os vendedores transferidos para as praças, fazem-no por vontade própria, uma vontade que terá sido expressa aquando do cadastramento realizado pela actual Administração do Mercado Roque Santeiro. Com as transferências, todos eles beneficiariam de "melhores condições organi7 zativas, de segurança, de habitabilidade, comodidade e higiosanitárias". Ganharia, pois, "a saúde pública, o saneamento do meio e os direitos do consumidor".

3.7 Só os malfeitores estão descontentes com a evacuação do Roque Santeiro

Semanário Angolese
4 de Setembro de 2010

O administrador municipal do Sambizanga, José Tavares, o homem do Governo Provincial de Luanda mais directamente ligado ao processo de encerramento do mercado Roque Santeiro, disse, nesta quinta-feira, em conversa com o Semanário Angolense, que os vendedores e outros que se têm manifestado contra a transferência para o Panguila serão pessoas ligadas a actividades ilícitas, que vêem assim o seus negócios em perigo.
"Os descontentes são certamente pessoas que comercializavam produtos roubados do Porto de Luanda, ou vendedores que fugiam ao fisco, que se vêem assim sem margem de manobras para as suas actividades ilícitas", disse José Tavares, indiferente às reclamações de vários visados pela transferência do mercado, como se tem visto nas televisões ou ouvido em programas radiofónicos.
Os protestos têm sido veementes, mas o administrador municipal do Sambizanga insiste em como contudo tem estado a correr quase às mil maravilhas.
O edil havia garantido na quinta-feira que até no dia seguinte o processo de transferência estaria já terminado, uma vez que a aderência ao processo por parte dos vendedores cadastrados teria ultrapassado as próprias expectativas das autoridades.
Segundo ele, dos cerca de oito mil e trezentos feirantes cadastrados, mais de 90 por cento haviam sido já "acomodados" no Panguila na quinta-feira, contando de concluir o processo na sexta, se bem que o encerramento oficial do considerado maior mercado a aberto de Africa se faria apenas aos Domingos, tal como estava previsto desde então.
Interrogado sobre um alegado défice de mais de 10 mil lugares que se registaria entre o total efectivo de feirantes do Roque Santeiro, cerca de 20 mil, segundo dados informais, e dos lugares disponíveis no Panguila, um pouco mais de oito mil, José Tavares desconsiderou a questão, ao garantir que as autoridades do mercado tinham apenas cadastros muito menos de metade do numero empolado.
O administrador municipal do Sambizanga disse também, que na eventualidade de haver algum desacerto, o pessoal que não coubesse no Panguila seria colocado em outros mercados da cidade, de acordo com o local de residência dos candidatos. "Muitos mercados municipais estão as moscas, porque muitos vendedores, mesmo tendo la bancada, preferem vender na rua. O mercado do São Paulo e um bom exemplo disso ". disse José Tavares.

Em relação ao acesso ao Panguila, que serão a principal razão da onda de descontetamento popular face a mudança edil disse que a partir de sexta-feira o governo central haveria de por ja mãos a obra para resolver o problema, pelo que se esbatera e mais rapidamente possível este quesito, que tem sido esgrimido como o argumento de base para se criticar a alegada precipitação do governo quanto ao inicio do encerramento do Roque Santeiro.
O administrador municipal do Sambizanga fez questão de desmentir uma notícia que fazia alusão a um acidente

de viação fatal supostamente ocorrido na quarta-feira, no qual, segundo as nossas fontes, teria morrido uma vendedora do Roque Santeiro quando regressava do Panguila, onde fora levar algumas das suas "imbambas" retiradas do mercado da Boavista, numa das várias levas a que seria obrogada a fazer. O acidente teria envolvido o Hiace da candonga em que se fazia transportar e do qual haviam também resultado vários feridos.
"Isto e mentira", disse categoricamente o edil.
Interrogado depois a José Tavares escusou-se oficialmente o que no espaço que o Roque irá libertar, promete-lo apenas na próxima já que, como disse, a p estava na evacuação d(mercado. "Primeiro va: bar a transferência e só d iremos debruçar sobre o feito no recinto", defendeu-se o "autarca" do Sambizanga.
Tal como ele, algum figuras do executivo recusaram-se também abertamente do assunto escudados nos mais variados pretextos. Tal foi o caso de Hélder director do Instituto de Urbano do Governo, assim uma figura da direcção provincial da Comunicação Social, que nos remeteu para o ministério do Urbanismo e Habitação, onde não conseguimos chegar a fala com quem quer que fosse. Umas das alternativas apontadas por Hélder José, o administrador José.
No entanto, o Semanário Angolense já fez questão de trazer alguma luz sobre o assunto em várias ocasiões. Já em Fevereiro de 2005, numa matéria sobre uma eventual "requalificação" do Bairro Operário e do Sambizanga, o jornalista Severino Carlos, citando fontes seguras, dizia o seguinte: "Como já é do domínio público, o mercado Roque Santeiro vai desaparecer já dentro em breve. Naquele espaço surgirá um lote de habitações de dois pisos que servirá para acolher, definitiva ou transitoriamente, muitas famílias que forem desalojadas no próprio Sambizanga ou no Bairro Operário".
E acrescentava: É também naquela frente marítima que se está a pensar erguer várias torres de habitação de luxo, assim como de escritórios. Um ou dois hotéis podem nascer ali. A filosofia, ao que apurou o nosso jornal, é fazer com que não haja nenhum 'apartheid' e (que) comunidades de baixa renda possam coabitar com as de alto rendimento)).
Dizia ainda que, mais abaixo, ao longo da linha-férrea, se previa a instalação de uma área de comércio de produtos de bens perecíveis, ao lado de zonas projectadas para o efeito, organizadas com água e tudo.
Com ligeiras diferenças, a mesma coisa voltou a ser dita por este jornal em ocasiões mais recente.
Isto sugere uma pergunta: há alguma dose de verdade no que já dizíamos então ou a história acabará por ser outra, bem diferente? A resposta nos será dada nos próximos dias,' tal como prometeu o administrador municipal do Sambizanga aguardemos.

3.8 Altos e Baixos

Semanário Angoleses
4 de Setembro de 2010

Rendido, provavelmente, aos apetites imobiliários de uns quantos endinheirados, o Governo decidiu esta semana acabar com o "Roque Santeiro".
Daí que a transferência dos milhares de vendedores para o Panguila esteja a ser interpretada como uma medida precipitada por parte do Executivo, que não terá cuidado, dentre outros aspectos, das acessibilidades ao novo mercado. As vias de circulação rodoviária para aquela comuna não oferecem grandes garantias de segurança e teme-se que o número de acidentes na aquele troço, onde não existe um separador na via ou, ainda, passagens áreas para peões, venha a engordar as estatísticas negras da sinistralidade rodoviária.

3.9 Produtos vendidos no Panguila serão inspeccionados à entrada

O Independente
De 4 de Set. de 2010

As mercadorias que serão comercializadas no Mercado Municipal do Panguila, em Cacuaco, vão passar por uma inspecção e triagem, através de brigadas especializadas, de forma a acautelar-se a venda de produtos expirados ou em mau estado de conservação.
A afirmação é do governador provincial de Luanda para a Esfera Económica, Francisco Domingos, acrescentando que as equipas serão integradas por funcionários do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (Inadec), da Polícia Económica e das administrações de Cacuaco e do próprio mercado.
De acordo com o responsável, para maior controlo, o cadastramento dos oito mil e 327 vendedores do mercado será informatizado e cada um terá direito a um passe que deverá ser exibido na portaria na altura do acesso e de transporte de mercadoria. "Essa é uma medida que surge para disciplinar os vendedores, fiscalizar a actividade e proteger o consumidor, que acaba sempre por ser a principal vítima destas anarquias. E vai também ajudar na gestão do mercado pela Administração Municipal de Cacuaco e manutenção da higiene do local" - disse.
O mercado do Panguila, como também é vulgarmente chamado, tem uma capacidade para oito mil e 376 vendedores, cinco mil e 376 bancadas fixas e três mil lugares disponíveis na zona ambulante (espaço livre). Neste momento estão cadastrados oito mil e 327 pessoas.
Com uma área de 250 mil metros quadrados, tem entre outras infra-estruturas 48 restaurantes, 144 lojas, 200 armazéns, oito quiosques, 19 casas de banho, um posto médico e 36 câmaras frigoríficas, balcões do Banco

BIC, BFA e BPC, de acordo com o director provincial das Obras Públicas de Luanda, Torres Bunga.
Localizado no município de Cacuaco, Norte de Luanda, o centro comercial possui mais de dez naves (pavilhões) e várias secções, com realce para a dos frescos ou perecíveis, de detergentes, electrodomésticos, hortaliças, frutas, bebidas, lacticínios, entre outros.
A praça do Roque, até ao momento considerada como a maior de África a céu aberto, absorve mais de 20 mil comerciantes, mas por não dispor de condições de sanidade adequadas para a actividade e face ao projecto do Governo de requalificação social do município do Sambizanga, será oficialmente encerrada amanhã, domingo, dia 5 de Setembro.

3.10 Porque, Sinhozinho Malta Porcina e Zé das Medalhas

Semanário Angolense
De 4 de Set. de 2010

Roque Santeiro foi uma telenovela brasileira produzida pela Rede Globo e exibida no Brasil de 24 de Junho de 1985 a 22 de Fevereiro de 1986, com 209 capítulos. Outros países, entre os quais Angola, tiveram depois o privilégio de assisti-la. Tendo em consideração o facto dela estar na génese da denominação do que acabaria por ser o maior mercado a céu aberto em África, nascido em 1986, tudo indica que a sua transmissão pela TPA se tenha iniciado neste mesmo ano.
Escrita por Dias Gomes e Aguinaldo Silva, a partir de uma peça teatral - "O Berço 40 Herói" - Dias Gomes, teve também as colaborações de Marcílio Moraes e Joaquim Assis e pesquisa de texto de Lilian Garcia, sendo dirigida por Gonzaga Blota, Paulo Ubiratan, Marcos Paulo e Jayme Monjardim.
José Wilker, Regina Duarte e Lima Duarte foram os protagonistas e Armando Bógus o antagonista central da história.
A história passa-se na cidade fictícia de Asa Branca (nome pelo qual ficaria também conhecido um então mercado informal angolano), em algum lugar do Nordeste brasileiro.
Há uns anos, o "coroinha" Luiz Roque Duarte, conhecido como Roque Santeiro, devido à sua habilidade em modelar santos, morre às mãos dos homens do bandido Navalhada, logo após o seu misterioso casamento com a desconhecida Porcina. Santificado pelo povo, que lhe atribui milagres, tornou-se um mito e fez prosperar a cidade à volta da sua história de heroísmo. Só que Roque, afinal, não está morto e volta à cidade, ameaçando pôr um fim ao mito.
A sua presença leva ao desespero o padre Hipólito, o perfeito Florindo Abelha e o comerciante Zé das Medalhas, principal explorador do santo. Mas, o maior prejudicado é Sinhozinho Malta, o todo-poderoso fazendeiro sítio, que vê ameaçado o seu romance com a "viúva" Porcina, que, afinal, nunca fora casada com Roque e sempre vivera à sombra de uma mentira articulada por Malta. Mentira institucionalizada para fortalecer o mito e daí retirar vantagens pessoais.
Ao retomar, Roque interfere na relação de Sinhozinho e Porcina, além de reacender a paixão de Mocinha, a verdadeira noiva, que nunca se conformara com o seu desaparecimento e que se manteve casta à espera de seu amor, mesmo pensando que ele estivesse morto. Ela é filha do perfeito Flô e da Beata dona Pombinha, sendo cortejada pelo soturno professor Astromar Junqueira, suspeito de ser o lobisomem.
Asa Branca também fica agitada com a chegada de Matilde, que monta o único hotel da cidade, a Pousada do Sossego, trazendo do Rio de Janeiro duas prostitutas, Ninon e Rosaly, que vão trabalhar na sua "Boate Sexus", e enfrentar a ferrenha oposição do padre Hipólito e das beatas da cidade, comandadas por dona Pombinha Abelha.
Também chega à cidade a equipe de filmagem comandada por Gelson do Valle, o cineasta que vai filmar "A saga de Roque Santeiro". A película tem como astros principais a actriz Linda Bastos, casada com o ciumento Tito e por quem o director é apaixonado; e o mulherengo actor Roberto Mathias, que acaba por se envolver com a viúva Porcina, com Tânia, filha de Sinhozinho Malta, e com Lulu, a reprimida esposa de Zé das Medalhas.

3.11 A ATL não está de acordo com esta posição

A Capital
De 4 à 11 de Set. de 2010

O presidente da Associação dos Taxistas de Luanda, (ATL), Manuel Faustino, por exemplo, em declarações ao A Capital, a este respeito, considerou que a medida do Executivo só vem agravar o que já estava numa situação desajustada, sendo que o combustível, em seu entender, é a ferramenta de base para os taxistas.
"Estamos há mais de um ano a solicitar a nova tarifa e nunca tivemos uma resposta", reclama Faustino, que mais adiante faz saber que há mais de seis meses que remeteram uma segunda proposta, tendo em conta que, a cada dia, o reajustamento da tarifa impõe-se.
Para o espanto da ATL, a resposta que lhe foi dada, apontava que a instituição estatal que trata do assunto foi extinta.
"Há uma semana enviaram outra carta, dizendo que a área responsável, já não existe", afirmou, deixando claro que esta situação deixou-o a si e seus associados mais constrangidos, pois que já lá vão dois anos de espera.
A determinação de preços e tarifas é da competência do Gabinete de Preços e Concorrência, (GAPC), um gabinete adstrito ao Ministério das Finanças. Uma vez

extinto, Manuel Faustino procurou junto da instituição de tutela, uma solução aos seus problemas.
O que a ATL parece pretender acautelar, é que com o aumento do preço dos combustíveis haja anarquia por parte doa taxistas, quanto à subida da corrida. É que se nos dias que correm, por várias razões já se cobra acima de 100 kwanzas pela tarifa, com o preço da gasolina estabelecido nos 60 kwanzas, a situação adivinha-se pior.
"Até ao dia 02 de Setembro corrente, nenhum órgão do Estado foi, oficialmente, preparado para receber e resolver o problema da tarifa de táxis", lamenta Manuel Faustino, ao prosseguir, que com isso, "os taxistas estão chateados, furiosos, sem saber o que fazem.
"Não sabemos onde ir e com quem podemos negociam, reforçou.
Enquanto o Executivo não indica a instituição que sirva de interlocutora válida para a ATL e outros, a população já vai sofrendo o aumento para valores nunca antes vistos, da tarifa dos táxis.
Mas ainda assim, garante Faustino, os taxistas aguardam por uma negociação entre a Associação e qualquer órgão do Executivo, indicado para tal. Eles sabem que o Governo Provincial de Luanda e o Ministério dos Transportes, enquanto órgãos de tutela, estão presentes, porém, nenhuma destas duas instituições públicas está vocacionada para deliberar preços.
Em relação à situação vertente, aumento do preço dos combustíveis, Faustino acredita apenas em momentos difíceis, deixando ao critério de cada um a escolha do que poderá acontecer nos próximos dias.
"É bem verdade que cada um tem o direito de raciocinar e esperar o que pode vir a acontecer. A ATL não está de acordo com esta posição. Por isso, aguardamos uma atitude por parte do Estado", manifestou.
Neste momento, a ATL controla 30 mil taxistas, o que Manuel Faustino considera um verdadeiro exército de carros para transportar gente.
"A população precisa muito dos nossos serviços. Por isso, deviam pensar bem, antes de tomar determinadas atitudes", aconselhou.

3.12 A voz do povo contra a do administrador

A Capital
De 4 à 11 de Set. de 2010

O administrador do Roque Santeiro em vias de extinção, Vitorino Sabalo Kitocolo, reconduzido, no entanto, com o seu pelouro, para dirigir o mercado municipal do Panguila, disse à nossa reportagem que não se está a fazer pressão sobre os vendedores.
De acordo com ele, estão todos consciencializados, tanto é que alguns deles já estão no Panguila e foram orientados a contactarem os seus chefes de sectores, para lhes receberem e lhes dirigirem aos seus respectivos lugares.
"A administração só se vai retirar na segunda-feira, porque temos de acompanhar o processo e dar esclarecimentos, tanto às pessoas menos atentas, como à imprensa", enfatizou, para mais adiante reforçar que, "o mercado ainda está a funcionar em pleno".
"Foi negociado que vendessem até domingo, 05, e a partir de segunda-feira, o mercado não abrirá para nenhum vendedor", esclareceu, revelando que, "os proprietários dos armazéns localizados nas proximidades do mercado em extinção, foram amplamente envolvidos no processo. Por isso, no interior do mercado do Panguila foram construídos armazéns para os albergam.
Apesar destas declarações de Vitorino Kitocolo, no terreno, isto é, tanto no Roque como no Panguila, a realidade é diferente. No Roque, enquanto alguns se movimentam, pois acreditam não estarem em altura de enfrentar qualquer máquina de repressão, outros queixam-se de que não lhes foi dado tempo suficiente para se prepararem.
É prática corrente entre quase todos os vendedores informais angolanos a "kixikila", um processo de empréstimo colectivo de dinheiro em sistema rotativo, no qual, um é beneficiário a cada semana ou fim do mês. Com o destroçar do mercado, muitas destas correntes ficaram perdidas.
Já no Panguila, ao chegar, depara-se com uma monstruosa obra. E como tudo o que é novo cria entusiasmo, as pessoas afluem. Em pouco tempo, a grande decepção. Habituados a vender seus produtos em lugares espaçosos, eis que no Panguila o dilema é falta de lugar. Os comerciantes reclamam que as bancadas são insuficientes. Em maus lençóis estão, principalmente, os vendedores grossistas.

3.13 Capitalismo angolano

Semanário Angolense
De 4 de Set. de 2010

O Roque que tem de tudo a que Pepetela se refere é o Roque Santeiro, principal mercado de Luanda, capital de Angola. Não é um mercado qualquer. O nome grandioso foi inspirado no assunto que dominava as rodas de conversa dessa capital na época da sua fundação, a telenovela brasileira Roque Santeiro. É um apelido que pegou, ninguém sabe exactamente porquê.
Ao atravessar as suas vielas, fica claro que Pepetela tem razão. O Roque tem de tudo. É o melhor retrato de uma harmonia caótica e bem resolvida. Em seu auge, na década de 1990, era considerado o maior entreposto a céu aberto da África, com 7 mil barracas registradas na administração do mercado e outras tantas mais fora dos registros e funcionando a plenos pulmões.
Nessas vielas, encontra-se de tudo o que existe e pode ser comercializado: parafusos, sexo, cigarros, bicicletas, (aparelhos) electrónicos, dólares, euros, filmes, CDs e DVDs piratas, perfumes franceses, uísque escocês, ternos italianos, peças para carros do mundo inteiro, caixões feitos ali mesmo, legumes e verduras directos da horta, peixe fresco recém-pescado do Atlântico, carne de boi, de porco, de caça, de frango, material desportivo, roupas do Brasil com a última moda da novela das 9, modelitos fashion da Europa e dos Estados Unidos, livros didácticos e remédios e medicamentos doados por governos estrangeiros para serem distribuídos de graça, material de construção, apliques de cabelo e o que mais se imaginar ou precisar. É uma infinidade de produtos e serviços à disposição do freguês. À pronta entrega, de forma a fazer inveja a qualquer loja de departamentos do mundo, mesmo virtual. E, se você não encontrar o que procura aqui no Roque, pode estar certo que é porque não existe...

Sufoco

Numa sociedade sufocada por um Estado repressor e uma burocracia soviética, o Roque é um raro local em Angola em que o empreendedorismo é premiado e as oportunidades estão disponíveis a todos. Mercado livre é uma expressão que se aplica ao Roque como a outros poucos lugares do mundo. Irónico num país que ainda traz uma foice e um martelo em sua bandeira.
"Não vim parar aqui por opção, mas por (uma) questão de sobrevivência", explica o "rasta" Luís, que vende camisolas com o Ícone do reggae Bob Marley, enquanto sonha com a sua própria carreira de músico. Marinheiro em um navio pesqueiro de bandeira coreana, um trabalho árduo e com poucos direitos a seu favor, há seis anos Luís sofreu um acidente no qual morreram dois de seus colegas de tripulação. "Mamãe não queria que eu fosse mais para o mar", recorda-se, sem chegar a lamentar pelo seu destino. O mercado foi o caminho natural a ser escolhido no leque de opções que ele tinha à disposição. De lá, Luís tira o seu sustento, ali tem os seus amigos. "Aqui não tem patrão; a gente faz um dinheiro e consegue sobreviver".

Localizado no Sambizanga, hoje um dos bairros mais populosos e violentos de Luanda, o mercado espalha-se por 1 quilómetro quadrado, com vista privilegiada para o porto e a baía de Luanda.

Caminhar por ele requer agilidade, capacidade de driblar sujeira, protuberâncias em várias alturas, carregadores com os seus carrinhos de mão abarrotados, candongueiros enlouquecidos e compradores apressados que sabem os seus caminhos e não estão muito dispostos a se desviar deles. Um mergulho mais profundo também requer aguçada sensibilidade para, sob uma superfície harmónica e frequentemente festiva, enxergar mal resolvidas tensões étnicas, políticas e regionais que permeiam a sociedade angolana, da qual o mercado é um inchado microcosmo. Ali é um lugar de coabitação, não de integração.

Visão intimidadora

A primeira visão do Roque é intimidadora. Ele é imponente em sua dimensão, e a sua reputação faz com que os sentidos de alerta fiquem mais sensíveis, principalmente a visão e o olfacto. O nariz é o órgão humano que mais intensamente vivencia o mercado - nem sempre com prazer. Deixar pela primeira vez a estrada principal que o margeia, e que faz a ligação com o centro de Luanda, a meros 5 quilómetros dali, e entrar no emaranhado de vielas comerciais que ficam um pouco abaixo da pista, é como mergulhar em um novo mundo. Logo que se chega, a sensação é de caos absoluto, uma mistura frenética de gente, sons, odores, poeira e lama fluindo sem trégua entre um labirinto de barracas que parecem prestes a desabar com o menor esbarrão. Circulando pelas vielas, porém, aos poucos o lugar vai apresentando uma lógica própria, e o receio inicial dá lugar a uma sensação de acolhimento. Descobre-se logo que as barracas são agrupadas por sectores em que se concentra a venda de determinados produtos. Nas extremidades ficam aquelas que oferecem comida, cada uma especializada na culinária de alguma região ou etnia angolana. No meio estão os improvisados cinemas, com sessões ininterruptas de filmes de acção ou clips de kuduro, espécie de funk angolano que é a trilha sonora dos musseques, como são chamadas as favelas de lá.

3.14 Combustíveis e Roque Santeiro

Semanário Angolense
De 04 de Set. de 2010

No espaço de apenas alguns dias, o Governo anunciou duas medidas de carácter aparentemente impopular, como é a subida do preço dos combustíveis e o desmantelamento do mercado Roque Santeiro. No entanto, em ambos os casos e para as duas decisões, nunca como agora os especialistas, economistas de um lado, ambientalistas e urbanistas de outro, apareceram de forma quase unânime a dar ao Governo um tão generalizado tratamento nobre.
Nesta Angola despida de ideologias, é comum às vozes representativas da opinião pública adoptarem a atitude do touro para investirem contra decisões institucionais, posicionando-se à esquerda quando o Governo legisla à direita, e à direita quando é decidida matéria legislativa de pendor esquerdista.
Não é o caso do povo: quando populares foram escutados pelo Semanário Angolense sobre qualquer uma dessas matérias (ver interior deste jornal), manifestaram descontentamento, não contra a subida do preço dos combustíveis, mas contra a inflação subjacente.í1 essa medida; nem contra o desmantelamento do Roque Santeiro, mas contra o alojamento destinado aos vendedores no Panguila.
De maneiras que, quando, na ressaca desses acontecimentos tivermos que escolher qual das duas medidas é mais impopular, se o aumento do preço dos combustíveis ou o desmantelamento do Roque Santeiro, apenas encontraremos impopularidade na inflação e no Panguila.
Efectivamente, os especialistas alertaram a seguir ao anúncio da subida do preço dos combustíveis que tal suscita expectativas e aumentos dos custos sobre a actividade agrícola e industrial, já imediatamente, com o que isso representa para os preços de consumo final.
Pela sua experiência, o povo também sabe e lembra-se muito bem de que mexidas sobre os preços dos combustíveis geram atitudes de aproveitamento, com o que uma subida sobre os preços dos combustíveis, pode resultar em incrementos dos preços que superam abundantemente o facto que os originou.
É que nunca como agora essas suspeitas tiveram tanto fundamento, porque nunca antes os efeitos de um aumento do preço dos combustíveis estiveram associados ao desmantelamento de um negócio de dimensões territoriais como o Roque Santeiro e o seu afastamento para uma localidade como o Panguila, para todos os efeitos, um sitio remoto.
Ora, um aumento das tarifas do frete para o mercado do Panguila já era admitido quando se tinha em consideração a simples localização geográfica do sítio. Prever agora a nova circunstância representada num aumento dos preços que se adivinha com o que aconteceu aos combustíveis será impactante demais caso com o desmantelamento do mercado, não fique também desmantelada a sua característica de determinar os preços de consumo.
A discussão do anúncio destas duas medidas é uma discussão degenerativa por degradar qualquer abordagem assertiva. Tentativas dessas resultam sempre no debate de questões periféricas.
O fundamental resulta invariavelmente esquecido até numa situação como essa, em que está os anúncios oficiosos dizem que o preço desejável da gasolina é o de um dólar por litro, deixando subjacente que haverão novos aumentos dos preços dos combustíveis.
A tentação de atribuir ousadia ao Governo torna-se imensa numa discussão como essa, mas, ao contrário, parece que estamos diante de um sinal dos tempos.
Nos tempos em que a liderança do país esteve concentrada na afirmação do poder político, arriscar o eleitoralismo do Governo teria sido um facto encarado como um crime de lesa pátria, o que aconteceu até quando equilibrar indicadores macroeconómicos como o câmbio por via de leilões.
O cargo de ministro das Finanças foi o mais povoado nos tempos em que a liderança angolana se manteve inteiramente preocupada com a preservação do seu poder.
Hoje, porém, os documentos programáticos do Governo chegam a fazer referência a uma "liderança económica", com o que medidas julgadas impopulares haverão de tornar-se frequentes com o objectivo de continuar as reformas económicas sempre interrompidas no passado.
Isso faz lembrar os construtores amiúde encontrados a trabalhar nas avenidas de Luanda sob letreiros em que se lê: "desculpe, estamos em obras. O incómodo de hoje é o sossego de amanhã".

3.15 Sem esquecer a floresta…

A Capital
De 4 à 11 de Set. de 2010

A morte do mercado Roque Santeiro, maior a céu aberto na Africa Austral, foi anunciada, com o início da transferência faseada dos seus vendedores para o mercado do Panguila, que, pela sua dimensão, é incapaz de absorver a todos.
O mercado, um autêntico ícone de Luanda, uma referência obrigatória, deixará de existir naquele espaço térreo do Sambizanga, contíguo ao famoso Campo Mário Santiago. Enquanto se manteve em vida, aquela era uma área comercial, onde se vendia e comprava tudo, que serviu de fonte de abastecimento e subsistência de famílias inteiras, sobretudo no auge do conflito armado, em que escasseava tudo. Lá, no Roque, comprava-se da agulha ao sexo, quer infantil, quer adulto, em nome de uma necessidade que se sobrepunha à moral.

O Roque, em boa verdade, necessita de um tratamento e aproveitamento melhor, de uma verdadeira cirurgia plástica, capaz de a transformar na sua totalidade, longe de acoitar reles criminosos, com férteis negócios de armas, de drogas e mortes por encomenda, não fosse, aliás, um gigante capaz de "engolir, cálculos feitos, cerca de 500 campos de futebol, estendido numa área de mais de um quilómetro de comprimento por 500 de largura, dimensões que justificavam o acolhimento de milhares de pessoas, entre homens e mulheres, que, com chuva, frio ou sol, buscava naquele espaço de crua terra batida, o seu e o sustento dos seus mais próximos.
"(…) Enquanto se manteve em vida, aquela era uma área comercial, onde se vendia e comprava tudo, que serviu de fonte de abastecimento e subsistência de famílias inteiras, sobretudo no auge do conflito armado, em que escasseava tudo. Lá, 110 Roque, comprava-se da agulha ao sexo, quer infantil, quer adulto, em nome de uma necessidade que se sobrepunha à moral"
A transferência, na verdade, tinha que levar em boa nota o facto daquele "centro comercial" a céu aberto, além de vender de tudo um pouco, ser também um grande empregador, ainda que em condições muitas vezes precárias.
A mudança dos vendedores de um mercado que os absorvia sem grandes problemas, para um outro bem mais reduzido, significa que nem todos terão espaço no Panguila, pelo que terão de procurar alternativas para garantir a sobrevivência.
Ainda que o fim de um mercado que ganhou força em meados da década de 80, tenha a ver com o defendido plano de reorganização da capital angolana, no âmbito do projecto de requalificação do município do Sambizanga, prevendo-se a sua transformação num moderno recanto comercial e, também, residencial, o certo é que o inverso acaba por ser verdade. Ou seja, que a política de transferência, pela forma como foi desenhada e pela celeridade com que aconteceu, pode revelar-se uma faca de dois gumes.
Ao não contemplar espaço suficiente para acolher a todos, tal significa que serão aos milhares, entre os antigos "inquilinos" do Roque Santeiro, que se sentiram entre o martelo e a bigorna, sem ocupação, porque carente de espaço para desenvolver a sua actividade comercial, uma vez que são escorraçados dos outros mercados.
Como controlar as gentes que acabarão na "reserva", os resquícios de um mercado que não conheceram absorção num espaço que era natural acolher todos? Não deverá, pois, constituir novidade para ninguém que, por via da situação que foi criada, que foi não congregar todas as forças vivas do agora defunto Roque Santeiro, adivinham-se vários constrangimentos, que vão do aumento do desemprego, da criminal idade e da presença exponencial de vendedores ambulantes no casco urbano.
O mais famoso, quiçá o maior, mercado a céu aberto de África – e por que não do mundo - vai acabar numa "morte" lenta e agonizante, numa rápida eutanásia, mas, ainda assim, com direito ao \varrer das cinzas e o respectivo komba di tókua.
Pretende-se, como se sabe, uma Luanda com um crescimento à toda velocidade, mas o novo capítulo que se desenha para um mercado que se transformou, num ápice, no ganha-pão de milhares de famílias angolanas, deveria olhar-se para a árvore, mas sem nunca esquecer a floresta.
Seja lá o que o gigantesco espaço do agora ex-Roque Santeiro venha a -albergar num futuro, que se prevê próximo, o que é certo é não perder de vista que há que se endurecer, quando se pretende determinados objectivos, como conferir melhoria à cidade capital, com vista a torná-la numa metrópole digna deste nome, mas sem jamais perder a ternura…

3.16 Só os malfeitores estão descontentes com a evacuação do Roque Santeiro

Semanário Angolense
De 4 de Set. de 2010

O administrador municipal do Sambizanga, José Tavares, o homem do Governo Provincial de Luanda mais directamente ligado ao processo de encerramento do mercado Roque Santeiro, disse, nesta quinta-feira, em conversa com o Semanário Angolense, que os vendedores e outros que se têm manifestado contra a transferência para o Panguila serão pessoas ligadas a actividades ilícitas, que vêem assim o seus negócios em perigo.
"Os descontentes são certamente pessoas que comercia-lizavam produtos roubados do Porto de Luanda, ou vendedores que fugiam ao fisco, que se vêem assim sem margem de manobras para as suas actividades ilícitas", disse José Tavares, indiferente às reclamações de vários visados pela transferência do mercado, como se tem visto nas televisões ou ouvido em programas radiofónicos. Os protestos têm sido veementes, mas o administrador municipal do Sambizanga insiste em como tudo tem estado a correr quase às mil maravilhas.
O edil havia garantido na quinta-feira que até no dia seguinte o processo de transferência estaria já terminado, uma vez que a aderência ao processo por partidos vendedores cadastrados teria ultrapassado as próprias expectativas das autoridades.
Segundo ele, dos cerca de oito mil e trezentos feirantes cadastrados, mais de 90 por cento haviam sido já "acomodados" no Panguila na quinta-feira, contando concluir o processo na sexta, se bem que o encerramento oficial do considerado maior mercado a céu aberto de África se faria apenas no domingo, tal como estava previsto desde então.

Interrogado sobre um alegado défice de mais de 10 mil lugares que se registaria entre o total efectivo de feirantes do Roque Santeiro, cerca de 20 mil, segundo dados informais, e dos lugares disponíveis no Panguila, um pouco mais de oito mil, José Tavares desconsiderou a questão, ao garantir que as autoridades do mercado tinham apenas cadastrados muito menos de metade do número empolado.

O administrador municipal do Sambizanga disse também que, na eventualidade de haver algum desacerto, o pessoal que não coubesse no Panguila seria colocado em outros mercados da cidade, de acordo com o local de residência dos candidatos. "Muitos mercados municipais estão às moscas, porque muitos vendedores, mesmo tendo lá bancadas, preferem vender na rua. O mercado do São Paulo é um bom exemplo disso", disse José Tavares.

Em relação aos acessos ao Panguila, que serão a principal razão da onda de descontentamento popular face à mudança, edil disse que a partir de sexta-feira o governo central haveria de pôr já mãos à obra para resolver problema, pelo que se esbaterá mais rapidamente possível este quesito, que tem sido esgrimido como o argumento de base para se criticar a alegada precipitação do governo quanto ao início do encerramento do Roque Santeiro.

O administrador municipal do Sambizanga fez questão de desmentir uma notícia que fazia alusão a um acidente de viação fatal supostamente ocorrido na quarta-feira, no qual, segundo as nossas fontes, teria morrido uma vendedora do Roque Santeiro quando regressava do Panguila, onde fora levar algumas das suas "imbambas" retiradas do mercado da Boavista, numa das várias levas a que seria obrigada a fazer. O acidente teria envolvido o Hiace da candonga em que se fazia transportar e do qual haviam também resultado vários feridos. "Isto é mentira", disse categoricamente o edil.

Interrogado depois a propósito, José Tavares escusou-se a anunciar oficialmente o que será feito no espaço que o Roque Santeiro irá libertar, prometendo fazê-lo apenas na próxima semana, já que, como disse, a prioridade estava na evacuação do famoso mercado. "Primeiro vamos acabar a transferência e só depois nos iremos debruçar sobre o que será feito no recinto", defendeu-se o "autarca" do Sambizanga.

Tal como ele, algumas outras figuras do executivo luandense recusaram-se também em falar abertamente do assunto, escudados nos mais variados pretextos. Tal foi o caso de Hélder José, director do Instituto de Gestão Urbano do Governo Provincial de Luanda, assim uma figura da direcção provincial da Comunicação Social, que nos remeteu para o ministério do Urbanismo e Habitação, onde não conseguimos chegar á fala com quem quer que fosse. Uma das alternativas apontadas por Hélder José, o administrador José Tavares, ficou-se pela promessa de vir a fazê-lo apenas na próxima semana, tal como já o dissemos acima.

No entanto, o Semanário Angolense já fez questão de trazer alguma luz sobre o assunto em várias ocasiões. Já em Fevereiro de 2005, numa matéria sobre uma eventual "requalificação" do Bairro Operário e do Sambizanga, o jornalista Severino Carlos, citando fontes seguras, dizia o seguinte: "Como já é do domínio público, o mercado Roque Santeiro vai desaparecer já dentro em breve. Naquele espaço surgirá um lote de habitações de dois pisos que servirá para acolher, definitiva ou transitoriamente, muitas famílias que forem desalojadas no próprio Sambizanga ou no Bairro Operário".

E acrescentava: É também naquela frente marítima que se está a pensar erguer várias torres de habitação de luxo, assim como de escritórios. Um ou dois hotéis podem nascer ali. A filosofia, ao que apurou o nosso jornal, é fazer com que não haja nenhum 'apartheid' e (que) comunidades de baixa renda possam coabitar com as de alto rendimento".

Dizia ainda que, mais abaixo, ao longo da linha-férrea, se previa a instalação de uma área de comércio de produtos de bens perecíveis ao lado de zonas projectadas para o efeito, organizadas com água e tudo.

Com ligeiras diferenças, a mesma coisa voltou a ser dita por este jornal em ocasiões mais recente.

Isto sugere uma pergunta: há alguma dose de verdade no que já dizíamos então ou a história acabará por ser outra, bem diferente? A resposta nos será dada nos próximos dias, tal como prometeu o administrador municipal do Sambizanga. Aguardemos.

3.17 Histórico do Espaço

Semanário Angolense
4 de Setembro de 2010

Até à instalação do "Roque Santeiro", em 1987, no local funcionou uma pequena base da então FAPA (Força Aérea Popular de Angola) - DAA (Defesa Anti Aérea). A designação foi atribuída por na altura a Televisão Popular de Angola (TPA) ter estado a exibir uma novela brasileira de nome "Roque Santeiro"…

O mercado resultou da confluência de pequenas pracinhas que abundavam no Sambizanga e noutr1J,s zonas e eram denominadas "praças das corridas", devido a que os vendedores eram constantemente importunados pela polícia e a ODP.

Antes, porém, no tempo colonial, era um terreno baldio,. onde se destacavam lavras de pequenos camponeses, um balneário público e, o uma elevação, um marco que indicava o nível anterior do terreno. Mais abaixo, vislumbrava-se uma farta vegetação, onde os garotos do Sambizanga iam brincar e colher um saboroso fruto silvestre, a que chamavam "gingongono".

Há informações segundo as quais, as autoridades portuguesas pretendiam construir no espaço um bairro

que seria a extensão do bairro Miramar, projecto que não foi adiante devido à eclosão, em Abril de 1974, da "Revolução dos Cravos", que resultou na proclamação da independência, em 11 de Novembro de 1975.

O que nos dará o Panguila
Levando em conta aquilo que era o gigantesco mercado do Roque Santeiro (no Sambizanga), e o que vai ser depois da transferencia para o município de Cacuaco, concreta,ente na Comuna do Panguila, e claro que haverá uma diferença abismal em vários aspectos e provavelmente teremos um novo "Roque "mais organizado.
Falando propriamente da infra-estrutura deste mercado do Panguila possui5.376 lugares para quintadeiras de bancadas, todos devidamente numerados e apretechados; 144 lojas para a vend de produtos diversos, principalmente vestuários, 36 camaras para a conservação de produtos frescos, 8 quiosques, 16 casas de banho 3000 lugares para feirantes, 3 postos de transformação de energia eléctrica, 2 geradores, 48 restaurantes, 200 armazens e uma equipa que se responssabilizara por manter a higiene local e outras segurança.
Alen disso, estão instalados, no interior do mercado, dependências de bancos, BIC,BFA e BAI.
Em comparação com o mercado antigo, que albergava mais de 40 mil vendedores, com poucas casas de banho e em péssimo estado, onde os utentes eram obrigados a pagar dependendo da necessidade fisiológica, entre 50 e 200 Kwanzas.

3.18 O "Roque ", finalmente, acabou

Semanário Angolese
4 de Setembro de 2010

Depois de diversos adiamentos, finalmente, o emblemático Roque Santeiro foi mesmo para a zona do Panguila, município de Cacuaco, que foi construído com este propósito. Desde 2008 que se vinha falando da extinção do maior mercado de Angola e a mudança dos vendedores para uma zona que oferecesse melhores condições. Em Maio deste ano a administração do mercado chegou mesmo a avisar os vendedores que o 15 daquele mês era o dia marcado para tal. Porém, só agora essa mudança se concretiza.
Na última quarta-feira começou, tímida e atabalhoadamente, o processo de transferência do mercado do Roque Santeiro. Estava previsto, de acordo com um programa tornado público, que naquele dia seriam os que comercializam vestuários, situados na zona que administrativamente é conhecida por "sectores 11 e 12" a dar o pontapé de saída. Entretanto, os vendedores dessa zona pouco ou nada sabiam sobre a ocorrência, tendo dito ao Semanário Angolense que tudo que sabiam era o que estava a ser veiculado nos orgãos de informação. Por isso, foi notória a presença de todos exercendo normalmente as suas actividades.
Ainda na terça-feira, os fiscais do mercado, numa espécie de corrida contra relógio, tentaram passar a mensagem segundo a qual era necessário que os vendedores se deslocassem ao mercado do Panguila para que se informassem e tomassem posse das respectivas novas bancadas, mas tudo que conseguiram foi uma multidão à porta da administração do mercado e todos outros tranquilos a fazerem o seu comercio, como era hábito desde há muito tempo.
A indiferença dos vendedores quanto ao assunto talvez derivasse dos constante adiamentos. É que uma semana antes, no dia 15 de Agosto, era dada a conhecer pelas instâncias governamentais da província que aquele era o último dia de existência do mercado que ganhou nome de novela, mas tal não aconteceu.
Para conseguir um lugar no novo mercado, os vendedores têm que se fazer acompanhar do cartão de quitandeira e desembolsar entre 30 e 50 mil Kwanzas, dependendo do produto que vendem, conforme nos contou uma comerciante familiarizada com o assunto. Já a taxa diária fixada oficialmente é de 50 Kwanzas, mas sabe-se que no anterior mercado a administração cobrava entre 100 e 150 Kwanzas por dia. As senhoras que vendem roupa usada pagavam Kz 200, as peixeiras, 300, os que vendiam livros desembolsavam 400 Kwanzas e as senhoras que vendiam frescos, Kz. 150.
Lucas, um dos vendedores, que preferiu ser identificado pelo primeiro nome, o preocupa não são os adiamentos nem a taxa mas, sim, a localização do mercado e a rentabilidade dos negócios.
"Em Maio, já cá estiveram sera que o mercado sairia naquele mês. Na altura, os do mercado apareciam para esclarecimento e avisavam q até ao dia 15. Mas tais fisc, mercado só tiveram esse cu por causa das reclamações alguns colegas, principalmente que trabalham com empréstimo bancários, como é o caso das ambeiras" que compram na Tailândia e no Brasil, disse veterano o vendedor !
O nosso interlocutor acrescentou que nessas reclamações diziam que não podiam sim mente ser surpreendidos com tirada do mercado, porque a deixariam muito dinheiro.

"Se o Roque acabar amanhã e onde me vão empregar?
Se para conseguir a carta de condução automóvel já é o que se vê", questionou-se Lucas, revelando que é desmobilizado das extintas FAPLA e que o comércio foi a única forma que encontrou para sustentar a família e suprir algumas necessidades.
O nosso entrevistado, que durante os últimos 12 anos se tem dedicado aos comercio de "fardo" (roupa usada), lamentou que desde que começaram os rumores da

evacuação do mercado, em Março passado, que os seus rendimentos só têm diminuído.
"É por causa dos rumores da evacuação do mercado que as coisas já não andam bem. Quase não se vende porque, primeiro, os clientes diminuíram. Segundo, nós já não compramos as mercadorias em grandes quantidades, com medo de empatar dinheiro num negócio que depois já não será vendido porque, o mercado vais ser transferido ", ele em jeito de desabafo, para depois rematar : "o mercado do Panguila esta bonito. E mais seguro e com melhores condições, mas nos queremos e ter os nossos rendimentos sempre e não e isso que la vai acontecer ". s humildes. "Deviam ter misericórdia por estas pessoas que decidiram transferir, pelo povo. Eles já estão desenvolvidos, mas nós ainda estamos a sofrer muito. Se a transferência do mercado fosse, pelo menos, em Janeiro, as coisas estariam de outra forma. Tirarem assim no meio do ano é muito complicado para nós", expressou.
Entre protestos e apelações, os vendedores do mercado aos poucos se vão habituando com as novas instalações. Baptizado como "Novo Roque", a infra-estrutura, que fica a 22 qúilómetros do centro da cidade, está dotado de 376 bancadas, 200 armazéns e 36 frigoríficos. Fazem parte ainda do aglomerado 144 lojas, 48 restaurantes, 15 balneários, 13 bebedouros e três bancos comerciais.
Comparando as condições existentes no Panguila com as do antigo Roque, Rufino, 35 anos, diz que ainda prefere continuar a vender no mercado antigo mesmo nas condições em que se encontra. "O que nos está a interessar não é o luxo que tem o novo mercado. Mais vale continuar nesse espaço, embora em péssimas condições, mas, no final de cada dia, tenho o meu lucro", argumentou.
Para ele, a evacuação do Roque nesse momento é uma atitude precipitada, pois, além da construção do mercado, deviam criar outras condições antes de se movimentar os vendedores, nomeadamente as vias de acesso. Para demonstrar como as vendas pode baixar drasticamente no novo mercado, o vendedor deu o seguinte exemplo: um jovem que vive aqui no Sambizanga ou nas imediações que precise de comprar um par de sapatos, só em táxis, não gastará menos de 1000 Kwanzas no trajecto de ida e volta. Adiciona a isso os riscos de acidente, assalto e outros, sem contar com o imenso tempo que levará essa "operação. É claro que ele vai preferir ir a uma boutique".
Outras vozes se juntam, em protesto contra a evacuação do Roque Santeiro, uma medida considerada imponderada. É o caso de Enoque Bernardo, que considerou que, com essa medida, a delinquência pode aumentar drasticamente. Haverá muita gente desocupada, aqueles que já tinham uma bancada, muitos deles antigos combatentes, ficaram privados dessa fonte de rendimentos, a única para numerosos deles.

3.19 Roque, Sinhozinho Malta, Porcina e Ze das Medalhas

Semanário Angolense
4 de Setembro de 2010

Roque Santeiro foi uma telenovela brasileira produzida pela Rede Globo e exibida no Brasil de 24 de Junho de 1985 a 22 de Fevereiro de 1986, com 209 capítulos. Outros países, entre os quais Angola, tiveram depois o privilégio de assisti-la. Tendo em consideração o facto dela estar na génese da denominação do que acabaria por ser o maior mercado a céu aberto em África, nascido em 1986, tudo indica que a sua transmissão pela TPA se tenha iniciado neste mesmo ano.
Escrita por Dias Gomes e Aguinaldo Silva, a partir de uma peça teatral "O Berço do Herói" - Dias Gomes, teve também as colaborações de MarcHio Moraes e Joaquim Assis e pesquisa de texto de Lilian Garcia, sendo dirigida por Gonzaga Blota, Paulo Ubiratan, Marcos Paulo e Jayme Monjardim.
José Wilker, Regina Duarte e Lima Duarte foram os protagonistas e Armando Bógus o antagonista central da história.
A história passa-se na cidade fictícia de Asa Branca (nome pelo qual ficaria também conhecido um então mercado informal angolano), em algum lugar do Nordeste brasileiro.
Há uns anos, o "coroinha" Luiz Roque Duarte, conhecido como Roque Santeiro, devido à sua habilidade em modelar santos, morre às mãos dos homens do bandido Navalhada, logo após o seu misterioso casamento com a desconhecida Porcina. Santificado pelo povo, que lhe atribui milagres, tornou-se um mito e fez prosperar a cidade à volta da sua história de heroísmo. Só que Roque, afinal, não está morto e volta à cidade, ameaçando pôr um fim ao mito.
A sua presença leva ao desespero o padre Hipólito, o prefeito Florindo Abelha e o comerciante Zé das Medalhas, principal explorador do santo. Mas, o maior prejudicado é Sinhozinho Malta, o todo-poderoso fazendeiro sítio, que vê ameaçado o seu romance com a "viúva" Porcina, que, afinal, nunca fora casada com Roque e sempre vivera à sombra de uma mentira articulada por Malta. Mentira institucionalizada para fortalecer o mito e daí retirar vantagens pessoais.
Ao retomar, Roque interfere na relação de Sinhozinho e Porcina, além de reacender a paixão de Mocinha, a verdadeira noiva, que nunca se conformara com o seu desaparecimento e que se manteve casta à espera de seu amor, mesmo pensando que ele estivesse morto. Ela é filha do prefeito Flô e da beata dona Pombinha, sendo cortejada pelo soturno professor Astromar Junqueira, suspeito de ser o lobisomem.
Asa Branca também fica agitada com a chegada de Matilde, que monta o único hotel da cidade, a Pousada

do Sossego, trazendo do Rio de Janeiro duas prostitutas, Ninon e Rosaly, que vão trabalhar na sua “Boate Sexus”, e enfrentar a ferrenha oposição do padre Hipólito e das beatas da cidade, comandadas por dona Pombinha Abelha.
Também chega à cidade a equipe de filmagem comandada por Gerson do Valle, o cineasta que vai filmar “A saga de Roque Santeiro”. A película tem como astros principais a actriz Linda Bastos, casada com o ciumento Tito e por quem o director é apaixonado; e o mulherengo actor Roberto Mathias, que acaba por se envolver com a viúva Porcina, com Tânia, filha de Sinhozinho Malta, e com Lulu, a reprimida esposa de Zé (las Medalhas.

Zanzando pelo Roque
Quinta-feira. Acordei cedo. A manhã estava fresca. De madrugada chovera. E foi graças à chuva que tomei banho nesse dia. As torneiras estavam em greve. Ouvira na véspera que se devera a mais uma avaria. As de sempre. Tinha de ir ao “Roque Santeiro”, em serviço de reportagem para o Jornal de Angola, a pedido do Vadito, que era o editor destas coisas.
Ponho na rua. Os candongueiros estavam difíceis, talvez porque muitos não quisessem arriscar as suas cangalhas no lamaçal em que estavam as vias de acesso. Por sorte, apareceu-me o Kussôba (o Nelson Rodrigues), um camba das bi, no seu carro. Todavia, dispôs-se apenas a deixar-me na Estrada da Cuca, ainda a uns bons quilómetros da meta. Aceitei. Era melhor do que nada. E lá fomos, no seu suzukizinho que já não aguentava subir a Mutamba: tuco, tuco, tuco…
A caminho, lança uma das suas. Diz que fora assaltado na véspera. Por duas miúdas. “Levaram-me o salário todo”, lamenta-se, sem grande convicção, se calhar para justificar alguma cobrança que me viesse a fazer. “Vai lá contar histórias para outra freguesia”, disse cá comigo, já a descer. E fui àsbumbas.
Embrenho-me então Roque adentro. Era a mesma enchente de sempre.
Um mar de gente perdendo-se na imensidão do sítio. É este um vendendo, é aqueloutro comprando. De tudo. Da agulha à estereofonia. “É diarreia, é diarreia!”, parece poetar uma senhora de meia-idade, a anunciar quaisquer compridos para dores de estômago e outras maleitas da barriga. No rosto, feridas ainda frescas. Sinais de uma briga recente. Ou de uma queda, depois de uns “quentaços”. De resto, eram ainda oito e meia e ela já “estava”. Outra vez. Talvez para esquecer a dureza da vida. “É diarreia, é diarreia!”, declamava ela.
Mais adiante, uma rapariga dos seus 15 anos estende raízes e outros fármacos tradicionais. “Isto é jola: é p’ra dor de coluna”, explica ela. “E este pó dá força”, acrescenta, trocando um sorriso cúmplice com a colega do lado. Não ligo. Estava com fome.
Mudo de secção e vou ter a uma barraca de comes e bebes. A ementa consistia em pedaços de carne de cabrito assados, o famigerado “cabrité”, com chikuangua. Nunca havia comido. Experimento, ignorando quaisquer faltas de asseio. Por acaso, até cuiou.
Deixo a zona da paparoca e vou ter à “Escola de Condução”, descampado a norte do mercado, onde alguns petizes se exercitavam em motorizadas, a troco de mil novos kwanzas por cada volta de uns 200 metros de perímetro. E sai facturação a valer. Um rapazito explica que chega a fazer “duzentas notas” por dia, que reparte com o irmão mais velho, ó puro dono do negócio, que só fica em casa a se coçar, à espera da massa. Quem me dera.
Procedo a uma nova mudança de rumo e passo a andar sem norte e quase fico tonto. É um carrocel, o Roque. Empurrões daqui, algumas pisadas dali e lá fui navegando ao sabor das “ondas”. Na confusão, ainda tentaram surripiar-me a carteira que... não uso!
Já de saída, recuso-me a corte de cabelo a “Baixo Congo”, mas não resisto a um copo de água. Largo os quinhentos paus, mas antes pergunto: “É água tratada?”. A resposta: “Água tratada é lá em casa”. Mais parecia um convite. E acatei-o. Era só bazar. E bazei mesmo.

3.20 Mercado do Benfica esta a ser reabilitado

Jornal de Angola
5 de Setembro de 2010

O mercado do artesanato está a ser reabilitado, desde quinta-feira, no âmbito do seu programa de expansão e comodidade de vendedores e clientes.
Oliveira Manuel, da comissão dos vendedores do mercado, localizado no bairro Benfica, no município da Samba, em Luanda, disse, à Angop, que o projecto é efectuado pelos vendedores, que se decidiram pela cobertura do espaço com chapas de zinco e também pelo aumento do número de bancadas.
O mercado, afirmou, tem capacidade para entre 250 e 300 vendedores, mas aos fins-de-semana o número aumenta para cerca de 400, fazendo com que grande parte comercialize em locais sem condições.
“O programa de expansão da praça contempla também a criação de mais balneários públicos e assentos para os turistas. Vai se criar tais estruturas porque as anteriores condições higiénicas deixavam muito a desejar. Com este novo aparato as pessoas vão poder apreciar e comprar confortavelmente as suas peças”, frisou.

3.21 Ultimo dia do Roque propocionou baixa de preços

Jornal de Angola
6 de Setembro de 2010

O encerramento definitivo do mercado Roque Santeiro aconteceu ontem. Anunciada pela primeira vez, em 2008, de acordo com um comunicado do Governo da Província de Luanda, a medida surgiu da necessidade de se proporcionarem melhores condições organizativas, de segurança, habitabilidade, comodidade e higieno-sanitárias aos vendedores e utentes.
Apesar do comunicado que dava por encerrado o mercado, ontem, o Roque Santeiro registou a afluência de centenas de pessoas, entre comerciantes e clientes. Enquanto alguns vendedores davam seguimento normal ao negócio, a maioria aproveitou o dia para desmontar as bancadas improvisadas que estavam ainda fixas no local.
Chapas de zinco, mesas de madeira, barrotes, ferros e outros utensílios de apoio às vendas foram seleccionados e recolhidos desde as primeiras horas do dia por grupos de bagageiros, os populares roboteiros".
"Estamos a recolher tudo aquilo a que os vendedores consideram ter ainda alguma utilidade", disse o jovem Joaquim, que, na pele de "roboteiro", deverá seguir o mesmo rumo dos vendedores. Só que não x decidiu ainda se vai para o mercado c do Panguila ou parao do Quilómetro 30, em Viana.
A possibilidade de um dia deixarem de vender no maior mercado ao céu aberto do país nunca esteve nos planos de milhares de pessoas que, durante anos, fizeram do Roque Santeiro a sua fonte de rendimento.
No seio de populares e vendedores o fim do mercado ainda gera diferentes reacções. E o caso de Emanuela Neves que, no período da manhã, estava envolvida na venda de roupa usada e material escolar. Ao Jornal de Angola disse que tinha de aproveitar o último dia. Para se conseguir boas vendas todos os argumentos foram usados. "Aproveitem o preço de despedida do Roque Santeiro", foi uma das frases mais ouvidas.
Comerciante de mobília, com mais de I O anos de ligação com o mercado, Manuel Lopes esteve apenas no mercado para testemunhar o seu fim. Ele é dos vendedores que vê no encerramento do mercado e consequente transferência dos vendedores para outros mercados de Luanda uma evolução em termos de condições, mas admite o seu receio com a falta de clientes. "Estamos preocupados com a transferência porque nunca se sabe o que nos espera uma coisa nova", avançou.

Proximidade e saudades
Helena João, moradora das pro- fi ximidades, e por conseguinte, ti cliente assídua do mercado, recorinhece que, além das condições pre- g cárias, o local apresentava proble- z; mas de vária ordem, desde a crimi- o nalidade à prostituição. Por isso, esta a saudade das amizades conquis tadas ao longo dos anos.
"N em todos vamos para o ml mo mercado e a verdade é que ml tos estão tristes com esta transferência, porque criámos laços convivência difíceis de descreve desabafou.
No espaço que albergou o mercado durante mais de vinte a ainda persistem as marcas que atribuem um significado único Bancadas destru das e alguns objectos espalhados no terreno perfilam entre os destroços, a medida que aumenta a saudade.
Abraão Bondo, membro da equipa afecta a administracao do Cacuaco, disse que o que se vive neste momento e deorrente da própria psicologia social e salienta que e impossível colocar no mercado num local que sastifaça todas as pessoas. "E próprio das circustancias, que por isso acredito, que na devida altura, vamos ter a compreencao da população e dos vendedores, disse ".

3.22 Dor no coração na hora da despedida

Semanário Económico
De 9 de Set. de 2010

O mercado motivou reportagens feitas por jornalistas dos quatro cantos do Mundo. E deu uma outra imagem de Angola e que como eram os angolanos. Esses documentos ficam agora para a História. Sobre o mercado ficam saudades e lamúrias, de um sítio que se dizia que vendia quase tudo "até motores de avião". É mesmo fim do Roque Santeiro que deu sustento a várias famílias angolanas e ajudou a formar quadros. Sábado, 4,09, o relógio marca 6 horas e 30 minutos. Estamos no Roque Santeiro.
O frenesim é o mesmo de todos os dias, mas paira no ar a certeza da mudança para o Panguila. É uma questão de horas. Incrédulos, os vendedores têm de se conformar que estão a viver o princípio do fim. Os rostos estão quase todos senão mesmo todos - carregados de melancolia e de preocupação. Afinal, ficarão sem o espaço que constituiu, durante décadas, o seu ganha-pão. É como se tudo tivesse parado. Todos esperam por um milagre que faça recuar a decisão, mas isso está longe de acontecer. A destruição da administração do mercado é um sinal claro. Durante o tempo que permanecemos no interior do mercado, ouvimos lamentos como este: "ai! O nosso Roque, até quando?". Era a nostalgia antes mesmo do fim.
A transferência do mercado Roque Santeiro para a região do Panguila está a gerar, no seio dos vendedores, um clima de expectativa e de alguma inquietação. Joaquim Félix, ajudante de camionagem, é um dos que tinha no Roque Santeiro um poiso de mercadorias trazi-

das de Benguela. Garante que havia maiores facilidades de vender e voltar a Benguela em busca de mais mercadorias. Por isso, não sabe ainda o que fazer e lamenta-se conformado: "é uma derrota para nós, sobretudo, porque o mercado foi transferido para um local muito distante daqui, onde inclusive há falta de estacionamento".
A família nuclear de Joaquim Félix é sustentada com os rendimentos que saem das vendas que faz no Roque Santeiro e que agora já não sabe o que fazer. E confessa ainda não ter pensado do que será dele "daqui para frente".
Como a história de Félix existem tantas outras semelhantes. Quem vai sentir também a falta do Roque Santeiro é Júlio Carlos, proprietário de uma casa de processo (aluguer para guardar produtos), desde 1987. Mas também está conformado por ser uma medida das autoridades. Para ele, o problema reside na falta de mercado nos arredores onde possam comprar ou vender bens de primeira necessidade. "Tirando isso, não muda nada na minha vida. Temos é de nos acostumar porque as mudanças ocorrem em qualquer sociedade", reconhece.
No aluguer do espaço para guardar produtos, sobretudo mobiliário, Júlio Carlos tirava um rendimento diário de cinco mil kwanzas. "Ainda assim, não me oponho à medida", reafirma.
Regina Fernandes viveu quase toda a vida no Roque Santeiro. Foram 20 anos de venda de cerveja à grosso e a retalho. Tudo começou quando tinha 14 anos. Agora com 34 anos de vida, não o que o futuro lhe reserva. Sabe apenas que tem intenções de continuar a vender cerveja, a porta a porta, mas rejeita, desde já, ir para o Panguila. "Tenho um filho de 14 anos que foi "riado" no Roque. É aqui de onde saiu o dinheiro para pagar os estudos dos meus filhos", lembra. Recordações são coisas que não lhe faltam e garante que guarda, para sempre, na memória, um mercado que ate deu para erguer a sua casa, em São Pedro da Barra.
Perante a decisão das autoridades Mateus Inácio João, dedicado na troca de moedas estrangeiras, reconhece que não há outra solução que não seja "acatar" e pensar num outra alternativa ao Roque. Para já, torce o nariz ao Panguila. Lamenta que a estrada "não esteja em boas condições de circulação" e que os engarrafamentos sejam uma "constante" no trecho rodoviário Luanda - Panguila, passando pela Petrangol. Outro problema é o valor que se gasta no táxi. O lucro diário poderá não lhe servir para nada, uma vez que se arrisca em gastar parte do dinheiro no transporte. Mesmo com a ideia de continuar o negócio Mateus João guarda preocupações, sobretudo, por causa dos clientes que "já estavam acostumados". Por isso, não duvida que vá ter "muitas dificuldades". Mateus Inácio tem lucros, por dia, que variam entre os seis e os oito mil. Pessimista, não acredita que consiga atingir os mesmos valores no Panguila. Por isso, decidiu procurar um outro espaço que lhe permita continuar com o negócio.

Com a "dor no coração"
Na secção dos perecíveis encontramos Rosa Albino Júnior, que passou 23 anos no mercado. Quando chegou ao Roque, não tinha família constituída e fez da venda no mercado a base do sustento dela e dos filhos. Agora lamenta-se, "com muita dor no coração", que os filhos estão ameaçados de abandonar os estudos por falta de dinheiro. Rosa Júnior preferia que o mercado só fechasse em Janeiro para dar tempo que fosse arranjada a estrada que vai dar ao Panguila. Por isso, não sabe se vai continuar com as suas vendas no novo espaço.
Com mais de uma década no Roque Santeiro, Rita Manuel chegou ao mercado mal deixou a terra natal, Malange, ainda durante a guerra. Foi aqui que encontrou solução para sustentar a família. "Como vou fazer agora?", interroga-se.
A residir no município de Viana, já avisou que não tem condições para ir para o Panguila. Tal como outras colegas, Rita Manuel aponta o factor distância como o principal problema. E não é a única na rejeição de novos espaços: "nós que vendíamos no Roque não somos bem-vindos em alguns mercados, como é o caso do quilómetro 30".
Com o marido desempregado e filhos por sustentar, Rita Manuel teme pelo futuro, pois, já se advinham dias difíceis. Vive longe do Panguila e nem sequer consegue encontrar um lugar livre no mercado mais próximo da casa, o Katintom.
Ainda sem poiso para vender, sobretudo no Panguila, Rita Manuel vaticina que o novo mercado não terá a mesma afluência como o Roque. Por dia, chegou, no Roque, chegou a vender sete caixas de frango

3.23 O homem de 78 carros de mão vai para o desemprego

Semanário Económico
De 9 de Set. de 2010

AOS 35 ANOS, João Baptista aproveitou o mercado do Roque Santeiro para montar o seu negócio, passando a ser proprietário de 78 carros de mão. Pelo aluguer de um carro, cobrava 200 kwanzas, o que lhe permitia levar para uma média diária de 12 mil kwanzas e 40 mil kwanzas por semana. Por semana, cerca de 500 roboteiros alugavam os seus carros para prestar serviços às pessoas que iam fazer compras, no então considerado maior mercado de África a céu aberto.
Com este trabalho, João Baptista já conseguiu construir duas casas na província de Benguela e sustentar a família. Neste momento, vê a conclusão da sua segunda obra ameaçada, por causa do encerramento do Roque Santeiro, "a minha fonte de sobrevivência". Com 78 carros de mão, João Baptista ainda não sabe onde os pôr e já disse que volta para Benguela onde vai decidir

o futuro. Para já, promete parar durante dois meses e só depois decidirá o futuro. Nega transportar os carros para o Panguila, pretendendo voltar para Benguela. Prefere viver temporariamente com o pouco que acumulou, para depois com mais calma pensar no que vai fazer à vida.
Natural de Benguela, começou a sua actividade como comerciante em Benguela. Devido à guerra e consequentes dificuldades financeiras, viu-se forçado refugiar para Luanda em busca de melhores condições de vida.
João Baptista decidiu mudar de actividade e procurou novos desafios. Em 1994, começou a trabalhar como roboteiro no mercado do Roque Santeiro, mas nunca abandonou a terra que o viu nascer, utilizando a província de Luanda só para trabalho. Ficava entre dois e três meses em Luanda e depois em Benguela onde tem a sua família.
Trabalhou como roboteiro durante alguns anos até conseguir juntar 30 mil kwanzas e decidiu comprar carros de mão na província de Benguela, nas antigas fábricas LUPRAL e Fonseca Irmãos já extintas. Entretanto, actualmente compra os carros dentro do próprio mercado ao preço de 15 mil kwanzas.
Depois desta primeira viagem, cada vez que acumulasse 30 a 40 mil kwanzas, Baptista deslocava-se para Benguela para comprar mais carros de mão. Durante o tempo em que trabalhou no Roque enfrentou muitas dificuldades. “Quando comecei, O Roque dava medo. Carregar cinco ou sete sacos no carro de mão e andar todo o dia de um lado para o outro não era fácil”. A essas dificuldades, acrescia-se o problema dos gatunos que, muitas vezes, roubavam os carros de mão dos trabalhadores. Ainda no mês passado, roubaram-me quatro carros e, quando isto acontece, tenho de comprar imediatamente outros para substituir os roubados.

3.24 Compraram armas no mercado paralelo

O Pais
10 de Setembro de 2010

O segundo comandante de Luanda para a Área Operativa, Leitão Ribeiro, disse, na mesma ocasião, que os dois cidadãos chineses e os seus companheiros angolanos adquiriram as duas metralhadoras do tipo AKM que usaram nos seus assaltos, ao preço de 300 dólares cada uma, num dos mercados informais da cidade de Luanda.
Segundo o subcomissário, os cidadãos chineses Tcho Omão e Li Cham El já praticam assaltos desde as suas zonas de origem e que procuraram apenas encontrar um espaço fértil para voltaram a praticar os crimes.
“Vamos trabalhar com a Interpol para saber quem são eles na China porque eles atacaram simples os estaleiros que pertencem aos seus conterrâneos. O que só demonstra que eles têm um bom historial do ponto de vista da criminalidade a partir das suas zonas de origem”, explicou.
Quanto ao jovem Manuel Gomes dos Santos que se apresentou de forma espontânea alguns dias depois de ter entrado em confronto com a Polícia, o subcomissário Leitão Ribeiro explicou que será responsabilizado pelo número de viaturas que roubou.
“O grupo do Americano terá roubado em Luanda cerca de 25 viaturas e pelo que sei, do ponto de vista legal, este crime não admite liberdade provisória. Portanto ele se entregou e está bem preso,” rematou.

3.25 Manifestação de vendedores marca abertura do Panguila

Agora
De 11 de Set. de 2010

O descontentamento resultou do facto da administração não colocar à disposição lugares para os vendedores, alegadamente devido à burocracia na sua distribuição.
Na altura em que foi aberto o novo mercado estavam já registados 8.582 vendedores, mais 300 em relação ao número existente no Roque Santeiro, não tendo sido ainda alojados os vendedores de carvão, fogão e alimentação.
Por enquanto os preços dos produtos mantêm-se, prevendo-se um ligeiro aumento nos próximos dias devido à subida da corrida do táxi na sequência do aumento do preço dos combustíveis.
Um cliente que se deslocou ao mercado para adquirir alguns produtos foi surpreendendo com o roubo da sua motorizada em pleno parque de estacionamento.
Desde a chegada dos vendedores ao novo mercado, o táxi tornou-se num outro problema para os moradores de Cacuaco.
Nelson Domingos, ex-vendedor do Roque há 20 anos, disse que está difícil conseguir um espaço para exposição dos seus produtos.
“Desde a semana passada que estou a gastar dinheiro de táxi, ainda não tenho lugar confirmado e não sei como vai ficar este processo”, frisou, acrescentando que “parece-nos que estão a escolher as pessoas que têm de vender neste mercado”
Já Teresa Gabriel, ex-vendedora de calçado nas ruas de Cacuaco, abandonou o negócio para tentar encontrar um lugar na secção onde confecciona os alimentos.
“Caso não conseguir lugar deslocar-me-ei ao mercado do Kicolo ou ao Quilómetro 30 em Viana”, advertiu, acrescentando que a administração do mercado ainda não mostrou organização, mas espera que tudo seja feito para solucionar as dificuldades.
Contou ainda que já tentou encontrar um espaço no mercado do Kicolo, tendo sido surpreendida com o preço de 300 dólares por um metro quadrado.

“Não estão a receber vendedores provenientes do Roque Santeiro, agora não sabemos onde iremos. Venho todos os dias desde a semana passada, os trocos já acabaram e não sei mais o que fazer para sustentar os meus filhos”, lamentou, sublinhando que no percurso Petrangol-Panguila gasta 1.000 kwanzas diários em táxi.
Feliciana Francisco, contemplada para a venda de hortaliças, mostrou-se satisfeita com o espaço, mas -aponta a falta de clientes como a principal complicação.
“Vender no Panguila está a provocar mais gastos do que lucros o que nos obrigará a recorrer à venda ambulante”, abonou.
Por sua vez, Toi Joveveto, responsável de um restaurante no centro da cidade, disse que se limitou a observa o que ouviu falar, pois não conseguiu encontrar nem a metade dos produtos que encontrava no antigo mercado, apesar das infra-estruturas serem excelentes.

3.26 Numero acima dos previstos

Agora
De 11 de Set. de 2010

O número de vendedores vai ascender de oito para 10 mil porque serão incluídos todos os cadastrados no Roque Santeiro no circuito comercial do novo espaço do Panguila, segundo garanta do administrador do mercado.
Victorino Kitocolo disse que para solucionar os vários problemas apresentados, se reduzirá a área do parque de estacionamento para admitir mais pessoas que se dedicam à venda de bebidas e de alimentação, sendo prioridade as pessoas mais velhas que vão repartir os 70 restaurantes disponíveis. Na próxima semana, as equipas técnicas analisarão o funcionamento das secções do mercado e a polícia trabalhará com mais efectivos.
“Existem pessoas que vendiam à margem do Roque, que não estavam legisladas, e agora reivindicam um lugar aqui no Panguila”, informou, assegurando que todos serão atendidos. Equipado com 144 lojas, 48 restaurante, 5375 bancadas, 13 estações sanitárias, 37 câmaras frigoríficas, um tanque de água e quatro geradores com capacidade de 2.500 K va, o mercado do Panguila tem também uma dependência do banco BIC já em funcionamento

3.27 Administração admite haver cobrança na aquisição de espaços

A Capital
De 11 de Set. de 2010

O administrador do mercado do Kikolo, Zeferino Gonçalves, convidado pela nossa reportagem a dar esclarecimentos sobre as razões da venda de espaços aos comerciantes sobrados do Roque Santeiro, confirmou que sim.
“Os lugares foram vendidos ao valor de 400 dólares norte americanos e mil e 500 dólares norte-americanos, ou o equivalente, em kwanzas”.
De acordo com o responsável, a Administração do mercado não está a receber vendedores, por ordens superiores, assegurando ainda que “o lado que está a receber vendedores de bancadas e viaturas, pertence à empresa Panga-Panga, e, ela é que está a efectuar cobranças”.
“Estes vendedores já exerciam aqui a suas actividades, às segundas-feiras. Estes sim, todos possuem documentados, só que, agora, o farão de segunda a sábado, porque nós não abrimos o mercado aos domingos”, pontuou.
Gonçalves avançou, por outro lado, que esforços para se dar solução ao caso estão a ser envidados. Tanto é que, já endereçou uma carta à Administração municipal de Cacuaco, para evitar que a direcção do mercado veja comprometida e manchada a sua reputação.
“Tentamos contactar os dirigentes da empresa Panga-Panga, só que estes, não se encontravam, no seu local de serviço. Foi lá que me deram a conhecer que o processo de venda de lugares está a ser coordenado pela senhora Rita, representante da empresa junto dos comerciantes”, certificou, para depois terminar dizendo que “as fichas que os vendedores possuem, são da Administração do mercado. São distribuídas pelos fiscais e, posteriormente, cobram uma taxa diária de 100 Kwanzas

3.28 Administração do mercado do 30 de costas virado com vendedores do Roque

A Capital
De 11 de Set. de 2010

Não há qualquer dúvida de que o encerramento do maior mercado a céu aberto do país produziu uma avalanche de feirantes que procuram refúgio noutros mercados. O que devem as autoridades acautelar são as prováveis barafundas que daí podem advir.
A reportagem do A Capital passou, igualmente, pelo mercado do 30. Aqui, até ao fecho desta edição, os vendedores do extinto Roque Santeiro estavam a ser recusados pela administração local, que alegava falta de ordens superiores.
Pelo menos, foi o que nos disse dona Zefa. De acordo com ela, “desde sexta-feira, 03, que estamos aqui, até agora não conseguimos lugar. A Administração diz que temos de aguardar por segundas ordens ou voltarmos ao Panguila”.
“Vivo no Benfica, a que horas tenho de sair de casa, para chegar cedo ao Panguila?”, questionou, acrescentando que “vendia no sector de presentes e fantasias”, mas, “quando chegamos aqui, ocupamos alguns espaços.
“Começamos a fazer as nossas bancadas, não tardou, os fiscais vieram mandar-nos parar. Só mais tarde é que apareceu o administrador, a dizer que ainda não foi

autorizado a receber vendedoras provenientes do Roque, que devíamos ir ao Panguila", desabafou.
Laurinda Matias vive a mesma situação. Antiga vendedora do sector número 09, no Roque, ela comercializava calçados e roupa. Laurinda mora no bairro Camama. Por isso, entende que "fica mais fácil continuar a exercer a minha actividade comercial aqui, porque utilizo a auto-estrada. Em pouco tempo, estou no mercado do 3D".
O que, por sua vez Lemba Pentiado lamenta, é o facto de desde a retirada do Roque, elas estarem, já lá vai uma semana sem vender. É, na visão dela, tempo demasiado, com repercussões graves na economia doméstica de cada família.
"Imagine que há uma semana não vendemos. Andamos de baixo para cima e nada se resolve. Eles devem perceber que nós somos pessoas e temos filhos que necessitam de se alimentar, vestir e estudam, desabafou Lemba, defendendo mais adiante que "ninguém deve ser obrigado a ir onde não queira.
"A pessoa deve estar onde se sentir bem", enfatizou.

3.29 Asa Branca não escapa ao êxodo dos feirantes do Roque

A Capital
De 11 de Set. de 2010

Outro local preferido por muitos vendedores do ex-Roque, é o mercado do Asa Branca. É para lá que foi Luísa Artur, antiga comerciante do Roque, residente na zona do Patrícia Lumumba, ao Cazenga.
Panguila, para ela, não, pelo que "prefiro ficar no Asa Branca, porque é mais próximo de casa". "Graças a Deus consegui o espaço aqui", reconheceu.
No Roque Santeiro, vendia produtos campestres e perecíveis, numa área que compreendia os sectores 01, 02 e l0. Já Joana Firmino, residente no bairro da Petrangol, algures nas imediações do mercado dos Kwanzas, é das que, ao longo do dia, ofereciam, no interior do Roque, comida cozida, tanto aos compradores quanto aos vendedores.
"Pertenci à área de restauração, onde vendia alimentação já feita, na barraca. Não aceitei ir para o Panguila devido à distância e o mau estado da estrada", justificou, para acrescentar que a isso se junta o facto de os taxistas estarem a cobrar entre 400 à 500 kwanzas.
"Neste caso seria obrigada a gastar, diariamente, cerca de mil kwanzas, só no táxi, quando antes gastava apenas 200 ou 300 kwanzas dia", acentuou.

3.30 Associação de empresários forma jovens

Jornal de Angola
De 11 de Set. de 2010

A Associação de Mulheres Empresárias da Província de Luanda (Assomei) abriu ontem, oficialmente, no município do Cazenga, em Luanda, os cursos de pastelaria, culinária, corte e costura, artesanato e sapataria, em parceria com o Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social (MAPESS), através do Centro de Formação (Cenfor).
As aulas são dadas num carro móvel, oferta do MAPESS, e têm a duração de seis meses. O objectivo da Assomel é afastar e tirar os jovens da delinquência, dando formação e criando oportunidades de desenvolvimento que se enquadram no trabalho pleno e na criação do auto-emprego.
A testemunhar o acto, estava a vice-ministra da Família e Promoção da Mulher, Ana Paula Sacramento Neto, que referiu ser também uma estratégia da família a nível mundial impulsionar jovens, homens e mulheres para uma actividade condigna.
O curso é direccionado maioritariamente aos jovens sem ocupação que pretendam no futuro encontrar um emprego, ou tornarem-se pequenos empresários.
No total, o MAPESS ofertou quatro carros móveis, que estarão à disposição para a formação, que deu o pontapé de saída no Marco Histórico do Cazenga e no bairro Zango e posteriormente vai passar por todos os municípios de Luanda, segundo a presidente da Assomel, Francisca de Oliveira.
A Assomel já formou 345 jovens e tem uma longa fila de candidatos que esperam pela sua vez. Por esse motivo a Assomel, disse Francisca de Oliveira, pretende reduzir o tempo de formação, passando de seis para quatro meses.
Yolanda da Costa é uma das alunas inscrita no curso de culinária, tem 22 anos e é estudante do curso de economia.

3.31 Consequências da queda do Roque

Folha 8
De 11 de Set. de 2010

Vendedores furiosos fazem manifestação pública no Panguila. A administração do mercado deu prioridade aos vendedores vindos do Roque Santeiro na cedência de lugares a fim de darem continuidade as suas vendas, relegando os demais no segundo plano, facto que irritou os populares do Panguila que se manifestaram publicamente contra a mesma decisão frente ao mercado.
Irritados com a decisão da Administração, os populares do Panguila, manifestaram-se no dia da abertura oficial daquele mercado, a 7 do mês em curso, com catanas,

enxadas e outros instrumentos para eles próprios fazerem a divisão de lugares. Nos seus pronunciamentos assumiram a paternidade do mercado em causa, por segundo eles, o terem visto a ser construído.

Em total desobediência às ordens da administração, os vendedores decidiram fazer as medições no perímetro proibido e foram alinhando o espaço para fazerem as suas vendas, depois de já terem enfrentado os agentes da ordem pública. "Já que a administração do mercado não quer nos dar lugar dentro, estamos a alinhar aqui (fora do mercado) para Rasarmos a fazer as nossas vendas" disse Amélia Calembe. A fúria dos populares do Panguila, conforme os vendedores, deve-se ainda ao facto de a Administração municipal, ter proibido a abertura de pequenas praças, deixando-lhes à sua sorte e não terem sido contemplados com lugares naquele mercado, pelo menos, nesta primeira fase. "Se já nos tiraram da nossa praça como é que aqui não temos direito a lugar?", questionam os vendedores.

A Administração do mercado afirmou ter cadastrado 8500 vendedores e já ter atribuído lugares aos respectivos vendedores. A administração disse ainda tratar-se da primeira fase de cada estremenho, estando neste momento a estudar mecanismos de uma nova inserção. O F8 soube que nenhum morador do Panguila foi contemplado com um lugar existe um número considerável de vendedores vindos do mercado Roque Santeiro, devidamente cadastrados, exibindo os passes, sem terem sido contemplados com um lugar.

PROCESSO DE CADASTRAMENTO

Segundo alguns vendedores, muitos elementos ligados à administração deram primazia aos seus familiares e amigos. Questionado pelo F8 sobre a existência de tráfico de influência no processo de cadastramento e entrega de lugares, Vitorino Kitocolo, administrador do mercado negou categoricamente.
O Administrador, que pediu calma a todos vendedores não contemplados, garantiu rever a situação de todos até a próxima semana. Na próxima semana a administração promete inserir mais mil vendedores.

Os populares não contemplados prometem resistir até as últimas consequências, para conseguir lugar naquele local de venda. "Se não nos derem lugares, vamos vender naquelas áreas proibidas"

DADOS REFERENQAIS

O mercado do Panguila tem 5375 bancadas, 144 lojas, 48 restaurantes, 36 câmaras frigoríficas, um tanque de água com capacidade para 2 mil litros, três geradores de 500 Kaveais e dois PTs. Ao contrário do mercado Roque Santeiro em que as câmaras frigoríficas eram propriedade dos vendedores, as câmaras do Panguila, segundo o administrador Kitocolo, são propriedade do mercado. No que diz respeito aos restaurantes, a administração está a estudar a possibilidade de ter num único restaurante duas pessoas a vender. "Vamos tentar colocar duas pessoas em cada restaurante, porque não queremos a cultura de vender a céu aberto". A questão da taxa diária para os vendedores ainda não foi resolvida, o administrador recusou-se a falar da taxa mensal que cada vendedor deverá desembolsar.

A venda fora do mercado não será permitida para além de, segundo o administrador, o Panguila não ter lugar para contentores, ao contrário do Roque Santeiro. Durante a nossa reportagem eram visíveis os baldes para o depósito de lixo e um camião a fazer a recolha. Um dos funcionários da empresa que se responsabiliza pela recolha de lixo, afirmou auferir 15 mil Kwanzas mensal. De notar que o mercado passará a abrir às 7 horas da manhã e fechará às 16 e sua gestão estará a cargo do governo provincial em conjunto com a administração municipal do Cacuaco.

PRODUTOS PROIBIDOS NO MERCADO DO PANGUILA

O comércio de discos piratas, medicamentos, telemóveis e cartões SIM, não será permitido. Quanto aos dois últimos, só para agentes autorizados. Fonte do mercado aponta ainda a proibição da venda do carvão.

FALTA DE CUENTES

Questionados como encaravam o primeiro dia de venda, muitos vendedores afirmaram haver escassez de clientes, situação que acreditam ser passageira. Os vendedores afirmaram seus espaços de venda serem muito reduzidos aos que tinham no mercado Roque Santeiro.
O principal empecilho que os vendedores apontam é o trânsito. De acordo com os vendedores, gasta-se muito dinheiro com o transporte e faz-se muito tempo para chegar ao mercado, devido ao mau estado da estrada e por ser uma via que regista muita circulação de viaturas, com realce para camiões.

JÁ ACONTECEU O PRIMEIRO ASSALTO

Enganou-se quem pensava que com a transferência do Roque Santeiro para o Panguila a questão da segurança estava resolvida. Malo mercado começou a mencionar, já aconteceu o primeiro assalto, foi roubada uma motorizada de tipo lambreta (rápida), soube o F 8, junto do posto policial do Panguila que informaram os assaltan-

tes faziam-se transportar numa viatura Hiace. A vítima foi um jovem.

Um encerramento prematuro

O encerramento do mercado Roque Santeiro estava marcado para o dia 5 do mês em curso, mas um dia antes, pelas 13 horas, verificou-se uma invasão de supostos marginais àquele mercado, o que precipitou seu encerramento, facto que levou os vendedores a não comparecerem para vender no dia indicado e despedirem-se do mercado devido ao receio de consentirem mais uma invasão. Nota-se que apesar do medo, no dia 5 apareceram os vendedores de discos piratas e mais tarde alguns a venderem vestuário. Os invasores, segundo os nossos interlocutores, roubaram dinheiro, telefones, invadiram contentores, casas de processo (lugares concebidos para guardarem e vender a posterior). Luzia Manuel, 27 anos, afirmou lhe ter sido roubado um telemóvel, acrescentando não ser a única vítima. "Ainda por cima levei chapada", disse.

Após a invasão, aos olhos da 9" esquadra policial, sem no entanto alguém ter sido detido, diziam os interlocutores, houve saque de bancadas, cada um podia levar quantas quisesse, bastava ter meio, força e coragem. Na nossa deslocação aquele município, eram visíveis, na estrada do Roque Santeiro, rotunda da Boa Vista, pessoas a levarem bancadas à cabeça e a convidarem outras a fazerem o mesmo. A ideia de levar bancadas, conforme os populares, deve-se ao facto de muitos vendedores terem decidido vender em pequenas praças e não irem ao Panguila por estar localizado a uma longa distância. "Eu estou a levar uma bancada para vender em frente da minha casa", disse uma senhora.

Polícia e vendedores em picardias

Com a transferência do Roque Santeiro, muita gente preferiu embrenhar-se nas pequenas praças localizadas no município do Sambizanga, sobretudo os vendedores de produtos de primeira necessidade, evitando os gastos com o transporte que às vezes supera os seus lucros. Tendo dado conta de toda movimentação dos vendedores, com vista a ocupar um lugar naquela praça, a Polícia decidiu impedir, o que provocou picardias com os vendedores.

O episódio foi protagonizado pelos vendedores das praças Pombinha, bairro da Lixeira e Calucinga, bairro Dimuca, com agentes da Polícia Nacional, tendo neste último resultado o ferimento de um agente da Polícia. Segundo os vendedores, o facto ocorreu no dia 6 do mês em curso, as 9 horas da manhã. Recorde-se que as praças acima referidas já efectuam as suas vendas há muito tempo, tendo registado enchentes as segundas-feiras, dias dedicados a manutenção do mercado Roque Santeiro.

Devido ao episódio acima citado, a Escola Macedónia da Primária e Primeiro ciclo do ensino secundário, filiada à 4028, interrompeu o primeiro turno e só reabriu no último, mas com muitos alunos ausentes.

À semelhança do que aconteceu em Viana, no município do Sambizanga, com a saída do Roque Santeiro, pode nascer várias pracinhas, estando neste momento a dar os primeiros passos, devido a falta de mercados de proximidade e a falta de produtos até de primeira necessidade nas lojas "Nosso Super"

CUSTO DE VIDA AUMENTOU

As consequências da transferência do mercado Roque Santeiro, para o Panguila, Cacuaco, já se reflectem nos bolsos e na cozinha dos munícipes do Sambizanga, tendo o custo de vida aumentado consideravelmente com a subida vertiginosa dos preços dos produtos.

Alice Cativa, 22 anos, moradora do bairro Dimuca, Sambizanga, afirmou preferir fazer compras no mercado do Kicolo, por o Panguila ficar muito distante e o gasto com o transporte ser elevado. "Não posso ir ao Panguila para gastar 600 kwanzas, prefiro o Kicolo onde gasto 300" disse. Por sua vez, Bonifácio Dias, 29 anos, acrescentou que "até mesmo uma viagem do Sambizanga ao Kicolo já é dispendiosa, gasta-se muito tempo no engarrafamento e na zona da ex-moagem da Kianda os assaltos à mão armada aumentaram. Bonifácio lamentou ainda o facto de a loja "Nosso Super" não ter produtos de primeira necessidade. O bolinho que custava 5 kwanzas subiu para 10, o lápis que custava 10 kwanzas, passou para 20, até os preços dos biscoitos subiram, só para citar estes.

AGÊNCIAS DE VIAGEM CHEIAS DE PASSAGEIROS

As agências de viagem que ficam junto o mercado Roque Santeiro, com destaque para a "Juni-Costa", registaram na última semana um acréscimo considerável de passageiros. Os mesmos, segundo os responsáveis de uma das agências, vindos principalmente de Benguela, decidiram pôr fim a sua estadia em Luanda, por não terem mais motivos. O que lhes prendia aqui era a actividade no Roque.

Normalmente estabeleciam praias. Podiam ficar de seis meses a um ano. O mesmo aconteceu com vários senhorios. Os inquilinos estão a regressar para as suas províncias de origem.

3.32 Depois dos feirantes a aflição domina donos de armazéns

A Capital
De 11 à 18 de Set. de 2010

Empresário e homem de desporto, Norberto de Castro diz possuir dois principais empreendimentos no perímetro do extinto Roque Santeiro, designadamente, o parque de estacionamento, segundo ele "julgo ser o primeiro parque privado na província de Luanda", porque, os utentes do mercado, ao serem constantemente assaltados, não tinham outro esconderijo senão aquele.
Outro empreendimento dele é um armazém no mercado, ideia surgida para evitar que as mercadorias continuassem a ser guardadas em casas de processo o Segundo ele, "estes empreendimentos davam um rendimento mensal de mais de 40 mil dólares americanos que com o encerramento do mercado, não só vai afectar o que tenho no mercado, como já começou a afectar os demais empreendimentos".
"A título de exemplo, o meu complexo desportivo, em Viana, está de portas fechadas", asseverou, para mais adiante confirmar que já mandou os atletas para casa, "porque dos empreendimentos que tenho no Roque é que tirava o sustento para os petizes".
"Eles viviam em forma de internato e são oriundos de diversas paragens do país", acrescentou o empresário, para mais adiante avançar que "tinha cerca de 30 alunos internos idos de Benguela, Lubango, Cunene e Luanda.
"Eu é que suporto todas as suas despesas e necessidades pessoais; vivem no complexo e são formados de graça", afirmou, revelando ainda que "para além dos 30 atletas internos existem mais outros 200 que são externos, neste momento encerramos apenas a escola de futebol, mas continuamos a leccionar o ensino académico", atestou.
"Como todos sabem, o futebol é que mais movimentava o complexo e toda moldura humana", acrescentou.
O que mais ele espera é que "nos indemnizem pelos danos que este processo já começou a causar, não só nos nossos negócios, como na nossa vida pessoal e social... Estou a custear a Faculdade de quatro meninos, lá do complexo, só não sei o que será destes", manifestou, com o rosto carregado, adiantando que "tem estado a receber muitos telefonemas, de pessoas a lamentarem pelo sucedido, a solidarizarem-se comigo, quando viram pela televisão os rapazes a choram.
O empresário criticou a atitude do Governo de, para além do mercado, querer encerrar, também, os armazéns.
"Apercebi-me, mas não de fontes oficiais, que dentro de duas semanas os armazéns podem encerrar, o que para nós se não formos indemnizados, vou considerar de crime, porque não é assim. Em nenhuma parte do mundo isto acontece. Não passa por nos dar terreno. O Estado deve construir o que destruir e pagar pelo tempo de paralisação", exigiu.
No caso específico do Roque, Norberto de Castro considera que ele deu muito para este país. Recorda que ainda em tempo de guerra, "eu trazia peixe e sal do Namibe, que abastecia várias províncias".
"É sinal de que nós, os empresários, também fizemos a nossa parte e, pelo menos devíamos ser respeitados", esgrimiu, observando, que o seu complexo nunca beneficiou de nenhum apoio da parte do Governo.
"Não me lembro de ter beneficiado de algum apoio da parte do Governo. Apenas do chefe de Estado, cujo apoio financeiro foi atribuído para todas as escolas do país, já lá vão cerca de quatro anos", reconheceu.
Para Norberto de Castro, "não seria o chefe de Estado a fazê-lo. Pois, por isso, é que existe o Ministério da Juventude e Desporto, a Federação e o Ministério da Educação".
"Temos muitos jogadores a militarem em vários clubes; temos agora, como referência, o Geraldo que está a militar no Curitiba, no Brasil; é um atleta formado pela nossa escola, Entrou com 12 anos, hoje tem 18. Temos, igualmente, o Gui, que já foi capitão da selecção dos sub-17 que está no Cruzeiro, o Tocalá, no América, e o Cadú que, provavelmente, deve ir ao Curitiba", enumera, sem se esquecer do França que está no Desportivo da Huíla.
Apreensivos com as eventuais intenções das autoridades, estão todos os proprietários e empregados de armazéns e demais empreendimentos na periferia e proximidades da área, onde esteve durante décadas o mercado Roque Santeiro.
Nessa situação está dona Teresa, trabalhadora de um dos armazéns. Ela não sabe ainda que destino lhe aguarda, embora tenha consciência de que, caso o armazém seja encerrado, automaticamente passará para o desemprego.
Mas, enquanto isso não acontece, as informações não passa m de "zunzuns", e, segundo estes, depois do fim do mercado, olha-se para tudo o que ali ficou e impede a materialização dos desígnios do Executivo, para aquela zona.
O que é certo é que com a transferência oficial do maior mercado a céu aberto do pais para o Panguila, a clientela também baixou, consideravelmente, pelo menos foi o que nos foi dado a conhecer por esta empregada de armazém, que justifica o caso com o facto de grande número de clientes serem retalhistas, idos do Roque Santeiro.
"Já é notória a redução de clientes, visto que, na sua maioria, eram retalhistas do Roque", acentuou.
Gerente de armazém é o senhor Azarado. O sítio onde trabalha está nas imediações da extinta praça, mas, até agora, não foi informado, "com clareza, sobre o futuro dos armazéns".
"Apenas soube de fontes não oficiais que primeiro vão encerar os armazéns, dentro de 90 dias e, depois, as moradias, afectando mais os que estão localizados nos lados do Roque, ou seja, no bairro da Madeira", aventou.

Entretanto, espera que, se for o caso, "esperamos por uma indemnização".
E diz -porquê: "porque o meu armazém é legalizado e paga cotas ao Estado", concluiu.

3.33 Vendedores satisfeitos com as condições

Jornal de Angola
14 de Setembro de 2010

Oito dias depois da transferência do mercado do Roque para o Pangula, no município de Cacuaco, a praça ganha um movimento considerável, com compradores provenientes de vários municípios da província de Luanda e Bengo.
Os vendedores que já receberam as bancadas dizem que as condições de trabalho são melhores em relação ao mercado anterior. Estão satisfeitos com o novo local de vendas por se apresentar mais limpo, mais seguro e mais organizado. Esperam apenas pela melhoria das estradas que dão acesso ao local.
Engrácia Miguel vende roupa importada e disse que foi difícil nos três primeiros dias, mas agora já está mais consciencializada de que as coisas vão melhorar. Em relação ao movimento dos clientes, é de opinião que estes vão acostumar-se aos poucos, tal como "nós também estamos a acostumar-nos ao novo mercado", afirmou.
Enquanto isso, algumas vendedoras que não quiseram transferir-se para o Panguila, alegando a grande distância, encontraram espaço no mercado Asa Branca, um quintalão que vai albergar 2.500 quitandeiras.
O vice-administrador comunal da zona 18 do Município do Cazenga, Manuel Félix, explicou que existe um quintal junto do mercado Asa Branca, da mamã Luzia, como é conhecida, e que entrou em acordo com a Administração comunal.
Para o efeito, desde sexta-feira que a Administração está a receber inscrições das pessoas que antes vendiam no Roque e que não conseguiram espaço no Panguila.
Manuel Félix adiantou que neste momento está a ser feita a limpeza, para ainda esta semana entregar as bancadas aos inscritos.
Outras vendedoras também do mercado do Roque Santeiro encontraram espaço no mercado do São Paulo, e nos Congoleses, principalmente nas secções de roupa e de frescos.
No mercado dos Congoleses foram cedidos mais de 1 00 lugares nas áreas de venda de telemóveis e acessórios, comércio interno, secção de hortícolas e de frescos.
O administrador do mercado dos Congoleses, Raul da Silva, apresentou um senão às antigas vendedoras que não têm aparecido nas bancadas, por venderem na rua e só aparecerem quando se apercebem que os lugares estão a ser entregues. "As senhoras estão a dificultar o nosso trabalho, porque não vendem dentro do mercado e não deixam as outros venderem", lamentou.
Raul da Silva disse que lhes foi feito um ultimato, tendo de assinar um termo de compromisso e responsabilidade. "Quem não cumprir perderá o espaço para outra pessoa", admitiu.
Teresa António faz parte do número de senhoras que tem lugar dentro dos Congoleses, mas vende fora. A vendedora alega haver falta de clientes no mercado e que para poderem vender nas bancadas, o "governo tem de acabar com o mercado de fora, nas pedrinhas, para que os clientes possam chegar até aqui, dentro do mercado dos Congoleses", defendeu.

3.34 Camponeses vendem produtos no mercado da aldeia Kaondo

Jornal de Angola
17 de Setembro de 2010

Os camponeses do município de Mucaba, vendem, desde quarta-feira, os seus produtos agrícolas no mercado rural da aldeia Kaondo.
O mercado foi inaugurado pelo director provincial da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural, Eric Lussoki, que garantiu que o espaço serve não só para a comercialização de produtos agrícolas, mas também para a do café e outros produtos industriais em falta naquele município.
"O surgimento deste género de mercados enquadra-se no programa do Governo, que visa facilitar o escoamento dos produtos agrícolas produzidos nas comunidades rurais e também revitalizar a comercialização e produção do café", disse.
O director da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural apelou aos camponeses de Mucaba a diversificarem a produção agrícola, devido à qualidade dos solos da região e da especificidade c1imatérica que o município apresenta. "Pretendemos que se dediquem também horticultura, tendo em conta as características que os solos apresentam e a situação climatérica do município", defendeu.
Eric Lussoki acredita que o cultivo de hortaliças pode transformar região do Uíge na principal produtora destes produtos, evitando-se, assim, que os mesmos sejam adquiridos noutros pontos do país.
Manuel João, administrador municipal de Mucaba, considera que o escoamento da produção agrícola vai incentivar os camponeses: a produzirem em maior escala, (que, por sua vez, vai impulsiona o desenvolvimento do sector agrícola no município.
"O maior incentivo para querer produzir é vender os seus produtos Acreditamos que, com a criação (deste mercado, os nossos agricultores vão poder escoar a sua produção e produzirem mais, para elevar a actividade agrícola m município", referiu.

Os camponeses de Mucaba produzem mandioca, batata-doce e rena inhame, hortaliças, banana e citrinos.

3.35 Quilómetro 30 sim, sim Panguila não

Novo Jornal
De 17 de Set. de 2010

Quem até dia 5 do corrente pensou que o maior mercado informal a céu aberto do país não acabaria, enganou-se, a verdade é que o mercado já não existe, encontra partida, são muitos os comerciantes que foram transferidos para o Panguila e não querem ficar naquele mercado por falta de clientes.

A decisão do Governo Provincial de Luanda (GPL) de colocar a maioria dos ex-vendedores do Roque no Panguila tem sido vetada por aqueles comerciantes. Os negociantes do ex-mercado que ficava no coração do Sambizanga alegam que os clientes não estão a aderir ao Panguila, por isso o mercado do quilómetro 30, em Viana, é a preferência da maioria, mas a administração daquele mercado não está receber qualquer vendedor proveniente do Roque, por orientações do GPL.

Os comerciantes extraídos do Roque têm rodeado pelos outros mercados à procura de um lugar para colocarem os seus negócios, dizem que ao Panguila não irão mesmo que não forem aceites nos mercados desejado por eles, e se assim for, ficarão em casa, ou irão deambulando pelas ruas da capital do país, com os seus produtos, porque no Panguila não há clientes.

Segundo os vendedores a ida ao mercado de Cacuaco é maximizar os gastos e minimizar os lucros.

O acesso ao Panguila, elevado preço do táxis, a escassez de clientes e falta de transporte, têm sido apontados como sendo as principais dificuldades para quem foi transferido ao mercado que fica no município mais à norte de Luanda, facto que tem feito com que muitos comerciantes procurem outros mercados, ao invés de fixarem-se naquele local. No contexto de Ana Maria, ex-vendedora de calçados no Roque, vender os seus produtos no Panguila é pior que transportar uma cruz com mais de 500 quilos. A falta de clientes e os cerca de mil kwanzas que muitos dos seus colegas de profissão gastam diariamente ao pagarem os táxis para chegarem e saírem do mercado, por está altura é muito complicado, porque não há aderência de clientes. A mesma disse que pode perder o lugar que tem naquele mercado, mas não arriscaria gastar o pouco dinheiro que lhe restou desde que o Roque acabou, pagando táxis desnecessariamente, quando sabe que vai passar o dia na bancada sem poder vender algum calçado.

A comerciante tem estado frequentemente na administração do mercado do 30, procurando por um lugar para colocar o seu negocio, mas as suas tentativas têm sido goradas, segundo Ana Maria, a administração daquele mercado e de outros mercados informais, receberam recomendações do GPL de que enquanto as bancadas do Panguila não tiverem o número de vendedor pretendido, eles não podem receber qualquer vendedor proveniente do Roque. Este facto tem deixado as vendedoras que não optaram pelo mercado do Panguila em estado de choque.

"Já é a terceira semana que viemos aqui, e até agora ainda não conseguimos falar com o administrador do mercado do 30, ele não dá a cara, apenas manda recado pelos seus funcionários, isso tem nos prejudicado muito, ele está mais ausente do que presente. Também nos falaram que GPL pediu aos outros mercados para não receberem vendedores provenientes do Roque, porque eles querem que o mercado do Panguila fique cheio" disse a mesma.

Juliana Graça disse que o facto de alguns fiscais estarem a vender lugar no mercado do 30, tem inquietado as vendedoras como ela, que a mais de duas semanas madrugam na administração da "praça" para conseguirem uma bancada.

Há pessoas que saíram do Roque que estão a vender no mercado do 30, uns invadiram, a administração não sabe, mas também há quem vende porque pagou 30 mil kwanzas aos fiscais" "Nós não queremos ficar no mercado do Panguila, aquele mercado só vai nos causar prejuízo"

A vendedora Isilda fez comparação entre o fim do mercado da estalagem e o do Roque, dizendo que as pessoas achavam que o Roque acabaria com muita confusão no seu interior, facto que não ocorreu, e lembrou que quando a "praça" da Estalagem terminou a policia teve que movimentar homens e cavalos, o que não foi necessário no Roque, porque os vendedores foram pacíficos e saíram sem ser necessário utilizar a força física.

"Quando o mercado da estalagem acabou houve confusão entre os vendedores e os policias, mas quando nos tiraram do Roque nós saímos de forma pacífica, porquê que ao nos introduzirem no mercado onde queremos, brincam deste jeito? Penso que o próprio Governo é que gosta de confusão, porque se não gostasse não agiria do jeito que está a agir. Nós não somos obrigados a ir no Panguila"

"A maioria de nós chegou aqui quando eram 6 horas ou seis e alguns minutos, neste momento são 10 horas e 30 minutos e ainda não fomos atendidos, quando os nossos documentos já estão aí dentro. O senhor David Pedro, que trabalha aí dentro, nos disse que o administrador do 30 ligou e pediu que voltássemos aqui terça-feira da próxima semana, isso é brincar connosco" concluiu a mesma. Apesar do vai e volta no mercado de Viana, aqueles comerciantes não desistem na procura de espaço, no quilómetro 30, tudo porque consideram que o maior mercado formal do país não encontra-se num

ponto estratégico, e que o mercado não tem sido frequentado por clientes, mas sim por moradores do bairro que vão dar uma volta no local, ao passo que o Roque era aderido por toda população de Luanda e não só.

3.36 Policia Económica actua em coordenação com o cidadão

Expansão
De 24 de Set. de 2010

Quais são as competências actuais da Polícia Económica?
A Direcção Nacional de Inspecção e Investigação das Actividades Económicas é o órgão do Comando Geral da Polícia Nacional que tem a competência de investigar os crimes contra a economia e contra a saúde pública. Tem ainda, dentro deste quadro, a competência de investigar os crimes financeiros ou bancários, as infracções fiscais e todos os delitos que têm que ver com os subsídios, desvios de fundos, de uma forma geral, todos os ilícitos ligados à economia e à saúde pública.

Quais os órgãos que funcionam em coordenação com a actividade da Polícia Económica?
A Polícia Económica actua em coordenação com o cidadão, em primeiro lugar, porque os cidadãos podem fazer denúncias e podem servir de guia para detectar determinadas infracções. Trabalhamos também com outras instituições, estatais e não só, sendo de salientar os bancos, as alfandegas, os ministérios da Saúde e do Comércio, particularmente com o INADEC, o Ministério da Cultura, enfim, com todas as instituições e associações empresariais que são instituições que podem contribuir para o esclarecimento de qualquer situação ilícita.
Na sua opinião, qual é a definição de crime económico?
Depende da perspectiva, porquê conceito de crime económico é muito vasto. Pode ser visto quer no âmbito do abastecimento, financeiro, da saúde pública, quer no âmbito das garantias fundamentais do direito do consumidor. Assim, podemos considerar que há crime económico quando estivermos diante de uma especulação, de um açambarcamento, de uma fraude financeira ou bancária. Ou ainda quando estivermos diante de medicamentos falsos ou expirados ou produtos contrafeitos. Na contrafacção, podemos incluir os alimentos, o vestuário e as obras, quer literárias quer musicais.

Como tem a Polícia Económica actuado para contrapor os crimes no domínio do branqueamento de capitais?
Em relação a este tema, vale felicitar a Assembleia Nacional, que aprovou o diploma, a Lei nº 12/2010, que procura regular este tipo de ilícito, bem como os crimes relacionados com o financiamento ao terrorismo. Com este instrumento podemos dar outros passos no sentido da própria organização do sistema de prevenção e repressão destes crimes. Este sistema resume-se à criação de uma unidade de informações financeiras que está a ser devidamente organizada para funcionar e alertar todo o sistema financeiro das irregularidades que ocorrerem no sistema.
Sabe-se que a legislação sobre branqueamento de capitais estabelece igualmente uma série de obrigações às instituições financeiras…
Sim! Esta é outra questão relevante, no quadro de importância desta lei. Tem que ver basicamente com algumas obrigações acometidas aos bancos e outras instituições não bancárias que passam, doravante, a ser obrigadas a ceder informações quando solicitadas pelas autoridades de direito, seja BNA ou Polícia Económica. A obrigação de comunicação e de cooperação agora em vigor baseia-se no seguinte: nas operações irregulares ou suspeitas que indiciam branqueamento de capitais ou financiamento de terrorismo, o funcionário bancário tem, à partida, a obrigação de indagar o indivíduo que estej a a rea1izar esta operação e, face às constatações que obtiver no momento, comunicar às autoridades competentes, nomeadamente o Banco Nacional ou a Polícia Económica.

A partir de que momento é que o funcionário bancário pode descrever uma determinada operação como sendo suspeita, susceptível de se tratar de um eventual branqueamento de capital?
A lei determina que, quando for uma operação igual ou superior a 15 mil USD, o funcionário tem o dever de indagar, principalmente quando se trata de um cliente ocasional ou quando o seu histórico não demonstra este tipo de movimento. Outro aspecto é que, quando solicitados dados relativos a estas operações, quer das contas bancárias, quer das pessoas, o banco tem a obrigatoriedade de os fornecer, por força desta lei sobre branqueamento de capitais.

Quer dizer então que a nova legislação trouxe um novo alento no combate ao branqueamento de capitais?
Notamos que houve um grande progresso nesta matéria, e todos temos de nos adaptar a ela. Para isso, é necessário que haja uma ampla divulgação desta lei, uma ampla acção de formação, quer ao nível dos quadros da polícia, quer ao nível dos bancos comerciais e também do banco central, porque o BNA é a entidade a quem compete em primeira instância a fiscalização deste tipo de acções.

Quais as áreas onde há maior probabilidade de ocorrerem estes tipos de ilícitos?
Normalmente estes tipos de prática são muito vulneráveis a nível dos bancos, casas de câmbio e de jogos, seguradoras, imobiliárias, enfim. Todo este leque de serviços tem de estar sob o nosso olho clínico para assegurar que as acções desenvolvidas nestas áreas estão em conformidade com a lei. Contudo, há outros tipos de ilícitos

que têm uma conexão muito estreita com o branqueamento de capitais, que são o tráfico de drogas, de seres humanos, as fraudes fiscais, mas que têm merecido a devida resposta das autoridades, sobretudo policiais.
Fale-nos um pouco sobre os crimes mais comuns cometidos no País, no domínio económico.
Entre os crimes económicos mais comuns verificados entre Janeiro e Agosto deste ano, temos a destacar a especulação, com 2309 casos; a apropriação ilegítima de bens, com 26 casos; a falsificação de atestados e certificados de habilitações, com 16 casos; a fraude financeira, com 49" casos; a venda de material didáctico gratuito, com 13 casos; exercício ilegal de actividade farmacêutica, com 550; exercício ilegal de funções públicas, com 249 casos; fraude fiscal, com 13 casos; contrafacção discográfica, com 625, entre outros. O total de crimes operados, no período em referência, é de 4366, sendo que deste número registou-se a detenção de 200 indivíduos.

E em relação a valores apreendidos?
Neste mesmo período procedemos à apreensão de 1590,820 toneladas de produtos diversos avaliados em cerca de 62 milhões Kz (cerca de 1 milhão USD). No domínio das contravenções, detectámos também 17 088 infracções contravencionais de vários tipos, desde as infracções fiscais a contra a saúde pública.

A força policial existente é suficiente para fazer face aos novos desafios que se colocam à Policia Económica?
Não primamos muito pelos números, mas sim pela qualidade dos homens e pelos recursos que são colocados à nossa disposição. Primamos pela combinação entre o homem e os meios para fazer face ao crime. Podemos dizer que, pelos efectivos que temos distribuído por todo o País, temos pessoal que tem estado à altura das missões que lhe são acometidas. O que estamos a procurar fazer é elevar cada vez mais a qualificação dos nossos efectivos, porque um homem bem preparado e bem treinado pode responder a missões que noutras circunstâncias seriam realizadas por mais de uma pessoa.

A cooperação com outras forças policiais da região austral e mesmo a nível internacional faz parte da vossa estratégia de combate ao crime de natureza económica?
Hoje o mundo está aberto, e ai daquela polícia que pretender realizar o seu trabalho de forma isolada. Os crimes hoje são transnacionais, envolvendo Internet e outras ferramentas, e assim o crime pode ser cometido em qualquer ponto do mundo.Há fluxos financeiros que se realizam de um momento para o outro e, de repente, não se sabe exactamente onde ocorreu o crime. Assim, as polícias têm necessidade de cooperar cada vez mais e de uniformizar os métodos de trabalho ou de acção. Só assim teremos uma polícia forte para fazer face à sofisticação dos crimes que se cometem na modernidade. E assim que temos estado a cooperar com várias organizações policiais de países como Portugal, África do Sul, Brasil, Interpol, entre outras.

3.37 Ex-vendedores do Roque invadem entrada da Cuca

Semanario Agora
De 25 de Set. de 2010

OS antigos vendedores do Roque Santeiro estão a invadir, nos últimos dias, a pequena praça adjacente a cervejeira Cuca para comercializar os seus produtos.
São, na sua maioria, os que se recusaram a ir para o novo mercado do Panguila, alegadamente por ser distante.
Antes de invadirem a pracinha mercavam em locais perto do extinto Roque Santeiro, tendo sido corridos pela polícia e pela fiscalização do governo provincial de Luanda.
A sua presença na Cuca, para além de aumentar o lixo, está a dificultar a passagem de pessoas e carros, sobretudo no período entre as 16 e 19 horas. Esta situação está, igualmente, a aumentar a delinquência na zona.
Apesar dos apelos das autoridades os vendedores fazem ouvidos de mercador, alegando não terem outra forma para sustentar a família.
"Todos os dias somos corridas, mas não temos outro lugar para vender", disse uma vendedora. Hermenegildo Manuel, no Cazenga

3.38 Vendedoras apelam por mais policiamento

Semanário Factual
De 25 de Set. à 02 de Out. de2010

Devido a esta situação, as vendedoras apelam as autoridades locais no sentido de reforçarem o policiamento no mercado, visto que diariamente mais de dez pessoas ficam sem os seus haveres em consequência da falta de segurança. Outras acabam mesmo por serem feridas quando oferecem alguma resistência no acto do assalto.
Júlia Kitumba, que foi assaltada na passada Terça-feira (21), falou ao Factual que "estava a sair do serviço e resolvi passar no mercado para fazer algumas compras. Depois das compras, já na minha retirada, fui surpreendida por dois jovens que aparentavam ter 20 a 21 anos de idade. Eles tentaram puxar a minha pasta e eu não admiti. Deram-me então um soco e se meteram em fuga".
A vítima explicou que momentos depois de ser assaltada e agredida fisicamente, e quando já se dirigia para casa, presenciou outro caso: um jovem estava a ser saqueado por três ladrões; Segundo contou a jovem, "o moço foi surpreendido por trás. Deram-lhe uma queda, enquanto dois assaltantes lhe batiam.

O outro ladrão retirava tudo que a vítima tinha no bolso e na mochila que levava. Logo depois, os ladrões puseram-se em fuga pelo mercado adentro. O que mais me espantou é que ninguém teve coragem de ir ajudar o jovem", declarou Júlia Kitumba.
Situação similar passasse também com as vendedoras que vêm muitas vezes as suas quantias monetárias a serem levadas pelos homens do alheio.
De acordo com o que apurou o Factual, a situação está cada vez pior, devido ao amento de pessoas no mercado.
Elisabeth Fonseca afirmou que "embora já existissem alguns assaltos no mercado, com o fluxo de pessoas que se tem se registado o quadro está a piorar. Os assaltantes ficam mais na parte de trás do mercado e em frente onde estacionam os camiões com peixes. Devido à falta de policiamento em ambos os lados, a partir das 18 horas temos de ter já muito cuidado".
Para taxistas, a situação não tem sido diferente, visto que os seus cobradores várias vezes têm perdido o dinheiro em pleno desempenho das suas funções, apelando para o redobro da vigilância nos arredores do mercado.
Gustavo Luís, cobrador, deu a conhecer que já foi assaltado uma vez em frente ao mercado quando estava a carregar um camião.
"Os jovens, pareciam que estavam a retirar as caixas de peixe quando um me puxou o dinheiro todo e se pôs em fuga", acrescentou.
O Factual constatou ainda a existência de uma esquadra a escassos metros do mercado, mas, segundo as vendedoras e alguns transeuntes, a mesma não tem supridos as necessidades, visto que a parte de trás do mercado os meliantes continuam a fazer das suas, devido à não existência de agentes da polícia.
Susana António, vendedora do mercado do Asa Branca, indicou que "nestes últimos tempos temos tido muito receio de sair do mercado com dinheiro, pois os assaltantes estão sempre à nossa trás. Esta situação vai fazer com que vendamos só até às 12 ou 14 horas, pois, se vendermos até às 17 horas corremos o risco de voltar para casa sem nenhuma moeda para contar a história.
O Factual percorreu a circunscrição do mercado do Asa Branca, que agora se tornou um dos mercados de referência em Luanda, e notou a falta de policiamento na parte frontal e na lateral onde se situa o Centro de Saúde com o mesmo nome do mercado, sendo que é na área de trás onde a situação de assaltos é mais acentuada.
O semanário tentou, sem sucesso, contactar o comandante da esquadra próxima ao mercado a fim de prestar alguns esclarecimentos sobre os factos relatados pelas vendedoras.

3.39 Invasão de estrangeiros na periferia

Semanário Factual
De 25 de Set. ao 02 de Out. de 2010

De acordo com entrevistados pelo Factual, 80 porcento da actividade retalhista (que deveria ser desenvolvida por nacionais) foi assaltada por estrangeiros.
Os nacionais, de acordo as fontes, por falta de poder financeiro, acabam por arrendar alguns compartimentos das suas residências aos estrangeiros que desenvolvem a actividade comercial em regime, de retalhista, sem que estes encontrem dificuldades junto das autoridades governamentais.
Com o mercado bastante exigente, para conseguir um emprego os entrevistados defendem que o comércio retalhista deveria ser exercido exclusivamente por nacionais.
O líder da igreja de Jesus Salvador do Mundo, Poterson Bengui advoga que fazem actividade comercial como grossistas já não podiam surgir novamente como retalhistas".
"Com o desafio de lutar contra o desemprego no país, priorizando pessoas desempregadas com o objectivo de incluí-las social e profissionalmente no mercado de trabalho, acho que o governo deveria definir em termos do comércio o que angolano deve fazer e o estrangeiro também, sugeriu.
O activista para a defesa do, consumidor, Raimundo Nngueve, diz que a sociedade, civil organizada e a iniciativa, privada formam um grande tripé para uma rede de protecção social no mercado de trabalho.
Além de contribuir para redução da violência no país e elevar a auto-estima dos angolanos, essa parceria tem como objectivo, gerar emprego e a renda para camadas menos favorecidas da sociedade a partir da qualificação", afirmou.
O político José Guilherme Nlevo afirmou não estar a gostar da forma como os estrangeiros estão a penetrar quase em todos os cantos da capital com pequenos negócios, prejudicando sobremaneira os nacionais.
"Não estamos contra a presença de estrangeiros em Angola, pelo contrário são parceiros para ajudar o desenvolvimento do país. Agora, o Governo deve definir balizas, como é que estes estrangeiros podem actuar no nosso país em termos dos seus negócios, argumentou.
Cidadãos da Oeste africano, libaneses, e tantos outros, dado o seu; poder económico, ditam regras de jogo em Angola em termos de comércio.
Um libanês, um maliano, (...) gambiano sai do seu país e em termo de dois dias já está a trabalhar numa cantina e é aí mesmo onde inicia a aprender a língua portuguesa. Acho que os angolanos não têm esse privilégio forra, reclamou o contabilista Armando Nzau.
Na opinião do economista Domingos Ramos Buela, o Governo ainda tem tempo suficiente para definir

algumas actividades que os estrangeiros não podem exercer em Angola.
"Chegas à paragem dos Congoleses e vais encontrar malianos, chineses (...) a fazerem o serviço de táxi normalmente. Acho que tem que haver definição", considerou.
O ancião Cardos Kiamesso não atribui culpa dos estrangeiros, frisando que algumas pessoas influentes angolanas são responsáveis por essa situação.
"Tu acreditas que um maliano, senegalês (...) libanês, em pouco tempo consiga um alvará comercial para iniciar as suas actividades sem o beneplácito do, nacional? Interrogou-se.
O ancião afirma lá manter também à progressão de estrangeiros com o comércio retalhista. "Quer dizer, no dia em que decidirem fechar tudo, então vamos enfrentar uma penúria alimentar sem precedentes", antevê o ancião.
O professor primário Cristóvão Dala, que visitou em Agosto a Nigéria, especialmente a cidade de Lagos, informou que foi ao mercado local e não encontrou sequer um estrangeiro a fazer o comércio.
"Tive a oportunidade de perguntar às pessoas, mas fui informado que ali as coisas estão definidas entre os estrangeiros e nacionais, asseverou.
O professor afirmou não ser contra os estrangeiros em Angola, mas considera que se angolanos não têm capacidade financeira para grandes negócios, os pequenos negócios devem ser controlados por estes.
"Entendemos que estamos na era da globalização, mas também essa globalização não pode absolutamente penalizar os nacionais, resumiu o professor.

3.40 Cantinas multiplicam-se

Semanário Factual
De 25 de Set. à 02 de Out. de 2010

Os proprietários dessas cantinas são, na sua maioria, senegaleses, malianos e congoleses, transformando-as em pequenos estabelecimentos de venda a retalho.
Segundo constatou o Factual, é nos municípios do Sambizanga, de Viana, de Cacuaco e do Kilamba Kiaxi onde se localiza o maior número de cantinas cujos produtos, como iogurte, ovo, chouriço, sumos Tang, manteiga e outros lacticínios se encontram fora do prazo normal de consumo.
Para o médico Luciano de Oliveira, é frequente a comercialização de produtos deteriorados em quase toda a cidade de Luanda, dada à insuficiência da inspecção económica e da fiscalização dos mercados.
"Depois de três meses vamos assistir a um elevado número de cidadãos com problemas digestivos e alérgicos, como consequência do consumo destes produtos. Esperamos que as unidades sanitárias estejam em alerta máximo para no momento certo acudir tais patologias", recomendou.
Para o economista Nvemba André, o Estado deve preparar mecanismos de defesa para combater essa prática atentatória à vida dos cidadãos.
"O mercado do Roque Santeiro desapareceu e logo aumentou o número de vendedores em diversas partes de Luanda de forma desordenada e a comercializarem produtos duvidosos", referiu Nvemba André.
Para Anta Weba, chefe de secção de estudos de mercado do INADEC (Instituto Nacional de Defesa do Consumidor), os comerciantes em cantinas não devem se aproveitar das circunstâncias e oferecer aos consumidores produtos em mau estado de conservação para a alimentação diária.
"Apesar da aparência estética exterior das cantinas muitas são as que não apresentam condições para efectivarem o acto de venda de produtos alimentares. Há falta de ventilação e de luz eléctrica para o acondicionamento de frescos, o que ainda é visível em alguns dos inúmeros estabelecimentos em quase toda a cidade de Luanda", asseverou.
Anta Weba fez saber que estão em marcha campanhas de prevenção e detenção de produtos expirados em todos os municípios de Luanda, até ao final deste ano.
"Estamos a trabalhar para que os consumidores se sintam satisfeitos dos seus direitos ao consumirem produtos em bom estado de conservação, a partir dos importadores aos armazéns de venda a grosso, incluindo os mercados informais", garantiu Anta Weba.

3.41 Lotar um táxi com 60 chamadas

Semanario Agora
De 25 de Set. de 2010

Quem se encarrega da tarefa são os "lotadores" jovens e adolescentes cobradores ou não que permanecem nas paragens de táxi da periferia para chamar em voz alta e convencer os passageiros a entrar no azul e branco, vulgo "candongueiro".
Para conseguir lotar um táxi muitos têm de usar bebidas alcoólicas principalmente pacotes de wisk, vulgo "pacotinho" para puxar a motivação.
Preferem chamar os clientes aos gritos, arriscando-se dos problemas de saúde que esta actividade pode causar. No centro da cidade os cobradores encontram maior dificuldade devido à falta de "lotadores".
O período das 11h é tido como o mais crítico. Nesta altura gritam com maior intensidade para conseguir muitos passageiros.
A nossa reportagem constatou que na rota Mutamba / Congoleses e vice-versa, o táxi custa 200 kwanzas. Os taxistas preferiam carregar em frente ao Ministério das Finanças, local proibido para o estacionamento de viaturas, mas indicado para os autocarros.

Num destes táxis, podemos observar os gritos do cobrador devido à pouca quantidade de passageiros. O carro parou 18 vezes e o cobrador chamou 60 vezes para lotar e mais de 100 vezes durante a trajectória para convidar os novos passageiros a entrar na viatura. Com cerca de 30 viagens por dia pode totalizar 1800 gritos durante o dia.
As paragens oficiais nessa via, segundo um automobilista são no Cine Luanda, Zé Pirão, antiga Dinic, hospital América Boavida, recauchutagem, armazéns, triângulo e definitivamente no Congoleses.
António Pedro, mais conhecido por “Verdinha”, taxista há seis anos disse que a sua preocupação prende-se com a má alimentação dos motoristas, cobradores e até mesmo “lotadores”, mas nunca teve problemas de saúde relacionados com este ofício.
“Vou à consulta de três em três meses e as minhas queixas são mais de costelas, e a tosse, mas uso bastante limão e leite para limpar o peito”, notou.
“Anteriormente chamava, mas há quatro anos que tenho problemas das cordas vocais e irritações na garganta”, referiu
Sérgio Simões, cobrador de táxi há quatro anos, sublinhando que a doença surgiu por usar bebidas alcoólicas. Este cobrador contou ainda que no período da manhã, tem de chamar apenas duas vezes e à tarde grita cerca de 100 vezes para lotar o carro. Durante a trajectória se caso houver poucos passageiros, são obrigados a completar chamando em cada instante.
Jacob de Oliveira, taxista na rota S. Paulo / Zamba 2 disse que existem motoristas que fazem consumo exagerado de bebidas alcoólicas chegando a atingir uma grade e meia durante a jornada.
No S. Paulo muitos motoristas são obrigados a chamar dada a concorrência.
“Nunca fiz uma consulta de voz, apenas procuro o médico quando tenho paludismo”, desabafou João Isaac, 24 anos, cobrador há três anos e motorista há quatro.
Há sete anos conheceu o mundo dos táxis, mas não se sente satisfeito com este trabalho, daí que teve de continuar a estudar para atingir novos horizontes.
Hoje, estudante universitário do curso de engenharia informática à noite, o jovem almeja desempenhar outra actividade mas considera o mercado de emprego muito corrupto e desvalorizador, pois as empresas exigem experiência de trabalho acima da média.
“Poderei abandonar este ofício caso apareça um emprego que me proporcione mais de 700 dólares por mês”, explicou.
Por sua vez, Moisés António, cobrador, contou que sente muita dor do peito devido aos constantes gritos a que está sujeito a fazer.
“Tenho infecções na garganta e há semanas em que cuspo sangue. Trabalho apenas no período das seis às 12 para sustentar os meus filhos”, disse, acrescentando que já consultou o médico mas que quando as dores e irritações haviam parado voltou a trabalhar e nunca voltou a recorrer ao especialista, o que agravou o seu problema.
“Moda 3”, como é chamado contou ainda que a dor do peito que contraiu cinco meses depois da profissão nunca sarou e um ano mais tarde começaram as irritações na garganta.
A par de muitos usarem bebidas alcoólicas durante a lotação, outros vão criando um modelo de voz, para agradar e convencer os passageiros a preferir o seu azul e branco.
André Morais, antigo lotador lembrou a experiência de um antigo colega que trabalhava a beber e a fumar, mas passado algum tempo começou a padecer de muitos problemas de peito, daí que a sua família o levou ao Bié para o tratamento, tendo acabado infelizmente por falecer.
Chamava-se Orlando e era muito conhecido nas paradas do Roque Santeiro.
Dado o tempo de profissão, o jovem João Isaac conheceu cinco pessoas que morreram com esses problemas das quais três eram cobradores.
“Conheci três taxistas e dois cobradores que morreram através dessa profissão. É um trabalho de muito risco e cansativo”, frisou.
“Cara pau” é um código que o “lotador” usa para alertar ao cobrador que o terreno está fértil para aumentar o valor da corrida.
“Dispara a Kalach”, serve para o cobrador alertar ao motorista que um passageiro vai ficar.
O mau tratamento das cordas vocais causa, rouquidão e Fontoura umas, tosse, dor do peito, irritação na garganta, provocando alterações momentâneas quanto à perda da qualidade vocal.
A profissão de “lotador” surgiu, segundo os mais antigos, em 1999, com a necessidade de lotar os táxis com maior rapidez, auxiliar o cobrador e conseguir completar à vontade o lucro do patrão.

3.42 Vendedores “perecem” no “30”

Semanário Angolense,
25 de Setembro de 2010

Mais de 1000 antigos vendedores do mercado Roque Santeiro, que decidiram procurar um espaço no “Mercado do km 30”, em Viana, estão enfurecidas pelo tratamento de que são a alvo por parte da administração da referida praça, soube o Semanário Angolense no local.
O martírio já leva duas semanas sem que alguma melhoria se vislumbre no fundo do túnel no sentido de uma inversão do quadro. A história destes vendedores passou a desenhar-se pela negativa quando, depois de muitos recuos, no dia 31 de Agosto passado, o Governo Provincial de Luanda decidiu, finalmente, encerrar o histórico “Roque”, num processo que culminou em 5 do mês seguinte.

Nesse exercício, o governo ficou muito mal na fotografia pelo facto que ter quase imposto aos vendedores, o mercado do Panguila, município de Cacuaco, para onde muitos se recusaram a ir, para que pudessem prosseguir com as suas tarefas.
Na verdade, grande parte dos vendedores, devido à sua área de residência, optou pelo mercado do 30, em Viana, pela sua proximidade e os baixos custos de deslocação que a viagem até ao Panguila implicaria diariamente.
São mais de. três mil vendedores, aproximadamente, que se encontram há duas semanas naquela circunscrição em busca de um espaço de apenas metro quadrado, a fim de retomarem as vendas e com isto garantirem a sobrevivência.
No entanto, o mesmo espaço, apesar de exíguo, passou já a custar uma fortuna, por conta de indivíduos oportunistas, que montaram os esquemas a partir da administração do mercado, com respaldo e sob o olhar silencioso do seu administrador, António Domingos, ou simplesmente "Toni Mulato".
Falando à nossa reportagem, os vendedores reclamaram tal estado de coisas, solicitando às autoridades que providenciem locais para permitir a sobrevivência a milhares de famílias por meio das suas actividades anteriormente desenvolvidas no Roque Santeiro Ainda assim, soubemos que neste mercado, não existe espaço para mais vendedores, mas que, por outro lado, a administração do mercado está a cobrar cerca de 5 mil Kwanzas por cada espaço com a dimensão acima referida.
Fonte bem colocada avançou à nossa equipa de reportagem que o mercado de Viana não recebeu oficialmente vendedores saídos do Roque Santeiro, mas salie'l1tou que existe um trabalho que está a ser desenvolvido internamente no sentido de se apurar quantos existem, a capacidade do mercado ô quantos pode receber.
Existe, reconheceu, alguns moradores que têm preferência por estar no "Mercado do 30", mas não há espaço. "Não queremos transferir o Roque Santeiro para Viana", referiu. Na verdade, ainda existe espaço, só está a ser gerido na "candonga", um sistema a que muitos aderiram, apesar de ser uma prática de risco, em que, por exemplo, o pagamento pode ser feito e o retorno nunca mais chegar.
No meio da cobrança, enquanto uns têm a sorte de receber a ficha devidamente numerada e com a indicação do lugar, outros nem tanto assim. Aliás, para não variar, Maria Fernando é uma de várias mulheres que investiu os seus cinco mil Kwanzas mas que não conseguiu um local, pelo facto de existir mais vendedores na área onde foi enquadrada.
Em função disso, a resposta da administração foi que o atendimento começaria pelas pessoas que têm fichas, uma situação que enfureceu ainda mais as já desesperadas vendedoras.
Para acudir a situação, vários detentores de espaços com grandes superfícies, preferiram abdicar do seu principal objecto social para ceder, a preços nada módicos, parcelas de metro quadrado, dada a procura, que é bastante grande.
Passadas exactas duas semanas, a situação mantém-se e para agravar, o espaço, já de si exíguo, está a ser vedado por pessoas que dizem ter adquirido à administração do mercado. Neste segmento, e por causa da carência de espaço, muitos lugares "privados" nas redondezas do mercado têm servido como alternativa, não obstante os valores onerosos que são cobrados.
Segundo alguns vendedores em conversa com o Semanário Angolense, nunca se levantou a impossibilidade de pagarem as quantias que têm cobradas, só que aguardam que a outra parte honre o compromisso.

3.43 Apoio a criação de pequenas empresas

Jornal de Angola
De 29 de Set. de 2010

0 Programa de Fomento do Auto-emprego e de Incubadora de Prestação de Serviços nos Municípios, uma iniciativa do Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPESS), teve o seu relançamento, ontem, em Luanda, num acto marcado pela entrega de kits profissionais colectivos a pequenos empreendedores, por sinal, formados no Centro de Formação do Cazenga.
O objectivo é reduzir o desemprego e contribuir no processo de formalização do sector informal, por via da criação de pequenas empresas (PE's). Segundo o director provincial do MAPESS, Venceslau de Matos, a iniciativa é resultado do sucesso de um primeiro programa realizado há alguns anos. Nesse programa, os quites entregues aos empreendedores foram pequenos e individuais. "Os resultados positivos daí decorridos determinaram o relançamento do programa de auto-emprego, agora com quites grandes e colectivos para formar PE", disse.
Numa tentativa de reduzir o desemprego, o programa que existe desde 1996, pretende fomentar a criação de PE dos mais diversos sectores de prestação de serviços com grupos que vão das cinco às dez pessoas. Em face desta necessidade de reduzir os níveis de desemprego e baixar o "grande exército" informal, Venceslau de Matos considera ser fundamental que os novos empreendedores se comportem como verdadeiros empresários. "Isto passa pela cultura de pagar impostos e inscrição no Instituto de Segurança Social", destacou.
O programa vai permitir a abertura de 200 oficinas. Com este número de oficinas vão ser criados cerca de 1500 postos de trabalho, afirmou o responsável, que assegurou também que os pequenos empreendedores vão beneficiar de micro-crédito. Para o efeito, o MAPESS

firmou parcerias com diversos bancos, entres os quais o BAI Microfinanças para facilitar o processo de criação das pequenas empresas.
"Não conheço nada que tenha nascido grande. Hoje tem uma pequena oficina, que dependendo do vosso empenho pode tomar-se grande", referiu, apelando à criação de pequenas empresas de prestação de serviço dentro dos municípios. O director da Incubadora de Empresas do MAPESS, Jacinto Domingos, por seu turno, disse na ocasião, ser necessário a criação de micro empresas em locais que ofereçam oportunidades de negócios. "Esse programa foi lançado numa altura em que o país vivia um contexto de guerra. Hoje com a paz, existem novos desafios, que passam pelo relançamos do programa de modo sustentável", realçou.Com um programa integrado e outro de empreendedorismo na comunidade, disse, os jovens vão poder inserir-se na vida activa por via do auto-emprego, um factor que propende para formalização do sector informal.
Jacinto Domingos garantiu que os empreendedores vão beneficiar de acções de capacitação profissional na área de artes e ofícios, gestão básica de pequenos negócios e alguma assessoria na área jurídica e de contabilidade, para que as pequenas empresas sejam bem estruturadas. Entretanto, reconheceu que na base da morte das pequenas empresas está o difícil acesso à banca comercial, que não raro, exige garantias reais e pessoais aos clientes. Para superar o quadro, o MAPESS estabeleceu parcerias com alguns bancos, entre os quais o BAI Micro-finanças na perspectiva de os empreendedores passarem a ter acesso a micro-financiamentos sem que se lhes exijam as tradicionais garantias.
O director da Incubadora de Empresas avançou que o programa, de âmbito nacional, traz algumas inovações, entre as quais destaque para a que consiste no estabelecimento de um programa de aprendizagem em contexto de trabalho. "Vamos pôr jovens a trabalhar com profissionais com larga experiência", concluiu. O programa conta com o apoio do BAI Micro-finanças, Associação de Mulheres Empresárias (Assomel).

3.44 Armazéns transferidos para o Panguila

Jornal de Angola
30 de Setembro de 2010

Mais de 20 armazéns que serviam de suporte para o armazenamento de mercadorias dos vendedores do ex-mercado do Roque Santeiro, no município do Sambizanga, deverão ser encerrados a partir de hoje e transferidos para o mercado do Panguila, em Cacuaco.
Esta decisão saiu de um encontro entre a administração municipal do Sambizanga e os proprietários dos estabelecimentos comerciais, construídos no interior e arredores do ex-mercado do Roque Santeiro.
O administrador municipal do Sambizanga, José Tavares, disse ontem àAngop que ficou acordado que os estabelecimentos vão manter-se abertos até domingo, do perímetro da Loege Anconda até à Rotunda da Boavista, De acordo com o responsável, no novo mercado do Panguila foram constr,uídos pelo menos 200 armazéns, com melhores condições para a conservação de mercadorias.
Sobre o facto de a maior parte dos armazéns no ex-Roque Santeiro ser ocupado por cidadãos estrangeiros, em regime de aluguer, José Tavares explicou que no Panguila o contrato será feito com quem apresentar prova de titularidade.
O novo mercado é de gestão pública, com um administrador, adjuntos e vários responsáveis de sectores, devendo o vendedor paga uma taxa igual à que é paga noutros mercados de Luanda, no valor de 50 kwanzas, projectado inicialmente para 10 mil vendedores, o empreendimento, localizado a 18 quilómetros da capital do país poderá receber nos próximos meses novos vendedores de outros mercados a funcionarem em condições precárias.
Construído em 2007, numa área de 250 mil metros quadrados, o complexo comercial do Panguila ís conta com 5.376 bancadas, 200 armazéns, 36 câmaras frigoríficas, IS 144 lojas, 112 bancos de pouso, 13 chafarizes e dependências dos e: bancos BIC e BPC para facilitar as transacções financeiras dos comerciantes, e um posto médico. O recinto reserva uma área para o estacionamento de mais de 400 viaturas, área administrativa, posto policial e uma zona verde.

4 OGE Investimentos Publicos e Transparencia

4. 1 Governo adopta novos métodos para OGE

Semanário Factual
De 28 de Agosto à 05 de Setembro de 2010

O Executivo aprovou esta Quarta-feira, 25, a introdução de uma nova metodologia para a definição dos pressupostos de elaboração do Plano Nacional 2011/2012 e do Orçamento Geral do Estado para 2011.
Definido em reunião do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, o instrumento de planeamento visa conferir maior eficácia na a locação e rigor na utilização de recursos públicos.
Neste domínio foi apreciado o projecto de decreto presidencial que aprova as bases gerais e pressupostos para a elaboração do Orçamento Geral do Estado para 2011.
O comunicado da reunião reafirma que os grandes objectivos e prioridades da acção do Executivo para o referido período continuam a ser, entre outros, o asseguramento de um desenvolvimento sustentável do pais, a diversificação da economia, o crescimento sustentado da produtividade e o aumento das oportunidades de emprego para os cidadãos.
Acrescenta ainda como prioridades a promoção de um ensino de qualidade e cada vez mais equitativo, a melhoria do sistema nacional de saúde e da assistência médica e medicamentosa às populações, e a reforma e modernização do Estado, da Administração Pública e do Sistema Judicial.

4.2 Administradores municipais em seminário sobre OGE

Independente
De 11 de Set. de 2010

Administradores e técnicos de finanças dos municípios das províncias do
Bengo, Kwanza Norte e Malanje participaram, na cidade de Malanje, província do mesmo nome, num seminário Regional sobre a nova lei do Orçamento Geral do Estado (OGE).
O evento, que teve a duração de dois dias, visou capacitar os administradores e técnicos da área financeira dos municípios de conhecimentos que permitam uma melhor interpretação na execução do Orçamento Geral do Estado e outros instrumentos financeiros à luz da Constituição.
Ao proceder a abertura do seminário, o vice-governador provincial para o sector técnico e comunitário, Conceição Cristóvão, disse que a formação destes gestores surge da necessidade de adequar os conhecimentos e as práticas administrativas de gestão à nova realidade, consubstanciada na descentralização administrativa.
Frisou que a descentralização administração vai permitir dotar as localidades de capacidade para a resolução dos problemas, contribuindo na redução dos níveis de pobreza actualmente existente nas diversas regiões do país. No seminário, os participantes abordaram temas relacionados com a nova lei-quadro do Orçamento Geral do Estado, regras de execução orçamental e de programação e execução financeira.

4.3 OGE com novos instrutivos

Semanario Agora
De 11 de Set. de 2010

O executivo aprovou as instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado (Oge) para o próximo ano e o manual da proposta orçamental, revogando a legislação anterior.
Sendo um instrumento programático da actividade financeira e gerindo os recursos públicos, foram aprovados novos instrutivos para a elaboração do mesmo.
Todas as unidades orçamentais de agora em diante propõem orçamentos, na plataforma do sistema integrado de gestão financeira do Estado.
De igual modo, as missões diplomáticas, consulares e representações comerciais, devem proceder na execução dos respectivos pareceres dentro do sistema.
Caberá ao Ministério das Finanças (Minfin), com base no Oge para 2010 revisto, determinar os limites das despesas de funcionamento e programas específicos das unidades orçamentais, órgãos da Administração
Central e local do Estado para o próximo ano.
O decreto presidencial estabelece, ainda, que o limite deve ser fixado para cada departamento ministerial ou governos provinciais e competirá aos titulares, mas sem violar os pressupostos estabelecidos, proceder aos ajustamentos desde que sejam considerados necessários, para evitar encargos desnecessários.
Corrigindo os erros do Oge deste ano, o diploma determina também que as unidades orçamentais com órgãos dependentes beneficiários do fornecimento directo de combustíveis e lubrificantes, pela Sonango1, devem remeter ao Minfin, através de um modelo próprio e os ministérios da Administração do Território e do Interior, remeter às Finanças os custos de operação e manutenção em aeronaves junto da petrolífera angolana e está informar as quantidades de combustíveis e lubrificantes fornecidas.

4.3 Pacote Legislativo vai hoje para Debate

Jornal de Angola
20 de Setembro de 2010

O Ministério da Coordenação Económica leva hoje à discussão pública, em Luanda, vários diplomas que vão regular a actividade empresarial do Estado.

Em debate está o "Pacote legislativo do sector empresarial público", que inclui o ante-projecto da Lei -Quadro do Sector Empresarial Público e sua respectiva regulamentação.

O seminário, cuja sessão de abertura será presidida pelo ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, vai discutir ainda, em dois painéis, o "Estatuto do gestor empresarial público e dos membros dos órgãos de fiscalização" e o "Estatuto remuneratório do gestor empresarial público e dos membros dos órgãos de fiscalização". Durante o encontro serão discutidas as inovações que este projecto traz para o sector empresarial público em Angola.

O Executivo angolano atribui importância significativa ao sector empresarial público. Deste modo, o Estado procura criar mecanismos que tornem a gestão das empresas que compõem o empresariado público mais eficientes.

Segundo um relatório de fundamentação da referida Lei-Quadro, isto pressupõe que o sector empresarial público seja dotado de uma legislação que permita às empresas actuarem dentro dos marcos previamente defenidos.

Entre as grandes novidades deste projecto de lei, de acordo com o relatório, está o facto de trazer para o sector empresarial público, em termos de regulamentação, as sociedades de capitais (integral ou maioritariamente) públicos, quando na legislação antiga este tipo de sociedades eram apenas reguladas em sede de direito privado.

O documento refere, igualmente, que com a presente lei, algumas c das disposições aplicáveis àquelas g sociedades se estabelecem a nível c do direito público, ou seja, elas deixam de reger-se exclusivamente pelo direito privado e passam também a reger-se, em alguns aspectos, por normas de direito públicos.

A par disso, o ante-projecto "traz igualmente para o sector empresarial as participações públicas minoritárias. "Aqui é preciso ter presente que não se trata de sujeitar as empresas onde as participações são detidas. Estas (as participações) em si é que ficam sujeitas a algumas normas jurídicas constantes do presente projecto de lei", refere o documento.

O projecto faz ainda referência à figura do "golden shares", estabelecendo-se a possibilidade de existirem acções privilegiadas na titularidade de uma entidade pública ou a atribuição de direitos especiais ao Estado.

Segundo o relatório de fundamentação, pretende-se igualmente que, no presente projecto de lei, se estabeleça a obrigatoriedade da celebração de contratos programas com as empresas públicas e caso Este tipo de negociação permitirá ao Executivo avaliar os e gestores destas instituições empresariais, com base em critérios objectivos. Neste ante-projecto, foram introduzi das disposições que permitem pôr fim ao problema de algumas empresas procederem a aumento significativos dos salários dos seus dores sem que exista qualquer intervenção do Executivo, enquanto proprietário das empresas, existindo mesmo casos em que os aumentos ocorrem de forma relativamente desajustada quando os gestores estão na parte final do seu mandato.

Procedeu-se também à definição clara do papel que deve estar reservado aos ministros sectoriais na sua relação com as empresas do sector empresarial público. Aliás, esta e outras inovações vão tentar suprir algumas lacunas da legislação actual.

O referido ante-projecto da Lei Quadro do Sector Empresarial Publico contém 82 artigos, divididos em oito capítulos. São integrantes do sector empresarial público as empresas públicas, as empresas com domínio público e as participações públicas minoritárias.

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Fundo de apoio à gestão municipal chega atrasado

Semanario Novo Jornal
De 10 de Set. de 2010

O dinheiro do Fundo de Apoio a Gestão Municipal (FUGEM) não chega a tempo e horas para a implementação dos planos desenvolvimento socio-económico das circunscrições do interior da província de Malanje.

O ano de 2010, segue no nono mês, mas as verbas continuam por ser alocadas, o que em certa medida altera toda a programação, disse a este semanário uma fonte de uma das administrações municipais.

Em Cangandala, a cerca de 30 quilómetros a sul de Malanje, apesar da recente aprovação de um memorando de entendimento para a conservação e protecção da palanca negra gigante, a sua recuperação continua a passo de camaleão.

Joaquim António Marta é o administrador municipal, que acredita em melhores condições de vida para os habitantes região salpicada de importância no contexto mundial.

A recuperação dos 27 quilómetros de estrada que liga a sede municipal ao parque nacional de Cangandala preocupa o administrador que considera de critico o trajecto.

"A administração municipal, também prevê algumas acções com relação ao parque, apenas aguardamos que as verbas sejam a locadas aos municípios, para transformar o local num sítio digno para o perde todos os munícipes e visitantes, frisou Joaquim Marta. Milhares de dólares são necessários para a recuperação e relançamento da vida no município de Cangandala, que em breve voltará a estar ligado com o do Mussende, na outra margem do rio Kwanza, província do Kwanza Sul, através da antiga ponte ainda conhecida pelo nome de Salazar, cujas obras estão em fase de conclusão.

5.2 Administradores municipais em seminário sobre OGE

Semanario Independente
De 11 de Set. de 2010

Administradores e técnicos de finanças dos municípios das províncias do
Bengo, Kwanza Norte e Malanje participaram, na cidade de Malanje, província do mesmo nome, num seminário Regional sobre a nova lei do Orçamento Geral do Estado (OGE).

O evento, que teve a duração de dois dias, visou capacitar os administradores e técnicos da área financeira dos municípios de conhecimentos que permitam uma melhor interpretação na execução do Orçamento Geral do Estado e outros instrumentos financeiros à luz da Constituição.

Ao proceder a abertura do seminário, o vice-governador provincial para o sector técnico e comunitário, Conceição Cristóvão, disse que a formação destes gestores surge da necessidade de adequar os conhecimentos e as práticas administrativas de gestão à nova realidade, consubstanciada na descentralização administrativa.

Frisou que a descentralização administração vai permitir dotar as localidades de capacidade para a resolução dos problemas, contribuindo na redução dos níveis de pobreza actualmente existente nas diversas regiões do país. No seminário, os participantes abordaram temas relacionados com a nova lei-quadro do Orçamento Geral do Estado, regras de execução orçamental e de programação e execução financeira.

5.3 Autoridades tradicionais e governador do Kwanza-Sul costas viradas

Semanário Angolense,
de 25 de Setembro a 2 de Outubro

Segundo as fontes, na condução da província o governador não consulta ninguém, quer a sociedade civil, como as Igrejas e nem mesmo as autoridades tradicionais locais. Fazendo fé nos moradores, o clima entre o governador e as autoridades tradicionais é escaldante.

O "azedar" das relações, contam as fontes, levou a que Kukuw-a-Kyoko (Rei da Chuva) e José Gouveia (Soba Regional da Kibala) solicitassem audiência ao governador para a resolução da contenda, ao que o encontro foi aceite. Os mesmos, segundo apurou o Angolense, estavam em representação das demais autoridades tradicionais da província.

O referido encontro teve lugar no palácio provincial, à 8 de Setembro, e o Rei da Chuva e o soba regional dê Kibala e outras autoridades levaram na "bagagem" assuntos que se prendem com o distanciamento da administradora municipal da Kibala, Fernanda Cabral, da população que governa ao mesmo tempo que referiram que a dirigente não tem bom relacionamento com os governados, sobretudo, com os naturais da Kibala.

Para os moradores, Fernanda Cabral não é boa dirigente, por isso, não deve continuar a frente daquele município.

O clima de descontentamento aumentou ainda mais, de acordo com as fontes, com a exoneração do administrador do Mussende e do adjunto no município da Kibala.

O ponto da discórdia, asseguraram as fontes, tem a ver com a popularidade dos referidos administradores. "O administrador do Mussende goza de grande popularidade junto da população e o adjunto da Kibala foi

exonerado por pertencer a associação dos naturais e amigos deste município", referem as fontes.
No entanto, Serafim do Prado é acusado de "declarar guerra aos dirigentes que gozam de maior popularidade junto da população. Esta é, para eles, a principal causa das exonerações dos referidos administradores.
Voltando a audiência, o governador provincial é acusado de ter ameaçado os sobas de prisão.
" O camarada Kitumba Evaristo quer me substituir para ser o governador desta província, no sentido de fazer Joaquim Virgílio administrador da Kibala. Enquanto eu for governador da província do Kwanza-Sul, jamais o Joaquim Virgílio será administrador da Kibala. ou de qualquer município desta província", relataram as fontes que acompanham o dossier Segundo ainda os moradores, as autoridades tradicionais acusam a governação local de não pôr em prática as orientações do Chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos, sobre o princípio da boa governação.
Serafim do Prado é apontado como tendo perdido "o reflexo sobre os reais problemas da província".
"A governação no Kwanza-Sul está confusa, veja que a administradora municipal da Kibala está a persuadir os sobas a dizerem ao governador que a administradora é uma dirigente excelente, mas, estes se recusaram a fazê-lo", denunciaram.

5.4 Omunga exige esclarecimento à ministra da justiça

Semanario Angolense
De 28de Agosto à 3 de Setembro de 2010

A Omunga, organização de defesa dos Direitas Humanos sedeada na Província de Benguela, manifestou-se preocupada, esta semana, com a informação divulgada, na edição passada deste jornal, que dava conta da existência de uma lista no circulo governamental que visa ilegalizar as mais "incómodas" associações de defesa de direitos humanos.
Numa carta a que o Angolense teve acesso, dirigida a ministra da justiça da República de Angola, com o conhecimento de varias instituições como, a Procurador Geral da Republica, Secretário de Estado para os Direitos Humanos, Provedor de justiça, Relatar Especial para os Defensores de Direitos Humanos das Nações Unidas - em Genebra, entre outras, a OMUNGA refere que é com bastante preocupação que analisou o artigo intitulado Na forja plano para ilegalizar as mais "incómodas" - Associações de defesa dos Direitos Humanos ignoradas, publicado na página 33 do N.O 593, ano VIII, de 21 a 28 de Agosto de 2010, do Angolense.
Na carta da OMUNGA à ministra da justiça, lê-se ainda, que no parágrafo inicial do artigo, pode-se ler: "uma extensa lista está a circular entre os membros do Governo angolano, na qual constam centenas de associações, registadas desde 1990 até 2009, e, estranhamente, na mesma, a que tivemos acesso, não constam muitas das conhecidas organizações que se batem pela promoção e defesa dos Direitos Humanos como a Associação Justiça, Paz e Democracia, Mãos Livres e Omunga, só para citar estas.
Nesta conformidade, salienta o documento, a associação OMUNGA vê-se obrigada a solicitar esclarecimentos da Ministra sobre a veracidade da existência da citada lista ao memo tempo que exige esclarecimentos sobre a finalidade de tal lista, caso seja confirmada a sua existência.
Na carta, A OMUNGA lembra que a 10 de Junho de 2010, Angola, na pessoa do Exmo. Sr. Georges Rebelo Chikoty, assumiu perante o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, a maioria das 166 recomendações que foram feitas no âmbito do mecanismo de Revisão Periódica Universal. Salientando as seguintes: Manter um diálogo aberto com os defensores dos direitos humanos, em particular em Cabinda, onde, na sequência do recente e deplorável ataque contra a equipa de futebol togolesa, os defensores dos direitos humanos parecem ter sido detidos sem evidência de sua cumplicidade e ainda tomar e reforçar medidas para protecção dos defensores dos direitos humanos.

5.5 Sociedade de Cacuaco concerta estratégia de actuação

Semanario Angolense
De 11 à 18 de Set. de 2010

O processo de melhoramento das condições de vida das comunidades requer uma forte participação de todos, o que motivou as organizações da sociedade civil em Cacuaco a reunirem-se, essa semana, para debater os problemas 10ciais e apontar soluções "A sociedade civil, protagonista no processo do desenvolvimento, deve dar o seu contributo vital, de uma forma estratégica, concertada e direccionada, com os seus diferentes actores, dentre eles as organizações não governamentais, as associações, as igrejas, os sindicatos, comissões de moradores, diferentes grupos de mobilização comunitário, individualidades e outras, no sentido de unir esforços e criar uma sinergias para a actuação", explicam os organizadores.
A actividade realizada na semana finda é a segunda iniciativa do género, através da qual a sociedade civil do município de Cacuaco pretende melhorar as suas acções, consolidar as suas posições e esclarecer o seu papel exacto no processo de desenvolvimento local e relançar as bases de concertação e de diálogo para uma participação eficiente na governação local no contexto actual do país.
O encontro vai reunir cerca de 100 pessoas, dentre membros de organizações da sociedade civil, igrejas, comissões de moradores, sindicatos, autoridades tra-

dicionais, grupos carnavalescos, de teatro e activistas cívicos.
Sob o lema "participando para construir a cidadania ", os participantes vão discutir temas como trabalho em rede, estratégia comum para uma actuação concertada, posicionamento da sociedade civil no processo de desenvolvimento local e o papel e acção protagonista da sociedade civil, temas que tiveram como prelectores Henriques Calazans, Leonardo Samunga, Vladimir da Silva e Bazolua Pedro.

5.6 Disponibilizada verba para cada um dos munícipes do Kuando Kubango

Jornal de Angola
De 11 de Set. de 2010

No quadro do programa de desenvolvimento rural, cada um dos municípios da província do Kuando Kubango vai receber, do Executivo angolano, 270 milhões de kwanzas (cerca de três milhões de dólares). O facto foi anunciado, na quarta-feira, em Menongue, pelo governador da província, Eusébio de Brito Teixeira.
O dinheiro vai servir para dinamizar as obras de infra-estruturas nos sectores da saúde, educação, comércio e outros. Eusébio de Brito Teixeira informou que o Chefe do Executivo orientou a realização de um levantamento pormenorizado das carências de cada um dos municípios, para uma aplicação racional dos recursos.
O governador do Kuando Kubango realizou, ao longo desta semana, um périplo pelos municípios do Calai, Cuito Cuanavale, Cuangar, Mavinga, Nancova, Dirico, Cuchi e Rivungo. Esteve acompanhado de técnicos provenientes de Luanda e do Governo
Provincial do Kuando Kubango. Entre outras acções, a comitiva fez o levantamento dos problemas locais e do número de edifícios e funcionários públicos.
A deslocação de Eusébio Teixeira ao interior aconteceu na sequência da recente visita da assessora do Presidente da República para os Assuntos Sociais, Rosa Pacavira, ao Kuando Kubango, onde se inteirou das condições em que vivem milhares de cidadãos que oito anos depois do alcance da paz, ainda viviam nas matas.

6 URBANISMO e HABITAÇÃO

6.1 Jovens recebem casas

Jornal de Angola
1 de Setembro de 2010

O ministro da Juventude e Desportos, Manuel Gonçalves Muandumba, procedeu no passado dia 29, no bairro da Juventude, em Saurimo, à entrega formal de casas a 46 jovens.
Os beneficiados foram sorteados no quadro do primeiro lote de casas concluídas, das 92 previstas no âmbito do programa "Angola Jovem".
Gonçalves Muandumba considerou que o acto traduz a concretização pelo Governo de um programa destinado a atribuir casa própria aos jovens, com todas as condições de habitabilidade.
O ministro pediu aos contemplados honestidade na amortização, de forma faseada, da dívida contraída ao Banco de Poupança e Crédito, para garantirem oportunidade a outros solicitantes. Além disso, sublinhou a necessidade dos beneficiários cuidarem dos imóveis e respeitarem o regulamento instituído a fim de promoverem uma convivência harmoniosa entre vizinhos.
A governadora Cândida Narciso enalteceu o gesto 4e solidariedade do Presidente da República a favor da juventude e pediu o cumprimento dos compromissos assumidos junto da instituição bancária.
Para o presidente do Conselho Provincial da Juventude, Ilídio Txitaca, a entrega das casas concretiza um dos grandes sonhos dos jovens, ansiando que a iniciativa se estenda outras localidades da província.

6.2 População do Bairro Zango prestes a abandonar tendas

Jornal de Angola,
1 de Setembro de 2010

O governo da província de Luanda realoja, esta semana, mais de 200 famílias residentes nas tendas do bairro Zango para uma outra área, nos arredores da mesma localidade. O director executivo do programa de habitação social, Joseph Canga, referiu que estão a ser envidados todos os esforços para que a maior parte desta população tenha os seus lotes e possa construir as suas moradias.
Admitiu que o processo de realojamento é complicado, porque requer, da parte do Governo, algum esforço financeiro. "Estamos a atravessar algumas dificuldades financeiras e dentro das nossas possibilidades e capacidades, vamos resolver este problema", disse. Joseph Canga referiu que o governo de Luanda tem criado as condições mínimas para a autoconstrução dirigida, disponibilizando os lotes e prestando o apoio técnico necessário. Centenas de famílias afectadas pelas calemas ocorridas, este ano, na Ilha do Cabo e as sinistradas pelas chuvas receberam os títulos de terrenos e das casas construí das no ZangoIII.

6.3 Build Angola laça casas abaixo de 100 mil dólares

Semanário Económico
2 de Setembro de 2010

Build Angola, que se tornou numa empresa de direito angolano, depois do lançamento, a 23 de Agosto último, do 'Nosso Lar', pretende lançar-se no mercado com mais um projecto imobiliário para a classe média, cujo nome não foi ainda divulgado.
As residências estarão localizadas no mesmo perímetro em que serão projectadas as moradias do projecto 'Nosso Lar', na zona do Benfica, Futungo de Belas e junto da auto-estrada, que liga os municípios de Viana e Benfica, nas redondezas do Estádio '11 de Novembro. Ao certo não se sabe ainda o número de casas a serem construídas nestes locais, mas a grande preocupação para a concretização do projecto, segundo Joca Conrado, director de Projectos da Build Angola são os preços dos terrenos nesta parte sul de Luanda, que são bastante altos.
"Os terrenos em Luanda estão muito caros e queremos adquiridos a preços mais baratos", disse Comado acrescentando que é muito difícil adquirir, naquela zona, um metro quadrado a menos de 50 dólares. "Para um espaço de uma casa T3, por exemplo, a Build chega a desembolsar 25 mil dólares para adquiri-lo
Para se dar à volta a situação, Joca Comado disse estar a encetar contactos com o Governo Provincial de Luanda a fim de ceder à Build Angola espaços nas zonas do Camama, Benfica e arredores para a construção.
Uma vez não ter chegado ainda a acordo, a solução tem sido comprar parcelas de terreno a terceiros: populares e outras individualidades. Ainda para a materialização de mais este projecto imobiliário, a Build Angola está a procurar, no mercado brasileiro e chinês material de construção a preços mais acessíveis e de eleva da qualidade.
"A aquisição de terrenos e de materiais de construção acabados mais baratos é um dos objectivos que perseguimos para que a população angolana adquira casas a preços cada vez mais baratos com

Números

- Quanto aos preços, uma casa 13 construída numa área de 91.27 metros quadrados está orçada em 119 mil dólares. Numa primeira fase o interessado pode entrar com 35 por cento do valor, neste caso 45 mil e 465 dólares.

- Durante os próximos 12 meses paga-se sete mil dólares mensais para completar o valor total da obra
- Para uma habitação T4, erguida numa área de 129 metros quadrados, a pronto pagamento custa 169 mil e 900 dólares. Caso o novo inquilino queira uma piscina, por exemplo, deverá pagar um valor adicional de 26 mil dólares.

Expropriação de terrenos
Em relação a recentes informações vindas a público, segundo as quais a Build Angola estaria a expropriar terrenos de populares na zona do Benfica, onde seriam executados os seus projectos, Joca Comado disse que os terrenos em questão haviam já sido comprados pela Build Angola a um indivíduo idóneo – Não quis revelar o seu nome, que apresentou a competente documentação.
Os problemas vieram a seguir, segundo acrescenta.
"Depois da aquisição das parcelas de terra e da sua legalização junto do Governo da Província de Luanda, numa altura em que nos preparávamos para vedar a área é que apareceram outras pessoas que alegaram serem os, verdadeiros donos das terras. Ficamos surpreendidos mas chegamos a um entendimento indemnizando-os, como tem acontecido sempre.

6.4 Ministro visita obras da juventude

Jornal de Angola,
2 de Setembro de 2010

O ministro Gonçalves Muandumba visitou ontem, no município do Kilamba Kiaxi, as obras da Casa da Juventude, numa altura em que se desenha o modelo de gestão da instituição.
Gonçalves Muandumba, que conversou com os empreiteiros e deu sugestões sobre acabamentos no interior da futura Casa da Juventude, mostrou-se satisfeito com o que viu. O director nacional da Juventude, disse, ao Jornal de Angola, que, "quando as obras estiverem concluídas, os jovens passam a dispor de uma boa infra-estrutura, com serviços dinâmicos, e podem apresentar sugestões sobre actividades a realizar no local".
Cardoso José revelou estarem em curso obras idênticas, em fase de acabamento, nos municípios do Cazenga e da Samba.
"Numa primeira fase vão ser construídas seis casas sociais em Luanda, mas temos tido dificuldades quanto a espaços", referiu, adiantando: "Temos estado a trabalhar para a construção de mais uma casa social no Cacuaco".
O responsável esclareceu que, "contrariamente ao que se tem dito, não se trata um centro de artes e ofícios".
"Algumas pessoas pensam que isto vai ser um centro

6.5 Crescimento anárquico dificulta patrulhamento

Jornal de Angola
9 de Setembro de 2010

O crescimento anárquico de bairros dificulta o patrulhamento policial na cidade do Huambo, afirmou, recentemente, o subcomissário António Guedes, comandante provincial da Polícia Nacional e delegado do Ministério do Interior.
O subcomissário António Guedes, que falava num acto de patenteamento de 87 efectivos, disse que a actividade da Polícia muitas vezes é dificultada nas zonas suburbanas e alertou a população para denunciar qualquer acto que ponha em causa a tranquilidade e a segurança dos cidadãos.
"Onde houver falta de acesso e iluminação pública, o trabalho da Polícia é dificultado, sobretudo o patrulhamento auto", reconheceu a alta patente da Polícia Nacional.
O comandante provincial de Malange pediu aos efectivos para tudo fazerem com vista ao aumento da confiança das pessoas e ao reforço da manutenção da ordem e tranquilidade no seio das comunidades.
O oficial da Polícia Nacional sublinhou que os procedimentos de actuação dos potenciais transgressores estão em constante evolução, daí que seja necessário que os efectivos da Ordem Pública estejam em constante prontidão e alerta máximo.
O comandante defendeu a adopção de métodos de actuação policial, que passem pelo policiamento comunitário, o que permite uma maior proximidade da corporação ao cidadão. Exortou ainda o efectivo a elevar o grau de disciplina, organização e agir com firmeza e serenidade.

6.6 Investir no mobiliário é mais valia

Semanario Novo Jornal
De 10 de Set. de 2010

A Build tem actuado intensamente no segmento do negócio imobiliário com o lançamento de uma série de projectos habitacionais de média e alta renda. Tendo em conta a tendência de baixa dos preços, acredita no retomo satisfat6rio destes investimentos?
Sim, porque Angola tem muito investimento por fazer, ao mesmo tempo que o Brasil domina o conhecimento no sector imobiliário, de acordo as experiências que já teve neste país. O défice habitacional no Brasil é semelhante ao de Angola. É um mercado sólido que enfrenta e procura de diversas maneiras ultrapassar as crises que surgem no sector económico.
Faz essa afirmação pelo facto de os projectos habitacionais já lançados por vocês terem uma procura aceitável,

ou será que não há nenhuma relação que possa ser estabelecida nesse aspecto?
Há sim uma relação. Parte do princípio que a procura tem sido positiva, com destaque para o projecto Bem Morar. Até agora, estamos a fazer casas de alto padrão. Outro projecto que, felizmente, tem as vendas feitas quase na totalidade é o Quintas do Rio Bengo. Trata-se de uma empreitada que visa levar mais o comprador a ter uma casa na perspectiva do entretenimento. Resumo dizendo que estamos a fazer projectos com patamares diferentes. E o mesmo se passa nos segmentos em que apostamos.
Para quando é que contaremos com casas com um custo abaixo dos que vêm praticando até agora?
Para muito breve. Embora não tenha uma designação ainda, o projecto vai oferecer casas a um preço abaixo dos 100 mil dólares, rondando entre 85 e os 95 mil. Uns dos problemas que muitas vezes condiciona os preços praticados são os mecanismos aduaneiros. Embora seja mais fácil agora, ainda se tomam penosos para quem investe, porque esses custos são adicionados ao valor do material. Em Angola não temos determinado tipo de matéria-prima, ao contrário do Brasil onde temos uma realidade diferente, e, obviamente, os preços acabam por ser mais baratos do que os que são praticados aqui, porque há a necessidade de ser feita a importação para que tenhamos um produto final com qualidade.
Os preços ainda são caros e fora do alcance de um cidadão que queira adquirir uma habitação social, mas nesse aspecto há quem considere que os preços são baixos no nosso contexto…
Para o mercado angolano, os valores são baixos, mas para o povo é absolutamente o contrário. Isso é muitas vezes justificado pela relação entre os custos da construção e o poder de compra. Por exemplo, aqui o valor do metro quadrado está entre 50 ou 60 dólares, o que na minha opinião ainda fica caro. Deveria ser cobrado menos de metade desse valor.
Há um grande problema quando se fala em pagamentos das prestações de um cliente que pretenda adquirir uma residência e isso vem a ser reforçado pelos prazos de entrega que, em muitos casos, não são cumpridos?
Para que seja evitada essa situação, o melhor é termos um prolongamento dos prazos que estabelecemos para garantir mais segurança ao cliente. Nos nossos primeiros anos em Angola, tínhamos um prazo que estava entre os dois e os três anos. Actualmente esses prazos vão de 12 a 18 meses até à entrega da chave ao proprietário.
A Build Brasil passa agora a ser uma empresa de direito angolano, adoptando o nome de Build Angola. As razões passam pelos investimentos que estão em ponto de crescimento e no estreitamento de relações com a criação de parcerias?
Já vamos a caminho de um mês com esse processo de mudança para o nome de Build Angola. Uma das razões se prende com o facto de haver a necessidade de enraizar cada vez mais os nossos negócios em Angola. Essa metamorfose passa também pelo facto de sentirmos do público uma receptividade satisfatória. Aliado a isso está o facto de termos estabelecido parcerias e encontradas novas facilidades.
A Build acaba por não se resumir apenas no mercado imobiliário. Podemos observar que há urna extensão mais alargada dos seus investimentos.
Afirmativo. Ainda no segmento imobiliário está em curso o projecto para construção de fazendas com gado, no Huambo. Esse processo já está em andamento há pouco mais de três meses. Estamos a fazer a assessoria para a formação do plantel de gado, o que quer dizer que na compra da fazenda estão incluídos os animais. Outra das apostas que estamos a fazer é a da importação de carne para o circuito comercial, no sentido de trazer esses perecíveis com mais qualidade, provenientes do Brasil e dos Estados Unidos. Essa carne já começa a entrar no nosso mercado, em vinte cortes diferentes, e será distribuído por hotéis, restaurantes e supermercados, a partir de Outubro.

6.7 Banco de Desenvolvimento de Angola garantiu financiamento de projecto

Jornal de Angola
De 11 de Set. de 2010

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BOA) financiou, durante o ano de 2009, num valor estimado em seis mil milhões de kwanzas, projectos no ramo da indústria de materiais de construção, informou quarta-feira, em Luanda, o representante da instituição financeira, Tito Mendonça.
De acordo com Tito Mendonça, que falava num fórum económico realizado no âmbito da VII Semana do Brasil em Angola, o financiamento do BDA cobriu, neste período, toda a cadeia produtiva da indústria de materiais de construção.
Aquele responsável aconselhou os empresários que trabalham em Angola a olharem mais para as oportunidades de negócios que se abrem além do sector agrícola, realçando que o banco tem em carteira financiamentos para projectos no sector agro-industrial.
Afirmou que a aposta em financiar projectos no sector agro-industrial visa, entre outros factores, permitir que este segmento da economia nacional recupere a sua capacidade produtiva a médio e longo prazos. Destacou igualmente o financiamento, pelo BDA, de projectos na cadeia produtiva de algodão

e no sector hoteleiro, neste último com realce para os aldeamentos turísticos em zonas rurais.
O BDA é uma instituição financeira pública criada em 2006 com o objectivo de apoiar o crescimento económico sustentado do país. Está orientado para o aumento da riqueza nacional, a melhoria contínua do bem-estar das populações e a construção e consolidação da economia do país.
Numa promoção da Associação de Empresários e Executivos Brasileiros em Angola (AEBRAN), o evento reuniu brasileiros e angolanos. A actividade enquadra-se nas comemorações da semana do Brasil em Angola alusiva à data da independência do Brasil, que se assinalou terça-feira.

6.8 Obras do bairro da juventude estão com um bom andamento

Jornal de Angola
De 12 de Set. de 2010

O director nacional da Juventude, Cardoso José, manifestou ontem, em Ndalatando, a sua satisfação com o andamento das obras de construção de 100 residências para jovens, no quadro do programa "Angola Jovem".
Em declarações à imprensa, no fim de uma visita à região, Cardoso José disse que a sua deslocação ao Kwanza-Norte serviu para observar o grau de execução das obras de construção das casas sociais para a juventude e verificar os moldes de selecção dos candidatos a habitação.
Das 100 casas previstas no programa, na primeira fase da obra, foram apenas concluídas 45, facto que o director nacional da Juventude atribuiu a "constrangimentos de ordem técnica e financeira".
As casas foram erguidas na área do Catome de Baixo, em N Ndalatando, e compreendem residências do tipo T2, cada uma à venda ao preço de 40 mil dólares.
Na província do Kwanza-Norte foi criada uma comissão encabeçada por um vice-governador e integrada por membros do Governo e técnicos do Banco de Poupança e Crédito (BPC), com vista ao êxito do projecto. A comissão já seleccionou um total de 60 candidatos, num universo de 105 processos recebidos. Os candidatos devem ter entre 25 e 35 anos de idade, ser residentes e exercer actividade remunerada que permita pagar o custo da casa.
"Para além destes requisitos, os candidatos devem ter capacidade económica para liquidar 10 por cento da primeira prestação do crédito à habitação, devendo o restante montante ser pago num prazo de 15 a 20 anos, mediante recurso ao crédito por via do banco BPC", indicou o director nacional da Juventude. Os jovens que não forem seleccionados por incapacidade financeira podem ser contemplados no quadro do programa do governo de auto-contrução dirigi da.
Cardoso José considerou que estão a ser cumpridos os pressupostos para a selecção dos candidatos à aquisição" das casas e sublinhou que o "processo é transparente e inclusivo".

6.9 Os custos dos engarrafamentos em Luanda

Jornal de Economia e Finanças
14 de Setembro de 2010

Estima-se que cerca de um milhão de luandenses são expostos diariamente aos efeitos dos congestionamentos de trânsito.
Se partirmos do pressuposto de que diariamente o cidadão perde no trânsito no mínimo, em média, duas horas, as perdas para a economia em horas não trabalhadas, podem avaliar-se em dois milhões de dólares por dia ou 484.000.000 de dólares por ano para o PIB ou para o descanso dos cidadãos.
Não são conhecidos para Luanda estudos sobre o assunto, mas um simples exercício baseado em dados e pressupostos tais com?

- O numero de. Habitantes da cidade de Luanda (cerca de 5,5 Milhões);
- Estimativa da população activa da cidade (18 e 60 anos), cerca de 40%;
- Taxa de desemprego, estimada em 25% em 2007 (MAPESS);
  • Volume de emprego dos sectores público, privado e informal;
  O valor médio da hora de trabalho, estimada em 2-00 dólares ou 150,00 Kwanzas (MAPESS, 2007).

Podemos facilmente chegar a conclusão acima descrita, com uma margem de erro aceitável.
Do ponto de vista técnico e em "economês" (burla à linguagem técnica dos economistas), trata-se essencialmente de um custo de oportunidade, ou seja, aquilo que se deixa de ganhar por se estar a exercer (ou não) outra actividade. Explica-se: se estamos duas horas no engarrafamento, perdemos a oportunidade de estar duas horas no escritório, na fábrica, no estabelecimento comercial, no mercado, a "zangar" ou mesmo a descansar.
Este custo de oportunidade que geralmente não é quantificado, ou tido em consideração na formulação política pode constituir uma perda social (toda a sociedade perde, pelo facto de milhões de pessoas estarem "inactivas, nos engarrafamentos)

Factores de compensação
As tecnologias de informação e comunicação podem constituir um factor de compensação, ou factor de mitigação das perdas com os congestionamentos de

trânsito. Apesar de ilegal e perigosa, uma prática habitual dos luandinos e a de "trabalhar" ao telemóvel. Ao telefone celular e por SMS, são transmitidas ordens e informações, iniciam-se negociações, contactam-se bancos e até fechados negócios.

Com a crescente utilização da Internet pelo telemóvel e mesmo em computadores, portáteis o cidadão (o passageiro), vai driblando os engarrafamentos, navegando na Internet, manuseando b correio electrónico, etc., utilizando assim, em seu benefício, os tempos de espera no trânsito caótico da capital.

Os especialistas em economia e outras ciências sociais poderão certamente aprimorar os cálculos aqui sumariamente apresentados, com a introdução de outras variáveis e hipóteses mas certamente a grande conclusão é a de que além dos danos para a saúde, para o ambiente (poluisão-segundo os peritos o consumo de combustível e maior, durante os engarrafamentos) existe uma grande perda de "eficiência económica" pelo facto de tantas pessoas estarem tanto tempo nos congestionamentos de trânsito.

Portanto, e apesar de "impopulares", são de saudar as recentes medidas do Executivo no sentido de limitar a importação de veículos usados de passageiros com mais de três anos, pelos evidentes benefícios para o transito e o ambiente.

A redução parcial dos subsídios generalizados aos combustíveis, que derivou no aumento do seu preço, pode de certo modo contribuir para a redução de veículos em circulação, tornando mais alto o custo de trafegar, pois creiam, no nosso país, um litro de água engarrafada é mais caro que um litro de gasolina.

6.9 Projecto imobiliária no deserto

Jornal de Angola,
17 de Setembro de 2010

A empresa Rienk construção e engenharia lançaram na quarta-feira, no Namibe, um projecto imobiliário denominado Welwitschia, meu sonho, minha casa" para a construção de 500 residências sociais.

A governadora da província do Namibe, Cândida Celeste, efectuou o lançamento da primeira pedra do projecto que será responsável pelo desenvolvimento integrado e a construção de uma parcela de 50 hectares no bairro 5 de Abril.

De acordo com o vice-presidente da empresa construtora, Adriano Cristóvão, a primeira fase do projecto prevê a construção de 500 casas de tipologia T3 eT4, que vão ser ergui das em áreas que variam entre 100 e 130 metros quadrados.

O empreendimento Welwitschia foi concebido para construir uma nova cidade no deserto, com todas as condições dos centros urbanos, com casas de média e baixa renda, com o objectivo de beneficiar a população. Adriano Cristóvão disse que o projecto inclui a construção de infra-estruturas públicas estratégicas e estruturantes. "O projecto foi pensado com todos os pormenores exteriores e interiores, de forma a satisfazer as necessidades dos utentes, proporcionar qualidade de vida e criar um foco de expansão para a área". Garantiu que o programa habitacional dá oportunidade às pessoas que pretendem viver longe da agitação das grandes cidades sem perder o conforto e a comodidade que o seu estilo de vida exige.

O projecto vai criar postos de trabalho e vai ser executado por técnicos locais. "Vamos, antes disso, dar formação básica aos trabalhadores. Temos dois objectivos: criação de postos de trabalho e construção de casas para a população", disse.

6.10 Há projectos muito bons mas também temos os maus

Semanário Angolense
De 18 de Set. de 2010

Semanário Angolense (SA) *Chegou mais uma época chuvosa e com ela as suas consequências, tais como cheias, mortes, destruição, gente desalojada, etc., problemas que se vêm repetindo ano após ano. Angola, em geral, e Luanda, em particular, estão preparados para novas enxurradas?*

Ângela Mingas (AM) - Ainda não, mas o que vejo, permite-me dizer que o processo de reabilitação de algumas cidades de Angola já começou o que é muito bom sinal. O que enquanto cidadãos temos que saber é que processos dessa natureza não são de resolução imediata.

SA - *No caso específico de Luanda, na sua abalizada opinião, o que acha que, em termos arquitectónicos, deve ser feito para que Luanda e o país deixem de sofrer os fia gelos que se têm estado a registar nas épocas de chuva?*

AM - Planificar estrategicamente a descentralização das cidades. Tanto no campo endomórfico como no exomórfico. No endomórfico, baixar os indicadores demográficos e os coeficientes de afectação dos solos, criando possibilidades de intervenções a posteriori, e no campo exomórfico, permitir mobilidade entre novas urbanidades que permitam a conectividade e desenvolvimento as regiões periféricas e aos centros. Uma espécie de ideia de cidade jardim que é um conceito utópico, mas em alguns casos conseguidos.

SA - *Concorda que uma das soluções seria a requalificação dos subúrbios de Luanda e do país, em geral?*

AM - Depende. Em Arquitectura e Urbanismo, cada caso é um caso. E como esclarecimento, a requalificação não é o único conceito de intervenção arquitectónico ou urbanístico, existe a Reabilitação, a Recuperação entre outras.

SA - *O crescimento da cidade de Luanda está a ser bem ordenado em termos arquitectónicos?*
AM - A intervenção em cidades passa por duas etapas que de forma resumida, que são a Planificação Estratégica e Urbanística. Neste momento só conheço a estratégica. De uma maneira geral estou de acordo, os princípios são francamente positivistas. Quanto à Urbanística, a que conheço ainda é muito alvejada, como as novas polaridades urbanas da Comuna da Camama, Funda, etc. Tenho que compreender melhor esta intenção de projecto, pois para um problema (neste caso, intenção) podem existir milhares de soluções. Como o que interessa é "resolver os problemas do povo" prefiro que respostas dessa natureza sejam consequência de debate entre pares.

SA - *Não acha que devia haver maior empenhamento do Governo para que os problemas subjacentes às chuvas fossem ultrapassados?*
AM - Não sei se a questão passa pelo empenhamento. Não acredito francamente que se possa solucionar os inúmeros problemas de Luanda de um dia para o outro (permitam-me assumir Luanda como caso de excepção, já que ela representa cerca de 1/3 da população do país). A maka é que a política só se sacia com urgência. Neste caso, só mesmo com muita paciência.

SA - *Uma apreciação sua à qualidade das obras públicas: estradas, esgotos, edifícios, passeios, etc.*
AM - As obras, o meu polegar para cima. Aos projectos, temos de tudo; projectos muito bons como os de reabilitação de estradas do sistema fundamental, bons os de desenvolvimento rural, maus, os de planeamento de arborização das cidades e muito maus os de espaços públicos de lazer em áreas de restrição como Sistema Viário.
Como comentário final, acredito que o facto de neste momento ser pertinente falar de cidade é porque enquanto cidadãos estamos a ganhar consciência de que ela nos pertence como herança comum. Por essa razão, deixo dois apelos à comunidade: primeiro que se proteja o património da cidade para que possamos ter uma identidade formal historicamente ancorada e segundo, se tivermos que pedir algo enquanto cidadãos que sejam espaços livres, parques, lugares onde nos possamos deitar na relva, olhar para o céu e descansar a ouvir a natureza... Cidade, também é isso.

6.11 Vice-ministro do Urbanismo avalia programa de habitação

Jornal de Angola,
17 de Setembro de 2010

O vice-ministro do Urbanismo e da Construção para o Ordenamento do Território visitou, as reservas fundiárias de Ekuma 1 e de Namacunde.
Manuel Clemente, além disso, e teve um encontro com os membros do governo provincial, Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Urbanismo (INOTU), Instituto Nacional Geográfico e Cadastral de Angola (lGCA) e com os repensáveis da empresa responsável pelos trabalhos na reserva fundiária do Ekuma (Terra Sul), dos quais recebeu informações sobre o programa habitacional na região.
O vice-ministro foi também informado sobre o programa de protecção da cidade de Ondjiva contra enchentes e o projecto de realojamento da população Vítima das chuvas.
Manuel Clemente disse, aos jornalistas, que os projectos urbanísticos e habitacionais apresentados pela unidade técnica habitacional do Cunene revelam qualidade e possibilitam, dentro de pouco tempo, o lançamento das empreitadas para a construção de novas centralidades na província.
O vice-ministro defendeu que haja mais técnicos nos organismos tutelados pelo Ministério que estão a intervir no programa habitacional na província
O objectivo, disse, é acelerar os trabalhos que estão ser efectuados no âmbito do programa integrado de constituição de reservas fundiárias e de promoção da habitação de interesse social.
N a reserva fundiária do Ekuma 1 foram efectuados trabalhos de desmataçao, demarcação, delimitação l e loteamento. A empreiteira está agora a fazer a escavação para instalação das redes de energia eléctrica, água potável e telefonia.
A província do Cunene dispõe de seis reservas fundiárias identificadas em todos os municípios, compreendendo mais de 12 mil hectares. As do município do Cuanhama e de Namacunde já foram desminadas.
O Executivo prevê, até 2012, a construção de 35 mil focos habitacionais na província.

6.12 Boaventura confirma "avanço positivo na construção de milhares habitações

Jornal de Angola
6 de Setembro de 2010

Mais, de 5.000 casas começam a ser construídas ainda este ano, na província de Malange, no âmbito do programa de fomento habitacional, que vai permitir a construção de um milhão de fogos até 2012 em todo território nacional.
O anúncio foi feito sexta-feira pelo governador Boaventura Cardoso, no termo de uma visita à I'f"i!il Unidade Técnica de Coordenação Comissão Provincial de Implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (CPIPNUH), na região.
O chefe do Executivo malangino, informou que no âmbito do Programa Nacional de Urbamsmo e Habitação,

Malange vai contar com 6.000 casas, tendo explicado que ~ deste número 5,750 serão ergui das no município sede e as restantes 250 em Cacuso,
Boaventura Cardoso disse que foratrijá identificadas algumas reservas fundiárias do Estado no bairro da Carreira de Tiro, que está a ser ‘ alvo de uma operação de desminagem numa área de 300 hectares. Os trabalhos de desminagem, lembrou, encontram-se já na fase final.
O governador provincial de Malange precisou que a constatação deste conjunto de fogos traduzirse-á num motivo de satisfação para a população da província, particularmente "para os munícipes que ainda não possuem uma habi tação própria e condigna",
Boaventura Cardoso disse, por outro lado, que a construção de residências nos restantes municípios passa pela atribuição das verbas €; tranquilizou os habitantes dessas regiões, dizendo que "vão ser contemplados nos próximos tempos".
"Estamos a aguardar os resulta1 dos de todo um trabalho que está a ser desenvolvido ao nível cene traI para a concretização do Programa Nacional de Fomento Habitacional na região", realçou Ir Boaventura Cardoso .
Sexta-feira, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente do República anunciou, em conferência de imprensa, que o Estado 1- vai assumir a responsabilidade da habitação social em todo o país.
1- Carlos Feijó fez saber que foi já lá terminado o trabalho de identificação das áreas onde serão erguidas 0- as casas de habitação social ou casas a preços controlados, assim como os financiamentos e as empresas que vão implementar o plano. do Quanto ao realojamento, o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da Republica, referiu que a preocupação sobretudo em relação a Huíla.
O Executivo assumiu o compromisso de construçao de habitação social que permitem o realojamento condigno das pessoas que são retiradas das suas áreas por causa das nova estruturas que estão a ser e das pessoas que foram das chuvas e de outras calamidades naturais, disse.

6.13 Saurimo tem mais casas do Projecto Angola Jovem

Jornal de Angola
6 de Setembro de 2010

Brigite Murongo tem 25 anos e está a viver na sua casa nova. No princípio duvidava que algum dia viesse a ter uma daquelas casas bonitas que estavam a nascer no bairro da juventude. Todos sonhavam com o dia em que iam receber a chave. Um dia foi chamada para lhe dizerem que era uma das contempladas com uma habitação.
O sonho ultrapassou a realidade porque neste momento j á estão a ser distribuídas as casas da segunda fase.
E o ProjectoAngola Jovem prevê ainda mais casas noutros bairros e noutros municípios da província.
"Pensei qlJe era apenas uma promessa, mas depois de ver o projecto arrancar em várias províncias fui fazer a inscrição, apresentei os documentos necessários e aguardei. Agora estou aqui na casa com que sempre sonhei", disse Brigite Murongo.
"Aconselho aos outros jovens que não foram sorteados agora, a esperarem pela sua vez, porque o sonho da casa própria é mesmo uma realidade", acrescentou Brigite Murongo.
Dormir aflita ao lado do marido e dos filhos, sem saber como vai pagar a próxima renda, deixou de ser um problema para Ricardina Muquelengue, de 30 anos. Ela sempre confiou no Projecto Angola Jovem e agora tem a sua casa nova onde vive feliz com a família.
Ricardina é técnica de educação ambiental e vai cumprir os requisi - ~ tos do crédito feito junto do Banco
de Poupança e Crédito: "estou muito satisfeita com esta iniciativa do Executivo a favor da juventude.
E nós somos uma prova de que os dirigentes se preocupam com o nosso bem-estar. Esperamos que na próxima fase haja mais casas para distribuir, porque ainda há muitos jovens sem casa própria na província da Lunda-Sul".Pedro Tambue, 25 anos, pagava 300 dólares de renda, mas agora foi um dos contemplados com casa do Projecto Angola Jovem. Ainda esta semana faz a mudança para a nova casa.
"Este projecto do Executivo vem contribuir para a melhoria da vida da juventude.
E uma realidade que antes de termos as casas não acreditávamos que alguma vez fosse possível", disse o jovem.
Pedro Tambue garantiu à nossa reportagem que todos os beneficiários estão convictos de que é preciso cuidar bem das casas e fazer a sua manutenção, para que se‘am douradoras: "o Executivo está facilitar à juventude a aquisição idas casas e nós que já as temos, vamos cuidar delas porque são nosso Património".
A felicidade é óbvia no rosto de Gerson Martins, de 25 anos. Funcionário do Banco de Poupança e rédito, esperou pacientemente elo sorteio e recebeu a sua casa, ara pedir em casamento a namorada: " sinto-me muito feliz, com esta casa , vou pedir a minha namorada em casamento.
So tenho de agradecer ao Executivo, porque com este projecto habitacional para os jovens, esta a tirar muitos jovens das casas de renda alta e sem condições."
Gerson Martins disse ainda, que o projecto tem mais valor, porque as casas são mobiladas " Este e outro aspecto que nos ainda mais sastifeitos, porque não vamos precisar de comprar mais a mobília de sal e dos quartos, so temos de nos preocupar com os electrodomésticos ".
O bancário aconselha aos outros jovens a não desesperarem porque outras casa ainda estão a ser construídas na província.
"Apesar de na primeira fase terem sido construí das simplesmente 40 casas, não quer dizer que o projecto parou.

Temos conhecimento de que mais casas vão ser construídas na província e por isso aconselho aqueles que não tiveram a sorte de serem contemplados agora, a não desesperarem. Sejam pacientes, porque quem espera sempre alcança". As casas distribuídas têm três quartos, uma sala, uma cozinha, uma casa de banho e quintal.
Há jovens quejá projectam montar negócios no bairro, para facilitar as compras de primeira necessidade, já que não existem supermercados nas proximidades.

Mais habitações
As casas distribuídas fazem parte do projecto "Angola Jovem", do Ministério da Juventude e Desportos. Ao lado arrancou a segunda fase e neste momento, as obras já começaram em oito casas, que têm as paredes levantadas .
. Na segunda fase, segundo o director provincial para a Juventude e Desportos, José Manuel Paulo Ferreira da Silva, vão ser erguidas mais 46 casas. Acrescentou que este projecto está a resolver as necessidades da juventude: "ainda há muitos jovens que não foram apoiados, mas o Governo Provincial está a fazer tudo para que todos sejam abrangidos pelo projecto, na província da Lunda-Sul".
O Projecto Angola Jovem, disse, "vai continuar para além da capital da província. Nos próximos anos é estendido a todos os outros municípios da província". O novo_ bairro tem uma rede de esgotos -, bem estruturada e um reservatório com capacidade de 1 00 metros cúbicos de água para suprir défices no abastecimento.

Outros projectos
A província da Lunda-Sul também foi beneficiada com o Projecto Crédito Jovem e já vai na segunda fase. Nos mercados e nos bairros é fácil encontrar jovens beneficiários do crédito, que montaram salões de beleza, lanchonetes, serralharias e outros negócios
O director provincial da Juventude, José Manuel Paulo Ferreira da Silva, disse que nesta segunda fase foram apoiadós 110 projectos em " vários sectores do comércio.
O destaque recai na prestação de serviços. Para este projecto, segundo José Manuel Paulo Ferreira da Silva, foram investidos 538 mil dólares. "Temos algumas dificuldades porque os fiadores não têm cumprido com o pagamento do crédito e toma o processo muito lento e impede qu~ outros jovens sejam contemplados com crédito" .
José Manuel Paulo Ferreira da Silva explicou que os projectos não estão todos concentrados em Saurimo, porque o Governo Provincial esta a fazer de tudo para apoiar jovens da província. O Director Provincial da Juventude frisou que existem em carteira vários projectos, como a construção de campos de futebol e pavilhões polidesportivos para a juventude da Lunda-Sul.

6.14 Juventude elogia politica habitacional

Jornal de Angola
20 de Setembro de 2010

Os jovens das províncias do Moxico e da Lunda-Sul, que participaram na primeira excursão regional louvaram, ontem, no Luena, a iniciativa do Governo consubstanciado dano programa "Angola Jovem".
Numa declaração lida no final de uma excursão juvenil, os participantes consideram que programa "Angola Jovem" está a suprir, as dificuldades habitacionais e a coiit!ibuir para a formação profissional juventude. Durante três dias os para reflectiram sobre vários assuntos ligados à juventude, com realce a sua participação nas tarefas de reconstrução nacional e resgate dos valores cívicos e morais.
O encontro, promovido pelo Conselho Nacional da Juventude, juntou cerca de 200 jovens das duas províncias e inseriu-se nas comemorações d Dia do Herói Nacional, assinalado na sexta-feira, em homenagem ao primeiro Presidente de Angola. O documento encoraja os jovens a participarem nas acções de reconstrução, desenvolvimento do país e de conservação do meio ambiente e a terem um comportamento digno.

6.15 Imobiliária manifesta desejo de ser parceiro

Jornal de Angola
20 de Setembro de 2010

A imobiliária "Zenki Real Estate", filial da multinacional ameri- rr cana "CB Richard Ellis", a operar no mercado angolano desde meados deste ano, pretende tornar-se no principal parceiro do Governo em matéria de consultoria e intermediação imobiliária.
O desejo foi manifestado no sábado pelo director executivo da firma, Diogo Rodrigues, acrescentando que a "Zenki Real Estate" pretende servir o mercado angolano t com o melhor que se pratica inter nacionalmente, aplicando a sua experiência e conhecimento adquiridos num universo de 59 países.
"Nós queremos apostar na qualidade e não estamos em Angola para fazer um negócio, mas 100 anos de negócios, representando clientes na venda e actuar em áreas como arrendamento e gestão de imóveis, serviços corporativos e de avaliação e consultoria, afirmou o consultor da empresa.
Diogo Rodrigues disse que a instituição traz a experiência da CB Richard Ellis, que detém conhecimento global e age de forma adaptada às necessidades de cada mercado.
"À semelhança da CB Richard Ellis, a "Zenki Real Estate vai fornecer serviços a todos os intervenientes no sector

imobiliário, estando activa em todo o tipo de imóveis, nomeadamente, escritórios,", especificou.A Zenki Real Estate é uma empresa participada do Zenki Group Angola e passa doravante a assumir a operacionalização dos serviços da CBRE no país. O Zenki Group Angola, grupo de direito angolano, representa diversos projectos empresariais de consultoria e está no mercado desde 2005.

6.16 Executivo anuncia habitações sociais para reforçar o programa de realojamento

Jornal de Angola
30 de Setembro de 2010

O Programa de Realojamento as populações pode ser reforçado cem a edificação de infraestruturas para 20 mil casas e a construção de outras três mil casas económicas na área do Zango, em Luanda .

O contrato para a edificação das habitações foi apreciado, ontem, em Conselho de Ministros orientado pelo Presidente da República e Chefe do Executivo, José Eduardo dos Santos, no palácio da Cidade Alta, em Luanda. A oitava sessão ordinária de ontem apreciou o contrato de empreitada para a revitalização da avenida Murtala Mohamede o contrato para a reabilitação e expansão da rede eléctrica da Ilha de Luanda,

O Executivo prepara uma reestruturação e modernização dos Centros de Formação Profissional do. Cazenga e de Viana, em Luanda, do Kuacra, no Kwanza-8ul, de Bom Jesus, no Bengo, e a modernização do Centro Nacional de Formadores . Ontem, o órgão de consulta do Presidente da República apreciou o contrato para a execução da. fase complementar do programa Formação, Trabalho e Desenvolvimento (FTD), integrado no Programa Nacional para

Ó Sector da formação Profissional e Emprego, entretanto, uma empresa pública especial de limpeza, de âmbito local, pode ser criada nos próximos tempos para assegurar a manutenção, abertura e expansão da rede de esgotos, manutenção e limpeza das valas de drenagem, recolha de resíduos sólidos e a intervenção em caso de calamidades naturais, a reciclagem e o processamento do lixo. A proposta de criação foi apreciada. ontem pelo Conselho de Ministros.

No domínio da energia e águas foram apreciados os contratos referentes à Empreitada de Construção da Central 2 de Aproveitamento Hidroeléctrico de Cambambe e da Reabilitação e Expansão das Redes de Alta, Média e Baixa Tensão, das cidades de Cabinda e Lândana.

A Lei sobre as Parcerias Público Privadas foi também objecto de apreciação pelo Conselho de Ministros, tendo por finalidade o acréscimo de eficiência na afectação de recursos públicos, o aumento da capacidade do Estado para realizar investimentos e a melhoria qualitativa e quantitativa do serviço, através de meios de controlo que possibilitem a avaliação permanente por parte dos eventuais utentes e do parceiro público.

O Conselho de Ministros apreciou a proposta de modelo de contrato modalidade "BOT", para a construção e opef'dçiiO de mini-hídricas e dos sistemas de transporte associados.

Produção agrícola em grande escala .

O país pode produzir, em larga escala, arroz, milho, feijão e soja, nos próximos tempos, nas províncias de Malange, Benguela e Kuando-Kubango.

O Executivo tem projectos referentes ao Desenvolvimento Agrícola da Fazenda Pedras Negras, em Malange, dos Pólos Agro-industriais do Cubal, em Benguela, do Quizenga, em Malange, e de produção de arroz na margem do rio Longa, no Kuando-Kubango.

O projecto de Desenvolvimento Agrícola da Fazenda Pedras Negras, em Malange, é para o cultivo de milho, feijão e soja; os Pólos Agro-industriais do Cubal, em Benguela, vão produzir milho e feijão e ter criação de gado; do Quizenga, em Malange, igualmente para o cultivo de milho e feijão e criação de gado, enquanto na margem do rio Longa; no Kuando-Kubango, a aposta é na produção de arroz.

Ainda no domínio da Agricultura, o órgão de consulta do Presidente da República apreciou o Programa da Mecanagro (empresa pública de mecanização agrícola) para a aquisição de tractores, recuperação de máquinas, edificação de oficinas e formação de técnicos.

Ontem, foi ainda apreciado o Acordo Internacional do Café, que tem como objectivo promover a expansão e comercialização do produto, em beneficio dos países produtores, bem como o Acordo celebrado entre a Procuradoria -Geral da República de Angola e a sua congénere de Portugal, para a troca de experiências e de informações, no domínio das respectivas atribuições.

Por outro lado, o Conselho de Ministros apreciou o contrato de financiamento para a implementação da segunda fase do Projecto de Modernização Agrícola e Cultura de Algodão no Sumbe, província do Kuanza-Sul.

Adesão à Convenção sobre o Terrorismo

O país pode aderir à Convenção das Nações Unidas sobre a Proibição ao Financiamento do Terrorismo. O Projecto de Resolução que aprova a Adesão de Angola àquele tratado foi apreciado ontem pelo Conselho de Ministros.

O Executivo, em comunicado de imprensa, reconhece como sendo "um dever do Estado angolano cooperar nos esforços internacionais que visam dificultar, combater e eliminar o acesso fácil, directo ou indirecto, aos meios de financiamento que potenciam acções terroristas".

O órgão colegial apreciou igualmente a Proposta de Lei sobre os Tratados Internacionais, tendo em conta que a actual lei não se adequa aos poderes conferidos pela Constituição da República de Angola ao Titular do

Poder Executivo, no domínio das relações internacionais. O Executivo considera que existe a necessidade de se regular a actividade do processo de conclusão dos Tratados d celebrados pelo Estado angolano e de estabelecer mecanismos internos para a implementação dos Tratados Internacionais de que o país pretenda ser parte.

Laboratório de referência controla alimentos
Angola vai estar dotada de um laboratório nacional de referência para controlar a qualidade alimentar no país. O objectivo é suprir o vazio existente no âmbito da verificação , da conformidade dos produtos àgro-alimentares de importação e da emissão de certificados de origem, garantir a segurança alimentar da população e prevenir as fraudes.
O Conselho de Ministros apreciou a proposta de contrato para a constituição do referido laboratório. Na sessão de ontem, o órgão colegial apreciou ainda o projecto de criação e de aprovação do Estatuto Orgânico do Instituto Nacional de Recursos Hídricos, que tem por objecto o planeamento dos recursos hídricos à escala nacional, de forma a garantir a sua utilização sustentável.

Outras decisões
O Conselho de Ministros apreciou igualmente as propostas da Lei de Bases do Sistema Nacional de Planeamento e a Lei do Sistema Estatístico Nacional. A Lei de Bases do Sistema Nacional de Planeamento estabelece as normas para a elaboração, execução, registo e avaliação do planeamento nacional, como instrumento de regulação e fomento do desenvolvimento nacional, enquanto a Lei do Sistema Estatístico Nacional estabelece as normas para assegurar que a actividade estatística oficial se desenvolva de forma coordenada, integrada e racional, de forma a ser útil ao desenvolvimento e modernizacão do país.
O Conselho de Ministros apreciou o Relatório de Execução do Orçamento Geral do Estado de 2009 que procede ao Balanço do Exercício Económico e Financeiro do ano passado e faz uma avaliação geral do desempenho das Finanças e da Administração Pública.
Por outro lado, apreciou o contrato de prestação de serviços de consultoria e assessoria celebrado entre o Ministério das Finanças e a empresa Mckinnsey Internacional, INC, para a implementação da reforma tributária em Angola.
O Contrato de Financiamento entre o BPC e o BNP/Paribas/Fortis para a Construção e Equipamento de um Matadouro e de uma Unidade de Tratamento de Gordura Animal, em Camabatela, província do Kwanza-Norte, foi igualmente apreciado nesta sessão.
Do sector do Comércio, foram apreciados os regulamentos sobre o Licenciamento da Actividade Comercial e de Prestação de Serviços Mercantis e sobre Licenciamento de Importações e Reexportações.
De destacar que este último diploma vem extinguir o BRI e o BRE e, em seu lugar, cria, com carácter obrigatório, o modelo de registo de entrada de mercadorias (REM) e o modelo de saídas de mercadorias (SRM), com o objectivo fundamental de proceder à recolha de dados que permitam a elaboração de estatísticas. F oram igualmente apreciados os regulamentos sobre a Organização, Exercício e Funcionamento do Comércio a Grosso e do Comércio a Retalho.

6.17 Autoridades tradicionais e governador do Kwanza-Sul costas viradas

Semanário Angolense,
De 25 de Setembro a 2 de Outubro

Segundo as fontes, na condução da província o governador não consulta ninguém, quer a sociedade civil, como as Igrejas e nem mesmo as autoridades tradicionais locais. Fazendo fé nos moradores, o clima entre o governador e as autoridades tradicionais é escaldante.
O "azedar" das relações, contam as fontes, levou a que Kukuw-a-Kyoko (Rei da Chuva) e José Gouveia (Soba Regional da Kibala) solicitassem audiência ao governador para a resolução da contenda, ao que o encontro foi aceite. Os mesmos, segundo apurou o Angolense, estavam em representação das demais autoridades tradicionais da província.
O referido encontro teve lugar no palácio provincial, à 8 de Setembro, e o Rei da Chuva e o soba regional dê Kibala e outras autoridades levaram na "bagagem" assuntos que se prendem com o distanciamento da administradora municipal da Kibala, Fernanda Cabral, da população que governa ao mesmo tempo que referiram que a dirigente não tem bom relacionamento com os governados, sobretudo, com os naturais da Kibala.
Para os moradores, Fernanda Cabral não é boa dirigente, por isso, não deve continuar a frente daquele município.
O clima de descontentamento aumentou ainda mais, de acordo com as fontes, com a exoneração do administrador do Mussende e do adjunto no município da Kibala.
O ponto da discórdia, asseguraram as fontes, tem a ver com a popularidade dos referidos administradores. "O administrador do Mussende goza de grande popularidade junto da população e o adjunto da Kibala foi exonerado por pertencer a associação dos naturais e amigos deste município", referem as fontes.
No entanto, Serafim do Prado é acusado de "declarar guerra aos dirigentes que gozam de maior popularidade junto da população. Esta é, para eles, a principal causa das exonerações dos referidos administradores.
Voltando a audiência, o governador provincial é acusado de ter ameaçado os sobas de prisão.
"O camarada Kitumba Evaristo quer me substituir para

ser o governador desta província, no sentido de fazer Joaquim Virgílio administrador da Kibala. Enquanto eu for governador da província do Kwanza-Sul, jamais o Joaquim Virgílio será administrador da Kibala. ou de qualquer município desta província", relataram as fontes que acompanham o dossier Segundo ainda os moradores, as autoridades tradicionais acusam a governação local de não pôr em prática as orientações do Chefe de Estado Angolano, José Eduardo dos Santos, sobre o princípio da boa governação.
Serafim do Prado é apontado como tendo perdido "o reflexo sobre os reais problemas da província".
"A governação no Kwanza-Sul está confusa, veja que a administradora municipal da Kibala está a persuadir os sobas a dizerem ao governador que a administradora é uma dirigente excelente, mas, estes se recusaram a fazê-lo", denunciaram.

6.18 Projecto habitacional cria empregos

Jornal de Angola
27 de Setembro de 2010

O projecto habitacional "Casa Fácil", apresentado no sábado, na n província da Huíla, vai proporcionar seis mil postos de trabalho.
Segundo o seu promotor, Baptista Tchiloia, o projecto vai ser implementado nas províncias de Luanda, Cabinda, Benguela, Huambo, Namibe, Kuando-Kubango e Cunene, n devendo ser entregues uma média n de mil casas a cada 90 dias c
De acordo com o mesmo responsável, o projecto propõe a construção de casas, oferecendo aos candidatos oportunidades de decisão da r tipologia e modelos para as próprias moradias, de acordo com as suas disponibilidades financeiras.
Em seu entender, a capacidade tecnológica e de construção dos parceiros deve constituir um potencial capaz t de facultara projecção, urbanização e edificação de obras de grande dimensão, passíveis de contribuir para o Programa Nacional de Habitação.
"O interesse manifestado pelos funcionários e a desburocratização 1 dos métodos de participação, previstos na lei de bases do fomento habitacional, encorajam os intervenientes no projecto", acrescentou a fonte. A Casa Fácil inscreveu, em quatro dias de promoção, mais de 190 candidatos, entre os quais funcionários públicos, efectivos das Forças Armadas, da Polícia Nacional, bancários e antigos combatentes

6.19 Prédios ganham novos rostos mas saneamento básico continua deplorável

Semanário Factual
De 28 de Ago. à 05 de Set. de 2010

Num périplo feito pelo Factual por alguns prédios que estão a ser pintados foi possível constatar o défice no saneamento, bem como muitas fissuras que poderão pôr em risco vidas humanas.
Uma das situações que merece um tratamento urgente por parte de quem de direito tem a ver com o prédio onde se encontra a loja Samirana, na ex-avenida Brasil, visto que o mesmo apresenta fissuras de níveis elevados. Já no interior de vários apartamentos são notadas várias fissuras nas paredes.
Carla Teresa, que reside num dos apartamentos do referido prédio afirmou ao semanário que "embora alguns peritos tivessem estado aqui e garantido que o prédio era habitável, a situação é crítica. Acho necessário que os peritos voltem para avaliar as condições em que o prédio se encontra a fim de se evitar o pior, a juntou.
Já nos prédios construídos por cubanos, embora existam algumas fissuras na sua estrutura, o que preocupa mesmo a vizinhança é o sistema de drenagem das águas residuais e o saneamento básico. Para João Nzimba "tem sido feito um trabalho para mudar a situação na parte de trás dos prédios mas o mesmo não tem surtido os efeitos desejados, pela falta de colaboração dos moradores, o que torna o saneamento aqui muito precário".
Segundo apurou o Factual, muitos ocupantes dos prédios ainda utilizam a parte de trás dos imóveis como locais para o depósito de resíduos sólidos, como sucatas e outros dejectos, o que dificulta o estacionamento de viaturas.
Uma outra situação que tem preocupado principalmente a vizinhança baseia-se no estado em que se encontra o imóvel onde funcionou o Hotel Katequero, na baixa de Luanda. A estrutura do edifício não oferece nenhuma segurança, visto que o mesmo ainda é habitado. Já no seu interior é possível verificar as tubagens danificadas e inúmeras fissuras nos apartamentos.
O edifício, na sua parte traseira, encontra-se totalmente deplorável, sendo local para depósito de todo o tipo de dejectos que se misturam com as águas proveniente das fossas obstruídas, o que causa um cheiro nauseabundo e é ideal para a reprodução do mosquito causador da malária. Moradores do Hotel Katequero fizeram saber ao Factual que edifício tem de ser restaurado, sob pena de um dia vir a baixo por falta de manutenção.

6.20 Maior celebridade na titularidade de imóveis

Semanário Factual
De 28 de Agosto à 05 de Setembro de 2010

Um conjunto de diplomas legais que percutirão aos Cidadãos ter acesso mais rápido aos títulos de propriedade dos seus imóveis foi analisado na Quarta-feira, 25, pelo Conselho de Ministros.
O objectivo é facilitar a sua inclusão no mercado imobiliário, podendo assim os cidadãos disporem livremente das respectivas propriedades, no quadro das medidas do Estado para o aumento da celeridade dos actos administrativos e promoção da justiça social. Neste sentido, foram ainda analisadas as propostas de lei de alteração do Código Civil, do Código do Registo Predial e do Código do Notariado.
O órgão auxiliar do Presidente da República apreciou ainda propostas de lei do registo predial obrigatório, do regime jurídico do notariado e do processo simplificado de suprimento do título para o registo, tendo sido recomendado o seu envio à Assembleia Nacional.
Mereceram igual tratamento os projectos de Decreto Presidencial sobre o regime jurídico do notariado e sobre o "Guiché do Imóvel", diploma que, à semelhança do Guiché Único, vai simplificar e reunir num só local, a realização dos actos conducentes à regularização jurídica dos imóveis.
No âmbito desta reforma legislativa, está prevista para breve a revisão dos emolumentos e impostos que ainda oneram a aquisição de casa própria.

6.21 Gestão das centralidades entregue à Sonangol

Jornal de Angola
De 28 de Set. de 2010

A Sonangol é a promotora das novas central idade que vão nascer em todo país. O Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, anunciou ontem, em Luanda, a transferência das novas centralidades do Kilamba Kiaxi, Zango e Cacuaco, em Luanda, do Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) para a empresa Sonangol imobiliária.
O Chefe do Executivo, que falava durante uma visita à Nova Centralidade do Kilamba Kiaxi, informou que a Imobiliária da multinacional angolana vai cuidar de todas as matérias relacionadas com o desenvolvimento do projecto e com a venda dos espaços e edificios das centralidades projectadas para Cabinda, Kuando-Kubango e Dundo.
Essa decisão, explicou com o Presidente José Eduardo dos Santos, insere-se num "conjunto de medidas que tem a ver com a transferência de todas as responsabilidades" que cabiam ao Gabinete de Reconstrução Nacional, no quadro da execução de vários projectos do Estado referentes à reabilitação de infra-estruturas e edificação de novas centralidades.
O Presidente da República anunciou, igualmente, a transferência do Gabinete de Reconstrução Nacional para outras entidades que vão desenvolver projectos de construção de infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e de reabilitação de infra-estruturas sociais.
O Presidente da República reconheceu que o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN) "desempenhou um papel central e fundamental no quadro da reconstrução nacional", relançou projectos de reabilitação dos caminhos-de-ferro, actualmente em fase bastante adiantada, e "cuidou da reabilitação e construção de vias rodoviárias estratégicas" nacionais.
A Sonangol fica igualmente com a responsabilidade da Zona Económica Especial (ZEE) de Luanda Bengo. Para este projecto, o Presidente da República defendeu uma "articulação com a centralidade do Kilamba Kiaxi" e disse esperar que, das cerca de 70 unidades fabris instaladas na ZEE, pelo menos 14 mil pessoas venham a conseguir postos de trabalho.
O desejo do Chefe do Executivo é que a nova central idade do Kilamba Kiaxi seja "um modelo", com os serviços necessários para que seja útil ao desenvolvimento do país, com espaços administrativos e sociais condignos.
José Eduardo dos Santos esclareceu que o Estado vai recorrer a especialistas estrangeiros para assessorar quadros angolanos na "concepção de um modelo de gestão e organização" daquela centralidade, para evitar os problemas os problemas que Luanda vive actualmente

Conselho à cidadã angolesa

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, negou ontem ser o pai biológico da congolesa Ngutuika Josefa Matias, de 46 anos, cuja paternidade lhe é atribuída pela própria cidadã.
A cidadã da República Democrática do Congo (RDC) afirmou, recentemente, que o Chefe de Estado angolano é seu pai, fruto de uma alegada relação com Elisabeth Kaenje, mãe de Josefa, no tempo em que José Eduardo dos Santos representou o MPLA naquele país vizinho.
O Presidente da República, que falava à margem da visita que efectuou à Nova Centralidade

7 TERRA

7.1 Tensão e Expropiaçao no Kwanza Sul

Jornal o Pais
1 de Outubro de 2010

Caracterizado por uma forte presença de fazendas, o município da Canda é uma das zonas onde se registam conflitos entre as comunidades locais e os novos donos de terras. Ainda existem no local, segundo dados apurados por este jornal, 13 fazendas ocupadas por antigos trabalhadores.
Uma fazenda com 60 mil hectares no Jombe II envolve no seu perímetro 10. O fazendeiro destruiu as culturas da população e esta replicou partindo os marcos da fazenda e outras acções de revolta.
Segundo consta, os populares já recorreram à Associação Mãos Livres para advogar o caso. Apesar da intervenção do Governo Provincial do Kwanza Sul, não houve uma solução porque o relatório informa que o empresário não acata as decisões governamentais e a população diz que prefere morrer no local.
No mesmo município, um outro empresário que, anteriormente litigava com antigos trabalhadores das fazendas aí existentes na área de Pinelas, teve de ceder parte das terras para utilização da comunidade, após a intervenção da administração municipal em 2005.
Mas até hoje se está por resolver uma outra contenda que opõe a Igreja 15 I do 7º Dia, que reclama a: titularidade da Fazenda do Icucu, e os habitantes que também se dizem proprietários dos espaços onde estão, porque o antigo dono não havia comprado as parcelas.
Na parte sul do Sumbe, um grupo de mulheres da comunidade de Wambele que pratica a agricultura nas margens do rio Keve foi confrontado com nesses que legalizou as suas terras. O caso continua em tribunal, embora as senhoras não tenham condições de pagar os honorários de um bom advogado.
Ainda na capital do Kwanza Sul, um outro privado expropriou terra de outros camponeses na zona do Ote, na área de Cassosso, onde a população sempre trabalhou.
‘’A disputa pelos espaços e recursos naturais também ocorre entre os privados. Na anhara Mombolo existem conflitos entre dois fazendeiros que disputam os limites pela sobreposição de croquis de localização das fazendas. O primeiro requereu a sua fazenda em 1995, portanto, antes do fundo conflito armado (cerca de 1000 ha) e o segundo fez a sua ocupação a partir de 2004, tendo incluído parte do terreno de outro na sua fazenda (cerca de 10.567 ha).
O assunto já foi parar ao tribunal e o conflito está aparentemente latente”, garante a pesquisa, referindo-se ao município do Cassongue.
Por outro lado, os investigadores acrescentaram que “na Pambangala, o Projecto Aldeia Nova está a estender-se e poderá envolver várias fazendas já ocupadas por fazendeiros. Trata-se de um potencial diferendo de terras, embora ainda não se tenha tocado em nenhuma das fazendas”.

7.2 Terra Provoca Atritos entre as Fazendeiros e Comunidades

Jornal o Pais
1 de Outubro de 2010

Elias Chicumba foi um dos participantes da conferência Terra e Cidadania promovida esta semana pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) , no Centro de Formação de Jornalistas (CEFOJOR), em representação da população do município do Chipindo, na província da Huíla.
O município do Chipindo, com fortes potencialidades no sector agro-pecuário, passou a constar do leque de regiões no pais onde nos últimos tempos muitos investidores privados procuram terras para desenvolverem as suas actividades. E as comunas do Bunjei, Calopa e Nguelengue são aS que viram parte dos seus territórios entregues a um conhecido político e governador provincial que pretende fIxar uma fazenda nesta área do sul (Chicumba, que trabalha grupo teatral na divulgação de terras, contou aos presentes na conferência que a entrega ao governador provincial , meses depois de os locais feito pedidos para legaliza espaços onde vivem.
Apesar de o pedido dos ter contado à partida com o apoio de instituições como o Instituto de Gestão e Cadastramento, (IGCA), que fez o georefe e croquis de localização, I acabou por reverter a favor da governante.
O caso do Bunjei é ape entre as centenas que accoes país, de norte a sul, seguindo Pesquisa sobre Diferendos de Terras e as Forma e solução, realizado por as I como a Rede Terras, Cor Huíla, Fórum Terra do K liderado pela ADRA. O trabalho foi feito entre os meses de Dezembro do ano passado e Março do presen.e, mas apresentado esta semana ao público.
O documento, financiado pela Ajuda Popular da Noruega, teve como referências os casos que acontecem actualmente no meio rural e urbano nas províncias de Benguela (nos municípios de Balombo, Caimbambo e Lobito), na Huíla (Chipíndo, Gambos e Matala) e no Kwanza Sul (Conda, Cassongue e Sumbe).
“Relativamente às experiências locais de casos de conflitos de terra apresentados pelos representantes das comunidades do Conda, província do Kwanza Sul e Gambos. Chipíndo e Matala, na província da Huíla, e após ouvidas as experiências do Fórum Terra do Kwanza Sul conclui que apesar de a legislação ter um nível aceitável, o seu íncum primento, a burocracia excessiva e o espí-

rito de desconfiança dominante na sociedade co~tituem um desafio que é necessário vencer para garantir o acesso, posse e ségurança de terras das comunidades mais desprotegidas", concluiram os conferencistas após o encontro.
Os participantes ao encontro constataram também uma certa exiguidade quanto à resposta das solicitações de resolução dos conflitos de terras, seja entre o sector privado e as comunidades, tanto como entre estas e o Estado.
Segundo Inácio Zacarias, co-autor da pesquisa, na Huíla, por exemplo, foram atribuídos pelo governo local mais de 400 títulos de concessão de terras, sendo que as comunidades locais receberam apenas seis títulos de reconhecimento de terras comunitárias. Os pesquisadores chamaram a atenção para
a disparidade, mesmo sem se saber as diferenças entre as superfícies cedidas para interesses individuais e privados e interesse colectivo das comunidades.
À semelhança do que aconteceu com os populares que tiveram os espaços usurpados, os habitantes de Chirnoma e Jongo, também no Bunjei, não conseguem reconhecer as terras onde vivem há décadas, apesar de contarem com o apoio de algumas organizações não governamentais.
Ainda na Huíla, concretamente no município dos Gambos, as tensões entre os fazendeiros e populares locais ocorrem principalmente na Tunda dos Gambos, incluindo o Parque do Bicuar, e no território que se estende até à comuna do Mulondo, no município da Matala.
Na área do Macova um ocupante forçou as comunidades usando violência (ameaças e incêndio de cerco de lavras) no sentido de pressionar as comunidades a retirarem-se
das suas moradias. Segundo o dito fazendeiro, "os populares estavam dentro do croquis da fazenda que comprou, violando flagrantemente os direitos mais elementares das comunidades rurais".
"Existem duas fazendas instaladas no leito do rio da Tunda (definido como o limite com o parque) que se desenvolveram, quer em termos de aumento da sua área (mais de 10 KM dentro do Parque), quer em termos de vedações. As comunidades que viviam nos arredores destas fazendas viram-se obrigadas a entrar também no interior do parque, empurrados pelo Fazendeiros ", le-se ainda no documento apresentado pela ADRA.
Uma comissão governamental visitou recentemente o vale do Chimbolelo orientou a Administração Municipal dos Gambos no sentido de se repor a legalidade, mas a comunidade alega que não poderá regressar às suas áreas de origem se os fazendeiros não o fIzerem primeiro, porque foram ali parar como consequência do desenvolvimento das suas fazendas.
A extensão das fazendas está a vedar os corredores de passagem do gado e as reservas de pasto foram ocupadas também. O relatório revela que existem fazendeiros que, para evitar pressões da comunida de, fIzeram canalizações de água (através de tubagens) para fora das suas vedações para que a comuni dade se possa benefIciar, reduzindo desta forma, o agudizar dos conflitos. Mas na Tunda dos Gambos
as bombas manuais que existiam foram vedadas pelos fazendeiros que instalaram motobombas para as suas fazendas e alguns deles chantageiam populares para lhes cederem terras em troca do acesso à água.
Citando um estudo do Centro de . Estudos Sociais e Desenvolvimento (2005), a equipa daADRAesclarece que o fIm do conflito armado aguçou os apetites e a ambição desmedida, sem ética, nem responsabili dade social e humana na usurpação de terras.
"Primeiro farejavam terras, depois começaram a caçar terras e agora estão a assaltar terras, algumas vezes de forma impiedosa e feudal. Passaram a ter muito mais terra do que a necessária e viraram latifundiários improdutivos" , revela o estudo, acrescentando qué "para além de empresários agrícolas ausentes, emergem agora os fazendeiros de frm-de-semana, os fazendeiros de Páscoa ou de frm de ano ou aqueles que têm fazendas como coutadas de caça"

7.3 Combate ao garimpo de terrenos não é mania do administrador nem do estado

Semanario Angolense
De 28 de Agosto à 3 de Setembro de 2010

Angolense - *Como caracteriza a situação actual do município da Samba?*
Pedra Fançony (P.F.): A Samba possui características próprias, mas, no essencial, está na mesma situação que os demais municípios de Luanda. Grande parte do seu território é constituída pelo mar, o que leva a que muita gente sobreviva da pesca. Ainda temos o problema da pobreza, do lixo, das doenças mais frequentes como o paludismo e as diarreias agudas. Esta quadra melhorou ligeiramente com um programa iniciado em 2008 que consistiu na disponibilização de 5 milhões de dólares. Quando recebemos a missão de dirigir o município foi-nos recomendada, fundamentalmente, a melhoria da qualidade de vida da população. Essa melhoria passa pela situação do abastecimento de água potável, energia e saneamento básico. Quanto à energia, Luanda depende da barragem de Capanga que, como sabemos, possui algumas limitações. Como o nosso município é o que está mais afastado geograficamente, tem sido o menos beneficiado não devido a alguma incúria, mas pela capacidade da barragem em si.
No mes passado inauguramos mais de 20 postos de transformação (PTs) e prevemos chegar aos 30 até ao final do ano. O abastecimento de água também tende a melhorar, pois existe uma subestação em fase final no Benfica que deverá beneficiar os moradores de grande parte do bairro. Contudo, o grande problema deste

município, que, entretanto, deveria constituir a sua riqueza, são mesmo os terrenos. Refiro-me à burla, ao garimpo e à venda ilegal de lotes do Estado. Este é, provavelmente, o maior problema na Samba.

Angolense - P*orquê que os terrenos constituem um problema constante?*
P.F.: Porque dá dinheiro! É preciso notar que, apesar de os terrenos existentes na Samba constituírem reserva do Estado, as pessoas talhonam sem autorização e, muitas vezes, usando indevidamente o nome da Administração e os símbolos da República. O que, aliás, é fácil de fazer por computador. As pessoas que assim agem usam indevidamente certos nomes. É evidente que se disseram que o fazem a mando, por exemplo, do administrador ou de outro responsável, as populações encolhem-se.

Angolense - *Mas quando se movimentam máquinas pesadas para talhonamento e abertura de ruas, a situação é grave, não? Tem havido detenções?*
PF - Certamente. Existem pessoas que foram presas em flagrante e as máquinas apreendidas. Acontece, porém, que a população tem-se queixado de que, pouco tempo depois, essas pessoas são restituídas à liberdade, Temos, gradualmente, apertado o cerco e posto cobro ao problema. Devo também notar que, raramente, essas situações têm a ver com as chefias. O garimpo movimenta multo dinheiro, logo, torna-se fácil trabalhar as pessoas, incluindo funcionários da Administração e das esquadras da polícia, que assim agem sem conhecimento do administrador, do comandante ou do procurador.

Angolense - *Sabe-se que este negócio gera efectivamente bastante dinheiro. Em quanto se estima as perdas para o Estado?*
P.E: Até certa altura havia a volta de oito mil lotes ilegais na Samba sendo vendidos no mínimo a 8 mil dólares cada, o que totaliza algo como 64 milhões de dólares. Sabe O que isto representa? É muito dinheiro. Com este montante pode-se mover montanhas. Possibilita aos seus autores encontrar funcionários venais.

Angolense - *Quando é que a Administração soube dessas negociatas?*
P.F.: Em 2008, mas, na altura, conseguiu-se estancar porque nesse ano o lote de 20 por 30 metros quadrados chegava a custar 25 mil dólares. Depois baixou para seis mil.

Angolense - *Essa situação aconteceu apenas no Benfica ou noutras zonas também?*
P.F.: Aconteceu apenas nas reservas do Estado no Benfica. Quanto ao resto, são situações em que existe um dono identificado que vende a sua parcela.

Angolense - *Quer dizer então que o Benfica é completamente reserva do Estado?*
P.F.: Exactamente. Mas temos de nos situar. Quem parte do controlo da polícia para a auto-estrada, tudo que ficar do lado direito, construído ou não, é reserva do Estado. Se bem que tenhamos também de distinguir o seguinte: existem pessoas que já possuíam casas ou terrenos naquela zona antes de vigorar o decreto 65/07. O próprio Estado, claro, determinará como agir nessas situações. Tudo o resto que esteja livre, lavra ou não, está num regime completamente diferente. Quanto ao caso dos camponeses, na minha opinião, o ideal seria que os mesmos se mantivessem nas suas lavras. Seriam intimados a abandoná-los à medida que o Estado fosse necessitando das parcelas, mediante, claro, o pagamento de indemnizações.

Angolense - *Não acha duro e dramático persistir na velha prática de partir-se casas de cidadãos, que fazem das tripas coração para erguer um teto?*
P.F.: Esta questão está em estudo. Mas se quer a minha opinião e, como o que pretendemos são bairros novos de estilo modernizados, aquelas casas que não contradisserem a nova arquitectura desejada, poderiam permanecer. De contrário, evidentemente que o Estado tomará as medidas que se impuserem. Abundam hoje casos de, por exemplo, anexos mal construídos, sem respeito pela distância entre o muro do quintal e a casa. Tudo isso é um pouco pesado. Por outro lado, é preciso ver que em alguns desses terrenas seria conveniente termos prédios no lugar de casas. Os prédios resolvem vários problemas. Num dado espaço, em que estejam seis casas, poderiam estar seis prédios e beneficiar maior número de populares, sobretudo jovens. Até por uma questão de economia de material. Existem edifícios de nove ou dez andares com capacidade para albergar 90 ou mais famílias. Logo, é necessário que as pessoas saibam que o combate contra o garimpo nas reservas do Estado é benéfico para a própria sociedade. Não se trata de nenhuma mania do administrador nem do Estado. O Estado está precisamente a considerar esses benefícios quando pretende ter as coisas organizadas.

Angolense - *Significa que quem possui um terreno no Benfica pode dormir atormentado? …*
P.F.: Neste momento as pessoas devem aguardar mais ou pouco. Há uma nova legislação a este respeito em preparação desde Maio último. Desaconselho, por isso, toda e qualquer pessoa a comprar terrenos em mãos de individuais, pois somente à Administração Municipal compete concede-los. E não o fazemos aos fins-de-semana. Quem vai comprar terrenos no campo pode ter a certeza de que está a fazê-lo ilegalmente. Repito: a única forma é através da Administração. Mas é óbvio que para podermos vender precisamos receber do

Estado e isto ainda não começou na Samba. Por outro lado, se optarmos todos pela via que se tem seguido corremos o risco de termos novamente musseques que, como sabemos, resultam de construções anárquicas que não permitem, inclusive, a construção de esgotos nem canalização de água. Quando se permite este tipo de construções os resultados são precisamente os musseques. Musseques não são, de forma alguma, a qualidade de vida que pretendemos garantir para os cidadãos.

Angolense - *Vários populares alegam que a lentidão e burocracia das nossas instituições encorajam a construção desordenada e ilegal.*
PF - De certo modo sim. Mas é preciso notar que estamos a empreender esforços para acabar com esta situação. O Estado sabe que os jovens carecem de casa e que enfrentam rendas insustentáveis. O que é bastante doloroso. Mas é exactamente o Estado que, sabendo dessa realidade, projectou a construção de 1 milhão de casas em multo pouco tempo, precisamente para retirar esse peso dos cidadãos, sobretudo dos jovens. Simplesmente, as coisas nem sempre resultam da maneira desejada. A esta altura poderíamos estar bem avançados, mas houve a crise económica e outras situações que complicaram este desejo. Repito, e digo com conhecimento de causa, o Estado tem consciência do problema. Tanto é assim que até a Casa Civil e a Casa Militar da Presidência da República estão extremamente empenhadas em cumprir as orientações do Presidente no sentido de se andar o mais depressa possível. Às vezes não param nem aos sábados e domingos, indo muitas vezes noite adentro. Nós os administradores também sacrificamos os nossos fins-de-semana para trabalhar.

Angolense - *Os fiscais parecem ser um grande problema, considerando a frequência de denúncias contra os mesmos. Quem os fiscaliza?*
P.F.: Existem fiscais do município passíveis de serem usados e manipulados. São os tais venais. Mas também há outros que são abnegados. O problema da fiscalização dos fiscais não é tarefa fácil. É necessário trabalharmos com base na confiança, porque se estivermos constantemente a fiscalizá-los não teremos tempo para mais nada. Faríamos o seu trabalho. Temos de continuar a apostar na formação e na vigilância e esperar também que a população nos ajude. Temos recebido denúncias que já nos permitiram mover processos disciplinares, para além de sabermos de casos de alguns que foram parar a tribunal por processos movidos por cidadãos prejudicados.

Angolense - *É satisfatória a arrecadação de receitas do processo administrativo de terrenos?*
P.F.: Receitas com base em quê, se os ilegais nem licença de construção possuem! Os que estiverem legais pagam, mas esta é uma máquina que vai começar a funcionar em pleno agora. Recebemos orientações claras neste sentido durante uma reunião realizada em Viana, onde o Chefe de Estado disse-nos o que deveria ser feito.

Angolense - Acha normal que alguém, que tenta sair do aluguer, aguarde um ano por uma licença de construção?
P.F.: A situação não é bem essa. Às vezes as pessoas informam e informam-se mal. Esses papéis que vê aqui (mostra uma pilha deles) são licenças de construção. Se o Processo for devidamente constituído, é capaz de sair numa semana.

Angolense - *Então, porquê as queixas permanentes?*
P.F. Convém não misturar a questão do direito de superfície e licença de construção. O direito de superfície, cuja emissão compete ao GPL, está novamente suspenso, enquanto que a licença de construção é algo muito diferente. É da competência da Administração municipal. Alega-se demora porque muitas vezes os processos estão incompletos. Temos também de observar que em várias ocasiões as pessoas não se encaminham para o lugar apropriado. Existem três áreas que estão fora da competência da Administração: o perímetro desanexado do Futungo de Belas, a área da Edurb (que congrega também o Morro Bento) e a reserva do Estado. Sabemos de casos em que se emite uma licença para o Benfica, mas constrói-se na Edurb. É evidente que quando detectamos algo assim, anulamos.

Angolense - *Quando será retomada a emissão do direito de superfície?*
P.F.: Não estou envolvido neste processo mas sei que está em preparação a legislação a respeito. Pelo rítmo em que as pessoas estão, acredito que até os finais de Setembro as coisas estarão aclaradas.

Angolense - *O que é que as autoridades realmente planeiam fazer? Reaver todos estes terrenos?*
P.F.: Reafirmo que todo o terreno adquirido fora da Administração Municipal é ilegal. É verdade que existem casos de pessoas que se dirigiram à Administração e encontraram alguém que, feito de funcionário, garantiu que as ajudavam. Como era na Administração, essas pessoas acreditaram. Realmente existem funcionários nossos que assim procedem, como por exemplo, num caso em que se autorizou a entulhar o mar próximo do Morro da Samba.

Angolense - *O que fazer nesses casos?*
P.F.: Se for tudo legal, não há problema. As pessoas devem informar-se devidamente antes de agir. O lugar certo a contactar é a repartição do Reordenamento do Território e Urbanismo (ROTUA), uma secção que funciona no rés-do-chão da Administração Municipal. Para

além do administrador, neste momento as pessoas competentes para dizer alguma coisa com propriedade são a arquitecta Elisabeth ou o chefe de secretaria. Temos afixado aí os passos necessários para a aquisição de terrenos.

7.4 Títulos de propriedade baixam especulação imobiliária

Semanário Económico,
2 de Setembro de 2010

A facilidade de acesso a títulos de propriedade de superfície, na sequência de uma medida recente do Conselho de Ministros, vai contribuir para o fim da especulação imobiliária em Angola, segundo especialista contactado pelo Semanário Económico.
Para o economista Victor Hugo Morais, a ausência, durante muito tempo, da lei sobre o direito de superfície aprovada recentemente, criou um cenário especulativo enorme nas propriedades imobiliárias. O especialista aponta o critério burocrático aplicado pelas autoridades competentes ao longo dos anos como causa que tornou difícil a obtenção do direito de superfície pelos cidadãos, para quem muito servidor público lucrou com isso. Victor Hugo ressalta, no entanto, a presença do actual instrumento jurídico como fundamental para reduzir a pressão no sector imobiliário, podendo vir a motivar a baixa de preços. Além disso, acrescenta, a lei vai proporcionar ao cidadão comum o direito de reclamar uma certa parcela de terra que lhe sirva de garantia para hipotecar, em caso de obtenção de crédito.
Dentre os documentos exigidos pela comissão criada pela governadora de Luanda para o cadastramento dos actuais detentores de espaços constam a cópia do Bilhete de Identidade, escritura do direito de superfície, croquis de localização, título de concessão provisória, contrato de promessa, escritura/ declaração da administração local, ficha da comissão de moradores, a declaração de compra e venda, uma procuração do titular principal (na ausência do mesmo) e um requerimento dirigido à governadora provincial.
Na tentativa de saber o prazo fixado para os cidadãos efectuarem o registo das suas parcelas, a comissão coordenadora do governo provincial destacada na Chicala, Ilha de Cabo, escusou – se de prestar quaisquer declarações por falta de autorização.
Para Victor Hugo, a exigência na documentação é um mecanismo que o governo encontrou para evitar especulações e casos de burla embora reconheça que poderá criar constrangimentos a muita gente.
O economista pede flexibilidade do governo quanto ao custo actual do metro quadrado fixado nos 11 dólares, dependente da zona e acredita que, se continuar o preço actual, nunca o cidadão comum conseguirá adquirir alguma parcela de terra. “O valor da terra não é levado em consideração com o salário mínimo comum. As pessoas estipulam porque querem. Isso vai tornar difícil àqueles camponeses que querem legalizar as suas terras porque, após reunir a documentação, na hora de pagar ver-se-ão obrigados a ceder os terrenos a terceiros por incapacidade financeira”, concluiu.

7.5 A riqueza da terra

Jornal de Angola
De 8 de Set. de 2010

Angola tem grandes potencialidades para a agricultura porque pode diversificar culturas e existe uma rede hidrográfica que permite irrigar vastas áreas neste momento improdutivas.
Os grandes rios do Centro e Sul do país ou nunca foram aproveitados para a agricultura ou estão subaproveitados. Milhões de hectares de terras aráveis estão abandonados ou apenas uma ínfima parte é cultivada para a subsistência dos camponeses. O desperdício de terras aráveis está a sair muito caro aos angolanos, porque têm de importar praticamente todos os bens de consumo.
Os projectos de apoio aos camponeses e que incluem fornecimento de instrumentos agrícolas, sementes melhoradas, fertilizantes, mecanização dos solos e crédito barato, estão a dar excelentes resultados porque marcam a diferença entre uma vida digna e a pobreza acompanhada da fome e da doença. Este primeiro passo é fundamental e precisa de ser apoiado com urna rede de comércio rural e estradas que permitam a circulação dos produtos.
A extensão rural é uma experiência que tem dado excelentes frutos, apesar dos acidentes de percurso, desde que nasceu nos anos 60. Mas é preciso ir um pouco mais longe, porque a população angolana está cada vez mais a concentrar-se nas periferias das grandes cidades, porque não há no mundo rural projectos atractivos que fixem as populações, sobretudo os jovens.
A desertificação do mundo rural está a criar problemas de difícil solução e que podem agravar-se. As periferias dos centros urbanos, crescem de uma forma desordenada e os campos estão abandonados. E preciso criar condições para que essas populações regressem às origens e produzam bens alimentares que abasteçam os nossos mercados e tornem Angola auto-suficiente.
Temos vastas regiões que podem produzir os cereais suficientes para as necessidades de Angola. Temos excelentes condições para a produção pecuária. Em poucos anos, o país pode passar de importador a exportador de carne. As diferenças climáticas permitem produzir frutas de toda a espécie, desde as tropicais às europeias. Temos condições excepcionais para a produção de hortícolas.
Uma política integrada de desenvolvimento do mundo

rural deve passar em primeiro lugar pelas condições de vida dos camponeses mas nunca esquecendo que a meta é a segurança alimentar. Estudos antigos mas que não estão desactualizados, apontam a bacia do Cunene como suficiente para garantir cereais em quantidade suficiente para as necessidades internas. A criação de gado na região pode igualmente garantir o abastecimento nacional, sem necessidade de recorrer à importação.
Os camponeses angolanos precisam de instrumentos que lhes permitam participar de uma forma decisiva na reconstrução nacional. Temos terras férteis, temos braços para trabalhar, temos climas favoráveis, só na falta mesmo a organização e a qualificação. Porque a agricultura hoje exige mais do que uma enxada, uma catana e o trabalho braçal. Podemos e devemos refazer as grandes plantações de algodão que surgiram nos anos 60 num modelo que dispensava a mão-de-obra intensiva.
O girassol era explorado no mesmo sistema. Tínhamos grandes plantações de tabaco, uma cultura que exige uma certa especialização e que alcançou excelentes resultados. Os tempos são outros, mas a terra e os camponeses são os mesmos. Desde que haja políticas adequadas vai ser possível, aos poucos, poupar milhões e milhões em divisas. As importações de bens alimentares não fazem sentido num país com as potencialidades de Angola.
Os municípios do interior têm de renascer e criar suportes materiais para a produção agrícola em larga escala. O modelo tem partir sempre de um nível de proximidade. E são as estruturas municipais que devem dar resposta, em primeira linha, às necessidades básicas dos camponeses. O poder central é chamado a colaborar, disponibilizando técnicos especializados e instrumentos de trabalho modernos que permitam trabalhar as terras com máquinas.
A terra é a nossa maior riqueza e nada é mais importante do que o ser humano. Por isso é altura de apoiar os camponeses para que eles cumpram a sua parte no processo de reconstrução nacional. Um apoio que tem de ser permanente e especializado, se queremos distribuir mais riqueza por todos os angolanos.
Enquanto gastarmos diariamente milhões em divisas para importar bens alimentares que podemos produzir em Angola, pouca riqueza vai sobrar para distribuir. Mas neste ponto é preciso ter em conta que os poucos bens agrícolas que produzimos, chegam ao consumidor a preços mais elevados do que os importados. E preciso intervir também nesta área, porque andamos todos a produzir para enriquecer intermediários sem escrúpulos.

7.6 Governo de luanda encerra cadastramento de terrenos

Semanario Novo Jornal
De 17 de Set. de 2010

O Governo Provincial de Luanda (GPL) encerrou, quarta-feira, 15, provisoriamente, o processo de recepção dos títulos de direitos de superfície localizados nos arredores do estádio 11 de Novembro e das novas centralidades da Camama, município do Kilamba Kiaxi.
O vice-governador para a área técnica, Bento Soito, em declarações à imprensa, disse que o GPL recebeu 13 mil processos, mas ainda assim verifica-se que há muitas pessoas que se dirigem ao instituto para fazer o seu cadastramento.
"Vamos suspender por hoje a recepção de documentos, para permitir que os técnicos possam dar tratamento a toda documentação que já entrou e vamos tentar também estruturar melhor o processo de recepção desta documentação, visto que ainda há muita gente que está à porta do IPGUL para entregar os documentos", explicou.
O vice-governador afirmou que vai ser estruturado melhor o processo de recepção para que no momento da retomada do cadastramento haja mais celeridade e melhores condições para o atendimento da população.
De acordo com Bento Soito os proprietários de terras do município de Cacuaco, zona do Kifica, próximo do mercado do artesanato, Bricomil, Lar do Patriota, na Samba, não têm necessidade de procurar o centro de cadastramento do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda.
Encontram-se também nestas condições, segundo o vice-governador, as zonas próximas do centro de produção de Televisão Pública de Angola, defronte e por detrás do cemitério da Camama. Explicou também que se encontram abrangidos pelo edital do Governo da Província as terras próximas do controlo da Polícia, na Samba, em direcção ao Sumbe, as zonas adjacentes ao estádio 11 de Novembro e as propriedades próximas da auto estrada. O governo de Luanda começou a reavaliar, no mês de Julho, a documentação dos alegados titulares de direitos de superfície, registo notarial de propriedade e contrato-promessa de terrenos adjacentes ao Estádio Internacional 11 de Novembro e à Nova Cidade do Kilamba Kiaxi. Segundo forte do GPL, esta medida surge para saber qual é a condição legal de cada um, urna vez que se registam ocupações desordenadas, bem como construções anárquicas. Registam-se, várias reclamações por parte da comunidade camponesa nestas áreas, segundo as quais existem movimentos constantes de grupos e empresas para retirar as terras dos agricultores e ocupar de forma ilícita.

7.7 Desalojados descontentes com o governo

Folha 8
De 11 de Set. de 2010

Afaml1iaS desalojadas do bairro Laureanos para Vila Paula, no município do Lubango, província da Hui1a, não receberam, até o momento, o material para a construção das respectivas residências, tal como prometeu o Governo Provincial, chefiado por Isaac dos Anjos, aquando da mudança da referida população, informou um grupo de indivíduos em nome de todos.
Segundo os representantes dos desalojados, desde a altura das demolições até à data presente, as autoridades governamentais daquela circunscrição de Angola nunca mais falaram sobre o assunto. O facto tem obrigado tais faml1ias a passarem por dificuldades de vária ordem. Dentre elas (dificuldades), destacam-se o frio, a alimentação, os serviços de saúde, além do ano académico das crianças, interrompido. Conforme a fonte, caso não haja intervenção oportuna por parte de quem de direito, perdas humanas poderão ser registadas nos próximos dias.
Aquando das demolições em referência, as autoridades locais prometeram entregar as parentelas parcelas de terra, a fim de nelas erguerem as respectivas casas. Na altura da entrega do prometido, os autóctones desalojados beneficiaram apenas dos espaços.
Outros bens prometidos aos desalojados da Hui1a são areia, burgau, chapas e ferros. Durante o tempo de construção das habitações, o Governo, conforme a explicação, criaria condições técnicas, a fim de que os beneficia rios dispusessem de água suficiente para o efeito.
O prometimento de Isaac dos Anjos e companhia parece servir apenas para fazer o "inglês ver", tal como, por diversas vezes, aconteceu por cá, ou seja, os indígenas nada mais receberam, além do terreno, cujas dimensões não corresponderam às expectativas.
Vila Paula, região situada entre Tchavola e Mutundo, está desprovida de saneamento básico, pelo que as pessoas que lá se encontram enfrentam dificuldades na satisfação das necessidades maior e menor. Perante o facto, os munícipes temem uma possível epidemia de cólera. "Continuamos a viver em tendas e sem condições de habitabilidade. A falta de quartos de banho obriga as pessoas a desenrascarem-se", explicaram os interlocutores, ao acrescentar" o clima de cá é frio e seco e, por isso, propício a várias doenças".
A semelhança das populações transferidas para Vila Paula, as que vivem na comuna de Tchavola continuam a enfrentar dificuldades. Elas dizem faltar quase tudo, incluindo água potável e alimentação. O esforço que o elenco de Isaac dos Anjos tem feito não tem sido suficiente para acudir a desgraça dos necessitados.
Em contra partida, a maior preocupação destes prende-se com os meios de transporte, para a capital provincial, a fim de adquirirem bens de primeira necessidade. Conforme informações, a subida do preço dos combustíveis veio piorar a carência de táxis no Lubango e não só.

7.8 Bento Soito garante continuação

Semanário Angolense
De 18 de Setembro de 2010

A campanha e cadastramento de terrenos, nas zonas referenciadas pelo edital do Governo da Província de Luanda, sofreu uma interrupção para organização de questões internas, devendo ser retomado nos próximos dias.
O vice-governador de Luanda para a área técnica Bento Soito, que falava a propósito, esclareceu que a demanda foi tanta que, ultrapassou, sobremaneira, as expectativas, sendo, por isso, necessário digitalizar-se os processos que já deram entrada no cadastramento.
Para ele, a intenção do governo é permitir que todo mundo consiga cadastrar o seu terreno, porque "ninguém pode ficar de fora".
Por outro lado, a zona do Benfica alberga muitos moradores e outros ainda que poderão fixar residência nos próximos tempos devido ao crescimento da cultura urbanística dos terrenos.
Com a época das chuvas às portas, muitos luandenses decidiram fixar as suas residências nesta zona por possuir um modelo de urbanização que proporciona um bom clima de habitabilidade, devido aos acessos que todas as moradias possuem ou seja, todas as residências dispõem de uma rua na parte frontal.
Por esta razão a edilidade, segundo uma fonte bem informada, está a criar condições para que haja uma resposta imediata em caso de situações de desalojamento por consequência das chuvas, tendo já uma zona preparada com terrenos devidamente urbanizados para proceder ao realojamento caso seja necessário.
As condições ora criadas servem, segundo a fonte, para evitar que as pessoas voltem a viver em situações de risco, como tem sido frequente em muitos bairros do município. A preparação destes terrenos, devidamente urbanizados, encontra-se já em fase de condução na mesma zona, a julgar pelo facto de ser a única área que dispõe de reservas fundiárias do município que permitam dar resposta às calamidades naturais.
Nos últimos anos, aquela parcela da província de Luanda tem sido palco de muitos desastres, causado pelas quedas pluviométricas que atingem níveis muito altos e, sobretudo, por muitas famílias ainda viverem em situação de risco, sofrendo bastante devido à fraca capacidade de realojamento.

Esta iniciativa foi reforçada pelo vice-ministro do Interior para a Protecção Civil e Bombeiros, Eugénio Laborinho, quando nesta quarta-feira, 15, falava a propósito ao Semanário Angolense.
Reiterou que o município da Samba é uma zona crítica quando chove, tendo garantido que o seu ministério já recenseou as áreas que necessitam de uma atenção maior. Deste modo, a Protecção Civil já está também a criar as condições para acudir a determinadas situações.

7.9 Moradores dizem-se tratados como enteados

Semanario A Capital
De 18 à 25 de 2010

Cerca de mil famílias realojadas no bairro do Zango I, município de Viana, no âmbito do programa de emergência habitacional, continuam sem ter acesso a energia eléctrica, nove anos depois de serem para ali transferi das pelas autoridades de Luanda.
Os moradores, grande parte dos quais, desalojados de zonas de risco como a encosta da Boavista, consideram-se esquecidos por quem, inicialmente, prometeu melhore condições de habitabilidades. Mas, passados todos estes anos, boa parte do Zango I continua às escuras, ao contrário do Zango li que há muito beneficia deste bem público, apesar de ser um projecto que nasceu muito posteriormente.
Perante tal constatação, os habitantes desta parcela do Zango, situada a mais de trinta quilómetros de Luanda, consideram haver um tratamento discriminatório, pela forma como o Governo olha para os diferentes projecto habitacionais aí construí dos.
"Porquê e que o Zango li que é um processo que veio recentemente, mas hoje já tem luz, tem água", desabafou um dos moradores, numa manifesta indignação pelo tratamento diferenciado dado aos projectos habitacionais aí erguidos.
"Prestam mais atenção ao Zango m, em detrimento dos Zango I e II", disse, numa referência às autoridades de Luanda, responsáveis pelo provimento de condições como a energia eléctrica, água e saneamento básico da urbe.
Informações disponíveis referem que o processo de electrificação daquele bairro iniciou em 2007, através de um trabalho que esteve a cargo de duas empresas, mas que, segundo os moradores, mais não fizeram senão a afixação de alguns postes e uma cabina eléctrica.
Confrontada com reclamações de populares da zona, a EDEL, Empresa Distribuidora de Electricidade de Luanda, teria dado um outro passo no sentido de resolver o problema, adjudicando a empreitada à Odebrecht que, segundo moradores, também acabou por abandonar o trabalho, alegando falta de pagamento por parte do Governo. Penalizados com tudo isso são os moradores cujas casas continuam às escuras, com todas as consequências disso decorrentes.
Uma das consequências é o crescendo de acções delituosas em períodos nocturnos, em que a escuridão se apossa completações de populares da zona, a EDEL, Empresa Distribuidora de Electricidade de Luanda, teria dado um outro passo no sentido de resolver o problema, adjudicando a empreitada à Odebrecht que, segundo moradores, também acabou por abandonar o trabalho, alegando falta de pagamento por parte do Governo.
Penalizados com tudo isso são os moradores cujas casas continuam às escuras, com todas as consequências disso decorrentes.
Uma das consequências é o crescendo de acções delituosas em períodos nocturnos, em que a escuridão se apossa completamente do bairro, sobretudo nas horas em que os moradores decidem desligar os geradores.
"Existem violações, temos aqui pessoas que estudam de noite e quando saem os delinquentes aproveitam fazer as suas acções nessas zonas escuras", queixam-se os moradores, apelando o Governo a equacionar o mais rápido possível o problema da Luz para os habitantes do Zango I e parte do II, onde as populações têm assumido elevados custos com a compra de combustível e reparação de geradores. "Não queremos mais entrar em Dezembro sem luz", rogam os moradores.

7.10 A vez do registo predial

Agora
De 18 de Set. de 2010

O Governo anunciou recentemente a criação do Guiché do Imóvel para simplificar e reunir num só local todos os trâmites legais relativos à regularização jurídica dos imóveis.
Pensa-se que com esta iniciativa os cidadãos terão acesso mais rápido aos podendo dispor livremente das respectivas propriedades.
O projecto de Decreto Presidencial sobre o regime jurídico do Guiché do Imóvel e sobre o Regime Jurídico do Notariado foram já apreciados pelo Conselho de Ministros.
O Governo assume estes desafios considerando que esta é uma das medidas para o aumento da celeridade dos actos administrativos e a promoção da justiça social, facilitando a inclusão dos cidadãos no mercado imobiliário.
Através deste mecanismo, os interessados obtêm as necessárias autorizações administrativas, liquidam os impostos, obtêm os comprovativos matriciais e titulam o negócio pretendido, quer seja prédio ou terreno para fins de construção.
A ministra da Justiça revelou que o cidadão poderá sair do Guiché no mesmo dia, levando consigo a certidão

do registo predial actualizada e comprovativa dos seus direitos.
"Com isso evita-se a deslocação do cidadão a várias estruturas administrativas economizando tempo e dinheiro", diria Guilhermina Prata. A celeridade pretendida, porém, dependerá do desdobramento dos serviços. Os "experts" consideram que a concentração destes em Luanda pouco ou nada ajudará na concretização dos objectivos preconizados.
"Será necessário criar dependências para evitar a aglomeração de pessoas nesse Guiché", concluiu o docente universitário António Pedra.

7.11 Cadastramento de terrenos chega ao fim

Agora
De 18 de Set. de 2010

As instalações do Projecto Vias de Luanda, na Chicala, registaram nesta quarta-feira a maior enchente desde o início do processo.
Pouco antes das 9 horas da manhã, perto de 2.500 pessoas encontravam-se em fila de espera, na ânsia de transporem o portão de acesso ao local onde podiam ainda actualizar os processos de registo de propriedade, contrato promessa de concessão e outros títulos emitidos por órgãos do Estado, em áreas específicas dos municípios da Samba, Kilamba Kiaxi, Viana e Cacuaco.
Para facilitar o atendimento à chegada, os munícipes foram confrontados com duas listas: uma destinada a idosos e outra para as restantes pessoas, já que as grávidas e deficientes físicos têm prioridade no atendimento.
Muitos cidadãos até esta quarta-feira, não conseguiram cadastrar os seus espaços devido à burocracia e esquemas perpetrados por alguns funcionários. Delgado Sousa, 36 anos, funcionário público, disse que faltou ao serviço para actualizar o terreno do qual é proprietário na via Viana Zango, que adquiriu à custa de muito sacrifício tendo manifestado o receio de perdê-lo.
Débora Carvalho, que também pretendia actualizar o seu processo, considerou que o prazo definido pelo governo provincial é demasiado curto, justificando o seu atraso com os custos elevados dos croquis de localização e a declaração da comissão do bairro que, segundo ela, atrasaram a entrega da documentação exigida.
Satisfeita com a medida, mas triste com o atendimento e respectivo prazo, está Ivone Salomão, 32 anos, que pediu às autoridades de Luanda para alargarem o prazo por mais um mês, para que as outras pessoas possam registar os seus terrenos. A jovem tem esperança que tal aconteça, pois investiu muito dinheiro num terreno na zona da Sapú.
De acordo com um funcionário afecto ao Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (Ipgul), nos últimos três dias de atendimento foram actualizados mais de 1.500 processos por dia. Garantiu que estão criadas as condições para actualizar os processos, mas lamentou o atraso na entrega da documentação, a indisciplina e o desrespeito de alguns, situação que tem criado transtornos a todos. "Durante esta semana fomos confrontados com a invasão dos portões em duas ocasiões, mas com a ajuda da Polícia conseguimos repor a ordem", disse.
A actualização do cadastro dos terrenos que se situam no perímetro compreendido entre a estrada Nacional Luanda-Sumbe e a via Viana-Zango, envolvente à Nova Cidade do Kilamba Kiaxi e a sul da nova circular Cabolombo-Viana e Cacuaco bem como no perímetro entre as Vias Camama-Sapú e Viana-Zango a uma distância de mil metros a norte da circular Cabolombo-Viana-Cacuaco e envolvente ao estádio 11 de Novembro, teve como período inicial de 5 a 20 de Agosto e alargado a 15 de Setembro.

7.12 Hyundai atropela munícipes

A Capital
De 18 à 25 de Setembro de 2010

Moradores da Samba, nas cercanias de uma oficina detida pela "Organizações Cosal", empresa que, em Angola, representa os automóveis da marca Hyundai, acusam esta mesma companhia de estar a violar os seus direitos. Apontam, como exemplo, o facto de tal denominação empresarial não respeitar a vizinhança ao ponto de ter aberto um portão para a saída de viaturas que vai dar, obrigatoriamente, no quintal de um antigo morador da zona.
A vítima, assim apresentada pelos moradores que contactaram a redacção deste semanário, chama-se Laurindo Pascoal e ali reside desde a década de 80, muito antes de a Organizações Cosal terem, ali, aberto as suas oficinas onde repara as viaturas que representa em Angola.
Essa postura da empresa abriu, diga-se, as hostilidades hoje persistentes com os seus vizinhos que reclamam da titularidade do espaço em questão e, também, do facto de viverem, aí, há mais tempo que a empresa. Uma das afectadas,
Ruth Florindo, filha do proprietário da residência invadida, garante que os populares estão unidos e que, por isso, tudo farão "em defesa da nossa casa e do quintal".
Para mostrar que têm a razão, os moradores recorrem à história. Contam que, quando as primeiras pessoas começaram a habitar a zona, sendo Laurindo Pascoal dos mais antigos, havia apenas uma representação da ora falida Indústria Fosforeira de Angola (IFA).
Só muito tempo depois, disseram, surgiu a Cosal, o nome pelo qual atende a representante angolana da Hyundai.

Para começar, esta empresa comprou algumas casas e, com isso, expandiu-se como procura, agora, fazer: para lá dos seus limites.
Conta-se, ademais, o episódio de "um vizinho" que beneficiou de uma parte do terreno, cedida pelo senhor Laurindo, mas que, tempos depois, vendeu a sua casa à concessionária. A partir daí, a empresa foi crescendo até que, nos dias de hoje, assume a sua tendência expansionista.
De noite para o dia, isto no passado mês de Agosto, os moradores acordaram com um portão novo, erguido pela empresa, pelo qual devem sair as viaturas ali reparadas. "Nós reivindicamos, exigindo que se removesse o mesmo portão, pelo facto de o mesmo estar dentro do nosso quintal", contou Ruth Pascoal.
Nasceu, então, uma briga entra a família de Laurindo Pascoal e a Cosal, bem como nela se envolveram, ainda, demais moradores solidários com os vizinhos. Mesmo recorrendo à administração do município, as coisas não tendem a andar, simplesmente porque a direcção da empresa recusa-se a fazer-se presente nas convocatórias que lhes são direccionadas.
"Certo dia", contou Ruth, "os fiscais cansados da situação deslocaram-se ao local, de modo a averiguarem a usurpação do espaço, com os seus próprios olhos e deram razão ao proprietário da casa".
Mas um tempo depois, a família encontrou um anúncio com o timbre do Governo Provincial de Luanda (GPL) na parede do quintal. Neste dia deslocaram-se, outra vez, à fiscalização municipal da Samba para se certificar de que a o documento tinha sido feito por alguém afecto ao departamento que fiscaliza as obras daquele Município.
Na ocasião foi-lhes dito que tanto a escrita, como a tinta, não pertenciam à administração. Mas foi sol de pouca dura. Afinal, "tempos depois recebemos uma notificação". Era, então, rubricada pela senhora Tânia, identificada como chefe da fiscalização no município da Samba. Segundo a mesma, não era a Cosal que tinha aberto, irregularmente, o portão no quintal do senhor Laurinho. Era, na visão da senhora, o quintal da família que estava a fechar "uma rua" que dava acesso ao portão da Cosal.
"Respondemos que temos testemunhas, que existem pessoas que venderam as suas casas à Hyundai".
Estas testemunhas apareceram e, ainda por cima, confirmaram a versão de que nem a parte do terreno pertencia à Hyunday, nem o quintal de Laurindo Pascoal fechava qualquer rua.
Ruth, filha do dono da casa, conta que, na verdade, a querela já vem do ano passado, desde que a empresa passou a ser representada por um senhor conhecido como Paulo Alves, que se diz intermediário entre a Cosal e os populares predispostos a vender as suas residências.
"Obrigados" a vender
Érica Pascoal, irmã de Ruth, queixou-se de que, no fundo, os moradores são obrigados a vender as casas à empresa. Quando compra uma casa, segundo ela, ergue logo um muro alto, criando problemas de habitabilidade aos vizinhos que, sem alternativa, são forçados a vender as suas casas também.
"Fecham até os becos de acesso às casas. Eles te metem dentro do quintal da empresa, é o mesmo que querem fazer connosco, para ver se lhes vendemos a nossa casa", desabafou.
Desesperada, a família já escreveu para o Governo Provincial de Luanda e para o administrador do Município da Samba. "No GPL levamos fotos da casa e dos dois anexos. Mandaram deixar, dizendo que nos voltariam a contactar, assim que fosse necessário. Ainda aguardamos o parecer deles sobre esta situação".
Érica diz ainda que várias foram as vezes que tentaram contactar o administrador municipal da Samba, mas sem sucesso. As demarches junto da administração não têm surtido os efeitos desejados. Consta, no entanto, que o administrador municipal já se terá deslocado ao "local do crime" para averiguar o caso, mas não encontrou o queixoso, Sr. Laurindo Pascoal, proprietário do quintal e de um dos anexos em litígio. Esta família confronta-se, agora, com a ameaça da Cosal de partir o anexo, sem o prévio consentimento ou, ao menos, uma negociação prévia com o dono da casa.
Infelizmente, a população está espantada com o facto de o administrador ter-se deslocado ao local, pedindo os documentos da casa solicitação que lhe foi negada porque na altura estava apenas o filho do proprietário, que disse desconhecer o paradeiro dos documentos. Eles não gostaram da atitude do gestor comunitário sobretudo por deixar, na visão dos moradores, escapar um alinhamento com os prevaricadores.
As mesmas fontes avançam que, dias depois, foi enviado um mandato de demolições. A população revoltou-se, tendo resultado numa briga com algumas entidades enviadas pela empresa para demolir e os moradores. Por isso, os munícipes apelam a quem de direito no sentido de ajudarem na resolução deste problema.
Conceição Matraia, moradora da zona desde 1988, recorda que, quando chegou naquela área, "quase que não vivia ninguém. Era um espaço totalmente verde, mas já lá se encontrava o senhor Laurindo. Por isso, não entende como é que esta empresa tudo está a fazer para o mesmo perder um espaço, onde reside há mais de uma década. "A Polícia veio aqui, dizendo que nós temos ordens superiores, para demolir esta casa e que não queriam saber mais nada".
Matraia frisou, ainda, que "eles só começaram a recuar, assim que nós começamos a ligar para os órgãos de informação".
A nossa reportagem tentou contactar a direcção da Hiunday no terreno, sem sucesso. Os esforços para ouvir alguém afecto à empresa no sentido de colher a sua

versão dos acontecimentos saíram gorados. Entretanto, os chefes da segurança privada da oficina disseram que "a pessoa indicada para falar sobre o assunto encontra-se fora da cidade capital". No ar ficou a promessa de que quando for possível a Hiunday se pronunciará sobre mais este conflito de terras, neste caso na Samba, onde a poderosa empresa quer vergar a todo custo os moradores aos seus caprichos expansionistas.
Neste jogo de empurra não é tudo. Chegados à fiscalização, a chefe da secção da Samba encontrava-se ausente, pelo que, o seu ajunto, o jurista Mário, não se mostrou disponível à fala, após a sugestão da secretária da chefe, como pessoa competente para, eventualmente, tratar do "dossier". Debalde! O jurista afirmou que "existem assuntos que vão directamente à chefe de secção de fiscalização e não está autorizado a fazer qualquer comentário sobre este assunto".

7.13 Pena-se com quantas penas tem uma galinha

A Capital
De 18 à 25 de Setembro de 2010

Entre as mais de três mil famílias estão 108 professores que correm o risco de perderem os seus empregos, além de 1600 crianças que se viram fora do sistema de ensino. Todos, na sua totalidade, por junto e atacado, conforme deixaram depreender, estão a penar com quantas penas tem uma galinha, desde Março último, altura em que foram transferidos para aquela zona.
É que além dos terrenos em que foram colocados, nada mais foi feito, com vista a garantir uma vida condigna àquelas famílias. Como consequência das más condições, as mesmas estão, agora, submetidas ao frio e às chuvas, intempéries que já chegaram a provocar óbitos a algumas famílias, onde as crianças são as mais visadas, apesar da instalação local de um centro médico, entretanto insuficiente, dada a exiguidade médica-medicamentosa.
A luz eléctrica é, praticamente, uma miragem, sendo a água para o consumo e outros afazeres domésticos retirados de um poço, sem as mínimas condições de consumo, além de que a sua quantidade é insuficiente, em face da demanda de cerca de três mil pessoas, que chegam a secar os poços. "Quando falta água nos poços, recorremos às cacimbas, onde a água aparece sem condições, mas é usada no consumo e tratamento do corpo", com todas as consequências advenientes desta situação
A Tchavola, que em português tem o mesmo significado de podre, as famílias, ali estacionadas, continuam, na sua maioriaa, a viver em tendas e reles tugúrios erguidos com chapas de zinco e outros ainda, sem muitas posses, ao relento, à mercê da caridade alheia.
"O governo da província decidiu que deverão ser as próprias famílias, por meios próprios, a erguerem as suas moradias", afirmaram, para depois revelarem que lhes foi vendida por parte da administração municipal da Huíla, a planta das casas que deverão construir na área, ao preço de três mil e quinhentos kwanzas, para cada um dos interessados, além de lhes ter sido cedido areia para a produção de adobes.
A julgar pelos padrões das residências que lhes são exigidas, muitas são as famílias que se vêem sem condições, visto que a maioria aufere um salário de 50 míl kwanzas, enquanto funcionários públicos, enquanto outros estavam dependentes de pequenos negócios, os tais de subsistência, mas que tiveram que interromper, tendo em conta a distância do local em que se encontram do centro da cidade do Lubango. "As pessoas não têm como construir as suas casas. Só para se ter uma ideia, a maioria das famílias que tiveram as suas casas demolidas, levaram cerca de dois a cinco anos para as construírem" e, quando não muito, recorreram a créditos bancários.
Clima tenso entre professores e direcção da Educação
Como se sabe, entre as cercas de três mil famílias desalojadas encontram-se, contas feitas, 108 professores que, na altura das demolições, se encontravam a leccionar nos mais diversos municípios da cidade do Lubango. Até à demolição das suas residências viram-se, enquanto chefes de família, a partir do mês de Junho, obrigados a abandonar os seus postos de trabalho, para juntarem-se aos seus mais próximos e, desta forma, melhor resolverem um problema que muito os aflige.
Como estas, contam-se em mais de mil as pessoas, sobretudo crianças, que acabaram fora do sistema de ensino, como consequência das demolições. Por este facto, aproveitando a presença de vários professores no local, o Governo provincial da Huíla realizou um levantamento de todos os que tiveram as casas transformadas em escombros, com o objectivo de trabalharem nas escolas afectas à localidade da Tchavola.
O processo de cadastramento dos professores terminou a 23 de Março último, com o apuramento de 108 quadros, que foram distribuídos nas escolas primárias da Tchavola, designadamente no Centro Mariano (primeiro ciclo), Escola Kwaua (nº 16) e 16 de Julho, onde, segundo concertação com o governo local, através dos responsáveis da Educação, exerceriam as suas actividades e, em troca, receberiam os seus ordenados.
Contudo, da selecção feita até então, o número de professores revela-se ainda exíguo para atender a demanda, uma vez que, além das famílias que se instalaram, inicialmente, nos chamados blocos da Tchavola, continuam, até aos dias de hoje, a chegar mais pessoas com as respectivas proles, o que aumenta, sobremaneira, o trabalho dos professores, que leccionam da primeira à oitava classe, com alunos dos sete aos 40 anos de idade.
Entretanto, sem que se conheçam as razões, o quadro complicou-se ainda, pelo menos a partir do dia 23 de

Agosto último, altura em que receberam um ultimato por parte da direcção provincial da Educação da Huíla, advertindo os mesmos para o regresso, Imediato, aos postos de trabalho que mantinham antes das demolições, sob pena de lhes ser emitido um auto de abandono.
Após terem visto as casas demolidas, os professores, como se não bastasse, estão, agora, na iminência de perderem também os seus empregos.
Desesperados, escreveram ao governador provincial, Isaac dos Anjos, a explicarem a situação e apelando a intervenção deste no processo, mas até ao fecho de presente edição não haviam obtido ainda qualquer resposta daquele governante.
Os professores pretendem continuar a trabalhar na Tchavola, onde já trabalham desde o fim do II trimestre, com vista a permanecerem próximos das suas famílias, sendo que a recente situação em nada beneficiará os professores e alunos, que poderão ficar sem aulas.
Apelam, por isso, também, a intervenção do ministro da Educação, Pinda Simão, no sentido de velar pela situação e ajudar a pôr cobro à mesma, facto que agasta os educadores e desespera os "inquilinos" da Tchavola.
Para o assistente de programas da Fundação Open Society Angola, que acompanha todo este processo, o Governo da Huíla não tem salvaguardado os reais interesses daquela gente. "Demoliu as casas dos cidadãos, para, alegadamente, melhorar as condições de vida dos mesmos, mas tal não aconteceu, uma vez que a situação continua a mesma, com as pessoas sem nada", considerou.
A Tchavola, para quem não sabe, era, até antes de ser ocupado por populares, um local para o pasto animal. As pessoas agora nela confinada estão submetidas ao sol, frio, chuva e, claro está, a doenças, apelando-se, por isso, à rápida intervenção do governo central para a inversão de um quadro desolador por que passam aquelas famílias.

7.14 Combate ao garimpo de terrenos não é mania do administrador nem do estado

Angolense
De 28 de Agosto à 3 de Setembro de 2010

Angolense - *Como caracteriza a situação actual do município da Samba?*
Pedra Fançony (P.F.): A Samba possui características próprias, mas, no essencial, está na mesma situação que os demais municípios de Luanda. Grande parte do seu território é constituída pelo mar, o que leva a que muita gente sobreviva da pesca. Ainda temos o problema da pobreza, do lixo, das doenças mais frequentes como o paludismo e as diarreias agudas. Esta quadra melhorou ligeiramente com um programa iniciado em 2008 que consistiu na disponibilização de 5 milhões de dólares. Quando recebemos a missão de dirigir o município foi-nos recomendada, fundamentalmente, a melhoria da qualidade de vida da população. Essa melhoria passa pela situação do abastecimento de água potável, energia e saneamento básico. Quanto à energia, Luanda depende da barragem de Capanga que, como sabemos, possui algumas limitações. Como o nosso município é o que está mais afastado geograficamente, tem sido o menos beneficiado não devido a alguma incúria, mas pela capacidade da barragem em si.
No mes passado inauguramos mais de 20 postos de transformação (PTs) e prevemos chegar aos 30 até ao final do ano. O abastecimento de água também tende a melhorar, pois existe uma subestação em fase final no Benfica que deverá beneficiar os moradores de grande parte do bairro. Contudo, o grande problema deste município, que, entretanto, deveria constituir a sua riqueza, são mesmo os terrenos. Refiro-me à burla, ao garimpo e à venda ilegal de lotes do Estado. Este é, provavelmente, o maior problema na Samba.

Angolense - P*orquê que os terrenos constituem um problema constante?*
P.F.: Porque dá dinheiro! É preciso notar que, apesar de os terrenos existentes na Samba constituírem reserva do Estado, as pessoas talhonam sem autorização e, muitas vezes, usando indevidamente o nome da Administração e os símbolos da República. O que, aliás, é fácil de fazer por computador. As pessoas que assim agem usam indevidamente certos nomes. É evidente que se disseram que o fazem a mando, por exemplo, do administrador ou de outro responsável, as populações encolhem-se.

Angolense - *Mas quando se movimentam máquinas pesadas para talhonamento e abertura de ruas, a situação é grave, não? Tem havido detenções?*
PF - Certamente. Existem pessoas que foram presas em flagrante e as máquinas apreendidas. Acontece, porém, que a população tem-se queixado de que, pouco tempo depois, essas pessoas são restituídas à liberdade, Temos, gradualmente, apertado o cerco e posto cobro ao problema. Devo também notar que, raramente, essas situações têm a ver com as chefias. O garimpo movimenta multo dinheiro, logo, torna-se fácil trabalhar as pessoas, incluindo funcionários da Administração e das esquadras da polícia, que assim agem sem conhecimento do administrador, do comandante ou do procurador.

Angolense - *Sabe-se que este negócio gera efectivamente bastante dinheiro. Em quanto se estima as perdas para o Estado?*
P.E: Até certa altura havia a volta de oito mil lotes ilegais na Samba sendo vendidos no mínimo a 8 mil dólares cada, o que totaliza algo como 64 milhões de dólares.

Sabe O que isto representa? É muito dinheiro. Com este montante pode-se mover montanhas. Possibilita aos seus autores encontrar funcionários venais.
Angolense - Quando é que a Administração soube dessas negociatas?
P.F.: Em 2008, mas, na altura, conseguiu-se estancar porque nesse ano o lote de 20 por 30 metros quadrados chegava a custar 25 mil dólares. Depois baixou para seis mil.

Angolense - Essa situação aconteceu apenas no Benfica ou noutras zonas também?
P.F.: Aconteceu apenas nas reservas do Estado no Benfica. Quanto ao resto, são situações em que existe um dono identificado que vende a sua parcela.

Angolense - *Quer dizer então que o Benfica é completamente reserva do Estado?*
P.F.: Exactamente. Mas temos de nos situar. Quem parte do controlo da polícia para a auto-estrada, tudo que ficar do lado direito, construído ou não, é reserva do Estado. Se bem que tenhamos também de distinguir o seguinte: existem pessoas que já possuíam casas ou terrenos naquela zona antes de vigorar o decreto 65/07. O próprio Estado, claro, determinará como agir nessas situações. Tudo o resto que esteja livre, lavra ou não, está num regime completamente diferente. Quanto ao caso dos camponeses, na minha opinião, o ideal seria que os mesmos se mantivessem nas suas lavras. Seriam intimados a abandoná-los à medida que o Estado fosse necessitando das parcelas, mediante, claro, o pagamento de indemnizações.

Angolense - *Não acha duro e dramático persistir na velha prática de partir-se casas de cidadãos, que fazem das tripas coração para erguer um teto?*
P.F.: Esta questão está em estudo. Mas se quer a minha opinião e, como o que pretendemos são bairros novos de estilo modernizados, aquelas casas que não contradissesem a nova arquitectura desejada, poderiam permanecer. De contrário, evidentemente que o Estado tomará as medidas que se impuserem. Abundam hoje casos de, por exemplo, anexos mal construídos, sem respeito pela distância entre o muro do quintal e a casa. Tudo isso é um pouco pesado. Por outro lado, é preciso ver que em alguns desses terrenas seria conveniente termos prédios no lugar de casas. Os prédios resolvem vários problemas. Num dado espaço, em que estejam seis casas, poderiam estar seis prédios e beneficiar maior número de populares, sobretudo jovens. Até por uma questão de economia de material. Existem edifícios de nove ou dez andares com capacidade para albergar 90 ou mais famílias. Logo, é necessário que as pessoas saibam que o combate contra o garimpo nas reservas do Estado é benéfico para a própria sociedade. Não se trata de nenhuma mania do administrador nem do Estado. O Estado está precisamente a considerar esses benefícios quando pretende ter as coisas organizadas.

Angolense - *Significa que quem possui um terreno no Benfica pode dormir atormentado? …*
P.F.: Neste momento as pessoas devem aguardar mais ou pouco. Há uma nova legislação a este respeito em preparação desde Maio último. Desaconselho, por isso, toda e qualquer pessoa a comprar terrenos em mãos de individuais, pois somente à Administração Municipal compete concede-los. E não o fazemos aos fins-de-semana. Quem vai comprar terrenos no campo pode ter a certeza de que está a fazê-lo ilegalmente. Repito: a única forma é através da Administração. Mas é óbvio que para podermos vender precisamos receber do Estado e isto ainda não começou na Samba. Por outro lado, se optarmos todos pela via que se tem seguido corremos o risco de termos novamente musseques que, como sabemos, resultam de construções anárquicas que não permitem, inclusive, a construção de esgotos nem canalização de água. Quando se permite este tipo de construções os resultados são precisamente os musseques. Musseques não são, de forma alguma, a qualidade de vida que pretendemos garantir para os cidadãos.

Angolense - *Vários populares alegam que a lentidão e burocracia das nossas instituições encorajam a construção desordenada e ilegal.*
PF - De certo modo sim. Mas é preciso notar que estamos a empreender esforços para acabar com esta situação. O Estado sabe que os jovens carecem de casa e que enfrentam rendas insustentáveis. O que é bastante doloroso. Mas é exactamente o Estado que, sabendo dessa realidade, projectou a construção de 1 milhão de casas em multo pouco tempo, precisamente para retirar esse peso dos cidadãos, sobretudo dos jovens. Simplesmente, as coisas nem sempre resultam da maneira desejada. A esta altura poderíamos estar bem avançados, mas houve a crise económica e outras situações que complicaram este desejo. Repito, e digo com conhecimento de causa, o Estado tem consciência do problema. Tanto é assim que até a Casa Civil e a Casa Militar da Presidência da República estão extremamente empenhadas em cumprir as orientações do Presidente no sentido de se andar o mais depressa possível. Às vezes não param nem aos sábados e domingos, indo muitas vezes noite adentro. Nós os administradores também sacrificamos os nossos fins-de-semana para trabalhar.

Angolense - *Os fiscais parecem ser um grande problema, considerando a frequência de denúncias contra os mesmos. Quem os fiscaliza?*
P.F.: Existem fiscais do município passíveis de serem usados e manipulados. São os tais venais. Mas também

há outros que são abnegados. O problema da fiscalização dos fiscais não é tarefa fácil. É necessário trabalharmos com base na confiança, porque se estivermos constantemente a fiscalizá-los não teremos tempo para mais nada. Faríamos o seu trabalho. Temos de continuar a apostar na formação e na vigilância e esperar também que a população nos ajude. Temos recebido denúncias que já nos permitiram mover processos disciplinares, para além de sabermos de casos de alguns que foram parar a tribunal por processos movidos por cidadãos prejudicados.

Angolense - *É satisfatória a arrecadação de receitas do processo administrativo de terrenos?*
P.F.: Receitas com base em quê, se os ilegais nem licença de construção possuem! Os que estiverem legais pagam, mas esta é uma máquina que vai começar a funcionar em pleno agora. Recebemos orientações claras neste sentido durante uma reunião realizada em Viana, onde o Chefe de Estado disse-nos o que deveria ser feito.

Angolense - *Acha normal que alguém, que tenta sair do aluguer, aguarde um ano por uma licença de construção?*
P.F.: A situação não é bem essa. Às vezes as pessoas informam e informam-se mal. Esses papéis que vê aqui (mostra uma pilha deles) são licenças de construção. Se o Processo for devidamente constituído, é capaz de sair numa semana.

Angolense - *Então, porquê as queixas permanentes?*
P.F. Convém não misturar a questão do direito de superfície e licença de construção. O direito de superfície, cuja emissão compete ao GPL, está novamente suspenso, enquanto que a licença de construção é algo muito diferente. É da competência da Administração municipal. Alega-se demora porque muitas vezes os processos estão incompletos. Temos também de observar que em várias ocasiões as pessoas não se encaminham para o lugar apropriado. Existem três áreas que estão fora da competência da Administração: o perímetro desanexado do Futungo de Belas, a área da Edurb (que congrega também o Morro Bento) e a reserva do Estado. Sabemos de casos em que se emite uma licença para o Benfica, mas constrói-se na Edurb. É evidente que quando detectamos algo assim, anulamos.

Angolense - *Quando será retomada a emissão do direito de superfície?*
P.F.: Não estou envolvido neste processo mas sei que está em preparação a legislação a respeito. Pelo rítmo em que as pessoas estão, acredito que até os finais de Setembro as coisas estarão aclaradas.

Angolense - *O que é que as autoridades realmente planeiam fazer? Reaver todos estes terrenos?*
P.F.: Reafirmo que todo o terreno adquirido fora da Administração Municipal é ilegal. É verdade que existem casos de pessoas que se dirigiram à Administração e encontraram alguém que, feito de funcionário, garantiu que as ajudavam. Como era na Administração, essas pessoas acreditaram. Realmente existem funcionários nossos que assim procedem, como por exemplo, num caso em que se autorizou a entulhar o mar próximo do Morro da Samba.

Angolense - *O que fazer nesses casos?*
P.F.: Se for tudo legal, não há problema. As pessoas devem informar-se devidamente antes de agir. O lugar certo a contactar é a repartição do Reordenamento do Território e Urbanismo (ROTUA), uma secção que funciona no rés-do-chão da Administração Municipal. Para além do administrador, neste momento as pessoas competentes para dizer alguma coisa com propriedade são a arquitecta Elisabeth ou o chefe de secretaria. Temos afixado aí os passos necessários para a aquisição de terrenos.

7.15 Pobreza crónica persegue jornalistas angolanos

Semanário Factual,
De 19 de Setembro de 2010

Com mais de dois mil profissionais da comunicação social, filiados na sua estrutura, a nova direcção do Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA) foi incumbida de dialogar com as instituições do Estado no sentido de se melhorar a condição económica da classe que sobrevive numa situação de pobreza crónica.
Mais de 80 porcento dos jornalistas angolanos não têm casa própria e, devido ao baixo salário, vivem em bairros marginais onde a água e a luz são uma raridade. Apenas meia dúzia deles estarão a residir em casas próprias e situadas em zonas dignas para esse fim.
De resto, a maioria habita nos subúrbios do Rangel, do Marçal, do Rocha Pinto, do Benfica, do Futungo II, do Cazenga, do Sambizanga, de Viana, de Cacuaco e, ultimamente, no Panguila. Sair desse inferno é um grande feito e que só alguns, sabe-se com que artimanhas, tiveram êxito.
O vírus da pobreza que paira sobre a comunicação social é de tal ordem que os profissionais que entraram entre 1975 e em 1980 estão já a se preparem psicologicamente para passar o resto de suas vidas em casas de aluguer ou, quiçá, no Beiral.
Foi com base nessa antevisão dantesca que os participantes ao IV Congresso do Sindicato dos Jornalistas Angolanos (SJA), reunido de 13 a 14 de Setembro, em Luanda, reconheceram as difíceis condições económicas em que se encontram os jornalistas angolanos.

Após análise da situação económica dos profissionais da média, os congressistas defenderam que o Ministério da Comunicação Social considere a questão salarial como fundamental para a sobrevivência dos jornalistas, devendo a nova direcção do Sindicato fazer chegar ao chefe do Executivo as preocupações prementes.
Ainda assim, recomendaram que as empresas públicas e privadas do sector assegurem o normal depósito das contribuições da segurança social, impostos sobre o rendimento do trabalho e outras prestações legalmente constituídas, bem como o seguro de saúde.
Recomendaram igualmente à nova direcção no sentido de trabalhar com as empresas de comunicação social, com vista à uniformização dos salários dos jornalistas, assim como da assinatura de acordos colectivos de trabalho.
Parece mentira, mas em comparação com as outras categorias profissionais, os jornalistas são os que enfrentam maiores dificuldades na sociedade angolana.
Veja-se o caso dos médicos, advogados, economistas, arquitectos e engenheiros. Todos eles vivem extremamente bem e muitos até são ricos de se lhes tirar o chapéu.
Contudo, para se ultrapassar esta situação, os congressistas instaram a classe para a conjugação de esforços no sentido de reforçar a unidade e disciplina no seio dos sindicalistas.
No tempo em que muitos de nós abraçou esta profissão, alguns dirigentes de hoje andavam a soletrar o alfabeto, mas hoje estão tão longe que nem sequer os podemos cumprimentar. Ninguém aceita conversar com um pobre e principalmente se for jornalista, que passa a vida a cravar.

7.16 Zonas de risco no Lubango estão a ser abandonadas voluntariamente

Jornal de Angola,
23 de Setembro de 2010

Famílias que habitam nas margens do rio Mucufi, tidas como zona de risco do centro da cidade do Lubango, estão a abandonar voluntariamente o local, mesmo antes do início do processo de transferência para áreas mais seguras, marcado para o próximo dia 29.
A maioria das famílias já não quer esperar pelo dia marcado, devido à entrega, pelo governo da província da Huíla, de mil metros quadrados de terreno para a autoconstrução dirigi da, na zona urbanizada da comuna da Quilemba, e pelo facto de temerem as consequências da época chuvosa que se avizinha.
Na Quilemba vão ser realojadas 1.381 famílias, cujos casebres estão implantados ao longo do rio Mucufi. Os populares nesta situação começaram a receber os mil metros quadrados de terreno no mês de Junho, através de um processo de registo efectuado pela administração municipal do Lubango e a direcção provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação.
Nos locais de risco, que foram inundados pelas enxurradas na passada estação das chuvas, os populares removem as chapas de zinco, ‘barrotes, portas, cabos eléctricos e mobiliários diverso, com o propósito de serem aproveitados nos novos terrenos.
O director provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Habitação, Nuno Barnabé, garantiu que todas as famílias que construíram as suas casas ao longo do rio já receberem os seus terrenos. De acordo com ele, os populares estão sensibilizados, uma vez que aderiram em massa ao processo de registo, entrega dos terrenos e agora à retirada dos haveres e abandono das estruturas.
Esclareceu que a primeira fase abrange 1.381 casas situadas na praça João Paulo 11, passando pelos bairros A Luta Continua (Lucrécia),
Comercial, 14 de Abril (Benfica) e estende-se até ao aeroporto internacional da Munkanka, numa distância de 15 quilómetros. Para a segunda fase está cadastradas 616 mora-o dias, situadas na zona da ponte da praça João Paulo 11 até ao bairro Doutor António Agostinho Neto (Laje), com três quilómetros de percurso, informou Nuno Bamabé.
Requalificação da zona
Além de garantir segurança às populações, as autoridades pretendem fazer o aproveitamento do rio Mucufi, ladeando-o com duas ruas, com 18 quilómetros, jardins e espaços de lazer.
Nuno Barnabé disse que o desalojamento vai permitir urbanizar uma área de 700 hectares e aumentar a rede viária. De acordo com ele, o projecto de requalificação já está elaborado e a sua implementação vai permitir a ligação com a cidade velha, aproveitando o leito do rio.

7.17 Cangandala e Mussende voltam a estar ligados

Semanário Novo Jornal
24 de Setembro de 2010

O CRONÓMETRO que regula a conclusão dq ponte sobre o rio Kwanza, no município de Canganota, em Malanje.e no Mussende, Kwanza-Sul, foi accionado para despertar durante as comemorações dos 35 anos da Independência da República de Angola, 11 de Novembro. Actualmente decorrem alguns acertos leves, segundo uma fonte próxima da empreiteira Conduril.
O sofrimento finalmente vai terminar para Bartolomeu Jaime “Batom”, morador do Mussende, hábil no transbordo de mercadorias despachadas de “pirogas” da outra margem do Kwanza (bairro Bila). Uma operação que efectua com regularidade de segunda-feira a sexta-feira para garantir o sustento da fanu1ia.
O jovem, satisfeito com um certo progresso no interior do país, precisou que a infra-estrutura “trará um

desenvolvimento, que não é só das duas províncias, mas é sim uma ponte que liga a África", atraindo facilmente "as pessoas que vêm da Nanuôia e da Zâmbia para fazer o transbordo das cargas na cidade de Malanje e doutras, pelas Lundas", gastando até Mussende 1.500 kwanzas por passageiro. Daniel Domingo, de passagem pelo porto do Condo e proveniente da Lunda-Norte para o Bié, apesar do desconhecimento do preçário praticado no táxi ao longo do trajecto, sentia-se cómodo depois de pagar os 500 kwanzas ao remador dos cerca de 300 metros, difíceis e medonhos.

Ansiosa nos negócios que faz em algumas províncias do Sul de Angola por reconstruir e que depois revende na cidade de Malanje, Laura Maria prevê dias incógnitos para a sua actividade comercial, pensando no elevado número de revendedoras(res) na melhor via de acesso.

Aterrorizada com a correnteza da água, Ermelinda Domingos estava alegre sentada no banco traseiro do único Toyota Hiace azul e branco que encontrámos no ponto de travessia no Mussende.

Pouco conhecedora do tráfego e com familiares nas cidades de Malanje e do Kuíto, ErmelindaNoémanifestava-se, pelo contrário, chateada e mal disposta por ser uma das poucas ocupantes do carro que a levaria ao destino. "Estou a vir do Kuíto, vinha só visitar a minha mãe em Malanje, paguei 600 kwanzas, e como é a terceira vez, desta vez não foi mais difícil", acenou ao confirmar que foi mais cómodo passar o rio de canoa, que esperar a brecha dos guardas para transpor o comprido maciço 'lá no alto".

Sábado, 14 horas e poucos minutos do dia 11 de Setembro, quando interpelámos Teresa Afonso, uma das muítas confeccionadoras de funge de carne seca, o prato predilecto para quem manja nas barracas do porto do Condoo O movimento não foi rectilineo por ser um dia de descanso, apesar do composto orçar 200 kwanzas.

Uma pequena escola funciona no bairro do Condo, margem no Mussende, explicou Teresa Monso, que não quer esperar por muitos mais dias para poder transpor a ponte e encontrar o enfermeiro em Cangandala, no bairro do Bila.

O fim-de-semana não poupou o trabalho dos operários da Conduril, que, embora impossibilitados para falar do dia-a-dia, puderam aprovar quanto é positivo o futuro do povo sofredor e desprezado na sua própria terra. O processo de asfaltagem dos 28 quilómetros da Estrada Nacional 140 Malanje Kwanza-Sul (Cangandala Mussende), ao que tudo indica, não acompanha a empreitada da conclusão da ponte é só das duas províncias, mas é sim uma ponte que liga a África", atraindo facilmente "as pessoas que vêm da Nanuôia e da Zâmbia para fazer o transbordo das cargas na cidade de Malanje e doutras, pelas Lundas", gastando até Mussende 1.500 kwanzas por passageiro. Daniel Domingo, de passagem pelo porto do Condo e proveniente da Lunda-Norte para o Bié, apesar do desconhecimento do preçário praticado no táxi ao longo do trajecto, sentia-se cómodo depois de pagar os 500 kwanzas ao remador dos cerca de 300 metros, difíceis e medonhos.

7.18 Moradores Podem Ser Transferidos Para as Tendas

Semanario Novo Jornal
24 de Setembro de 2010

A REABILITAÇÃO de quatro edifícios inacabados e em mau estado de conservação habitados no centro da cidade de Malanje vai obrigar à transladação dos ocupantes para um local provisório.

O governador Boaventura da Silva Cardoso, que falava dia 15 de Setembro, na terceira sessão do Conselho de Auscultação e Concertação social, garantiu que para que essa reabilitação possa acontecer será necessário que as pessoas sejam acomodadas noutros espaços. "Devo aqui dizer que nós estamos a pensar acomodar as pessoas que vão sair desses prédios em tendas. Estamos a pensar na construção de prédios para a acomodação desses habitantes", clarificou.

O governador referiu na reunião que os edifícios "dão um aspecto muito pouco atractivo à cidade", o que foi comprovado por um estudo do Laboratório de Engenharia de Angola realizado em 2009,que recomenda a reabilitação dos imóveis.

A ideia da possível transferência dos moradores dos chamados prédios do Comércio, Gamek A e B e das Amantes equacionada pelo governador daquela circunscrição foi silenciada nos relatos jornalísticos dos órgãos públicos de cominicação social, apesar de não ser novidade nas lides locais.

A auto-censura foi o epicentro de todas as matérias relacionadas com as tendas para albergar as fanu1ias.

Na memória ainda está fresca a baixa de categoria de um conceituado jornalista da media estatal local por ter publicado declarações do chefe executivo sobre o assunto.

As infra-estruturas construídas na cidade de Malanje datam de há mais de 40 anos, sem qualquer manutenção, o que contribuição para o actual estado degradante, clarificou Boaventura da Silva Cardoso. O governador referiu-se ainda ao sistema de drenagem das águas fluviais e das redes de esgotos que se encontram obstruídas, o que desvirtua o curso normal das águas negras e constitui uma ameaça para a saúde pública.

Os membros do Conselho de Auscultação e Concertação Social foram informados que as melhorias e expansão da rede eléctrica facilitaram as 3.213 ligações domiciliárias, das sete mil previstas, mas ainda carece de investimentos para aumentar a capacidade das subestações, sobretudo na zona periférica cidade.

O fornecimento de água à cidade de Malanje comporta 67 quilómetros de extensão com 4.500 ligações domiciliárias, que funciona com um e sistema operativo a partir da esta. Porção de captação do rio Guiné.
As populações da região, que nunca beneficiaram de água canalizada, p com a aprovação do lote II que prevê a continuidade da construção da d rede de distribuição do precioso líquido, pode ter finalmente acesso a este bem. A implementação do projecto de infra-estruturas integradas de Malanje, lançado a 18 de Maio deste ano, pelo vice-presidente da República de Angola, Femando da Piedade de Dias dos Santos, em quatro fases , entre 2015/2035, visa requalificar a zona urbana e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes.
A expansão das redes técnicas, nomadamente a viária com a asfaltagem das principais artérias da capital, arranjos dos passeios e de lancis, a rede de água, de esgotos, de telecomunicações, eléctrica, drenagem de águas fluviais e gestão de resíduos sólidos, segundo o governador vai ser do agrado de todos os malanginos.
O mesmo "deverá estar em sintonia, em plena harmonia com outros projectos, particularmente os relativos à urbanização e de forma muito particular ao plano directório", cujo concurso público poderá ser lançado nos próximos dias.
O Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, a nível do município de Malanje, decorre a meio gás na zona de expansão da cidade, bairro da Catepa, região não propriamente considerada como RFE, com distribuição de 474 lotes e a emissão de 374 títulos de concessão de terrenos. As casas a serem erguidas deverão obedecer a um determinado padrão.
Onde Estão os Culpados ?
O Conselho de Auscultação e Concertação Social (CACS) de Malanje mostrou-se preocupado com os actos de vandalismo que têm sido praticados intencionalmente por certos cidadãos" contra os bens públicos e reiterou o apelo a população para a necessidade de manter um comportamento cívico e moral protegendo e conservando os bens públicos e privados colocados ã sua disposição",

O Pior Veio Acontecer
A Praça 4 de Fevereiro reabilitada e requalificada em algumas ocasiões, com a última empreitada a consumir USD 1.800.000 (um milhao. e oitocentos mil dólares americanos) viu reduzida a sua emblemática beleza, sem contudo serem descobertos os prevaricadores.
Uma das faixas em que estavam cravados nomes de angolanos tombados escapuliu. Aqui é chamada a sociedade para a mudança de consciência, assim como o maior apoio moral, técnico e material dos efectivos dos órgãos de segurança e ordem interna, com particularidade a PN.

Redobrar a segurança pública impõe-se, uma vez que acções do género atingem à luz do dia o principal jardim "Liberdade", onde transeuntes, fotógrafos e meliantes se confundem no corre corre da vida e das poucas áreas verde engalanadas na urbe.
A população quer que o episódio seja esclarecido e responsabilizados os culpados, à semelhança do grupo de larápios que retiraram, a seu bel-prazer, quilómetros de cabo de fibra óptica no eixo ferroviário Malanje Cacuso, em detrimento de falta de condições para sobrevivência

7.19 Governo da Província de Luanda transfere famílias para o Panguila

Jornal de Angola
De 28 de Set. de 2010

Um grupo de 50 famílias vítimas de um incêndio ocorrido no bairro da Favela, na comuna da Kinanga, município da Ingombota, foram no domingo transferidas para casas económicas no complexo residencial do Panguila, no Cacuaco, numa acção do Governo Provincial de Luanda (GPL).
A administradora municipal da Ingombota, Susana Augusto de Meio, disse ontem à Angop que, numa primeira fase, foram apenas transferidas as famílias afectadas directamente pelo incêndio, que perderam todos os seus haveres, incluindo a destruição dos casebres, tendo o transporte sido suportado pelo governo de Luanda.
Para Suzana de Meio, as novas moradias destas famílias são constituídas por três quartos, cozinha, sala, quarto de banho e uma área para construção de um quintal. Estas pessoas viviam em condições precárias no bairro de onde saíram, em casas construí das de papelões e chapas de zinco deterioradas, propensas à deflagração de incêndios e doenças, como o paludismo, diarreias e cólera. Com proximamente duas mil famílias, o bairro no qual as famílias em questão foram agora realojadas localiza-se na nova Marginal, próximo ao Mausoléu, razão pela qual parte da conclusão das obras da estrada está suspensa, à espera da transferência de todos os moradores.
Várias pessoas, entre adultos e crianças, são atropeladas todas as semanas, algumas delas mortalmente, quando tentam atravessar a avenida. O bairro da Favela é, igualmente, propenso à delinquência, prostituição, consumo de drogas e uso excessivo de bebidas de fabrico caseiro, como kimbombo e kaporroto. As famílias ali residentes há mais de dez anos são deslocados de guerra, provenientes das provinciais do Uíge,
Malange, Huambo, Benguela e Bié.
Entretanto, o governo de Luanda já garantiu condições para a realização do funeral das duas crianças irmãs, de quatro e seis anos, carbonizadas, no sábado à noite, no decurso do incêndio. O vice-governador para a área

técnica, Bento Soito, disse no domingo à Angop que a direcção provincial de Assistência e Reinserção Social já tem orientações nesse sentido, incluindo as despesas inerentes ao óbito.
De acordo com o vice-governador Bento Soito, o Ministério da Assistência e Reinserção Social vai providenciar a entrega de bens, como roupas, utensílios de cozinha e alimentação, às 50 famílias transferidas para o complexo residencial do Panguila.
De acordo com o porta-voz do Serviço de Protecção e Bombeiros, Faustino Sebastião, o incêndio provocado por uma vela acesa queimou por completo 20 casebres e parcialmente outros 30.
O sinistro, iniciado por volta das 21 horas, só foi extinto quatro horas depois pelos bombeiros, que utilizaram três viaturas de combate a incêndios com capacidade de quatro, sete e dez mil litros de água, envolvendo 15 homens.

7.20 Consorcio Comandante Loy indentifica terrenos para a construção de Casas para Desmobilizados

Jornal de Angola
29 de Setembro de 2010

Uma delegação do consórcio "Comandante Loy" esteve de visita ao Kwanza-Sul, entre os dias 22 e 24, para junto das autoridades da província, identificar espaços para a construção de habitações sociais para desmobilizados, no quadro do seu projecto denominado "Kussanguluka"
A delegação, chefiada pelo seu presidente do conselho de administração, Domingos Francisco Barros, manteve um encontro como vice-governador para a Área Técnica, Augusto Neto Sakongo, de quem recebeu explicações sobre as condições criadas pelo governo provincial do Kwanza-Sul para a implementação do programa de urbanismo e habitação.
Durante o encontro, a que presenciaram os directores dos organismos públicos, representantes das Forças Armadas Angolanas, do Fundo de Apoio Social (F AS), o presidente do consórcio, Domingos Francisco Barros' anunciou que a província do Kwanza-Sul vai ser contemplada com 5 mil habitações sociais, das 100 mil previstas em todo o país.
Domingos Barros pediu às autoridades locais no sentido de acelerarem o processo de identificação dos terrenos, para facilitar a preparação do "dossier" a ser remetido aos financiadores.
"Estamos a trabalhar para que até ao próximo mês de Outubro possamos ter garantias sobre as parcelas de terras disponíveis e listas de potenciais candidatos às habitações sociais nas províncias, para pudermos encetar contactos junto das instituições e organismos financiadores nacionais e estrangeiros", esclareceu Domingos;Sarros.
De acordo com o pr~sidente do consórcio "Comandante Loy", uma das vantagens do projecto "Kussanguluca" é o Jacto de potenciar os beneficiários com habilidades profissionais, para que consigam rendimentos que os permita pagar, faseadamente, a sua habitação.
Domingos Barros garantiu que "para os antigos combatentes, viúvas, ascendentes e órfãos que exercem artes e oficios e os que se dedicam à agricultura, entre outras actividades geradoras de rendimentos, o projecto vai apoiar com os materiais e instrumentos que os permita trabalhar de forma condigna".
Para o arranque do projecto, ao nível da província do Kwanza-Sul, foi identificada uma parcela de 150 hectares, nas imediações do Instituto Nacional de Petróleos (INP), no sentido norte da cidade do Sumbe, dos quais vão ser explorados 100, dada a limitação de autorização dos governos provinciais. A delegação encarou como viável o espaço e prometeu incluí-lo nas primeiras projecções do projecto "Kussanguluca".
Para a expansão do projecto no território do Kwanza-Sul ficou encarregue o governo provincial, junto das administrações municipais, identificar parcelas de terras e potenciais beneficiários, devidamente documentados.
Para a directora provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Maria Cristina N dembi, o projecto "Kussanguluca" vem num momento certo e vale apoiar, porque vai aliviar o sofrimento por que passam os antigos combatentes, principalmente na vertente de apoio para habilidades profissionais, e prometeu engajar a instituição que dirige na sensibilização das camadas mais vulneráveis sobre as modalidades de acesso ao referido proj~cto.
"Temos, a partir de agora, o dever de sensibilizar os antigos combatentes sobre as modalidades de acesso às casas sociais, não se tratando de gratuidade, pois alguns pensavam assim. Estamos satisfeitos pelo facto de, futuramente, o projecto apoiar com materiais e equipamentos", disse Cristina Ndembi.
O vice-governador da província para a organização e serviços técnicos, Augusto Neto Sakongo, manifestou-se satisfeito, em nome do governo da província, pelo facto de o consórcio "Comandante Loy" juntar-se aos esforços do executivo, no concernente a construção de habitações sociaís para todos quantos se sacrificaram para a libertação de Angola. A direcção provincial dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria controla 48 antigos combatentes, 1.677 deficientes fisicos, 33 viúvas, 133 ascendentes e 834 órfãos, números que, segundo a directora Maria Cristina Ndembi, tendem a aumentar, pois decorre o processo de identificação e cadastramento.

8 SERVIÇOS BASICOS

8.1 Inaugurados postos de transformação de energia eléctrica no Kilamba Kiaxi

Jornal de Angola
6 de Setembro de 2010

Vinte mil famílias do município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, beneficiam desde sábado de energia eléctrica domiciliar, depois da inauguração de 50 postos de transformação de energia eléctrica (PTs), pelo administrador local, José Correia:
Os PTs foram instalados no âmbito das jornadas "sábado azul e amarelo, da Empresa de Distribuição de Energia de Luanda. (EDEL), que visam solucionar os problemas de energia eléctrica nas comunidades.
As inaugurações aconteceram nas cinco comunas da circunscrição, nomeadamente nos bairros Soba Kapassa, 28 de Agosto, 15 de Fevereiro, Simeone Mocuni, Sapú Wenge Maka, Kapolo lI, Mandongo, Golfe 1.
Para o administrador, esse trabalho é a concretização de um programa do executivo angolano, través da EDEL. Contudo, advertiu que, apesar da elevada satisfação por parte da população, o município está em franca expancc são, razão porque os esforços do governo estão virados para a continuação desse tipo de acções.
O PCA da EDEL, José Manuel, solicitou a preservação dos PTs, para que as 160 mil pessoas que desde sábado tiveram acesso a esse serviço básico, Importante para a melhoria da qualidade das suas vidas, possam desfrutar do mesmo por muito tempo.
Nas diferentes localidades onde foram inauguradas essas infra-estruturtas, era evidente a manifestação de alegria por parte dos beneficiários, que davam vivas ao governo por ter resolvido uma das suas mais prementes necessidades.
"Hoje posso dizer adeus à escuridão, porque há mais de 30 anos que vivo neste bairro e só nesta data terei o prazer de possuir esse bem em minha casa", desabafou Maria Adelina, munícipe que vive na subzona do bairro do Golfe.
O município do Kilamba Kiaxi, situado a sul de Luanda, com uma população estimada em cerca de dois milhões de habitantes, possui seis comunas, nomeadamente Golfe (sede), Golfe lI, Palanca, Neves Bendinha, Havemos de Voltar e Camama.

8.2 EDEL regista perda de milhões

Jornal de Angola
De 10 de Set. de 2010

A Empresa de Distribuição de Energia de Luanda (EDEL) regista anualmente perdas na ordem dos dez milhões de dólares, devido aos desvios na rede e à falta de pagamento do consumo, disse na quarta-feira o Presidente do Conselho de Administração.
Em declarações à imprensa, José Manuel Francisco referiu que a situação tem afectado a melhoria da qualidade dos serviços e o aumento dos níveis de oferta e acesso à energia eléctrica a muitos habitantes da cidade.
Em 2003, a EDEL possuía apenas duas unidades de distribuição de energia eléctrica, detendo actualmente 11 e, até 20 12, em função dos projectos aprovados, está previsto construírem-se outras 25. "Isto significa um reforço muito grande em termos de potência instalada na rede de distribuição", disse.
Salientou ainda que as infra-estruturas primárias constituem a grande aposta do Executivo angolano em termos de investimento. Neste contexto, garantiu que a EDEL vai continuar o processo de expansão, com destaque para a implementação de redes de baixa tensão.
Recentemente, a direcção da EDEL inaugurou 50 postos de transformação de energia eléctrica nas cinco com unas do município do Kilamba Kiaxi, no âmbito das jornadas "sábado azul e amarelo", que visam solucionar os problemas de energia eléctrica nas comunidades.
Além do Kilamba Kiaxi, as referidas jornadas já foram realizadas nos municípios da Maianga,

8.3 Voltou a água corrente às torneiras da Matala

Jornal de Angola
De 10 de Set. de 2010

As torneiras das casas da sede municipal da Matala, situado a 180 quilómetros da cidade do Lubango, voltaram a jorrar água potável, após 30 anos, fruto da instalação de um novo sistema de captação e distribuição.
O sistema está equipado com cinco tanques com capacidade para bombear, a uma distância de seis quilómetros, 110 m³ de água por hora, com o auxílio de bombas ligadas a um sistema de energia solar.
O administrador municipal da Matala, Manuel Vicente, que prestou a informação ao Jornal de Angola, esclareceu que o novo sistema está a beneficiar três mil populares da zona alta da sede municipal e que a construção deste sistema consta do Programa de Investimentos Públicos (PIP) do governo provincial da Huíla, com vista a melhorar as condições básicas das populações.
O novo sistema de captação e abastecimento de água canalizada vem resolver um problema que os munícipes

da Matala têm enfrentado há décadas e melhorar as condições sanitárias das famílias, adiantou.
Para o administrador, o regresso da água corrente nas torneiras vem contribuir para a redução de doenças como a cólera, diarreias agudas, alergias e outras causadas pelo consumo de água imprópria. Referiu ainda que o novo sistema vai permitir encurtar as distanciais que os populares percorriam para carregar o produto destinado ao consumo doméstico e para a agricultura de subsistência.
Com a entrada em funcionamento do novo sistema, disse Manuel Vicente, a maior preocupação pretende-se agora com a rede da canalização, que está em estado degrado devido à sua antiguidade e ao facto do material usado ser de metal.

População Satisfeita
Os populares residentes na sede do município da Matala manifestaram-se a sua satisfação com o trabalho efectuado pelas autoridades governamentais e que repôs a água corrente nas suas torneiras, ao cabo de três décadas.
Maria Madalena, doméstica e residente no bairro Colonato, na sede municipal da Matala, recorda que deixou de ver água a sair da torneira quando o seu primeiro filho nasceu, há 27 anos e hoje está satisfeita com a nova realidade. Para ela, a vida renasceu com o regresso da água canalizada, porque o sofrimento de percorrer diariamente sete quilómetros para ir lavar a roupa e carregar água no canal, com todos os riscos inerentes, chegou ao fim.
Para o funcionário público Agostinho Figueira, um dos primeiros beneficiários a ver o precioso líquido a sair da torneira da sua casa, no primeiro ensaio, a qualidade vai melhorar. Consciente de que a água é sinónimo de vida, referiu que com ela as pessoas conseguem manter a higiene pessoal e a das suas casas, e prevenir a doença, produzir produtos agrícola e muito mais.

8.4 EDEL perde anualmente dez milhões de dólares com as ligações anárquicas

Semanario Independente
De 11 de Set. de 2010

Pelo menos dez milhões de dólares norte-americanos é o montante que a Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda (EDEL) perde anualmente pelos desvios ilegais da rede e falta de pagamento por parte de clientes.
O semanário O INDEPENDENTE soube, do presidente do conselho de administração da EDEL, José Manuel Francisco, que este valor poderia servir para investir na montagem de mais de 50 postos de transformação e outros equipamentos, em diversos municípios de Luanda, caso caísse nos cofres da empresa.
Por isto, prosseguiu, a EDEL está a desenvolver acções com vista a fazer face às perdas comerciais. Algumas dessas acções são a montagem de contadores, introdução de novas tecnologias de pré-pagamento e a criação de estruturas de centros de distribuição nos nove municípios, para permitir um maior controlo da clientela e um acompanhamento mais efectivo do consumo de cada cliente.
"Estamos a fazer com que a empresa tenha um maior encaixe financeiro e, deste modo, melhorar a qualidade do fornecimento de energia eléctrica e o acesso aos serviços básicos", sublinhou.
De acordo com a fonte, até 2003 Luanda contava com três subestações de fornecimento de energia eléctrica, actualmente conta com 11 e prevê-se, para 2012, a montagem de 25.
Apesar dos constrangimentos, o número de clientes da EDEL cresceu, em 2009, passando para 257.464 contra os 141.378 em 2006.
O responsável da área de unidade de implementação da reforma da EDEL, Félix Vieira Lopes, referiu que destes clientes, 70 por cento correspondem a contratos avançados, sem contador, maioritariamente em bairros peri-urbano.
De acordo com a fonte, a EDEL opera 57 quilómetros de linha de alta tensão de 60 KVA, com 11 subestações, na área de Luanda.
A rede de baixa tensão é composta por cerca de mil e 850 quilómetros de linhas de 0,4 KVA ligados a mil e 488 armários de distribuição. Já a baixa tensão é composta por cerca 362 quilómetros de 15 KVA que ligam 814 postos de transformações públicos e 863 privados.
Fez saber, por outro lado, que a ED EL depara-se com um alto índice de ligações ilegais, por isso defendeu a elaboração de um plano no sentido de se pôr termo às ligações anárquicas, principalmente na periferia da cidade.

Nova estrutura orgânica
A administradora para a área de planeamento e engenharia da EDEL, Maria Clara Sanges, considerou que a nova estrutura orgânica da instituição vai criar mecanismos para o acompanhamento e controlo da execução do plano estratégico para o biénio 2010/2012.
A responsável referiu que na nova organização os serviços da EDEL estarão mais perto dos clientes, do poder local e também vai ser possível desempenhar a sua função de gesto r da empresa.
Acrescentou que o plano vai melhorar a qualidade, regularidade de fornecimento de energia eléctrica e expandir o acesso, aumentar a eficiência comercial, bem como optimizar a aplicação dos recursos, buscando a viabilidade económica e financeira da empresa.
Como inovação, a nova estrutura orgânica apresenta

a criação da direcção geral para tecnologias de informação e logística, área responsável por promover a integração das diferentes actividades em todos os aspectos entre os diferentes níveis funcionais da EDEL.
Assim, afirmou, o Conselho criou os Centros de Distribuição, em substituição das agências e centros de exploração, um para cada município, tendo como principal negócio a distribuição e comercialização de energia, nas diferentes zonas da província de Luanda.
O novo conselho de administração da Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda foi nomeado em Novembro de 2009.
A sua estrutura orgânica consiste num conjunto de gabinetes de apoio ao presidente do conselho da administração, Carlos Sumbula.
Entretanto, a administradora municipal da Ingombota, Susana Augusto de Meio, alertou as comissões de moradores de 176 edifícios públicos, localizados na baixa da cidade de Luanda, sobre o perigo da degradação da rede eléctrica dos mesmos.
Realçou que num levantamento feito por uma comissão técnica da administração, verificou-se que mais de 50 por cento dos edifícios da circunscrição estão em péssimas condições, alguns dos quais, igualmente, com problemas de rotura da rede interna de distribuição de água potável e de esgotos.
"Estamos preocupados com o risco que cada um dos moradores pode ter em função das condições das redes, principalmente da rede eléctrica, onde, se as condições não estiverem criadas, é um verdadeiro perigo para a vida humana. Há também o risco da danificação de bens eléctricos devido à possível alteração da capacidade da electricidade", sublinhou.
Na sua opinião, os próprios moradores não colaboram com o governo, apelando para uma maior participação dos munícipes, através das comissões de moradores na manutenção dos edifícios.
Disse, por outro lado, que o seu executivo, através das administrações comunais, elaborou um plano de encontros com as comissões de moradores e assembleias de condóminos, a partir da próxima semana, no sentido de fazer entender às pessoas quais as suas obrigações e direitos.
A reabilitação das redes internas dos edifícios é da responsabilidade dos moradores, segundo consta do regulamento das comissões de moradores e assembleias de condómino.
AEDEL está vocacionada ao fornecimento de energia às áreas urbanas e suburbanas e conta com mais de cem mil clientes.

8.5 Água e saneamento têm uma nova gestão

Jornal de Angola
De 12 de Setembro

O governador provincial de Benguela, Armando da Cruz Neto, nomeou uma comissão provisória para gerir as empresas de águas e saneamento de Benguela e Lobito, com vista a assegurar o normal funcionamento das duas instituições.
De acordo com um despacho do gabinete do governador provincial de Benguela, integram a comissão Jaime Alberto, coordenador geral, Gilberto Rodrigues Caliato, coordenador para a área de Administração Comercial e Finanças, e Faustino Frederico, coordenador para a área de Operação e Manutenção.
O novo elenco substitui a comissão de gestão coordenada por Francisco José Vieira Paulo, suspensa pelo governador provincial, em virtude de se encontrar em curso uma acção de inspecção na referida empresa, destinada a apurar as normas de gestão e as despesas públicas.
A comissão agora indicada foi empossada na sexta-feira pelo director provincial da Energia e Águas, Victor Moita, que pediu empenho, responsabilidade e colaboração, aos novos responsáveis.
Para Jaime Alberto, as prioridades serão manter os níveis de abastecimento de água às quatros cidades estáveis e, onde houver dificuldades, tentar melhorar, como as áreas da Baía Farta e algumas zonas altas de Benguela.
Esta é a terceira comissão de gestão da empresa de Águas de Benguela, em dois anos.

8.6 Moradores do Sambizanga acarretam água no Roque

Semanario Novo Jornal
De 17 de Setembro de 2010

A falta de água potável nas residências do Sambizanga fez com que os moradores daquele município arrombassem o cadeado e a tampa do tanque de água que existe no interior do ex-mercado Roque Santeiro e retirassem todo líquido precioso que Lá havia. Aquela água servia para garantir a higiene dos quartos de banho do mercado e alguns serviços no mercado, mas como a EPAL tem tido muitas dificuldades em solucionar a carência do líquido precioso no Sambizanga, os moradores foram obrigados a consumirem aquele líquido sem saberem se há qualidade.
Avó Berta, velha que aparenta ter mais de 60 anos, disse que o motivo que Lhe levou a acarretar água naquele local é a falta do líquido em casa, porque sem assim não fosse já mais lhe passaria à cabeça ir buscar água naquele local.

O jovem Milton disse que aquela água podia estragar a qualquer momento, já que está a ser feito o trabalho de terraplanagem no espaço que albergava o mercado, e como há dificuldade de água no seu bairro apenas aproveitou a oportunidade dos vendedores do mercado serem transferidos, o que lhe levou a conservar mais de 300 kwanzas que diariamente tem gasto na compra do precioso líquido.

8.7 Moradores dizem-se tratados como enteados

Semanario A Capital
De 18 à 25 de 2010

Cerca de mil famílias realojadas no bairro do Zango I, município de Viana, no âmbito do programa de emergência habitacional, continuam sem ter acesso a energia eléctrica, nove anos depois de serem para ali transferi das pelas autoridades de Luanda.
Os moradores, grande parte dos quais, desalojados de zonas de risco como a encosta da Boavista, consideram-se esquecidos por quem, inicialmente, prometeu melhore condições de habitabilidades. Mas, passados todos estes anos, boa parte do Zango I continua às escuras, ao contrário do Zango li que há muito beneficia deste bem público, apesar de ser um projecto que nasceu muito posteriormente.
Perante tal constatação, os habitantes desta parcela do Zango, situada a mais de trinta quilómetros de Luanda, consideram haver um tratamento discriminatório, pela forma como o Governo olha para os diferentes projecto habitacionais aí construí dos.
"Porquê e que o Zango li que é um processo que veio recentemente, mas hoje já tem luz, tem água", desabafou um dos moradores, numa manifesta indignação pelo tratamento diferenciado dado aos projectos habitacionais aí erguidos.
"Prestam mais atenção ao Zango m, em detrimento dos Zango I e II", disse, numa referência às autoridades de Luanda, responsáveis pelo provimento de condições como a energia eléctrica, água e saneamento básico da urbe.
Informações disponíveis referem que o processo de electrificação daquele bairro iniciou em 2007, através de um trabalho que esteve a cargo de duas empresas, mas que, segundo os moradores, mais não fizeram senão a afixação de alguns postes e uma cabina eléctrica.
Confrontada com reclamações de populares da zona, a EDEL, Empresa Distribuidora de Electricidade de Luanda, teria dado um outro passo no sentido de resolver o problema, adjudicando a empreitada à Odebrecht que, segundo moradores, também acabou por abandonar o trabalho, alegando falta de pagamento por parte do Governo. Penalizados com tudo isso são os moradores cujas casas continuam às escuras, com todas as consequências disso decorrentes.
Uma das consequências é o crescendo de acções delituosas em períodos nocturnos, em que a escuridão se apossa completações de populares da zona, a EDEL, Empresa Distribuidora de Electricidade de Luanda, teria dado um outro passo no sentido de resolver o problema, adjudicando a empreitada à Odebrecht que, segundo moradores, também acabou por abandonar o trabalho, alegando falta de pagamento por parte do Governo.
Penalizados com tudo isso são os moradores cujas casas continuam às escuras, com todas as consequências disso decorrentes.
Uma das consequências é o crescendo de acções delituosas em períodos nocturnos, em que a escuridão se apossa completamente do bairro, sobretudo nas horas em que os moradores decidem desligar os geradores.
"Existem violações, temos aqui pessoas que estudam de noite e quando saem os delinquentes aproveitam fazer as suas acções nessas zonas escuras", queixam-se os moradores, apelando o Governo a equacionar o mais rápido possível o problema da Luz para os habitantes do Zango I e parte do II, onde as populações têm assumido elevados custos com a compra de combustível e reparação de geradores. "Não queremos mais entrar em Dezembro sem luz", rogam os moradores.

8.8 Estrada nova do Palanca pode se safar

Semanario A Capital
De 18 à 25 de Setembro de 2010

Ao passarmos pela estrada Olímpio Macueira, também conhecida por estrada nova do Palanca, obra a cargo da empresa Queiroz Galvão, observamos que a mesma encontra-se, neste momento, a decorrer a colocação de lancis e a beneficiar de alguns acabamentos nas bermas.
De acordo com o fiscal da empresa BDM, Brazler Fragoso, a obra estará pronta até ao final do mês em curso. I!

8.9 Obras paradas na vala da 10 esquadra ao Cazenga

Semanario A Capital
De 18 à 25 de Setembro de 2010

As obras de construção da também conhecida vala da 10" Esquadra, ao Cazenga, estão paralisadas. A parte da empreitada já coberta de betão, encontram-se cheia de lixo e águas residuais.
Pode constituir um perigo com as chuvas, tendo em conta que o seu leito está todo carregado de resíduos sólidos, chegando ao nível das residências. As obras na

rua dos comandos, também conhecida por IY" Avenida ou Zamba-1, a cargo da empresa Andrade Gutierez-Zagop, prosseguem a meio gás. Na mesma via deu para perceber que o tapete asfáltico aplicado muito recentemente, já se destruiu, tendo como sinal a poeira que se levanta. I!

8.10 Por aqui passará água?

Semanario A Capital
De 18 à 25 de Setembro de 2010

Já na Samba, à nossa reportagem visitou a vala do rio seco. Para ela afluem as águas da Maianga, do Catambor, Chaba e do bairro Azul. O cenário é completamente nojento ante a sujidade visível. A vala do Cassequel não foge à regra das demais. Demos ainda conta que a ligação automóvel do Cassequel ao Golfo é feita pelo bairro Popular, devido ao estado avançado de degradação em que se encontra a estrada que liga as bombas ao Bairro Popular e segue até ao cruzamento do Asserível

8.11 Esta imunidade com as chuvas…

Semanario A Capital
De 18 à 25 de Setembro de 2010

PROSSEGUIMOS, ao longo da mesma vala, já na parte traseira da Tourada. Aqui o cenário é desolado r, tendo em conta as grandes quantidades de lixo ali depositadas, ao ponto de produzirem cheiro nauseabundo. Os moradores e transeuntes têm aqui culpa, por chegarem ao ponto de defecar ali, o que representa um atentado à saúde pública da comunidade

8.12 Luanda não está preparada

Semanário Angolense
De 18 de Set. de 2010

Eduardo Paiva - funcionário público, 32 anos, natural de Luanda.
Os problemas de Luanda, não serão resolvidos por uma mulher assim como a tia Xica. Esta cidade carece de uma análise muito profunda; o governo, precisa implementar políticas de reestruturação desta cidade. O governo nunca preparou Luanda para grandes enxurradas. Em épocas chuvosas, chegam a morrer mais pessoas do em qualquer outro período e muitos populares ficam desalojados. Eu, por exemplo, vivo no bairro da Boavista, aquilo é um caso sério quando chove. Assistimos populares a serem carregados pelas águas. A minha própria residência já havia desabado mais de duas vezes e tive de a e reconstruir. É que para estes casos, o governo não dá a devida atenção. Nesta época chuvosa, gostaria que o governo pudesse ter um pouquinho mais de responsabilidade de velar por aqueles que vivem em zonas de risco.

Arnaldo dos Santos - funcionário público, 28 anos, natural de Luanda.
Não sei se esta cidade está realmente preparada para grandes enxurradas que já começaram a dar sinais. É que Luanda sempre nos deixou tristes neste aspecto.
Nem sempre as valas de drenagem são devidamente. Até agora, algumas residências continuam muito mal construídas. Em todas as épocas chuvosas, assistimos a episódios terríveis, vemos pessoas a perderem a vida por um erro que pode ser evitado. A chuva é um fenómeno da natureza, mas a prevenção é uma atitude humana. Sinceramente, as zonas que sempre sofreram mais são as da periferia, às quais o governo podia prestar maior atenção. Vivo no morro da Samba, aí onde as pessoas só não morrem porque Deus ainda não quer. Mas se chover muito, haverá muitos óbitos neste ano. Os nossos governantes, não vivem na periferia. Se assim fosse, a preocupação seria maior.

Adriano Brandão - estudante, 23 anos, natural do Huambo.
Se Luanda está ou não preparada para receber as enxurradas, isso eu não sei. Mas a verdade é que Luanda não é uma boa cidade quando chove. Não é uma boa província para se visitar quando a natureza decide "bravar", principalmente nas suas zonas periféricas. Vê-se a responsabilidade de um governo muitas vezes nestes contextos. Porque é bem verdade que algumas obras orientadas pelo governo central, tem sido descartáveis e quando desabam provocam problemas aos populares. Algumas valas de drenagem, esgotos, passeios e até mesmo residências desabam quando é provada a sua capacidade de resistência. As zonas periféricas de Luanda devem merecer uma maior atenção por parte do governo, pois elas são as mais atingidas nas épocas chuvosas. São mais de centenas residências que vão sempre abaixo em épocas chuvosas e que não têm recebido um tratamento devido.

Carlota Chaves - estudante, 20 anos, natural de Luanda.
Os meus pais são da província do Uíge, mas eu nasci em Luanda. Desde que nasci nunca sai de Luanda. Pelo tempo que estou nesta cidade, nunca passei nenhuma época chuvosa sem assistir tragédia. Sempre que chove, vejo e oiço nos órgãos de comunicação social destruição de bairros, morte em quase todos os musseques e gritos. É lastimável o que se assiste na capital do país. Em sociedades mais evoluídas, as prevenções em épocas chuvosas, são prioridades no sentido de não prejudicar o próprio cidadão. Mas o que se verifica aqui é bem diferente. Os nossos dirigentes só se preocupam depois de as desgraças ocorrerem. A verdade Luanda não está preparada

para grandes enxurradas, pois, ainda existem residências em zonas de risco, sobretudo a Samba, Boavista, Rocha Pinto, no Catambor e outras zonas.

8.13 Oxalá São Pedro atrase um pouco mais

Semanario A Capital
De 18 à 25 de Setembro de 2010

Chegados à época das chuvas, tudo indica que as obras que deveriam estar concluídas durante o cacimbo continuarão inacabadas. Até porque muitas novas vão ainda, surgindo. Os lugares de estrangulamento do trânsito em função da degradação das estradas e consequente acúmulo de águas, só com as primeiras gotas que se abateram sobre Luanda quarta-feira, 08, deixaram claro que teremos, uma vez mais, graves problemas derivados da queda de chuvas.
Ou seja, conjugar o velho lema "Luanda não está preparada para receber chuvas". Esperava-se da parte do Governo da Província de Luanda uma atitude de prevenção quanto a toda essa situação, priorizando a manutenção dos troços renovados e a reparação daqueles que, com um pouco só mais de água, fazem da capital do país, em tempo de chuva, um caos.
Outrossim é o facto de algumas valas de drenagem ainda não oferecerem condições para desafogar com maior fluidez as águas residuais e pluviais.
Atento a isso, o A Capital saiu em mais uma ronda, tendo visitado as zonas desde sempre descritas como críticas, quer em termos de inundações, como de congestionamento de trânsito. Começamos pela vala do Senado da Câmara, nas imediações do perímetro do desbado prédio onde funcionou a Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC).
Nesta área a vala apresenta-se em condições razoareis queixando-se apenas os moradores de que ela está a contribuir para a reprodução de mosquitos.

8.14 Vala da Mavinga está na mesma

Semanario A Capital
De 18 à 25 de Setembro de 2010

Outro lugar que mereceu a atenção da nossa reportagem foi o valado que corta o bairro Palanca, passando pelo bairro Popular e desemboca na vala do bairro Cassequel do Buraco. Encontramos aqui, Fernanda Pascoal, residente há 10 anos no bairro Mavinga, a escassos metros da passagem de água.
"Esta vala começa na zona da FIU, passa pelo Palanca e vai dar ao Cassequel do Buraco", apontou, adiantando, por outro lado que, "quando chove, a água sobe até ao nível das janelas".
"Sempre que assim acontece, como foi no mês de Abril passado, tivemos de fugir das casas por saídas alternativas". Fruto disso, acrescentou, "neste momento não temos camas para dormir, pois, tivemos que deita-las fora, porque deterioraram-se.
O que os moradores querem mesmo por enquanto, é "que a Administração local faça uma intervenção na vala, que segundo eles deveria consistir no aumento da profundidade da mesma, antes das chuvas começarem a cair com intensidade.

8.15 Lubango esta há dez dias sem fornecimento de agua potáveis

Jornal de Angola
21 de Setembro de 2010

Os habitantes da cidade do Lubango estão há mais de dez dias sem água potável devido a uma rotura, de grandes proporções, na conduta principal.
A situação causa enormes constrangimentos às populações, obrigadas a recorrer li camiões cisternas da direcção provincial das Aguas e de empresários.
O director provincial das Aguas disse que a avaria registada é difícil de reparar porque a conduta principal está em estado avançado de degradação "causado pela caducidade do material".
"A conduta foi construída há mais de 60 anos com material de fibrocimento, que se apresenta saturado para responder à pressão de água proveniente da captação da Tundavala", afirmou Abel Costa.
Além disso, frisou, o sistema de abastecimento foi construído para atender 30 mil consumidores e a cidade do Lubango tem 1,2 milhões de habitantes.
A solução definitiva do problema, referiu, passa por um trabalho de fundo, consubstanciado na substituição, ampliação e modernização do antigo sistema, cujo financiamento transcende a competência do governo provincial. "Há dez anos, elaboramos um Plano
Director do sector das Águas orçado em 245 milhões de dólares, que remetemos ao Ministério de tutela para apreciação, mas não tivemos resposta", assegurou.
Enquanto aguardávamos pelo financiamento, disse, executámos, com o apoio de Organizações Não Governamentais, furos, com instalações de bombas manuais nos bairros periféricos da cidade.

População Preocupada

Madalena José, moradora do bairro Comercial afirmou, ao Jornal de Angola, que, desde o dia 10, deixou de ter água nas torneiras e que se abastece em camiões cisternas.
"O camião cisterna passa de dois em dois dias para fornecer água aos moradores da minha rua, mas a quantidade que traz é insuficiente para toda a gente", lamentou.

Por isso, está a construir um tanque reservatório no quintal para se precaver de futuras situações do género. Roubem António, morador no bairro Hélder Neto, desloca-se diariamente à Senhora do Monte para se abastecer de água.
Devido à crise, declarou, para os banhos, lavagem de roupa e limpezas usa água da cachimba e a que vai buscar à Senhora do Monte na confecção dos alimentos e para beber.

8.16 Um bem escasso

Jornal de Economia e Finanças
De 21 de Setembro de 2010

O acesso à água potável é um assunto que continua a merecer uma reflexão cuidada dos Estados membros que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU). O dia 22 de Março de 1992 entrou nos anais da história mundial, porque foi a data estipulada pelas Nações Unidas como sendo o Dia Mundial da Agua. A cada ano, a data serve de reflexão e é destinada à discussão sobre diversos temas relacionados com este importante bem. Em 1992, a ONU divulgou um documento, denominado "Declaração Universal dos Direitos da Água", que apresentava uma série de medidas, sugestões e informações de modo a despertar a consciência ecológica da população e dos governos sobre a utilização racional deste precioso líquido. A Assembleia-Geral da ONU proclamou o período de 2005 a 2015 como a "Década Internacional para a Acção para a Vida.
Entendidos na matéria atestam que em todo o mundo dois mil milhões de pessoas não têm acesso à água potável, enquanto indicadores da ONU revelam que só três por cento da água na terra é própria para o consumo.
Angola possui uma costa de 1.650 quilómetros que vai desde a foz do rio Cunene até ao rio Zaire e beneficia das correntes frias de Benguela que proporcionam condições favoráveis para o crescimento e abundância de recursos marinhos. Com uma riqueza inquestionável de água, o país tem rios que circundam do centro, Norte passando pelo Leste e Sul. Dentre os principais rios que banham o solo angolano destacam-se: Kwanza, Cunene, Kubango e Zaire.
Dados indicam que em 2007 apenas 22 por cento da população rural tinha acesso à água potável. Esta realidade tem consequências económicas, culturais e sociais profundas, o que contribui negativamente para o desenvolvimento equilibrado do país.
Comprometido com a distribuição e o consumo de água potável, o Executivo angolano decidiu levar a cabo o projecto "Agua para todos", que vai permitir que até 2012 mais de três milhões de pessoas do meio rural beneficiem do precioso líquido. O órgão que superintende julga serem necessárias a reabilitação e a ampliação dos sistemas de captação e abastecimento de água potável. Para este gigantesco desafio, o Ministério da Energia e Aguas terá de contar com o contributo de várias franjas da sociedade angolana e não só.
Imbuída neste espírito a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) vai, a partir de hoje, 21/09, até ao dia 24 de Setembro, realizar as 14~ Jornadas Técnico-Científicas, que terão como tema central: "A água como factor de desenvolvimento". As jornadas juntarão políticos, governantes, académicos e não só, que em quatro painéis vão abordar questões ligadas à água, o bem mais importante da vida.

8.17 Governo promete melhorias no abastecimento de água

Jornal de Angola
24 de Setembro de 2010

O governo da província do Bengo vai melhorar, no próximo ano, o abastecimento de água potável e o fornecimento de energia eléctrica no município do Pango Aluquém, disse ontem o governador provincial.
João Bernardo de Miranda falava no final de uma visita de constatação ao município de Pango Aluquem, onde radiografou os sectores da energia e da água. "Nesta localidade havia um sistema de abastecimento de água por gravidade que se encontra danificado, o que deixou o município com problemas de água potável", disse. No entanto, a situação vai ser alterada, garantiu o governador, assegurando que o seu executivo vai restabelecer o sistema de abastecimento de água potável e construir vários chafarizes para que a população tenha acesso a este bem essencial.
João Bernardo de Miranda informou igualmente que existem alguns furos de água que foram constl1lídos no âmbito do programa "Agua para todos", mas que também não são suficientes para abastecer a população.
Quanto a energia eléctrica, o governante adiantou que o município está com dificuldades, porque o único gerador que abastecia a área está avariado. Afirmou, contudo, tudo estar a fazer no sentido de colmatar estas dificuldades, para melhorar as condições básicas dos habitantes.
O governador visitou, ainda, naquele município, vários equipamentos sociais, como escola, residências, sondas de furos, postos médicos e o hospital municipal de Kibalandende, onde deixou uma ambulância. Aproveitando a deslocação, ofereceu chapas de zinco, catanas, limas e motobomba, geleira, aparelho de som, fogão, bicicletas e moto, às autoridades tradicionais, para facilitar a deslocação dos sobas de uma aldeia para outra e ajudar a administração na resolução de alguns problemas.

Pango Aluquém em crescimento
O município do PangoAluquém está a crescer a cada

dia que passa em termos de equipamentos sociais, no âmbito do programa de investimento municipal.
Actualmente, estão a ser construídas duas escolas, quatro residências para funcionários públicos e as administrações estão a receber obras de reabilitação para melhorar a sua imagem e criar novos postos de trabalho.
As duas escolas do ensino primário (uma com quatro e outra com seis salas de aula), em construção terão capacidade para albergar mais de 200 crianças.
A administração também está a erguer, na comuna sede, quatro residências para funcionários públicos e a previsão é que sejam construídas 11, até ao final do ano.
O governador realçou que os planos traçados pela administração no âmbito do programa local estão a ser cumpridos e que todos devem colaborar na organização do mesmo.

8.18 Garantida preparação em recursos hídricos

Jornal de Angola
24 de Setembro de 2010

O engenheiro Miguel Doria, que representa a UNESCO nas XIV Jornadas Técnico-Científicas da FESA, garantiu disponibilidade da sua organização na formação de técnicos em negociação de recursos hídricos, com vista às metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.
Miguel Doria, que dissertava sobre o tema "Cooperação para a adequada gestão de bacias hidrográficas transfronteiriças", disse que a água é um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e tem uma relação forte com os outros objectivos. "Sem que se resolva o problema da água não há como resolver os problemas da pobreza, mortalidade infantil e o acesso à educação, uma vez que a água joga um papel importante na economia de qualquer país", considerou.
O representante da UNESCO defendeu que a gestão das bacias hidrográficas passa essencialmente pela formação de recursos humanos. Neste particular, Miguel Dória, de nacionalidade portuguesa, disse ser importante que Africa triplique a sua capacidade humana, com técnicos, cientistas e gestores que trabalhem sobre água, tendo sublinhado que a organização tem uma vasta experiência a nível dos recursos hídricos.
Por sua vez, o oficial do programa de água da região da SADC, Phera Ramoeli, informou que a missão da sua organização na região é fomentar a cooperação entre os países na gestão das bacias transfronteiriças.
"A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) desempenha um papel de mediador e facilitador para que os países se sentem à mesa de negociações e possam partilhar os recursos hídricos de que dispõem", frisou. Ramoeli disse que Angola, apesar de ser rico, em bacias hidrográficas, apenas consome um por cento da água disponível, o que "não é suficiente", tendo em conta o seu potencial.
Revelou que a SADC está a criar condições para que os países possam explorar, ao máximo possível, os seus potenciais em recursos hídricos, através do programa de desenvolvimento de infra-estruturas. "É objectivo da SADC que as infra estruturas em termos de água, e em particular os recursos hídricos, sejam desenvolvidos a nível de cada região", concluiu.
Preço da água subvencionado
O preço da água é subvencionados pelo Estado, com vista a garantir que a camada mais desfavorecida possa beneficiar dela, afirmou ontem José Ambriz, antigo administrador da EPAL, durante a sua intervenção no tema "Papel das tarifas dos serviços da água".
José Ambriz considerou que as tarifas permitem o equilíbrio entre a sustentabilidade económica, gestão do sistema de água, a qualidade do trabalho dos operadores em relação à população, assim como salvaguardam os interesses e os direitos dos consumidores.
Engenheiro de formação, elogiou a gestão da água no país, em particular em Luanda, "na medida em que o acesso está cada vez mais acessível às populações".
A política da Empresa Provincial de Agua, segundo adiantou, é universatizar o acesso à água a toda a população de Luanda e defendeu que a população tem de ganhar consciência de que a água é um bem social à vida e que não deve ser desperdiçada.

8.19 Ministra Reafirma Empenho do Executivo no Abastecimento de Agua no Abastecimento de agua as Populações

Jornal de Angola
25 de Setembro de 2010

A Ministra da Energia e Águas, Emanuela Vieira Lopes, revelou ontem, em Luanda, que 61,6 por cento da população do país tem acesso à água potável e que 59,4 por cento beneficia de serviços de saneamento básico.
Emanuela Vieira Lopes, que falava no encerramento das 14" Jornadas Técnico-Científicas, da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), iniciadas na terça- feira, disse que nas áreas urbanas as estimativas indicam um nível de cobertura de água potável de 70,9 por cento e nas rurais, de 39,9.
"Em Angola, ainda persistem limitações e carências, ao nível de abastecimento de água e saneamento devido à degradação infraestrutural e institucional, agravadas, a partir de 1992, pelo ressurgimento do conflito", disse.
A ministra recordou que o Executivo está empenhado no aumento da quantidade e qualidade do fornecimento de água potável à população, com a implementação de projectos e de acções no sector. O Governo, referiu,

estabeleceu como prioridade nacional a reabilitação das infra-estruturas básicas, programas e planos executivos, entre os quais "O Programa desenvolvimento do Subsector das Aguas", que têm o objectivo de reabilitar e melhorar as infra-estruturas do sector.
Esse plano, declarou, está consubstanciad9 na implementação do "Programa Agua para Todos", "elaboração dos planos directórios de abastecimento de água e saneamento básico para todas as capitais provinciais e na "reabilitação e .ampliação progressiva dos sistemas de abastecimento de água de capitais provinciais e sedes municipais".
A estratégia, disse, contempla também a efectivação de um programa de reforma e de desenvolvimento institucional, tendo como principal finalidade a constituição de novas empresas municipais para a gestão dos diferentes sistemas de abastecimento de água e de saneamento básico e a criação do Instituto Nacional de Recursos Hídricos e do Gabinete de Administração de Bacias Hidrográficas.
Participam do evento, elementos do Governo, deputados, diplomatas, académicos, estudantes, representantes de associações ambientais, responsáveis de Organizações Não-Governamentais ligadas ao sector das águas e especialistas nacionais e estrangeiros.
As jornadas científicas recomendaram a criação de um órgão regulador para políticas de gestão de uso de água. Defenderam, igualmente, o desenvolvimento de um sistema de informação geoespacial.

8.20 Novos Mecanismos para Gerir a Agua Foram Uma das Recomendações da FESA

Jornal de Economia
28 de Setembro de 2010

Apesar da insuficiente ajude: internacional, os participantes das XIV Jornadas Técnico Científicas da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), que decorreram de 21 a 24 de Setembro, em Luanda, recomendaram a implementação de mecanismos para gerir a procura e oferta de água, aplicando o princípio do utilizador pagador e poluidor pagador. Além disso, os integrantes das jornadas reconheceram o esforço "endógeno" do país para o alcance dos objectivos de desenvolvimento do milénio no sector das águas.
Segundo as recomendações saídas das jornadas, os participantes destacam que deve ser incentivado o reforço, e o apoio à formação de quadros superiores nas áreas de construção civil, hidrologia, engenharia ambiental e hidrográfica, bem como a implementação de modelos que incentivem as parcerias público-privadas nos investimentos sobre as novas tecnologias para a captação, tratamento e distribuição de água.
As jornadas recomendam que deve ser desenvolvido um programa do sistema de informação geográfica, tendo em conta que a informação geospacial e um instrumennto fundamental para a gestao e prevenção de desastres naturais. Também sublinharam . A necessidade da criação de centros de vigilância ambiental para o monitoramento automático e periódico permitindo a observação de sinais
de alerta e preparação de respostas adequadas em situações de ruptura de equilíbrios nos ecossistemas.
O reforço da cooperação internacional e regional para ã gestão transfronteiriça dos recursos hídricos e das bacias hidrográficas também consta do leque das recomendações das jornadas da FESA.
Por outro lado, os participantes consideram que o enorme potencial hídrico de Angola possibilita ao país a sua inserção no mercado mundial da água nos domínios da utilização dos recursos, de políticas transfronteiriças, da água enquanto mercadoria e da comercialização, bem como o reforço do sistema de controlo da qualidade da água com a implementação de laboratórios certificados. Quanto aos ecos sistemas produtivos, os participantes destacam ser essencial cuidar da melhoria a da armazenagem superficial, da gestão adequada de águas)- subterrânea e da chuva, do 1 emprego de técnicas de interligação, de drenagem e de reutilização maximizando os (- benefícios e minimizando os te riscos técnico-científicos.
Na visão dos participantes das jornadas, o acesso generalizado dos cidadãos aos serviço de abastecimento de água potável e a recolha e tratamento seguro de águas residuais [s constituem um factor fundais mental para o bem-estar das populações, bem como para a melhoria da saúde públ1ica. Os participantes entendem ser fundamental investir no e conhecimento, na investigação e pesquisa assim como no uso da inovação, para ultrapassar as crises, "sendo essencial o conhecimento da hidrologia para a compreensão e gestão dos fenômenos a ela e relacionada".

Desafios

Convidada a discursar no e encerramento das XIV Jornadas Técnico-Científicas n da FESA, a ministra da Energia e Águas, Emanuela Afonso Vieira Lopes, D disse que a nível nacional D 61,6 por cento da população tem acesso à água potável e 59,4 por cento a serviços 1- de saneamento adequados. n. . Nas áreas urbanas, segundo a titular da pasta, as estimativas apontam para um - nível de cobertura cento, dos quais apenas 34 por cento consomem água com os padrões mínimos de qualidade, perfazendo 70 litros por habitantes por dia, abastecendo-se a parte restante, a partir de chafarizes, pontos de água e camiões cisternas. As estimativas indicam que 74,1 por cento da população urbana dispõe de serviços de saneamento, dos quais, apenas 18,5 por cento estão

conectados a redes técnicas minimamente adequadas, utilizando, a parte restante, latrinas e ou poços rotos. No meio rural, estima-se que apenas 39,9 por cento da população tem acesso a fontes de água potável .

Esta avaliação vem numa altura em que a água continua a ser um recurso cada vez mais escasso, afectando mais de um bilião e duzentas mil pessoas, a nível mundial. A Organização das Nações Unidas estima que, por ano, a falt,a de água limpa causa a Africa perdas na ordem de 28,4 mil milhões de dólares, enquanto a Organização Mundial da Saúde indica que, para o alcance das metas de desenvolvimento do milénio relativas ao acesso à água potável e ao serviço de saneamento básico, poderia gerar em Africa ganhos económicos de 84,4 mil milhões de dólares por ano.

Angola é o segundo país na Africa Austral com um potencial hídrico invejável, mas que precisa de desenvolver projectos visando a melhoria do acesso e abastecimento de água potável às populações. Para se inverter o quadro que o país ainda está a atravessar, o Executivo está a implementar um Programa no sector das aguas gue visa a reabilitação e ampliação do sistema de abastecimento de água, tendo como finalidade alcançar uma taxa de cobertura de 100 por cento nas zonas urbanas e 80 das zonas periurbanas e rurais.

Segundo o ministro de Estado e da Çoordenação.. Económica, Manuel Júnior, que discursava no dia21, em Luanda, na sessão de abertura das XIV Jornadas Técnico Científicas da Fundação Eduardo dos Santos (FESA) as iniciativas estão a ser executadas em consonância com a implementação da reforma institucional, robustez, organização e capacidade de operação do sector das águas, como principais objectos de constituiçao de novas empresas municipais para a gestão do sistema de abastecimento de água e de saneamento de varias cidades, o desenvolvimento Os Gerais de Gestão integrada dos recursos hídricos para as 21 principais bacias hidrográficas de saneamento para os rumores aglomerados populacionais'" disse o ministro.

Enquadrado em vários projectos que visam a utilizaçao racional deste recurso esgotável está também em execução um conjunto de programas inseridos em várias estratégias, sendo a .de desenvolvimento de longo prazo

Angola 2025, na estratégia nacional de combate à pobreza, da segurança e auto-suficiência alimentar, das alterações climáticas e da energética.

O ministro de Estado e da Coordenação Económica destacou qual fruto dos investimentos públicos efectuados no sector a capacidade de produção de água duplicou nas capitais de provincia de 487.598 metros cúbicos (m3) por dia em 2004 para 733.859 m3/dia em 2010.

Em termos de distribuição estima-se que entre 2001 e 2010 as perdas técnicas, tenham reduzido de 50 por cento para 30 devido fundamentalmente à construção de novas redes e a um maior volume de horas de funcionamento finalizou Manuel Júnior.

8.21 Desenvolvimento Sustentável reúne especialistas no Lubango

Jornal de Angola
29 de Setembro de 2010

A biodiversidade e o desenvolvimento sustentável das comunidades é o tema de um seminário que reúne, a partir de amanhã, na cidade do Lubango, especialistas em questões ambientais, turísticas e de planeamento.

Na cerimónia de abertura do seminário devem estar presentes os ministros do Ambiente, Fátima Jardim, da Hotelaria e Turismo, Pedro Mutinde, e do Planeamento, Ana Dias Lourenço, além dos governadores da Huíla, Namibe e Benguela, Isaac dos Anjos, Cândida Celeste e Armado da Cruz Neto, respectivamente.

O seminário está organizado em cinco painéis que reflectem as áreas de conservação, características e consequências, planeamento e gestão de áreas de conservação, aspectos legais, populações envolventes das áreas de conservação e recursos florestais.

No primeiro painel são abordadas "As consequências da utilização dos recursos da biodiversidade, características socioeconómicas e ambientais das áreas de reserva", "Manejo dos recursos hídricos e sólidos e seu impacto".

"O papel do Serviço de Migração Estrangeiros para o desenvolvimento do turismo em Angola", "A implicação do ordenamento jurídico angolano", "A situação do Parque Nacional da Quissama" e "Planeanento e corredores ecológicos" são temas do segundo painel.

O terceiro painel vai abordar os temas sobre "O Parque Nacional do Bicuar, impactos ambientais e d socioeconómicos", "Antropologia biológica versus áreas de conservação", "Gestão da biodiversidade para o controlo da caça e as experiências de sucesso na gestão de parques na Amazónia".

O quarto painel aborda "A importância da educação ambiental para o uso sustentável dos recursos ci, natprais"

O turismo em Angola", Importância da Agro e do Ecoturismo, "Reservas da biosfera na Mata Atlântica e "O modelo de na gestão para áreas de conservação em Angola.

Já o quinto painel está reservado à "Analise das queimadas e os incêndios florestais em Angola, causas e consequências", "Experiências do Brasil na redução do uso da madeira na construção civil", "O primeiro maior pulmão do mundo e o primeiro de Africa, experiências da Amazónia Brasileira na gestão florestal".

Os temas escolhidos devem ser apresentados por especialistas nacionais e estrangeiros vinculados a instituições vocacionadas à protecção do meio ambiente.

Segundo o programa, a que o Jornal de Angola teve acesso, no último dia os participantes vão visitar a primeira Serra da Leba, onde devem ser oferecidos alguns bens à comunidade que aí reside.

8.22 Governador recomenda atenção a Caiuera

Jornal de Angola
30 de Setembro de 2010

A instalação de um sistema de captação de água e o fornecimento pontual de medicamentos na comuna de Caiuera, município de Cata bola, foram os elementos recomendados segunda-feira, pelo governador provincial do Bié, às direcções provinciais das águas e da saúde.
Álvaro Boavida Neto proferiu estas recomendações quando efectuou uma visita retrospectiva a comuna, para avaliar o nível de desenvolvimento local, e constatou a dificuldade na funcionalidade do posto médico e a falta de abastecimento de água potável, onde ouviu as necessidades daquela população. Boavida estabeleceu o prazo de um mês para a instalação de um sistema de abastecimento de água com vista a melhorar o consumo.
No plano da saúde, o governador orientou a direcção provincial da saúde para que, no período de quatro dias, solucione a questão do fornecimento de medicamentos ao único posto de saúde.
A reportagem do Jornal de Angola ouviu o , director provincial da Energia e Aguas, Abel Guerra, a respeito, que adiantou que a direcção está a implementar uma série de programas a nível dos municípios e comunas que visam melhorar o fornecimento de água.
Abél Guerra revelou à nossa reportagem que a direcção das águas estabeleceu um protocolo de cooperação com a empresa Emancil, para a construção de sistemas de captação e distribuição de água, e assegurou que brevemente à população de Caiuera vai passar a consumir água potável.
Outra preocupação manifestada pela população de Caiuera prende-se com o estado avançado de degradação do troço que liga a comuna aos municípios de Nharea e 'Camacupa, Boavida Neto explicou que a reabilitação do troço já foi adjudicada a uma empresa local, a Eminey, e garantiu que vai persuadi-Ia com vista a acelerar a conclusão das obras.
"Água para todos" beneficia mais pessoas, mais de sessenta e três mil pessoas beneficiam actualmente do projecto "Água para todos", levado a cabo em todas as localidades da I província do Bié, garantiu o director r da Energia e Águas, Abel Guerra.
Nove acções estão em curso e os trabalhos devem estar concluídos até ao final deste ano, como prioridade para as zonas rurais da a província, para diminuir as doenças provenientes do consumo de, água mal tratada.
Abel Guerra salientou que estão 11 projectadas novas acções para os J: próximos dois anos, que consistem na ampliação e melhoramento dos sistemas de abastecimento das sedes municipais e comunais de toda a província.
Aquele responsável disse que em todas as localidades já é possível fazer uma avaliação positiva, tendo em conta o concurso das acções planificadas, enquanto que das novas acções em curso duas serão entregues brevemente.
O director da Energia e Águas adiantou que, até ao final do ano 2010, mais de 50 por cento da população vai beneficiar de água canalizada e potável .
O programa "Agua para todos" prevê uma cobertura de 80 por cento, até 2012, e todos os esforços estão a ser evidenciados para alcançar a meta.
As zonas urbanas estão com projectos integrados e a cobertura será total até 201'1, ao contrário das zonas rurais e peri-urbanas, por isso, a prioridade actualmente está virada para as zonas rurais, sublinho.
O director da Energia e Aguas explicou que as 30 sedes comunas e nove municipais estarão cober· tas, na totalidade, com sistemas integrados de abastecimento de água potável até a data programada.
Os municípios de Catabola, Chinguar, incluindo as comunas de Soo makuanza, Malengue, Mutumbo Lúbia, Dando e Luando, são as lo· calidades que possuem sistemas de água deficitários e necessitam se] ampliados.
Adiantando Abel Guerra justificou que, tendo em conta as dificuldade das estradas que dão acesso a estas localidades, estes municípios estão incluídos no projecto do próximo ano.
Respeitando os padrões recomendamos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), Abel Guerra garantiu estender o projecto do programa aos municípios do Chitembo, Chinguar, Nhârea e Camacupa, com vista a possibilitar o fornecimento do líquido.

8.23 Autoridades trabalharam para dar mais agua potável

Jornal de Angola
30 de Setembro de 2010

A quantidade de água potável que se produz no Namibe é insuficiente e a direcção Provincial de Energia e Aguas quer aumentar o actual nível de abastecimento de 420 metros cúbicos por hora para mais de 900 metros cúbicos entre 2012 e 2020.
De acordo com Arlindo Tavares, director provincial de Energia e Águas, a população do Namibe, estimada em mais 500 mil habitantes, só vai ser plenamente abastecida com água quando for redimensionada a captação do Benfica, que é.a principal e de maior produção, e as do Kussy e Boavista. Também é preciso construir mais tanques de distribuição.
A capacidade do Kussy foi projectada para um período

de oito a dez anos e já ultrapassou esse tempo de vida útil. Mesmo assim, até 2004 ainda respondeu às necessidades dos consumidores. Nos últimos cinco anos surgiram problemas, sobretudo durante o cacimbo. O bairro 5 de AbÍ'i1 começou com poucas dezenas de milhares de habitantes e agora, segundo, o censo do Serviço Provincial de Aguas, tem mais de 400 mil habitantes.
No bairro 5 de Abril vai ser instalada uma nova captação, acabando com a dependencia do bairro Norte Santa Rita.
"E imprescindível a criação de uma nova rede de abastecimento no bairro Valódia, o de surgiram novas urbanizações, para melhorar as condições de vida " dos seus habitantes e apoiar a sua actividade quotidiana": afirmou Arlindo Tavares.
O abastecimento de água no Namibe tem sido ineficiente nos últimos tempos, devido as :constantes avarias no sistema eléctrico. Outro problema tem a ver com a rede, que foi criada para abastecer 40 mil habitantes e hoje serve mais de 500 mil pessoas. As canalizações estão velhas e contribuem para as deficiências no abastecimento.
O Governo Provincial tem apostado no saneamento básico e há pouco anos construiu o Laboratório de Agua, que custou mais de 270 mil dólares, e que tem permitido que a população consuma água química e bacteriologicamente pura.
Segundo Arlindo Tavares, o problema do abastecimento de água tem a ver com 'a degradação das infra-estruturas. As adutoras são de fibrocimento e têm mais de 74 anos de vida. Acrescentou que o fomecimento de água ao domicílio se situa, actualmente, entre 20 e os 30 litros por habitante, no casco urbano, enquanto a população das zonas periféricas, na sua maioria abastecida por fontenários, tem um consumo entre os oito e os II litros por habitante.
Devido ao clima desértico, que caracteriza a província, há uma drástica redução no abastecimento de água, em particular no tempo de calor, em se verifica maior consumo. A Direcção Provincial de Águas propôs ao governo o reforço dos sistemas de abastecimento com a construção de mais furos, sobretudo na captação central do Benfica.
Arlindo Tavares frisou que a falta financiamentos ao longo dos anos, tornou impossível renovar ou alterar o actual sistema de captação, tratamento e. distribuição de água, que na generalidade se apresenta saturado. Para agravar a situação, "há falta de materiais de reposição no mercado local, o que tem dificultado o, trabalho da Direcção Provincial Aguas", afirmou Arlindo Tavares.

Água para todos
O Programa "Água para Todos" inclui a instalação de laboratórios móveis para análises e a formação técnica para a manutenção dos equipamentos. A Direcção Provincial de Energia e Aguas garante que com este projecto é possível atingir pelo menos 43 por cento da população e definir uma escala de prioridades ajustada às necessidades reais de abastecimento regular de água de cada localidade, com vista a diminuir a pobreza e a mortalidade infantil no meio rural.
O Programa "Água para Todos" está a funcionar. em pleno nos municípios da Bibala, Camucuio e do Virei, comuna de Cainde. Está em estudo a reposição de pequenos sistemas de abastecimento nas comunidades rurais a partir de furos e a colocação de bombas volantes para colmatar a falta de água.
A província do Namibe tem sede.
Há populações inteiras sem acesso à água mas o problema também se coloca no que diz respeito ao consumo animal. No quadro do Programa "Água para Todos" estão em construção "chimpacas" com uma tecnologia apropriada para captar a água no período das chuvas para depois conservá-la durante os meses de cacimbo. "Os estudos e o levantamento das necessidades ja estarão .feitos nos municípios do Camucuio e Bibala. A seguir são feitos no Namibe, Tômbwa e Virei", referiu o director provincial de Energia e Águas.
O município do Camucuio conta, desde o ano passado, com um sistema de distribuição e fornecimento de água, instalado no âmbito do Programa "Agua para Todos". Foi um passo em frente, na solução dos problemas das populações, que antes tinham de se deslocar longas distâncias para acarretar água no rio, em condições higiénicas pouco recomendáveis. Nos municípios do Camucuio e Bibala. A seguir são feitos no Namibe, a Tômbwa e Virei", referiu o director s provincial de Energia e Águas .
O município do Camucuio conta, desde o ano passado, com um sistema de distribuição e fornecimento de água" instalado no âmbito do Programa "Agua para Todos". Foi um passo em frente, na solução dos problemas das populações, que antes tinham de se deslocar longas distâncias para acarretar água no rio, em condições higiénicas pouco recomendáveis.

9 Género/Violência

9.1 Crimes impunes/Dossier

Semanario Novo Jornal
3 de Setembro de 2010

Na madrugada de 15 de Janeiro dê 1995, o jornalista Ricardo de Melo, na época director do jornal Imparcial Fax, uma publicação, como o próprio nome indica, era distribuída por fax, foi assassinado nas escadas do prédio em que vivia, na rua Major Kanhangulo.
Passados 15 anos, o crime continua por esclarecer. A Polícia, que prometeu encontrar os culpados, nunca mais falou do caso, pelo que a impunidade fez morada.
Fernando Ricardo de Melo Esteves desaparecia aos 38.anos de idade e com ele morria também o Imparcial Fax, uma publicação polémica que se notabilizou, no meio restrito em que circulava, pelas informações de casos de corrupção e de carácter militar.
Daí as especulações que surgiram em torno do crime, com muitas vozes a apontarem o dedo em direcção aos poderes político e militar, por estes se sentirem lesados pelo que o Imparcial Fax publicava.
A Direcção Nacional de Investigação Criminal, na época dirigida por Eduardo Sambo, jamais se preocupou em desvendar o caso.
Outro caso que agitou a sociedade angolana ocorreu a 2 de Julho de 2004. Neste dia, depois de horas antes ter participado numa sessão do Conselho da República, na qualidade de líder do partido PDP-ANA, o deputado Mfulumpinga Landu Victor foi assassinado à porta do seu escritório.
No dia seguinte, 3 de Julho, o então comandante geral da Polícia Nacional, José Alfredo (Ekuikui), apareceu na comunicação social a dizer que a corporação estava num encalço dos criminosos – o móbil do crime, afirmou, teria sido o roubo da viatura do político – e que "brevemente" eles seriam apresentados.
Na altura, vários jornais socorreram se de fontes que terão reportado uma conversa com o Procurador-geral da República, em que este havia afirmado ter sob custódia um indivíduo com antecedentes criminais semelhantes aos do suspeito.
Numa entrevista concedida a um jornal da capital, o comandante provincial de Luanda, comissário Joaquim Ribeiro, prometeu que a Polícia iria esclarecer vários casos em aberto durante este ano, incluindo a morte do líder do PDP-ANA.
Seis anos depois, nada foi revelado, ninguém foi julgado e o assunto parece que morreu para as autoridades policiais.
Já Carlos Semeão, mais conhecido por Manolo, era um irreverente deputado do PLD, partido dirigido, curiosamente, pela sua esposa, Analia Victória Pereira, também já falecida.
Manolo destacou-se pelas suas tiradas humorísticas nas sessões parlamentares, como aquele em que disse num dos debates que havia deputados que "confundiam o focinho do porco com a tomada de electricidade".
Acabou assassinado na sua própria residência sem que até hoje fossem encontrados os autores materiais e morais do homicídio. A estes casos de políticos mortos misteriosamente, acersce-se o caso jamais esclarecido devidamente, mesmo com julgamento, do assassínio do repórter presidencial do Jornal de Angola, Simão Roberto.
A 5 de Junho de 1998, Roberto, quando regressava do Futungo de Belas, depois de cobrir uma sessão do Conselho de Ministros, foi morto na zona do Rocha Pinto. A polícia apresentou depois dois indivíduos como alegados autores materiais do crime. Um terceiro, segundo as autoridades, morreu num confronto com as forças da ordem. Um ano depois, em pleno julgamento do único culpado em vida, já que o outro morreu na prisão, o tribunal acabou por absolver o acusado e o assunto jamais foi reaberto, pelo menos para informação do público.

Quando matar jornalistas compensa
Ricardo de Melo foi assassinado há 15 anos sem que até hoje as autoridades policiais tenham esclarecido o crime.
Por se tratar do caso de um jornalista incómodo para o poder, não tardou que na altura as principais suspeitas tinham como destinatário o Governo.
Os que tal ideias defenderam, e defendem, nunca apresentaram provas irrefutáveis que sustentassem tal acusação e o poder optou pelo silêncio, jamais esclarecendo o crime.
Por tal facto, o que aconteceu naquela madrugada de 15 de Janeiro de 1995, num dos prédios da rua Major Kanhangulo mantém-se um mistério.
Na altura, um vizinho da vítima foi citado por amigos e conhecidos de Ricardo de Melo como sendo o autor material do crime. Este jamais foi pronunciado e acabou por falecer, anos depois, sem que o seu nome fosse culpado do assassinato, ou ilibado das graves acusações.
O que se sabe é que o jornal Imparcial Fax, dirigido por Ricardo de Melo, era bastante incómodo relatos de casos de má governação, ou de movimentações militares - o país estava na altura em guerra - não agradavam vários sectores.
Relatos de próximos de Ricardo de Melo indicam que ele terá sido alertado para este facto, sobretudo por uma alta patente militar dias antes da sua morte. Antes de regressar a Angola em 1991, Ricardo de Melo viveu em Portugal, onde trabalhou em jornais locais.
Neste período, tornou-se muito próximos dos lobis portugueses ligados à rebelião armada que em Angola e Moçambique lutavam contra os poderes instituídos.
No caso de Moçambique, Melo é citado num livro de

autoria de Paulo Oliveira, que foi em finais da década de 80 delegado da Renamo para a Europa, como tendo participado numa expedição, falhada, “de jornalistas às chamadas zonas libertadas do movimento de Afonso DhLakama. Os jornalistas nunca chegariam a entrar em Moçambique, tendo atingido apenas a fronteira deste país com o Malawi, mas Ricardo de Melo, escreve Paulo Oliveira, no regresso, separou-se do grupo em Nairobi, Quénia, de onde terá simulado uma reportagem radiofónica, com som de disparos, para ilustrar a sua presença junta da guerrilha.
O certo é que Paulo Oliveira, o autor do livro, e que atingiu posição de destaque na Renamo, era na verdade um agente infiltrado dos Serviços” de Informação e Segurança de Estado (SISE) de Moçambique.
Oliveira tinha o nome de código de “Alcino” e, aproveitando-se da sua cor de pelo (é branco), infiltrou-se primeiro junto das estruturas da Renamo na África do Sul.
Passada esta fase, Ricardo de Melo regressa a Angola, onde começa por fazer parte do grupo que prestava assessoria política a Daniel Chipenda.
Este foi um antigo dirigente do MPLA, onde chegou a vice-presidente durante a guerrilha, mas acabou no início dos anos 70 por se incompatibilizar com Agostinho Neto.
Daniel Chipenda foi depois, já na Angola independente, recuperado por José Eduardo dos Santos, que o nomeou embaixador no Egipto.
Eduardo dos Santos entregaria em 92 a campanha eleitoral do MPLA à chefia de Daniel, Chipenda agora de novo no Bureau Político deste partido, mas esta aliança durou pouco.
Chipenda afastar-se-ia novamente do MPLA e Lançaria a sua candidatura às presidenciais de 1992, apoiado por um minúsculo partido que não rendeu os votos suficientes para chegar ao 1%. Às mortes dos jornalistas Ricardo de Melo e Simão Roberto, juntam-se também as dos jornalistas Zola Mbunga (Angop e Folha 8), Maurício Cristóvão (RNA) e de Panzo Sebastião (ANGOP). Um “camaramen” da TPA em Cabinda e o delegado desta estação no Cunene, assim como dois jornalistas da Rádio Morena, em Benguela, também foram assassinados.
Até aos dias que correm nenhum destes crimes foi esclarecido e os familiares e colegas dos falecidos também já perderam grande parte das esperanças de verem um dia destes casos solucionados, com os culpados devidamente punidos.
Aliás, em relação a Ricardo de Melo o caso já terá prescrito e os outros casos para lá caminham, dando razão aqueles que dizem que algumas vezes o crime compensa.

9.2 Polícia promete agressividade

Folha 8
De 4 de Set. de 2010

A Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC) apresentou, no dia 1, 15 cidadãos, supostamente envolvidos em crimes de homicídio voluntário, posse e tráfico de drogas, roubos de viaturas, cofre, valores monetários e violação.
Entre os apresentados, está um cidadão de nacionalidade vietnamita, acusado de violação a uma menor de 10 anos. O estrangeiro é proprietário de uma casa fotográfica, e os pais da vítima deixavam-no a tomar conta da menor, tendo-se aproveitado, supostamente, da situação para abusar sexualmente a pequena.
Na ocasião, o comandante da Divisão da Polícia Nacional das Ingombotas, subcomissário Dias do Nascimento, apelou à sociedade para reflectir sobre os crimes familiares, ao citar, como exemplo, o caso da menina que matou o pai. O oficial superior apelou, igualmente, para o diálogo, “no intuito de SE evitar situações trágicas”.
O subcomissário prometeu agressividade contra a criminalidade, em virtude de os marginais estarem a agir da mesma forma, ao argumentar que ê Polícia não permitirá que estes imponham regras em Luanda. Questionado sobre o estado da criminalidade em Luanda, Dias do Nascimento assegurou que está controlada, apesar de haver cidadãos que ainda insistem em praticar acções criminosas, mas terão o devido tratamento. Foram apresentados cidadãos implicados em assaltados a

9.3 Mulheres e Crianças São as Principais Vitimas

Jornal de Angola
25 de Setembro de 2010

A directora do Huambo da Família e Promoção da Mulher revelou, ao Jornal de Angola, que o centro de aconselhamento da província registou, no primeiro semestre, 600 casos de violência doméstica, 329 deles solucionados acordo dos envolvidos,
Maria do Rosário Amadeu disse que as mulheres são as vítimas em, maior número e que as principais causas da violência no género relacionam-se com a falta de assistência, , abandono do lar, fuga à paternidade, , desalojamento, chantagens, ofensas corporais e morais, privação de bens e de liberdade e adultério.
“O número de ocorrências que chegam ao centro pode ser assustador, mas é ainda muito pouco porque acontecem mais casos nos arredores da cidade e nas comunas, que são encaminhados para as autoridades tradicionais e Polícia Nacional para serem solucionados e isso significa que a população quer quebrar o silêncio”, frisou. O objectivo do centro, referiu, é mostrar a via certa para

ultrapassar os problemas que o conflitos que afligem os lares e dar-lhes devido tratamento e solução.
Os casos de violência doméstica, lembrou, são tanto de homens contra mulheres, como de mulheres contra os homens e uns e outros ,se são graves ..
Maria do Rosário Amadeu disse ais que os casos de violência contra os homens, protagonizados por mulheres, "têm sido mais fatais" e podem de, estar relacionados "com o rancor acumulado por muitos maus-tratos". A Direcção da Família e Promoção da Mulher tem como parceiros a Polícia Nacional, a Procuradoria-Geral da República, tribunais, sociedades de mulheres das Igrejas, organizações e associações femininas, como a OMA, que, frisou, antes da criação do centro de aconselhamento desempenhou um papel preponderante na resolução dos problemas no lar.

9.4 Meliantes arrombam cantinas de senegalenses

Semanário Factual
De 28agosto à 05 de Set. de 2010

Supostos meliantes organizados em pequenos grupos arrombam na calada das noites estabelecimentos de senegaleses nos municípios do Sambizanga, do Rangel, do Cazenga e de Viana, extorquindo bens domésticos, alimentação e dinheiro.
Segundo munícipes do Sambizanga, o quadro gritante regista-se nos bairros Nguanha, Ngoma e Uíge onde pequenos grupos se organizam com picaretas, machados e outros meios contundentes para arrombar as portas das cantinas de vendedores estrangeiros, a partir das 23 horas ás madrugadas.
Mosier Kuxe, maliano, de 48 anos de idade, vítima de assalto no seu próprio estabelecimento, mostra-se preocupado com a onda de assaltos nos bairros Ngoma e Uíge onde também é proprietário de pequenas lojas.
"Os meliantes andam em grupo de dez a treze indivíduos à luz do dia para perpetrarem os seus idílicos actos. No período da noite circulam em número considerável de cinco ou seis Jovens com ferramentas possíveis para desobstruir as portas dos estabelecimentos comerciais. E nós somos as pnnc1pa1s vítimas, referiu.
Nos municípios do Rangel e do Cazenga os autores são jovens de 16 aos 18 anos de idade. Os habitantes afirmam tratar-se de aventureiros dadas as circunstâncias em que os mesmos encetam os seus actos às cantinas e lojas.
Júlia Celeste, moradora do Cazenga, explicou que os "miúdos" circulam com garrafas e estão sempre embriagados para amedrontar os responsáveis e clientes que encontram nas cantinas, criam rixas com todos e posteriormente acabam por levar à força alguns bens de consumo".
No município de Viana os assaltos variam de Sexta a Domingo, de acordo com os moradores. O bairro da Estalagem regista cinco casos de assaltos à luz do dia e dois casos na madrugada do dia 22 de Agosto, Domingo. Segundo informações apuradas pelo Factual de uma fonte da 48' Esquadra Estalagem, no quilómetro 09, em Viana, os assaltantes foram identificados e a policia local está a conjugar esforços para bloquear e detê-los no quadro das suas operações.

9.5 Convivência suspeita

Semanário Factual
De 28 de Ago. à 05 de Set. de 2010

A avidez por dinheiro tomou conta de quase toda a gente em Luanda que não olha a meios para atingir fins muitas vezes inconfessos.
Vem esta matéria a propósito dos roubos generalizados que acontecem na capital sob o olhar impávido de pessoas proprietárias de meios rolantes, de telemóveis, de pastas de bolso e sacolas, enfim, tudo que chame interesse.
E mesmo com as operações da polícia os marginais não desarmam, chegando mesmo a entrarem em confronto com as forças da ordem.
Porém, o que está mesmo na moda é o assalto a dependências bancárias, onde os ladrões penetram e exigem dinheiro e partem incólumes como se de pessoas honestas se tratassem.
Claro que se dirá que o papel dos seguranças dessas instituições é facilitado porque não andam armados, usando apenas um casse-têtes de intimidação.
Porém, as pessoas se esquecem que esses mesmos seguranças ganham salários irrisórios quando protegem instituições financeiras.
Obviamente, nestes casos, dir-se-á que o roubo de valores monetários pelos seguranças é apenas a ponta do iceberg, já que o maior perigo reside no seio dos funcionários cuja entrada não obedece a uma selecção rigorosa.
Bem diz o ditado que "quem vê caras não vê coração", e a contratação de gente para trabalhar em bancos muitas das vezes baseia-se somente na apresentação do certificado de habilitações.
Não se faz uma busca sobre o modus vivendi dos candidatos, não se exige o cadastro, vai se mais pela aparência do que pela crença na seriedade e na fidelidade dos interessados.
E é preciso notar que são jovens, na sua maioria, os candidatos a emprego nas instituições bancárias, muitos deles responsáveis de caixas fortes.
E assim deve ser porque a juventude é a força da mudança, isto em países onde as crianças crescem sadias, são acompanhadas pelos pais e pensam num futuro seguro.
No nosso caso, é totalmente o contrário: as pessoas são

pobres, sobrevivem de negociatas, outras são funcionários com salários de sarjeta e fazem das tripas coração para poderem viver. Outras ainda vegetam pelas ruas, sem rumo e, quando apanham uma oportunidade, não medem distância e o caminho mais fácil é o roubo, ou seja, a delinquência.

Se estas pessoas tiverem a chance de entrarem nos bancos a vontade delas é enriquecer de um dia para o outro e, fazendo-se amigos, tramam toda a malícia para lograr obter dividendos.

Mas, se nos atermos ao adágio "nada acontece por acaso, tudo obedece a uma razão", então fica claro que os assaltos aos bancos têm a convivência de pessoas algumas bem posicionadas que facilitam a penetração no banco, informam sobre a entrada de dinheiro e sobre a movimentação do momento.

Só assim se compreende o último assalto realizado na dependência do Banco Africano de Investimentos (BAI), na marginal de Luanda.

Aquela acção foi tão bem orquestrada que, se não fosse a ingenuidade do tesoureiro, o dinheiro roubado teria ganho asas, quer dizer, desapareceria sem deixar rasto.

Portanto, mais do que nunca, as entidades bancárias devem reforçar o sistema de vídeo-vigilância, recrutar seguranças que tenham sido já militares e melhor seleccionar os seus quadros.

Desta forma, poderá diminuir a tendência para os assaltos aos bancos que lesam não só a entidade mas também os usuários, pela falta de credibilidade na instituição onde depositaram os seus valores.

Mas a redução do desemprego e a melhoria salarial e das condições de vida dos cidadãos são "ingredientes" para fazer com que as pessoas não pensem somente em serem funcionários bancários, pois todo o trabalho é digno desde que feito com honra e dignidade, ainda mais num país como Angola que precisa de todos para o processo de reconstrução nacional.

9.6 Revisão do Código de Família esclarece casamento tradicional

Jornal de Angola
29 de Setembro de 2010

A directora da Família e Promoção da Mulher no Huambo, Maria do Rosário Amadeu, considerou que a revisão do Código da Família vai permitir a estruturação de uma sociedade estabilizada, solidária e unida, tendo em conta que a família é o núcleo fundamental da sociedade.

Maria Amadeu, que reagia ao processo de revisão do actual Código da Família, defendeu que a referida lei deve esclarecer a natureza jurídica do casamento tradicional no país. O alambamento, acrescentou, deve ser clarificado perante a lei, no sentido de se evitar o abandono das famílias e a fuga à paternidade.

"O casamento tradicional é muito valorizado na nossa cultura e o facto de não ser reconhecido juridicamente tem causado muitos transtornos no seio da sociedade", disse a directora provincial da Família, no Huambo, referindo-se aos casos de homens que abandonam as suas esposas para se unirem a outras companheiras. "As vítimas não têm como se defender, por isso é necessário que a lei encontre um mecanismo para prevenir estes casos", advogou.

A revisão do Código da Família, defendeu, também deve ter em conta os casos de mulheres que têm os filhos com homens já casados e que fogem à paternidade. "Devem ser ainda examinadas as situações de l sucessão (herança) de bens em caso de morte do marido, para se evitar que os parentes do falecido se apoderem dos mesmos, prejudicando assim a viúva e os órfãos", acrescentou.

A directora da Família e Promoção da Mulher no Huambo considerou que não se constitui uma sociedade tranquila sem a estruturação das famílias.

Princípios e propósitos

O jurista Ângelo Anselmo Funete considera, por seu lado, que o processo da "Revisão do Código da Família" deve basear-se na realidade social angolana de forma a convergir com o direito e os costumes da população.

Angelo Anselmo entende que o Código da Família deve ter princípios e propósitos baseados na família, sendo este o núcleo da sociedade. "Não deve haver divergência entre o direito e o costume", referiu.

"Para constituir família é preciso casamento. A forma dos nossos casamentos não tem diferença relativamente à dos outros países e o Código da Família tem de regular as relações entre marido e mulher, com direito de filiação, tutela, adopção e o matrimónio, porque são questões muito pertinentes que têm causado muitos problemas à sociedade", salientou.

Deste modo, Ângelo Funete entende que a revisão deve ser feita na base da evolução da sociedade angolana, no sentido de inovar e realizar mudanças de leis necessárias.

De acordo com o jurista, as principais mudanças da revisão do Código da Família devem cingir-se à união de facto, formas de separação e ao processo de elaboração do divórcio.

"O nosso Código da Família não apresenta prazo para o divórcio. Deste modo, muitos são prejudicados por uma das partes, que sai e volta quando outra adquire bens e exige a partilha dos mesmos", realçou.

O Código da Família, adiantou, deve igualmente sensibilizar as mulheres para, em caso de separação, os filhos poderem viver com qualquer dos pais, de forma a que os menores fiquem com aquele que melhores condições de vida por oferecer.

Angelo Anselmo Funete também professor assistente da Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, espera que a revisão do Código da Família venha a dar segurança e reconhecer o casamento tradicional

10 AMBIENTE

10.1 FAO diz que as cidades verdes aumentam segurança alimentar

Jornal o Pais
1 de Outubro de 201

A horticultura urbana poderá ser urna solução, segundo a FAO, para enfrentar a pobreza nas cidades, que poderá atingir os 45% da população citadina, cerca de 1,4 milhões de pessoas, em 2020, segundo urna projecção das Nações Unidas. Para a agência da ONU para a Agricultura e Alimentação, as cidades mais verdes podem ser a chave para assegurar modos de vida sustentáveis, comida nutritiva d e segura e comunidades saudáveis, noticiou a Rádio ONU no passado dia e 28. Tendo em conta as projecções das Nações Unidas, indicando que mais de metade da população dos países em desenvolvimento irá viver em cidades em 2025, a FAO alerta os especialistas em planeamento urbano e os políticos para o dado.

Conceito e soluções
A ONU considera que o conceito de cidades verdes, geralmente associado à gestão urbana nos países ricos, pode ser adaptado à realidade sócio-económica das nações pobres. Para a FAO a solução passa pela inversão da tendência actual de urbanização insustentável para um futuro verde que ofereça, escolhas, oportunidades e esperança aos habitantes das cidades, defendendo a prática da horticultura urbana. Durante os últimos 10 anos, duas dezenas de países procuraram, junto da FAO, informações técnicas, incentivos e formação para os chamados “agricultores urbanos

10.2 Novas áreas de conservação da biodiversidade

Jornal o Pais
1 de Outubro de 2010

O Ministério do Ambiente está a trabalhar na identificação de novas áreas de conservação, no âmbito da preservação e protecção da biodiversidade angolana, revelou hoje, no Lubango, o vice-ministro do sector, Sianga Abílio.
Falando na abertura do primeiro seminário internacional sobre a “Biodiversidade e o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades”, o responsável disse que se trata dos margens da voz do Rio Congo, floresta do Maiombe e inclui ainda a protecção de espécies como gorilas, chimpanzés, pacaças e o búfalo vermelho. Sianga Abílo sustentou que estas novas áreas serão incluídas na rede existente no país, nomeadamente os parques nacionais.
Acrescentou que o Ministério do Ambiente e seus parceiros estão ainda a recuperar as áreas de conservação, como parques nacionais e espécies ameaçadas de extinção, com destaque para a Palanca Negra Gigante, cuju resultados são animadores, com vista a garantir uma protecção efectiva da biodiversidade. Sianga Abílio referiu que a nova filosofia de gestão das áreas de conservação farão delas zonas de desenvolvimento comunitário, a título de exemplo, apontou o Parque Nacional do Bicuar (Huíla), cuja reabilitação, com os esforços do governo e parceiros, encontra-se habilitado para acolher o ecoturismo.
“O Ministério do Ambiente está engajado na conservação da nossa riqueza biológica e elaborou uma série de legislação que se juntam às existentes, nomeadamente o decreto-lei sobre a avaliação de impactos ambientais, licenciamento e auditorias ambientais, assim como a estratégia nacional sobre a c biodiversidade”, lembrou. 1
O vice - ministro do Ambiente considerou que a degradação do habitat, resultante das queimadas, o da caça furtiva, desmatamento, d, obstrução das rotas de transumância, deve ser travada, pois são actos SE que perigam a diversidade biológica.
Sugeriu ser importante o papel do sector privado e empresarial, das organizaçóés não - governamental são fundamentais, na contribuição, sob forma de parcerias público-privadas (no melhoramento das condições de vida da população.
“O nosso país possui enormes potencialidades em biodiversidade uma e a grande preocupação hoje é a que a actividade exercida pelo homem tem estado a provocar o desaparecimento de muitas espécies os o que poderá reduzir drasticamente esta riqueza”, sublinhou.
“É nossa responsabilidade gerir os recursos que nós temos, de forma que usufruamos dele e também pensando no desenvolvimento e nas gerações vindouras”, alertou o governante.
Por outro lado, afirmou que a organização deste seminário na Huíla sob o lema: “a biodiversidade n e o desenvolvimento das comunidades envolventes”, foi uma escolha feliz, tendo em conta a riqueza biológica que a Huíla ostenta, fenómeno ligado ao tipo de clima onde é notório o desenvolvimento do sector agro-pecuário.
Felicitou os organizadores e disse que os painéis e os temas programados para serem abordados neste seminário vão de encontro à expectativa do ministério no seu programa de massificação de informação ambienta! junto das populações.
O evento, uma iniciativa da empresa UniOne em parceria com o governo da Huíla e Ministério do Ambiente, encerra domingo e reúne ambientalistas, administradores municipais, militares e estudantes.

10.3 Estudo de avaliação de impacto ambiental vai definir criação da indústria de cerâmica

Jornal de Angola,
De 3 de Setembro de 2010

A secretaria provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente, em parceria com a empresa FTB-Serviços, Lda., realizaram ontem, em Cabinda, uma consulta pública sobre o estudo de avaliação de impacto ambiental do projecto de extracção de argila e implantação de uma indústria cerâmica.

A consulta pública, que decorreu no Anfiteatro da Universidade 11 de Novembro, e que contou com a presença dos membros do governo local, políticos, entidades religiosas, tradicionais, estudantes e docentes universitários, enquadra-se no âmbito dos decretos 51/04, de 23 de Julho, e 59/07, de'13 de Julho, sobre a avaliação de Estudo de Impacto Ambiental e Licenciamento Ambienta.

O estudo de avaliação do impacto ambiental do projecto de extracção de argila e da implantação de uma indústria de Cerâmica vai ser feito na bacia do rio Chiloango, nas localidades de Buli e Sassa Zau, para a produção de tijolos e telhas no Pólo Industrial do Fútila.

A empresa FTB-Serviços, Lda, proprietária do projecto, vai investir cerca de 3.7 milhões de dólares americanos para produzir anualmente 10,5 milhões de tijolos e 2,6 milhões de telhas e vai empregar uma força de trabalho composta por 31 trabalhadores distribuídos nas áreas extractiva, fabril e administrativa.

Eduardo Pitra, consultor da empresa Simabel Lda, que efectuou o estudo técnico de avaliação de impacto ambiental do projecto de extracção de argila e implantação de uma indústria cerâmica em Cabinda, disse no acto de apresentação que a extracção de argila e a produção de tijolos e telhas vão consistir exclusivamente em processos físicos, desde a extracção, transporte, stockagem e redução de humidade até ao processamento industrial.

Eduardo Pitra afirmou que os métodos a serem utilizados para modelagem de tijolos e telhas são de extrusão e prensagem.

Explicou que a extrusão é o método mais utilizado na indústria de cerâmica estrutural, por ser mais económico, mas gera produtos de menor valor. A prensagem é um método mais caro e é feita em alguns tipos de telhas com maior valor acrescentado.

O presidente da Associação das Pequenas e Médias Empresas de, Cabinda (APMECA), António Serrano, frisou que a implantação do projecto de indústria de cerâmica em Cabinda é mais uma valia porque vai minimizar as dificuldades que a província enfrenta nos domínios dos materiais de construção e do emprego, principalmente para. os jovens que procuram a sua primeira ocupação profissional.

10.4 Vitimas das chuvas recebem ajuda

Jornal de Angola
De 8 de Set. de 2010

A Direcção Provincial da União Nacional dos Camponeses Angolanos (UNACA) procedeu, na segunda-feira, no Centro de Acolhimento número dois em Ondjiva, à entrega de diversos produtos de primeira necessidade às populações afectadas pelas inundações dos últimos três anos.

Dos produtos entregues aos sinistrados constam fuba de milho, arroz, sal comum, óleo alimentar e sabão.

O governador provincial do Cunene, António Didalelwa, que esteve presente no local da doação, reconheceu a ajuda que as Organizações Não-Governamentais e membros de várias associações da sociedade civil têm dado, na medida do possível, aos sinistrados que "passam por várias dificuldades".

Didalelwa considerou o donativo como sendo um valioso contributo, porque "vai melhorar a dieta alimentar dos sinistrados, num total de 1.300 famílias que aqui se encontram".

A presidente provincial da UNACA, Teresa de Jesus Bravo da Costa, referiu que a doação entregue "é um gesto de solidariedade da Direcção-geral da instituição, que entendeu associar-se aos esforços do governo e de outras entidades no apoio às populações sinistradas pelas calamidades registadas na região".

Vacinadas cabeça de gado

A Direcção Provincial da Agricultura e Desenvolvimento Rural do Cunene, em parceria com Administração municipal do Namacunde, vacinou mais de quinze mil cabeças de gado contra a pneumonia contagiosa bovina, carbúnculo e dermatose nodular, entre Junho e Julho.

A vacinação decorreu no âmbito da Campanha Nacional de Vacinação Animal, adiantou na sexta-feira ao Jornal de Angola o chefe da Secção Municipal dos Serviços Económico e Produtivo, José dos Santos Tomás, que considerou os resultados da campanha muito positivos, a avaliar pelos números atingidos.

José Santos Tomás realçou que o seu sector tem vindo a trabalhar com as autoridades tradicionais e criadores de gado, com o objectivo de os sensibilizar a levarem o gado aos locais de vacinação, em função dos calendários definidos para cada período de campanha.

Lembrou que a campanha bovina visou, também, encetar medidas de prevenção e controlo para a erradicação das pneumonias bovinas contagiosas, carbúnculo e dermatose nodular, mais frequentes nas províncias do Cunene, Kuando-Kubango e Huíla. Para o efeito, as autoridades

tradicionais e os criadores de gado foram orientados no sentido de manterem as medidas de vigilância, controlo sobre o surgimento deste tipo de doenças e informarem, sempre que possível, as autoridades veterinárias locais.

10.5 Antecipação às chuvas

Jornal de Angola
De 11 de Set. de 2010

As autoridades sanitárias da cidade de Luanda pediram aos cidadãos para manterem os locais de residência limpos a fim de evitarem possíveis casos epidémicos transmitidos pelas águas das chuvas. O apelo é extensivo a todas as outras províncias do país, numa altura em que começam as chuvas. Sabemos que nesta época surgem muitos casos de malária, diarreias, surtos de cólera, doenças que são evitáveis ou pelo menos é possível minimizar os seus efeitos.

Algumas enfermidades que afligem grande parte das nossas populações devem-se ao desleixo nos cuidados primários de higiene. Como a experiência tem demonstrado, ri problema não se deve apenas às chuvas e tem relevância em termos económicos e ambientais, apenas para citar estes. E preciso reconhecer que muitas comunidades não acatam convenientemente as medidas emanadas dos órgãos competentes. E depois surgem as doenças que em conduzem à morte, sobretudo de crianças.

E preciso recordar às famílias angolanas que os esforços para conter os estragos provocados pela época das chuvas, deve ser de todos. E das comunidades que vivem em zonas de risco, esperamos colaboração total com a Protecção Civil e as autoridades sanitárias. Diz o ditado popular que mais vale prevenir do que remediar e, assim sendo, não devia ser necessário esperar pelas chuvas para tomarmos determinadas medidas. Tão pouco nos, parece sensato esperar que as autoridades ligadas ao sector da saúde e às entidades responsáveis pelo saneamento dêem o primeiro passo, quando a acção primeira deve partir dos próprios munícipes.

Há passos importantes que podem ser dados a nível local, como por exemplo o correcto manuseia dos resíduos sólidos. Como disse o director provincial da Saúde de Luanda, "todos nós devemos contribuir para manter as comunidades limpas e não esperar apenas que sei a feita por empresas especializadas contratadas pelo Governo".

Nestes esforços, devemos prestar uma particular atenção às crianças, por serem as mais vulneráveis aos efeitos das chuvas. Os pais devem ter um especial cuidado para com os menores, evitando que tenham contacto com os charcos de água.

E preciso acatar as recomendações das autoridades ligadas ao sector da Saúde e manter uma atitude de acção e prevenção. Só assim podemos diminuir o impacto negativo de doenças como a febre tifóide, hepatites, malária, cólera, entre outras de transmissão-hídrica.

Não há dúvidas de que, atendendo ao elevado número de doentes vítimas de malária, por ser nesta altura em que os mosquitos se reproduzem em maior escala, e ao surto de outras doenças ligadas às águas estagnadas, as populações devem sempre recorrer às unidades hospitalares para serem consultadas e não optarem pela auto-medicação.

Da parte das autoridades angolanas, existe um grande esforço para dar resposta aos desafios que o período das chuvas envolve e podíamos evocar muitos exemplos. Estamos todos recordados das instruções dadas pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, ao Governo Provincial de Luanda para que cuide da recolha e tratamento das águas residuais e para que viabilize no mais curto prazo o escoamento das águas pluviais e o processo de conversão e modernização das infra-estruturas de saneamento, de forma integrada com todas as redes urbanas.

O mais alto magistrado da Nação deu instruções às autoridades provinciais para recorrerem a todos os meios disponíveis, incluindo à mobilização dos serviços provinciais, e eventualmente nacionais, da Protecção Civil.

O reforço da articulação entre as delegações provinciais de Saúde e as comunidades, entre a Comissão Nacional do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, as Comissões Provinciais de Protecção Civil e as comunidades é fundamental para a obtenção de maior eficiência diante dos efeitos das chuvas e de qualquer calamidade.

E relevante a execução de campanhas de sensibilização e mobilização sobre os cuidados em situações de calamidade, com vista a criar no seio das comunidades atitudes positivas e participativas.

Muito está a ser feito para que a época das chuvas seja diferente do passado. As inundações habituais este ano vão ter um combate cerrado com meios técnicos nunca antes mobilizados. Há campanhas de informação e mobilização para que as comunidades evitem os riscos e as doenças. Este ano, os resultados positivos podem atingir níveis mais elevados, se as populações aderirem sem reservas às campanhas de sensibilização e mobilização para a melhoria da higiene comunitária, no âmbito dos esforços de combate às doenças que resultam ou se agudizam na época das chuvas.

10.6 Devastamento da flora e fauna preocupa instituto

Jornal de Angola
17 de Setembro de 2010

O director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF) do Kwanza-Norte, Guilherme da Costa, afirmou ontem que a instituição está preocupada com a devastação da fauna e da flora.

Guilherme da Costa referiu que esta situação é mais incisiva no mês de Maio, altura em que a população faz o corte e a queimada das árvores para o cultivo e para a produção de carvão.
“O aumento da temperatura e a falta de chuvas em algumas regiões da província deve-se à má utilização das florestas, onde o abate e a queima constante de árvores é predominante, causando o efeito de estufa e a diminuição do oxigénio”, disse o director.
Segundo ele, a área mais afectada é o município de Cambambe, onde os carvoeiros cortam as espécies desejáveis para fabrico diário do carvão vegetal, sem posteriormente promoverem o repovoamento florestal do local.
Relativamente à fauna, o responsável afirmou que o IDF, em colaboração com as autoridades administrativas e Polícia Nacional, tem estado a tomar medidas repressivas para banir e desencorajar todos os agentes que se dedicam à caça das espécies animais da região, de forma desordenada.
A direcção tem 14 agentes de fiscalização, mas só quatro estão em acção e mesmo com o apoio policial tem sido insuficiente o controlo dos caçadores furtivos na província, lamentou o responsável.
Guilherme da Costa diz que a orientação do Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e Pescas é no sentido de ser proibido caçar, mas ressalva que os camponeses e os agricultores podem desenvolver esta actividade para o seu sustento familiar, embora não seja permitida a venda de qualquer animal.
O responsável anunciou que o Instituto de Desenvolvimento Florestal local está a proceder a estudos técnicos para determinar quais os animais em vias de extinção na província.
A direcção do IDF produziu no semestre passado cerca de 12 mil plantas, das quais fruteiras, florestais, eucaliptos, acácias rubras e jacarandás, palmeiras reais e ornamentais. Esta acção, segundo explicou, pretende assegurar a arborização das vilas, cidades e fazendas agro-pecuárias.
Clarificou que o projecto de arborização vai incluir, numa primeira fase, os municípios do Cazengo, Ambaca e Cambambe, com o objectivo de se criar uma cintura verde, cuja finalidade consiste em melhorar as condições de vida da população em temos de saúde, Clima e purificação do oxigénio.

IDF arrecada receitas através de multas

No primeiro semestre deste ano, a IDF do Kwanza-Norte arrecadou um total de 336.036 kwanzas, resultante da aplicação de cinco multas e a apreensão de 326 tábuas e 196 barrotes, afirmou Guilherme da Costa.
As multas foram aplicadas às pessoas que exploram e comercializam madeira e seus derivados sem a prévia autorização da direcção provincial do IDF. O responsável lembrou que, actualmente, a província conta com 13 concessionários autorizados para actividades de corte de madeiras em toro, que estão distribuídos pelas localidades do Bolongongo, Golungo-Alto, Cambambe, Banga, Ambaca e Kikulungo. Existem ainda 15 fábricas de carvão vegetal localizadas em Cambambe e Bolongongo.
Guilherme da Costa considerou que alguns destes concessionários possuem meios técnicos para o abate e transformação local da madeira.
A província do Kwanza-Norte tem duas serrações, nos municípios do Kikulungo e Bolongongo, com capacidade para produzir 10 metros cúbicos por dia e perspectivam aumentar para 15.
Aquele responsável explicou ainda que, devido à falta de um mercado local especializado para venda de madeira e derivados, esta actividade é realizada em Luanda.

10.7 Plano Estratégico Nacional do Ambiente com pacote de acções de sustentabilidade

Jornal de Angola
De 19 de Set. de 2010

A construção de Institutos de Biodiversidade e do Ambiente em alguns pontos do país, a implementação de programas de tecnologias limpas, cobrança de taxas ambientais e emissão de licenças são, entre outras, as acções que o Ministério do Ambiente pretendente tomar exequíveis no biénio 20 I 0/20 11.
De acordo com o plano estratégico nacional do sector, apresentado no seu 20 conselho consultivo, realizado nos dias 14 e 15, na província do Huambo, o Ministério do Ambiente vai centrar as suas acções em programas que garantam a sustentabilidade ambiental do país, tendo, na consciencialização e educação das populações, uma das principais realizações a ser concretizada.
A reabilitação das infra-estruturas dos parques nacionais, a conclusão da2° fase do laboratório de controlo de poluição, bem como dar sequência à implementação do programa nacional de combate à seca e desertificação, figuram também entre as acções a serem levadas a cabo no âmbito do plano geral.
O Ministério do Ambiente vai prestar ainda, no decurso de 2010/2011, particular atenção à implementação do programa nacional das alterações climáticas, bem como à estratégia e programa nacional de gestão de resíduos.
O plano integra ainda a recuperação dos mangais, a implementação da estratégia nacional de biodiversidade e o programa de gestão integrada de zonas húmidas de Angola.
Outro destaque do plano nacional 2010/2011 é a implementação de novas áreas de conservação.

10.8 Drama das chuvas já a seguir

Semanário Angolense
De 18 de Set. de 2010

A época chuvosa, que ultimamente $e tornou num flagelo para muitas regiões do país, começou há cerca de um mês. As imagens de mortes, destruições, desalojados e cheias poderão repetir-se em diversas partes do país, a julgar pelas torrentes de chuva que se irão abater sobre todo o território nacional, segundo previsões do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.
Tais previsões são corroboradas pela Organização Internacional de Meteorologia e por institutos da África do Sul e do Zimbabué. No Cunene, que tem sido palco de grandes cheias, desalojamentos, fome, doenças e morte, o "filme de terror" poderá ser revivido nesta estação chuvosa.
Aliás, já aconteceu no Huambo, nas Lundas Norte e Sul, em Malanje, no Moxico e no Uíge. Em relação a Luanda, o quadro também se vai manter ou seja, as zonas de risco, nomeadamente a Samba, Cazenga, Boavista, Sambizanga e Via na, em suma, uma parte considerável da periferia, onde vive a esmagadora maioria da população, voltará a sentir a fúria das águas "enviadas por S. Pedro".
Uma das consequências dramáticas das chuvas em Luanda, e não só, tem sido o surto de cólera, que há dias já registou dois casos no município do Sambizanga, em resultado das lixeiras que, por incrível que pareça, ainda se vêem um pouco por toda a cidade.
É inconcebível que a cidade esteja a crescer (?!) com a construção de tantos arranha-céus, mas os seus cidadãos ainda sejam acometidos de cólera e paludismo e outras enfermidades causadas pelo lixo, falta de qualidade da água que se consome, poeiras e outros.
Este problema é agravado pelo deficiente funcionamento do sistema de drenagem. O Semanário Angolense pretendia abordar este e outros problemas com a direcção da Elisal, cujo director, Lúcio Martins, e outros responsáveis se furtaram ao diálogo (vide caixa sobre o assunto.)
Uma prova de que os esgotos, quando funcionam, aliviam o sofrimento da populaça é a rua Ngola Kiluanje mais ou menos da antiga Padaria Pameli até à direcção da entrada da rua 12 de Julho -, onde, após uma chuvada, por mais torrencial que seja, as pessoas podem circular à vontade, sem o constrangimento de enfrentar águas estagnadas.
Apesar disso, a obra naquela estrada foi abandonada pela empreiteira brasileira Camargo Corrêa sem a ter concluído. Acresce a isso as estradas descartáveis que abundam na cidade de Luanda e em muitas outras partes do país e que só são admissíveis em Angola, por falta de uma fiscalização rigorosa e feita por gente impoluta.
Como exemplo (mau), citamos a rua Rei Mandume, ex-Senado da Câmara, onde também os esgotos, apesar do pouco tempo de vida, deixaram de cumprir a sua função. Essa via, reparada há menos de 10 anos, vem-se deteriorando, recebendo de quando em vez arranjos paliativos.
O bairro S. Paulo, que até é uma zona urbanizada, ainda tem ruas em estado vergonhoso. Corpo os projectos de requalificação são demorados, seria aconselhável que o Executivo arrancasse, já, com aqueles que tem vindo a anunciar, nomeadamente do Sambizanga e. do Cazenga, com vista a, exactamente, minimizar os efeitos das chuvas e outras calamidades, pois isso vai pressupor a criação de equipamentos sociais modernos.

10.9 Luanda não está preparada

Semanário Angolense
De 18 de Set. de 2010

Eduardo Paiva - funcionário público, 32 anos, natural de Luanda.
Os problemas de Luanda, não serão resolvidos por uma mulher assim como a tia Xica. Esta cidade carece de uma análise muito profunda; o governo, precisa implementar políticas de reestruturação desta cidade. O governo nunca preparou Luanda para grandes enxurradas. Em épocas chuvosas, chegam a morrer mais pessoas do em qualquer outro período e muitos populares ficam desalojados. Eu, por exemplo, vivo no bairro da Boavista, aquilo é um caso sério quando chove. Assistimos populares a serem carregados pelas águas. A minha própria residência já havia desabado mais de duas vezes e tive de a e reconstruir. É que para estes casos, o governo não dá a devida atenção. Nesta época chuvosa, gostaria que o governo pudesse ter um pouquinho mais de responsabilidade de velar por aqueles que vivem em zonas de risco.
Arnaldo dos Santos - funcionário público, 28 anos, natural de Luanda.
Não sei se esta cidade está realmente preparada para grandes enxurradas que já começaram a dar sinais. É que Luanda sempre nos deixou tristes neste aspecto.
Nem sempre as valas de drenagem são devidamente. Até agora, algumas residências continuam muito mal construídas. Em todas as épocas chuvosas, assistimos a episódios terríveis, vemos pessoas a perderem a vida por um erro que pode ser evitado. A chuva é um fenómeno da natureza, mas a prevenção é uma atitude humana. Sinceramente, as zonas que sempre sofreram mais são as da periferia, às quais o governo podia prestar maior atenção. Vivo no morro da Samba, aí onde as pessoas só não morrem porque Deus ainda não quer. Mas se chover muito, haverá muitos óbitos neste ano. Os nossos governantes, não vivem na periferia. Se assim fosse, a preocupação seria maior.

Adriano Brandão - estudante, 23 anos, natural do Huambo.
Se Luanda está ou não preparada para receber as enxurradas, isso eu não sei. Mas a verdade é que Luanda não é uma boa cidade quando chove. Não é uma boa província para se visitar quando a natureza decide "bravar", principalmente nas suas zonas periféricas. Vê-se a responsabilidade de um governo muitas vezes nestes contextos. Porque é bem verdade que algumas obras orientadas pelo governo central, tem sido descartáveis e quando desabam provocam problemas aos populares. Algumas valas de drenagem, esgotos, passeios e até mesmo residências desabam quando é provada a sua capacidade de resistência. As zonas periféricas de Luanda devem merecer uma maior atenção por parte do governo, pois elas são as mais atingidas nas épocas chuvosas. São mais de centenas residências que vão sempre abaixo em épocas chuvosas e que não têm recebido um tratamento devido.
Carlota Chaves - estudante, 20 anos, natural de Luanda.
Os meus pais são da província do Uíge, mas eu nasci em Luanda. Desde que nasci nunca sai de Luanda. Pelo tempo que estou nesta cidade, nunca passei nenhuma época chuvosa sem assistir tragédia. Sempre que chove, vejo e oiço nos órgãos de comunicação social destruição de bairros, morte em quase todos os musseques e gritos. É lastimável o que se assiste na capital do país. Em sociedades mais evoluídas, as prevenções em épocas chuvosas, são prioridades no sentido de não prejudicar o próprio cidadão. Mas o que se verifica aqui é bem diferente. Os nossos dirigentes só se preocupam depois de as desgraças ocorrerem. A verdade Luanda não está preparada para grandes enxurradas, pois, ainda existem residências em zonas de risco, sobretudo a Samba, Boavista, Rocha Pinto, no Catambor e outras zonas.

10.10 Desenvolvimento Sustentável reúne especialistas no Lubango

Jornal de Angola
29 de Setembro de 2010

A biodiversidade e o desenvolvimento sustentável das comunidades é o tema de um seminário que reúne, a partir de amanhã, na cidade do Lubango, especialistas em questões ambientais, turísticas e de planeamento.
Na cerimónia de abertura do seminário devem estar presentes os ministros do Ambiente, Fátima Jardim, da Hotelaria e Turismo, Pedro Mutinde, e do Planeamento, Ana Dias Lourenço, além dos governadores da Huíla, Namibe e Benguela, Isaac dos Anjos, Cândida Celeste e Armado da Cruz Neto, respectivamente.
O seminário está organizado em cinco painéis que reflectem as áreas de conservação, características e consequências, planeamento e gestão de áreas de conservação, aspectos legais, populações envolventes das áreas de conservação e recursos florestais.
No primeiro painel são abordadas "As consequências da utilização dos recursos da biodiversidade, características socioeconómicas e ambientais das áreas de reserva", "Manejo dos recursos hídricos e sólidos e seu impacto".
"O papel do Serviço de Migração Estrangeiros para o desenvolvimento do turismo em Angola", "A implicação do ordenamento jurídico angolano", "A situação do Parque Nacional da Quissama" e "Planeanento e corredores ecológicos" são temas do segundo painel.
O terceiro painel vai abordar os temas sobre "O Parque Nacional do Bicuar, impactos ambientais e d socioeconómicos", "Antropologia biológica versus áreas de conservação", "Gestão da biodiversidade para o controlo da caça e as experiências de sucesso na gestão de parques na Amazónia".
O quarto painel aborda "A importância da educação ambiental para o uso sustentável dos recursos ci, natprais" O turismo em Angola", Importância da Agro e do Ecoturismo, "Reservas da biosfera na Mata Atlântica e "O modelo de na gestão para áreas de conservação em Angola.
Já o quinto painel está reservado à "Analise das queimadas e os incêndios florestais em Angola, causas e consequências", "Experiências do Brasil na redução do uso da madeira na construção civil", "O primeiro maior pulmão do mundo e o primeiro de Africa, experiências da Amazónia Brasileira na gestão florestal".
Os temas escolhidos devem ser apresentados por especialistas nacionais e estrangeiros vinculados a instituições vocacionadas à protecção do meio ambiente.
Segundo o programa, a que o Jornal de Angola teve acesso, no último dia os participantes vão visitar a primeira Serra da Leba, onde devem ser oferecidos alguns bens à comunidade que aí reside.

10.11 Casas desabam em São Pedra da Barra

Jornal de Angola
30 de Setembro de 2010

Ao todo, 13 moradias construídas numa área considerada de risco, no bairro São Pedro da Barra, município do Sambizanga, em Luanda, desabaram na terça-feira em consequência do deslizamento de terra de uma parte do morro onde estavam localizadas.
O porta-voz do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, Faustino Sebastião, disse, ontem, à Angup que o ç desabamento ocorreu à tarde, destruindo 13 moradias, mas sem causar vítimas humanas.
As casas, de acordo com Faustino s Sebastião, foram construídas numa s área acidentada, localizada entre Avenida Lweji Anconda e a via principal que liga ao bairro São Pedro da c Barra, impedindo a passagem de águas fluviais e residuais.

O porta-voz afirmou que os proprietários tinham a consciência da d iminência de um desabamento, uma vez que foram alertados várias vezes q pelas autoridades administrativas.
No local, segundo ele, existem ainda outras 38 casas que correm o rr mesmo perigo, pelo que, alertou, as famílias devem abandonar a zona mais depressa possível.
Fontes afectas à Administração Municipal do Sambizanga disseram que as famílias sinistradas tu devem, numa primeira fase, ser m realojadas em tendas, numa zona com maior segurança, estando garantido o apoio em bens de primeira necessidade.
Estiveram no local, após o desabasamento, o vice-govemador de Luanda para a área Técnica, Bento Soito, e o administrador municipal do Sambizanga, José Tavares.